



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**BRUNO RENAN DE JESUS SOARES**

**PRODUÇÃO DE MORADIAS PRECÁRIAS E  
URBANIZAÇÃO REGIONAL POLICÊNTRICA  
EM PERIFERIAS DISTANTES DA CIDADE-  
REGIÃO DE BELÉM**

**Belém-Pará  
2022**



BRUNO RENAN DE JESUS SOARES

**PRODUÇÃO DE MORADIAS PRECÁRIAS E URBANIZAÇÃO  
REGIONAL POLICÊNTRICA EM PERIFERIAS DISTANTES DA  
CIDADE-REGIÃO DE BELÉM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro.

Belém – PA  
2022

BRUNO RENAN DE JESUS SOARES

**PRODUÇÃO DE MORADIAS PRECÁRIAS E URBANIZAÇÃO  
REGIONAL POLICÊNTRICA EM PERIFERIAS DISTANTES DA  
CIDADE-REGIÃO DE BELÉM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro.

RESULTADO \_\_\_\_\_.

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro  
(orientador)

---

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto – Examinador Interno

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Soares Mendes – Examinador Externo

Belém – PA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**  
**Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA**

---

Soares, Bruno Renan de Jesus

Produção de moradias precárias e urbanização regional policêntrica em periferias distantes da cidade-região de Belém / Bruno Renan de Jesus Soares: orientação de Willame de Oliveira Ribeiro. - Belém, 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. - Belém, 2022.

1.Urbanização.2.Habitação popular.3.Cidades.I.Ribeiro,Willame de Oliveira (orient). II. Título.

CDD 23 ed. 307.74

---

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

“Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então  
ele pode ser reimaginado e refeito.”

- **David Harvey (2014).**

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças para entrar, me manter e concluir o curso de mestrado. Pela perseverança em meio a uma pandemia na qual toda a comunidade científica sofreu com a falta de disponibilização de recursos e dados, boicotes e ataques diários contra a educação e a comunidade em geral.

Em segundo lugar, a minha esposa, Izabella Calandrini, e meu filho recém-nascido, Paulo Heitor. A ela pelo incentivo constante dia após dia durante esses anos em que estamos juntos, principalmente durante o período mais difícil para pesquisa, a pandemia. Ao meu filho, que é o meu maior presente, por me motivar sempre a querer ser uma pessoa melhor a cada dia, e por me proporcionar momentos e sensações inimagináveis e o desejo de finalizar minha pós-graduação para proporcionar o melhor futuro para ele.

Aos meus pais, Paulo Sérgio e Carmen Shirley, pelo apoio incondicional em toda minha trajetória acadêmica e pelo incentivo de fazer o processo seletivo para cursar a pós-graduação. Além de nunca medir esforços para ajudar nos bastidores da vida pessoal e acadêmica.

Aos meus irmãos, Paulo Breno e Pedro Arthur, meus sogros e o restante da minha família por sempre me apoiarem nos estudos, mesmo com as adversidades diárias da vida acadêmica, especialmente durante a pandemia.

Aos amigos que o curso de mestrado me proporcionou. Nossa união se tornou um dos pilares para construir uma ponte forte o suficiente para trilhar o percurso acadêmico até a finalização do curso de pós-graduação.

Ao meu orientador, Dr. Willame Ribeiro, pelo incentivo e pela paciência, pela sabedoria na hora das discussões, das leituras para a produção acadêmica e amadurecimento da dissertação ao longo da trajetória na pós.

Ao grupo de Pesquisa GeoPUrb pelas discussões em conjunto com temas extremamente importantes para o desenvolvimento da pesquisa, pela troca de informações e de conhecimento.

E, por fim, ao programa e ao corpo docente pela oportunidade maravilhosa de desenvolver e amadurecer a vida acadêmica, pelas discussões, pelas disciplinas, pelos artigos e colaborações enriquecedoras dentro da ciência geográfica.

## RESUMO

A presente pesquisa analisa as moradias precárias da periferia distante de Belém frente ao processo de urbanização regional como expressões da configuração de uma cidade-região. Como parte do processo dentro do arco de expansão e dispersão para áreas distantes se tem o distrito de Mosqueiro, o município de Santa Bárbara do Pará e o de Benevides. Tem por objetivo analisar os agentes e as estratégias inseridas na produção de moradias precárias a partir do processo de urbanização regional-policêntrica de Belém e sua formação enquanto cidade-região. Os procedimentos metodológicos foram elaborados a partir de etapas, consistindo em análise bibliográfica de autores da área para discussão de teorias vinculadas às abordagens teórico-metodológicas e conceituais para explicar as estruturas, processos, formas e funções da urbanização regional policêntrica associada à cidade-região de Belém e suas influências na produção e reprodução das moradias precárias nas áreas de ação dos novos arranjos urbanos. A expansão e dispersão não obedecem aos limites administrativos dos municípios envolvidos, consolidando uma nova fase para todo o espaço metropolitano e de seu entorno, principalmente nas áreas de inserção de moradias com características precárias. Os moradores dos assentamentos, a partir de sua vivência e da negação do direito a cidade, a partir da sua precária inclusão, expunham as mudanças ocorridas por consequência de tais processos e o seu papel enquanto grupos transformadores do espaço, visto que esses agentes são produtos e condicionantes para a compreensão da dinâmica periférica. Constatou-se a relevância das ocupações e dos loteamentos, imersos em uma condição precária, e como meio de sistematizar tal análise, a escolha de três assentamentos se fez necessária para comprovar o pensamento teórico das novas formas urbanas às transformações espaciais que ocorrem diariamente em áreas cada vez mais distante. Por esse motivo, os assentamentos analisados nessa pesquisa estão espalhados na cidade região, sendo a ocupação Comunidade Nova Esperança em Benevides e o loteamento Portal da Ilha, no distrito de Mosqueiro compondo o espaço metropolitano, e o Loteamento Fazendinha, em Santa Bárbara do Pará compondo o entorno metropolitano. Como resultado, verifica-se que os espaços de assentamentos precários, ainda que tenham influência da urbanização regional policêntrica e que estejam em uma área de consolidação de uma cidade regional, não são contemplados com a gama de diversificação e intensificação dos fluxos e dos fixos que possibilitam o desenvolvimento urbano, resultando em uma área periférica com rápido crescimento associado à necessidade de habitação, colaborando para a expansão e dispersão da cidade, bem como para polinucleação e desconcentração de Belém. O direito a cidade e a busca pela justiça espacial perpassam pela constante reprodução desigual no espaço, onde há impreterivelmente a necessidade de articulação de todos os grupos sociais existentes na periferia como principal vetor de transformação do espaço, buscando diariamente a superação da condição precária e acesso equitativo dos recursos oferecidos pela cidade por meio de uma reestruturação para que novos núcleos urbanos se desenvolvam e exerçam funções equitativas na cidade-região de Belém.

**PALAVRAS-CHAVES:** Urbanização regional-policêntrica, cidade-região, moradias precárias e justiça espacial.

## **ABSTRACT**

The present research analyzes the precarious housing in the distant outskirts of Belém in light of the regional urbanization process as expressions of the configuration of a city-region. The district of Mosqueiro, the municipality of Santa Bárbara do Pará and the municipality of Benevides are part of the process of expansion and dispersion to distant areas. It aims to analyze the agents and strategies involved in the production of precarious housing from the process of regional-polycentric urbanization of Belém and its formation as a city-region. The methodological procedures were elaborated from stages, consisting in bibliographic analysis of authors of the area for discussion of theories linked to theoretical-methodological and conceptual approaches to explain the structures, processes, forms and functions of the polycentric regional urbanization associated to the city-region of Belém and its influences on the production and reproduction of precarious housing in the areas of action of the new urban arrangements. The expansion and dispersion do not obey the administrative limits of the municipalities involved, consolidating a new phase for the entire metropolitan space and its surroundings, especially in the areas of precarious housing insertion. The residents of the settlements, from their experiences and the denial of the right to the city, from their precarious inclusion, exposed the changes that occurred as a result of such processes and their role as groups transforming the space, since these agents are products and conditionings for the understanding of the peripheral dynamics. As a means of systematizing this analysis, the choice of three settlements was necessary in order to prove the theoretical thought of new urban forms to the spatial transformations that occur daily in increasingly distant areas. For this reason, the settlements analyzed in this research are spread throughout the city region, with the Comunidade Nova Esperança occupation in Benevides and the subdivision Portal da Ilha, in the district of Mosqueiro composing the metropolitan space, and the subdivision Fazendinha, in Santa Bárbara do Pará composing the metropolitan surroundings. As a result, we verify that the precarious settlements spaces, even though they are influenced by the polycentric regional urbanization and are in an area of consolidation of a regional city, are not contemplated with the range of diversification and intensification of flows and fixed that make urban development possible, resulting in a peripheral area with rapid growth associated with the need for housing, contributing to the expansion and dispersion of the city, as well as to the polynucleation and deconcentration of Belém. The right to the city and the search for spatial justice go through the constant unequal reproduction in space, where there is an unavoidable need for articulation of all social groups existing in the periphery as the main vector of transformation of space, seeking daily to overcome the precarious condition and equitable access to resources offered by the city through a restructuring so that new urban nuclei can develop and perform equitable functions in the city-region of Belém.

**KEY WORDS:** Regional-polycentric urbanization, city-region, substandard housing, and spatial justice.

## LISTAS

### Lista de figuras

Figura 1 - Expansão urbana de Belém. ....	89
Figura 2 - Área de expansão urbana de Belém.....	99
Figura 3 - Cidade-Região de Belém.....	101
Figura 4 - Área de pesquisa: distrito de Mosqueiro e os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará. ....	108
Figura 5 – Aglomerados subnormais do município de Santa Bárbara do Pará. ....	128
Figura 6 – Aglomerados subnormais no distrito de Mosqueiro.....	129
Figura 7 - Aglomerados subnormais no município de Benevides. ....	131
Figura 8 - Localização dos assentamentos precários na cidade-região de Belém. ....	133
Figura 9 – Principais vias de Canutama e entrada da comunidade Nova Esperança. ....	137
Figura 10 – Rua de acesso à comunidade Nova Esperança.....	141
Figura 11 - Comunidade Nova Esperança.....	142
Figura 12 – Via secundária da Comunidade Nova Esperança.....	147
Figura 13 - Localização de Canutama e Nova Esperança.....	149
Figura 14 - Comunidade Nova Esperança.....	150
Figura 15 - Loteamento Fazendinha em Santa Bárbara do Pará.....	153
Figura 16 - Panfleto comercial do bairro planejado Fazendinha.....	154
Figura 17 – Loteamento e Balneário Fazendinha.....	156
Figura 18 - Entrada da Fazendinha e vias secundárias.....	164
Figura 19 - Loteamento Fazendinha.....	168
Figura 20 - Residencial Portal da Ilha em Mosqueiro.....	172
Figura 21 - Panfleto de vendas dos lotes do Portal da Ilha em Mosqueiro.....	173
Figura 22 - Mapa de lotes do Portal da Ilha.....	174
Figura 23 - Residencial Portal da Ilha em Mosqueiro.....	175
Figura 24 - Residencial Portal da Ilha.....	182
Figura 25 – Portal da Ilha - Final da principal via do loteamento.....	182
Figura 26 - Loteamento Portal da Ilha.....	186

### Lista de quadros

Quadro 1 - Total de entrevistados - 2022.....	27
Quadro 2- Principais autores utilizados.....	33
Quadro 3 - Documentos utilizados para pesquisa.....	35
Quadro 4 - Histórico da formação espacial de Belém.....	93
Quadro 5 - Estrutura espacial de Belém.....	97
Quadro 6 - Tipologias Habitacionais dos assentamentos precários.....	109
Quadro 7 - Trabalho e rendimento de Benevides.....	112
Quadro 8 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais de Benevides.....	113
Quadro 9 - Valor adicionado bruto a preços correntes em atividades econômicas de Benevides.....	113

Quadro 10 - Condição da residência em Nova Esperança - 2022.....	143
Quadro 11 - Tempo de moradia no loteamento - 2022.....	160
Quadro 12 - Tempo em que reside no loteamento Portal da Ilha - 2022.....	179
Quadro 13 – Elementos das injustiças espaciais na cidade-região de Belém.....	195

#### Lista de tabelas

Tabela 1 - Composição populacional da região metropolitana de Belém (1970 – 2021).....	102
Tabela 2 - Municípios da cidade-região de Belém (indústria/serviços/PIB) no ano de 2000 e 2017.....	104
Tabela 3 - Domicílios particulares ocupados, por situação do domicílio e localização da área, segundo os municípios da cidade-região de Belém.....	106
Tabela 4 - Distrito de Mosqueiro/Belém. Ocupações e seus respectivos bairros. 2008.....	119

#### Lista de gráficos

Gráfico 1 – Nova Esperança - Grau de escolaridade dos entrevistados.....	139
Gráfico 2 – Nova Esperança – Profissões exercidas.....	140
Gráfico 3 – Nova Esperança - Entrevistados provenientes de Benevides ou de outra localidade.....	143
Gráfico 4 – Nova Esperança - Necessidade de deslocamento até o centro de Benevides	145
Gráfico 5 – Nova Esperança - Serviços disponíveis na comunidade.....	146
Gráfico 6 – Fazendinha - Nível de escolaridade.....	157
Gráfico 7 - Fazendinha - Profissões exercidas.....	158
Gráfico 8 – Fazendinha – Moradores de Santa Bárbara ou de outros municípios.....	159
Gráfico 9 – Fazendinha - Condição da residência.....	161
Gráfico 10 – Fazendinha - Necessidade de deslocamento ao centro.....	162
Gráfico 11 – Fazendinha - Serviços disponíveis no loteamento.....	163
Gráfico 12 – Portal da Ilha - Grau de escolaridade.....	176
Gráfico 13 – Portal da Ilha - Profissões exercidas.....	177
Gráfico 14 – Portal da Ilha - Entrevistados proveniente de Mosqueiro ou de outras localidades.....	178
Gráfico 15 – Portal da Ilha - Condição da residência.....	180
Gráfico 16 – Portal da Ilha -Serviços disponíveis.....	183

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>26</b>
1.1 Lócus, objeto e sujeitos da pesquisa.....	26
Tipo e caracterização de pesquisa .....	28
1.2 Etapas e procedimentos da pesquisa .....	31
1.3 Forma de análise dos dados e método da pesquisa .....	37
<b>2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS MORADIAS PRECÁRIAS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>42</b>
2.1 Espaço urbano e sua produção.....	43
2.2 O processo de urbanização regional policêntrica e a produção da cidade-região.....	54
2.3 Produções do espaço e moradias precárias no contexto da cidade-região: ocupações e loteamentos.....	71
2.4 O direito à cidade e a justiça espacial na periferia distante da cidade-região .....	81
<b>3. A CIDADE-REGIÃO DE BELÉM E A DINÂMICA DAS PERIFERIAS DISTANTES .....</b>	<b>85</b>
3.1 O processo de produção do espaço de Belém: de cidade primaz à metrópole e à cidade-região.....	86
3.2 Características do processo de urbanização regional policêntrica de Belém e a configuração da cidade-região .....	95
3.3 A condição das periferias distantes no âmbito da cidade-região de Belém.....	107
3.3.1 <i>Benevides</i> .....	109
3.3.2 <i>Distrito de Mosqueiro</i> .....	115
3.3.3 <i>Santa Bárbara do Pará</i> .....	120
<b>4. AS MORADIAS PRECÁRIAS NAS PERIFERIAS DISTANTES DA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM .....</b>	<b>125</b>
4.1 Conhecendo os assentamentos com características precárias na periferia distante .	126
4.2 Ocupação Comunidade Nova Esperança: precariedade, direito à cidade e justiça espacial.....	136
4.3 Loteamento Fazendinha: precariedade, direito à cidade e justiça espacial.....	152

4.4 Loteamento Residencial Portal da Ilha: precariedade, direito à cidade e justiça espacial .....	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>204</b>

## INTRODUÇÃO

O município de Belém, localizado no Estado do Pará, passou por diversas transformações espaciais e isso é visível ao longo de toda sua extensão, evidenciando diferentes épocas importantes para compreensão e análise da cidade que perpassam desde o período colonial até os dias atuais, diversificando e mudando a arquitetura e as relações entre o espaço e a sociedade.

Seguindo esse sentido de transformações no espaço, Belém começa a dar sinais do seu processo de metropolização a partir da década de 1950/60, no entanto, tende a ficar confinada a uma área delimitada por meio de políticas institucionais ligadas fortemente a elite local, acarretando em uma saturação no centro de Belém, mais precisamente dentro da primeira légua patrimonial (TRINDADE JR., 1998).

Em virtude da expansão ser efetuada principalmente pela população de menor poder aquisitivo, a fim de visar uma área na qual pudesse se manter, mesmo que em situação precária, a procura se torna cada vez mais significativa, uma vez que a dispersão dessas moradias provoca uma transformação no espaço periférico, permitindo a sobreposição desigual de diferentes espaços de moradia.

Pode-se entender melhor a dinâmica destes espaços quando Pinheiro *et al* (2016, p. 189) revela que consistem em “áreas urbanas de ocupação juridicamente irregular, com deficiências de infraestruturas e serviços urbanos e população pobre”. Associando essa irregularidade na área urbana ao processo de expansão e dispersão das moradias precárias se chega às localidades onde estão inseridas de forma mais incisiva.

Essas ocupações são bastante evidentes nos grandes centros urbanos e constituem áreas periféricas, onde o solo é mais barato. Sem a estrutura adequada às construções, as ocupações passam a ser marcadas pela precariedade, evidenciando inúmeras formas de ocupação da moradia no Brasil, como as favelas do Rio de Janeiro e das áreas de baixadas em Belém, caracterizando-se enquanto processo de precarização dos tipos de moradia na periferia. Com isso, torna-se mais fácil identificar a dinâmica da forma e do processo de fixação que estes assentamentos passam para se tornarem espaços precários.

Entender as articulações das ocupações precárias se faz muito importante, embora, a dinâmica inicial desta dispersão para fora do núcleo urbano inicial faz-se

ainda mais necessário, nesse sentido, Trindade JR. (1998, p.3) traz a ideia das baixadas de Belém, enquanto espaços caracterizados por sua precariedade, correspondendo “[...] ao nível de planícies de inundação constantemente alagadas ou sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano”, ao qual parte da população de baixa renda utilizam esses espaços para construir suas moradias de maneira desordenada e precária. São áreas periodicamente alagadas que caracterizam e evidenciam algumas das realidades desses assentamentos precários, geralmente essas áreas apresentam o menor preço do mercado, por isso, mais acessíveis para essa população.

Essas ocupações tendem a surgir a partir do momento em que as populações menos abastadas não possuem uma renda suficiente para adquirir uma habitação em áreas ditas bem localizadas, o que, por sua vez, força-os a se deslocar para áreas mais distantes dos grandes centros urbanos, ou, ao se tratar de Belém, para as baixadas que estão situadas em quase toda a extensão do seu espaço urbano, seja distante ou não (TRINDADE JR, 1998). Isso fomenta a ideia de Mendes (2018), o qual retrata que o processo de urbanização de Belém se deu a partir da expansão precária, pautada na miséria e na instalação de um modelo consumista do espaço, bem como na projeção desigual do poder de troca desses espaços e não seu uso efetivamente.

Por esse motivo, a diversidade da distribuição destas ocupações revela que a precarização destas áreas retrata uma dinâmica de moradia singular, uma vez que estas moradias podem (co) existir ao lado de grandes empreendimentos privados de classes mais abastadas, elucidando a descontinuidade e desigualdade do espaço urbano belenense nessa segunda fase de dispersão da moradia.

O entorno de Belém acaba por se tornar uma área com uma parcela da população vinda de outras regiões, predominantemente pobres e suas residências precárias, isso ocorre principalmente a partir dos anos de 1960/1970. Esse processo de metropolização deu início a uma nova etapa do crescimento político-econômico de Belém. É necessário compreender que Belém passou períodos de expansão dentre os quais se destaca o momento em que essa expansão ultrapassa o cinturão institucional (TRINDADE JR. 1998), que se resumia no confinamento da cidade, o que a impedia de se expandir efetivamente, levando à segunda légua patrimonial, consolidando dois eixos, o da Avenida Augusto Montenegro e da BR-316. É válido

ressaltar que, nesse período, em 1973, são criadas as Regiões Metropolitanas (RM), e entre elas estava a Região Metropolitana de Belém (RMB), elevando seu *status* para metrópole regional.

Ademais, o processo de metropolização, no final no século XX, tornou-se cada vez mais intenso, produzindo uma reestruturação produtiva, territorial e também conurbada. Atualmente, a dinâmica metropolitana se difere do processo anterior, a superação teórica e conceitual elucida que a partir da junção de elementos diversos do espaço metropolitano, uma vez que as cidades intermediárias apresentam centralidades em desenvolvimento e inseridas nesse contexto, remetendo à configuração da cidade-região.

Ribeiro (2021) analisa a cidade-região de Belém, e a partir dessa análise se observou a dinâmica entre os municípios que as compõe, tendo como critério base a diversificação das relações, dos serviços e transporte, bem como seu poder econômico para com centro de Belém. Sendo assim, Ribeiro (2021) divide a cidade-região de Belém em espaço metropolitano, ao qual possui maior diversificação dos fluxos e dos fixos, e o entorno metropolitano, onde se tem municípios mais distantes e com significativa interação com o centro de Belém, ainda que seja menor relação que do espaço metropolitano.

A junção das dinâmicas existentes no espaço e no entorno metropolitano configuram e possibilitam novas estruturas urbanas que contribuem assiduamente para intensificação do processo de urbanização regional policêntrica como principal vetor para da sistematização de uma cidade-região. O processo de polinucleação evidencia o surgimento de novos núcleos urbanos em áreas distantes do centro, geralmente em cidades pequenas e médias, configurando assim um novo arranjo urbano (SOJA, 2013; MAGALHÃES, 2008).

Concepções diversas que interajam entre si permitem a compreensão mais concisa sobre o desenvolvimento mais intenso de grandes centros urbanos proporcionam uma urbanização regional policêntrica para formação de uma cidade-região, superando a concepção desmetropolização. Então foi desenvolvida a ideia da urbanização regional policêntrica proposta por Soja (2013) e discutida por Ribeiro (2021), ao analisar o espaço metropolitano e seu entorno, dando origem ao que chamam de cidade-região, caracterizada como transescalar e mais complexa e diversa.

O crescimento do espaço metropolitano e do seu entorno metropolitano, apresentam mecanismos que corroboram para o processo de consolidação do processo de urbanização com alcance regional como base de uma lógica iniciada no centro Belém, mas que permite criação de novos sub-centros, sobre isso. Ribeiro (2018, p.147) diz que:

[...] a cidade-região consiste na forma contemporânea do processo de metropolização, apresentando descontinuidades e continuidades com relação aos processos anteriores. Sendo mais que uma metrópole estendida, ela se concretiza quando [...] o processo de urbanização dos entornos metropolitanos começa a se intensificar e a ter suas lógicas integradas ao tecido metropolitano, através de um aumento também dos fluxos do núcleo metropolitano para o seu entorno e vice-versa'(RIBEIRO, 2018, p.147).

Ao analisar a dinâmica que também chamamos de cidade-região, Ribeiro (2018) sustenta a ideia de que Belém, juntamente com Ananindeua, Marituba e Benevides possuem interações espaciais mais intensas que os demais municípios da região metropolitana. Naturalmente, não é certo desconsiderar a relação com os demais municípios, pois, segundo o autor, “é necessário pensar a forma urbana que vá além do espaço metropolitano mais restrito” (RIBEIRO, 2018, p.147). Sendo assim, pode-se dizer que os municípios citados possuem uma área mais concisa dentro do espaço metropolitano, e somado aos municípios de seu entorno, configuram novas centralidades caracterizando o desenvolvimento mais efetivo da cidade-região de Belém.

Mendes (2018) destaca que a forte influência do setor imobiliário de caráter privado, aliada a desigual dinâmica de consumo de determinados espaços nos centros urbanos, acarretam no processo de consolidação de espaços de consumo elitizados. Tal prerrogativa alimenta a frágil inserção de grupos menos abastados na dinâmica de produção espacial de modo a instalar uma desigual relação nomeiam urbano, ainda que se prove descontínua e extremamente articulada.

Nesse caso, o autor chama atenção para a ideia de uma metrópole estendida<sup>1</sup>, uma vez que essa seja uma consequência do espraiamento da influência do núcleo central de Belém.

---

<sup>1</sup> A utilização do termo “centro estendido” é a incorporação de um diálogo feito por Mendes (2018) com a ideia de “cidade confinada” trabalhada por Trindade Jr. (1998), onde se destaca a centralização das atividades econômicas e oferta de serviços, consolidando-se enquanto área de consumos de modo mais concentrada. Então o “centro estendido”, baseia no espraiamento dessas atividades para os bairros limítrofes à essas áreas, a partir de políticas de recuperação de determinadas áreas, bem como mais adiante, tornam-se condicionantes, produtos e meios para

Como forma de dialogar com essa dinâmica abordada por Mendes (2018), a ideia de cidade-região apresentada por Ribeiro (2018) associa-se ao processo de urbanização regional policêntrica (SOJA, 2013), evidenciando que há agora um espraiamento de atividades, oferta de serviços, circulação de pessoas e mercadorias, criando novas centralidades, mas sem diminuir a importância do núcleo central de Belém. Vale ressaltar, contudo, que as relações exercidas dentro dessa cidade, agora com características regionais, possui uma base multiescalar que a qualifica como uma cidade-região, fortemente assinalada por processos simultâneos de polinucleações associados às novas estruturas e qualificações dos espaços cada vez mais densos e desiguais.

Atualmente, uma descentralização é observada na dinâmica da cidade-região, acarretando em um dos elementos do processo de urbanização regional policêntrica. Esse novo desenvolvimento provocado pelo excedente da metropolização contribui para formação de um estágio mais complexo, dinâmico e de maiores proporções da urbanização. Este processo, que será discutido posteriormente em mais detalhes, envolve uma série de elementos, tais como: meios de transporte, relações comerciais, serviços mais complexos oferecidos no âmbito da cidade-região e suas relações desempenhadas com cada município do espaço e do entorno metropolitano. A urbanização regional policêntrica implica, sobretudo, na construção e consolidação da urbanização que envolve toda uma região, não obedecendo a limites municipais ou estaduais.

O processo de expansão e urbanização envolve elementos que culminam, também, para dispersão da moradia dentro da RMB, é importante ressaltar um eixo do sentido da rodovia BR-316 que culmina em uma espécie de novo “cinturão” de moradias dentro espaço urbano a partir dos anos de 1980/90, que vai do Distrito de Mosqueiro perpassando por Santa Izabel do Pará e Benevides. Esse novo vetor de crescimento da moradia, engloba novos empreendimentos de condomínios de caráter privado, programas de moradia do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e também de forma mais intensa as ocupações e loteamentos com características precárias em espaços nos arredores das principais vias e empreendimentos privados e de conjuntos habitacionais degradados.

---

processo de expansão para os demais bairros e municípios destacados nos eixos de expansão de Belém que serão trabalhados mais adiante.

Essas ocupações são resultado do processo de expansão da cidade-região de Belém, uma vez que com o desenvolvimento de uma área, esta tende a se valorizar e, como consequência, parte dos residentes dessas áreas, com o tempo, não possuirão condições mínimas para se manter, e serão obrigados de forma passiva e gradual, a deslocar-se para áreas cada vez mais distantes. Bem como há a chegada de grupos de outras áreas e regiões que só conseguem se alocar em espaços distantes, intensificando a expansão e dispersão da moradia precária da população de baixa renda para periferia distante dentro da cidade-região.

Sendo assim, observa-se que a carência de infraestrutura nesses locais é altíssima, devido à autoconstrução, também pelo difícil acesso aos serviços públicos, ou mesmo a precária oferta de serviços e bens públicos. Com a desvalorização imediata dessas localidades, acabam por não despertar interesses dos grandes agentes que pensam e produzem a cidade, ou simplesmente ainda não recebem influências diretas da repercussão mais intensa do processo de invasão-sucessão pelo qual o núcleo da cidade forçadamente passou, embora haja bastante resistência de grupos de menor poder aquisitivo distribuídos por todo espaço metropolitano, tornando a dinâmica de moradia da cidade-região cada vez mais difusa e comumente desigual. Esses espaços “são caracterizados como espaços de segregação, pobreza, isolamento e forte desigualdade socioespacial” (PINHEIRO *et al*, 2016), que está diretamente ligada ao grau de instrução, situação de emprego e renda domiciliar (PINHEIRO *et al*, 2016). Essa dispersão da moradia precária vincula-se a:

[...] recorrente *posse instável do solo ocupado*; assentamentos precários em geral se caracterizam por ocupação juridicamente irregular de terra (urbana ou rural) ou, excepcionalmente, por situação juridicamente regular, mas exposta à instabilidade em geral – seja mediante o mercado de terras, seja pelo conflito com as demais atividades ou com ações do Estado (PINHEIRO *et al*, 2016, p. 197).

No processo de urbanização regional policêntrica, as dispersões desses tipos de moradias revelam a necessidade de compreender o direito à cidade e a justiça espacial, que é uma luta pelo reconhecimento e direito de usufruir a legalidade de forma equitativa para todos os grupos sociais que vivem na cidade, mesmo que estejam em um processo de dispersão para áreas cada vez mais distantes e precárias. Por este motivo, a luta pela justiça espacial, como tratado por Soja (2013), se torna relevante para compreender a função destes agentes perante a conquista

dos espaços precários provenientes da dispersão urbana da cidade-região e do seu entorno metropolitano dentro do processo de urbanização regional policêntrica.

Esses limites urbanos acarretaram em uma nova morfologia transescalar, ou seja, que mudam a forma urbana, seu espraiamento, assim como substancial aumento da escala urbana vinculados a sua capacidade de relações políticas, econômicas, administrativas, de serviços e transportes para além de uma Região Metropolitana. Tal forma, vinculada à dispersão da cidade, resultou em uma conurbação entre as cidades, com isso, a formação da cidade-região consolida-se afetando efetivamente o centralismo das metrópoles, gerando um policentrismo.

No estágio atual de organização das cidades, os agentes que as produzem de forma direta possuem um poder substancial de transformação, conseqüentemente, impactos socioespaciais progridem na cidade, levando ao crescimento de novas áreas econômicas ao longo de toda malha urbana, desenvolvendo assim novas áreas de moradia, seja para população pobre e/ou para população com um melhor poder aquisitivo.

Essa produção do espaço gera novas formas de uso do solo urbano e acarretam cotidianamente novas discontinuidades do processo de urbanização regional policêntrica, o tornando uma malha urbana com profundas desigualdades socioespaciais, fornece uma abordagem que englobando tanto a metrópole quanto seu entorno metropolitano. Soja (2013) engloba uma nova dinâmica político-econômica com alcance não somente a região metropolitana, pois vincula-se a ela, também, toda uma região polarizada por seus fluxos e desenvolvimento mais conciso de seus fixos.

Sobre isso, o debate acerca do regional adquire, nesse contexto, diversos conceitos chaves que se completam, dentre os quais se destacam para essa pesquisa as definições de *Cidade Dispersa*<sup>2</sup>; *Pós-Metrópole*<sup>3</sup>; e *Arranjos Urbano-regionais*<sup>4</sup>, bem como as ideias de Mendes (2014; 2018; 2020) ao trabalhar a

---

<sup>2</sup> Processo de criação de novos assentamentos urbanos próximos às grandes cidades ou a grandes vias de comunicação (periurbanização e suburbanização), com uma morfologia difusa, seletiva, como uma “desconcentração concentrada”. (Monclús; Dematteis, 1998 *apud* Ribeiro, 2021).

<sup>3</sup> Sintetiza a ruptura da lógica socioespacial da metrópole baseada em uma aglomeração física para um espaço descontínuo, um “fenômeno poliédrico”, decorrente da desindustrialização e reindustrialização e da desconcentração e reconcentração das nodalidades urbanas (Soja, 2008 [2000] *apud* Ribeiro, 2021).

<sup>4</sup> Formas urbanas complexas, multidimensionais e transescalares, que extrapolam a cidade enquanto forma física, incorporam formas nem sempre contínuas de aglomerações urbanas mais extensas e

questão urbana de Belém, perpassando desde seu confinamento até seu processo expansão e dispersão pela RMB, associando os espaços desiguais de consumo e suas consequências para as novas dinâmicas urbanas belenenses.

Essas definições caracterizam momentos e fenômenos que podem ser relacionados com elementos observados no processo de urbanização regional recente de Belém e de seu entorno. A descontinuidade provocada pela recente descentralização de serviços, transporte, tecnologia faz com que haja, na até então, Região Metropolitana de Belém, e seu entorno uma desconcentração desses serviços e afins, e se dissipa por toda região a qual se têm direta ou indiretamente relação com Belém. Esse fenômeno se encaixa na ideia de *Pós-Metrópole*, citada anteriormente, bem como *cidade dispersa*, vinculada a criações de novos eixos de assentamentos urbanos na periferia distante.

Com isso, a precarização das moradias nas periferias distantes da cidade-região de Belém está vinculada a um processo engrenado em uma estrutura de produção espacial ditado pelo poder público/privado. Entretanto, a luta pela justiça espacial e pelo direito à cidade pode ser usada como uma forma de transgredir o sistema e alcançar uma igualdade de acesso aos recursos espoliados do processo de urbanização regional policêntrica, podendo acarretar na diminuição acentuada da precarização das moradias nas periferias distante da cidade-região de Belém.

As transformações socioespaciais que englobam essas periferias urbanas distantes permitem a abordagem significativa para compreender as implicações do processo de urbanização regional policêntrica ao desenvolvimento e consolidação do que propomos como cidade-região de Belém. Parte da população residente em áreas que envolvam este processo, sobretudo de baixa renda, estão diretamente inseridos como agentes produtores do espaço precário. Esses espaços são entendidos como áreas carentes de qualquer infraestrutura, com fortes características de autoconstrução de habitações, cuja população está sujeita à falta de serviços básicos de saúde, energia, saneamento básico, oferta precária do serviço de coletivos, entre outros, produzindo então, o espaço de acordo com suas necessidades, como Corrêa (1989) os denomina de agentes socialmente excluídos.

---

polarizam, em nível regional, diretamente um território que transcende o aglomerado principal e onde estão outras aglomerações (Moura, 2009 *apud* Ribeiro, 2021).

As ações atuais desses grupos são *locus* investigativo dessa pesquisa, uma vez que as ocupações precárias estão se expandindo de modo mais evidente nesse eixo de expansão da cidade-região de Belém. Para tal, é necessário compreender que o espaço metropolitano compete à concentração de objetos e ações, com a intensidade dos fluxos cada vez mais interligados entre si. Elementos estes que atualmente traduzem-se em desigualdades socioespaciais distribuídas em todo o espaço metropolitano de Belém, tornando-o substancialmente necessário compreender essas moradias na cidade-região de Belém.

O *locus* da pesquisa situa-se na periferia distante da cidade-região de Belém, com a presença de assentamentos precários deste espaço metropolitano e do seu entorno, como parte do processo de expansão, dispersão e consolidação da cidade com características regionais, sendo englobado o distrito de Mosqueiro, os municípios de Santa Bárbara do Pará e Benevides. Essa expansão de moradias precárias não se limita apenas aos entornos administrativos dos municípios envolvidos, esses se envolvem a partir de uma dinâmica de ultrapassagem (ou superação) de Belém-Ananindeua-Marituba, consolidando uma nova fase para todo o espaço metropolitano e seu entorno, principalmente nas áreas de inserção destas moradias, uma vez que a precarização dessas áreas se dá por meio do processo e das formas desiguais existentes no espaço.

Seguindo essas premissas, a pesquisa está norteada pela seguinte questão principal: Como as moradias precárias em periferias distantes na cidade-região de Belém se inserem no processo de urbanização regional policêntrica e implicam na produção de (in)justiças espaciais?

Para subsidiar a questão central, coube a investigação de questões secundárias a ela relacionadas, tais como: 1. Quais eram os agentes e as estratégias inseridas no processo de produção de moradias precárias? 2. Quais as modalidades de moradias precárias em periferias distantes na cidade-região de Belém e suas particularidades junto ao processo de urbanização? 3. Quais fatores aproximam essas moradias da condição de precariedade? 4. Quais os papéis das moradias precárias e da (in)justiça espacial em periferias distantes no âmbito do processo de urbanização regional policêntrica de Belém?

A partir das questões apresentadas anteriormente, têm-se por objetivo geral compreender a forma como as moradias precárias em periferias distantes na cidade-

região de Belém se inserem no processo de urbanização regional policêntrica e implicam na produção de (in)justiças espaciais.

Para melhor alcançar esse objetivo principal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar os agentes e as estratégias inseridos no processo de produção de moradias precárias; 2. Verificar as modalidades de moradias precárias em periferias distantes na cidade-região de Belém e suas particularidades junto ao processo de urbanização; 3. Analisar os fatores que aproximam essas moradias da condição de precariedade; 4. Compreender os papéis das moradias precárias e da (in)justiça espacial em periferias distantes no âmbito do processo de urbanização regional policêntrica de Belém.

A justificativa dessa pesquisa pauta-se na vivência do meio urbano periférico de Belém, uma vez que a realidade apresentada nestes espaços manifesta uma dinâmica com características específicas de processos de transformação e crescimento do espaço urbano associado intimamente à urbanização. Deste modo, é de significativa relevância para um pesquisador compreender os mecanismos que contribuem para a configuração da dinâmica socioespacial na qual esteja inserido.

Durante a graduação a minha, surgiu a necessidade de compreender o meio no qual estava inserido e sua relevância para a academia, como resultado efetuou-se a elaboração do trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo era analisar a produção do espaço urbano vinculado às mudanças e às permanências dos tipos de moradia no bairro do Tapanã, em Belém. Nesses termos, foi necessário utilizar a concepção de metropolização do espaço e suas influências na periferia de Belém.

Nesta pesquisa, há outra realidade que necessita de atenção, uma vez que há um déficit de trabalhos relacionados ao *locus* proposto, as novas áreas de dispersão urbana de Belém. A vida acadêmica direcionou-me para uma pesquisa mais complexa, na qual se busca compreender as moradias precárias como vetores do processo de urbanização regional policêntrica e da formação da cidade-região de Belém.

A importância deste trabalho está justamente na demanda por referenciais que possam analisar novas dinâmicas urbanas, bem como dialogar com novas realidades minimamente entendidas e explicadas. Portanto, a relevância do estudo acerca da urbanização regional policêntrica e da consolidação de Belém enquanto

cidade-região contribui significativamente para o meio acadêmico, principalmente, para entender novas realidades do espaço urbano belenense.

Este trabalho também se justifica pela imprescindibilidade da compreensão do papel desempenhado por grupos sociais menos abastados da cidade-região de Belém, uma vez que os espaços periféricos têm passado por significativas transformações, principalmente no modo como essas moradias se instalam em determinados espaços e a forma como desempenham suas funções perante toda dinâmica de urbanização da cidade-região de Belém.

Por fim, este trabalho encontra relevância ao abordar a questão social vinculada à justiça espacial e ao direito a cidade. A cidade-região de Belém necessita de mudanças, e para um espaço tão desigual, seja no acesso a determinados lugares ou recursos, o processo de urbanização regional policêntrica pode contribuir significativamente para um melhor desdobramento e, assim, alcançar maior aproximação à justiça espacial por meio da luta pelo direito à cidade, uma vez que essa luta provoca transformações no meio urbano, almejando a igualdade do usufruto de recursos do meio urbano.

A reprodução desigual do espaço urbano evidencia as injustiças espaciais provenientes ações conjuntas do setor público e privado, tal ação retrai o poder de decisão e usufruto de grupos menos abastados acerca da utilização dos seus direitos aos recursos existentes na cidade. Com isso se faz necessário uma redistribuição socioespacial em seu processo de produção, e nesse quesito Soja (2013) compartilha que “em parte com o propósito de uma distribuição justa e igualitária dos recursos urbanos, mas muito mais com a obtenção de poder sobre os processos de produção [...] urbanas injustas”<sup>5</sup> (p.126), e assim fundamenta-se a importância desta pesquisa para explicar tal realidade dentre os processos voltados às mudanças da cidade-região de Belém sobre a perspectiva da superação das injustiças espaciais principal vetor.

Em seguida há a distribuição dos capítulos da pesquisa, onde em 4 seções foram abordados e analisados mecanismos que expliquem os processos, as formas, as estruturas e as funções que as transformações espaciais ocasionam tanto no núcleo central, quanto em áreas distantes.

---

<sup>5</sup> Texto Original: “en parte con el propósito de una distribución justa e igualitaria de los recursos urbanos, pero mucho más con el de la obtención del poder sobre los procesos de producción de geografías urbanas injustas” (SOJA, 2013, p.126).

Nas seções 1 e 2 abordaram a pesquisa a partir do viés metodológico e conceitual, respectivamente. A primeira mostra caracterização dos procedimentos que guiaram a pesquisa, contendo a matriz dialética como foco para analisar as contradições das transformações espaciais. A segunda carrega consigo a base que fortifica os conceitos e termos e teorias geográficas e de outras ciências para explicar os eventos que se sucederam, e que cria mecanismos para explicar novas realidades existentes no espaço urbano.

Nas seções 3 e 4 buscou-se analisar a realidade empírica de Belém para contrapor a realidade com os conceitos e teorias abordadas nas seções anteriores. A seção 3 traz o processo histórico de desenvolvimento de Belém e as características dos processos que se passaram ao longo dos anos, bem como dados dos municípios que compõe a cidade-região e a sistematização de conceitos que aproximam os assentamentos da condição de precariedade. A seção 4 é a sistematização do trabalho, é nessa seção que se apresentam os assentamentos estudados e que juntos fazem parte da cidade-região de Belém e se encontram na condição precária, sendo eles a ocupação Nova Esperança em Benevides, os loteamentos Fazendinha em Santa Bárbara e Portal da Ilha em Mosqueiro.

Em cima da realidade desses assentamentos, buscou-se compreender os meios que os aproximavam de tal condição e os agentes que os produzem diariamente. Por fim, foi possível, a partir da realidade de cada um, analisar meios que possibilitem a coalizão para uma luta coletiva em prol do direito a cidade e a busca pela justiça espacial frente ao processo de urbanização regional policêntrica nos termos da consolidação da cidade-região de Belém.

## SEÇÃO I

### 1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Essa seção possui a finalidade apresentar os fundamentos e os procedimentos metodológicos estabelecidos como os mais significativos para a construção e prosseguimento desta pesquisa, no qual se exprimem o *lócus*, objeto e sujeitos da pesquisa; tipo e caracterização da pesquisa; etapas e procedimentos; e, por fim, forma de análise dos dados e método da pesquisa.

#### 1.1 Lócus, objeto e sujeitos da pesquisa

Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa baseiam-se na construção epistemológica de elementos que contribuem para o entendimento dos processos em desenvolvimento e transformação no complexo espaço urbano produzido a partir de Belém.

Este caso apresenta uma área delimitada de estudo que se designa na periferia de Belém enquanto parte da cidade-região, ou seja, estão localizadas em alguns municípios que compõe a atual RMB, são estes, Benevides, Santa Bárbara do Pará e o Distrito de Mosqueiro. Juntos possuem elementos que os caracterizam como uma área de expansão e dispersão da moradia precária como produto do processo de urbanização regional policêntrica.

O objeto de análise desta pesquisa, por sua vez, pauta-se nas moradias precárias em periferias distantes na cidade-região de Belém. Por conseguinte, o seu exame contribui para a compreensão do processo de urbanização regional policêntrica associado à produção desigual e às (in)justiças espaciais existentes nesta área de estudo.

A partir do desenvolvimento da análise pretende-se evidenciar a relevância das ocupações e loteamentos, imersos em uma condição precária, enquanto elementos da composição dessa realidade em constante mudança no contexto da cidade-região de Belém sob o processo de urbanização regional policêntrica.

A definição dos sujeitos da pesquisa é de substancial importância para a compreensão dos processos abordados. Nesse sentido, os moradores de assentamentos com características precárias foram estabelecidos enquanto sujeitos da investigação, abrangendo os líderes comunitários e os próprios moradores que, a partir de sua vivência, exponham as mudanças ocorridas por consequência destes

processos, visto que estes agentes são produtos e condicionantes primordiais para a compreensão da dinâmica dos espaços periféricos, ou seja, são os agentes capazes de dar tal configuração da moradia no espaço periférico, acarretando diretamente no modo de vida desses grupos.

O *lócus* propriamente dito da pesquisa consiste: a) na ocupação Comunidade Nova Esperança, em Benevides; b) no loteamento Fazendinha, em Santa Bárbara do Pará; c) e no loteamento Portal da Ilha, no Distrito de Mosqueiro. Esses assentamentos foram escolhidos a partir de critérios específicos no qual consistem na forma com que foram produzidos em seu processo de inserção no espaço distante do centro belenense, a condição em que se encontram hoje a partir das relações desiguais de produção na periferia, sua localização frente ao arco de expansão e dispersão proveniente do processo urbanização regional policêntrica e o tempo de existência desses assentamentos. Uma vez que os novos arranjos urbanos começam a se mostrar de modo mais latente no final da década de 1990 e início dos anos 2000, e por esse motivo é definido como critério de análise de transformações recentes no espaço urbano assentamentos que surgiram a partir do início dos anos 2000.

Os sujeitos, por sua vez, são os moradores dessas localidades que se propuseram a caracterizar cada assentamento, desde sua forma de inserção, as lutas em busca de melhorias para suas moradias e a relação que esses têm com o espaço de habitação.

**Quadro 1 - Total de entrevistados - 2022.**

	Mulheres	Homens	Mulheres e Homens
<b>Benevides</b>	7	3	10
<b>Santa Bárbara do Pará</b>	10	4	14
<b>Distrito de Mosqueiro</b>	6	4	10
<b>Total</b>	23	11	34

A maioria dos entrevistados na pesquisa foram mulheres, isso se explica pelo fato da maioria alternar entre doméstica, dona de casa, desempregada e/ou aposentada, uma vez que nesses casos a figura do homem saía para trabalhar enquanto ela tomava conta da casa ou dos filhos.

Um dado importante obtido em campo é o grau de escolaridade do público entrevistado, no qual nenhum obtinha o nível superior, sendo em sua maioria alternados entre nível fundamental e médio.

Esses são os sujeitos que contribuíram para o embasamento dessa pesquisa, auxiliando a compreensão da realidade nos espaços periféricos associados à condição de precariedade.

### **Tipo e caracterização de pesquisa**

Quanto às características da pesquisa, esta possui o viés da metodologia explicativa, qualitativa e baseada em trabalho de campo, uma vez que sua abordagem expõe aspectos particulares aos elementos apresentados e analisados no qual há interação dos procedimentos concomitante ao desenvolvimento da pesquisa com o objetivo de solucionar os problemas apresentados anteriormente. Assim sendo, Prodanov e Freitas (2013, p. 44) discorrem que a:

[...] pesquisa é, portanto, um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando temos um problema e não temos informações para solucioná-lo (PRODANOV E FREITAS, 2013, p.44).

Os objetos da pesquisa possuem características de um estudo amplo, com abordagem de fenômenos existentes na sociedade, mas que atingem de formas diferentes e desiguais determinados grupos sociais. Desde modo, para a observação destes fenômenos, há a necessidade de inserir a pesquisa explicativa, pois busca esclarecer dúvidas de fenômenos e suas causas por intermédio de registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados com o objetivo de aproximar e analisar fatores que se vinculam reproduções dos fenômenos espaciais.

Estes elementos que são fundamentais na tentativa de compreender determinada realidade cuja ideia central é identificar os fatores determinantes por meio da observação e análise. Tais condicionantes contribuem substancialmente para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que estes elementos, sobrepostos de modo desigual no espaço estudado, evidenciam uma dinâmica a qual o método explicativo consegue identificar por meio da análise, classificação e interpretação destes elementos condicionantes da pesquisa, sobretudo de meios que possam alinhar a compreensão relativa ao espaço descontínuo e desigual (SUERTEGARAY, 2002; SANTOS, 2013).

Bem como, estes processos necessitam de uma análise concisa que envolva respostas para fenômenos socioespaciais presentes na cidade-região de Belém. Por isso, a pesquisa necessita explicar as ações de grupos sociais, instituições públicas e privadas que colaboram para formação da estrutura complexa do processo urbanização regional policêntrica que a cidade-região de Belém tem atingido atualmente. Sendo assim, a pesquisa qualitativa se insere categoricamente para a produção e aplicação desta pesquisa. Prodanov e Freitas (2013) compartilham o conhecimento sobre este procedimento ao revelar que:

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70).

Nestes termos, confere-se que o ambiente torna-se principal fonte para pesquisa, e essa relação necessita um contato constante entre o pesquisador e seu campo. Como resultado dessa ligação, há obtenção de dados a partir de elementos descritivos com característica qualitativa obtidos na realidade estudada, diferenciando da quantitativa por não utilizar dados estatísticos. Lakatos e Marconi (2003) contribuem também para o entendimento da concepção da pesquisa qualitativa, ao compartilharem que o método qualitativo envolve transformação, é quando os elementos da pesquisa deixam de apresentar dados quantitativos e passam a necessitar de elementos marcantes que são condicionantes para explicação de um fenômeno no espaço pesquisado. Elementos que agora são apresentados e analisados como qualitativos, dando suporte ao entendimento das interações desiguais entre os grupos sociais e o espaço a qual estejam inseridos.

Sendo assim, a qualidade, a interação explicativa e o pesquisador como principal instrumento na coleta de dados que comprovam a necessidade da utilização destes métodos para o desenvolvimento mais conciso desta pesquisa de tal forma que consiga compreender a relação, a interação, os fenômenos e os elementos que permitem o processo de urbanização regional policêntrica da cidade-região de Belém.

Como caracterização desta pesquisa, também, há o trabalho de campo que segundo Prodanov e Freitas (2013) consiste na obtenção de informações e/ou conhecimentos sobre o problema estudado cujo objetivo baseia-se na resposta de problemas, relação entre os fenômenos e comprovação de hipóteses. Essa se pauta no levantamento de uma pesquisa bibliográfica no qual o campo busca comprovar e responder estes fatos e suas variáveis. Por último, “antes que realizemos a coleta de dados, é preciso estabelecer as técnicas de registro desses dados como também as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior” (PRODANOV e FREITAS, p.59). Esse processo permite que se aliem técnicas dialéticas que auxiliem o objetivo na pesquisa de campo, obtendo da melhor maneira possível coleta de dados para a pesquisa, sobretudo a partir da análise qualitativa no espaço (SURTEGARAY, 2002).

Lakatos e Marconi (2003) também contribuem para o entendimento da importância do trabalho de campo ao dizer que aumenta:

[...] a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc. (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 188).

O campo, por sua vez, contribui significativamente para a pesquisa, pautando-se na acumulação de informações detalhadas obtidas por intermédio da observação de campo participante (LAKATOS e MARCONI, 2003). Sendo assim, entende-se que para a pesquisa campo, necessita-se de uma definição prévia das técnicas a serem utilizadas e o conhecimento prévio dos elementos a serem abordados, o campo servirá a pesquisa como suporte qualitativo, contribuindo sistematicamente para explicação empírica dos fenômenos apresentados teoricamente.

Para Surtegaray (2002) na abordagem no método dialético, “o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é em uma outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto” (SURTEGARAY, 2002, p.2). Por fim, para esta autora, a pesquisa de campo é compreendida como uma interpretação resulta do envolvimento direto com o objeto de investigação, sendo

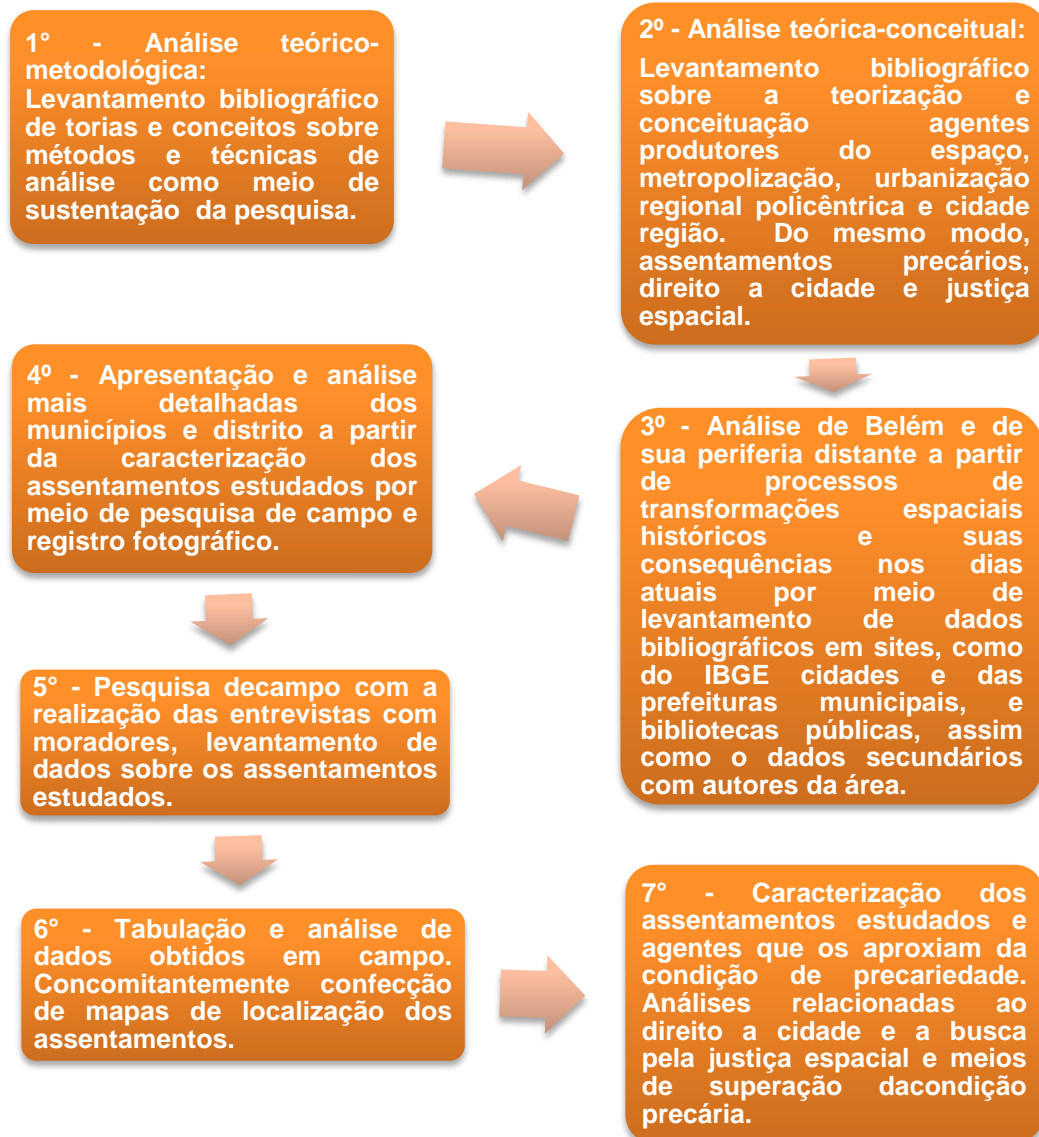
assim, o campo desenvolve-se na medida em que há o desvendamento de contradições dos processos, os levando a novas explicações de fenômenos que estão em constantes transformações.

## **1.2 Etapas e procedimentos da pesquisa**

Os procedimentos da pesquisa pautam-se, a priori, pela análise teórica-conceitual sobre os conceitos que tangem a análise do meio urbano e seus processos de transformações espaciais, tendo como forma de análise o método dialético como via de contrapor dados conceituais e empíricos ao desenvolvimento da pesquisa com a finalidade de ter um embasamento consolidado para explicar as estruturas, processos, formas e funções da urbanização regional policêntrica associada à cidade-região de Belém. Em seguida, foram elaboradas análises que permitem compreender os processos de transformações espaciais de Belém, por meio de dados históricos e autores que façam discussão acerca do tema. A partir do das teorias que expliquem as transformações das formas e dos processos, a pesquisa necessitou de dados empíricos por meio do campo, no qual se necessitou dados exploratórios decampo e entrevistas com moradores onde se elucidou de modo mais conciso, os agentes que promovem as injustiças espaciais e nega o direito à cidade aos grupos precariamente incluídos na produção do espaço urbano, e conseqüentemente os deixando na condição precária frente à expansão e dispersão de Belém para áreas cada vez mais distantes.

A seguir, o organograma 1 indica as etapas e os procedimentos que foram necessários para o desenvolvimento da pesquisa como síntese metodológica. Dando suporte para conexão entre os objetivos traçados e os procedimentos teórico-mesológicos e empíricos da pesquisa.

### Organograma 1 - Etapas e procedimentos da pesquisa.



Quadro 2- Principais autores utilizados.

Seções	Caracterização da abordagem	Principais autores utilizados
<b>Seção I</b>	Abordagem metodológica da pesquisa, noções e métodos da dialética para caracterização da pesquisa.	Prodanov e Freitas (2013); Sposito (2004); Lakatos e Marconi (2003); Surtegaray (2002); Lefebvre (1991); Cheptulin (1982); Gamboa (2000).
<b>Seção II</b>	Abordagem sobre as teorias e conceitos sobre urbanização, produção do espaço urbano, metropolização, novos arranjos urbanos como meio para compreender o processo de urbanização regional policêntrica e a cidade-região.	Capel (1974); Corrêa (1989); Martins (1997); Santos (1993; 2013; 2014); Monte-Mór (1994); Soja (2008; 2013); Moura (2009); Ribeiro (2011); Santos (2017); Ribeiro (2021).
	Relação aos aspectos da moradia no Brasil e sua aproximação e caracterização da condição de precariedade.	Azevedo e Andrade (2011); Monteiro e Veras (2017); Silva e Tourinho (2015); Pinheiro ( <i>et al</i> , 2016); Cardoso (2016).
<b>Seção III</b>	Levantamento das produções espaciais históricas de Belém em seu processo de expansão e dispersão como forma de consolidação de uma cidade-região frente à urbanização regional policêntrica como novo arranjo urbano.	Trindade Jr (1998), Mendes (2014; 2018; 2020); Santos (2017); Souza (2018); Ribeiro (2018; 2021).
<b>Seção IV</b>	Pesquisa campo, entrevistas e tabulação de dados. Discussão sobre a caracterização dos assentamentos estudados em sua aproximação da condição de precariedade e a luta pelo direito a cidade e a justiça espacial.	Martins (1997); Soja (2014); Pinheiro ( <i>et al</i> , 2016) Ribeiro (2021).

Para pesquisa os principais autores utilizados para o debate destacaram-se Prodanov e Freitas (2013), Sposito (2004), Lakatos e Marconi (2003) e Surtegaray (2002) para conceituar a abordagem metodológica da pesquisa, dando suporte para a compreensão mais eficiente das concepções da dialética associados caracterização da pesquisa, correspondendo diretamente à necessidade de solucionar os questionamentos apresentados nesta pesquisa. Por isso, tendo por

base esses autores que discutem esses procedimentos, o método explicativo, qualitativo e pesquisa de campo tornam-se veículos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Feita a articulação dos elementos desta pesquisa, faz-se de extrema importância abordar as concepções do método dialético de outros autores para a análise de dados como Lefebvre (1991), ao discutir a ideia da lógica da dialética aplicada na pesquisa; de Cheptulin (1982), ao compartilhar o seu pensamento acerca da dialética materialista em seu processo de transformação e troca de elementos da pesquisa; e de Gamboa (2000), trazendo a dialética na pesquisa.

Também como Santos (1993) para dar o entendimento inicial acerca do processo de urbanização no Brasil e suas dinâmicas conceituais acerca das desigualdades socioespaciais; Moura (2009) para elucidar a questão dos arranjos urbanos no Brasil e seus processos de transformação espacial a partir de novos procedimentos teórico-conceituais para a análise do espaço urbano; Trindade Jr (1998), Mendes (2014; 2018; 2020) e Santos (2017) para trabalhar como se deu o processo urbanização e de metropolização de Belém e suas consequências para o espaço metropolitano, e de seu entorno, da cidade-região no hoje enquanto área de dispersão e expansão; e também Soja (2013), como alicerce principal para o entendimento da concepção do processo de urbanização regional policêntrica e consolidação da cidade-região como nova dinâmica espacial urbana; Ribeiro (2011) traz a concepção das metrópoles brasileiras, suas concentrações, diversificações e dispersões dentro desse processo no qual os espaços urbanos têm se modificado a partir de interações entre os grupos sociais e os fenômenos presentes nos espaços urbanos; Ribeiro (2018; 2021) busca analisar o processo da dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais, dando ênfase ao reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém a partir da perspectiva da urbanização regional policêntrica.

Em seguida, em relação a questão da moradia, para este tópico Azevedo e Andrade (2011) para tratar sobre a questão da habitação e as moradias populares com a inserção de programas habitacionais no Brasil; em seguida se trabalhará a concepção de Monteiro e Veras (2017) para abordar a ideia de problemas urbanos relacionados à habitação que está associada diretamente a mercantilização da terra urbana e da moradia e que esta pesquisa aplicará nas áreas da periferia distante da

cidade-região para subsidiar a compreensão das contradições existentes no espaço urbano; e também Silva e Tourinho (2015) que busca analisar elementos das políticas habitacionais

[...] do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tendo como parâmetro a lógica locacional dos conjuntos habitacionais por elas implementados e, como recorte espacial, a Região Metropolitana de Belém (RMB) (SILVA E TOURINHO, 2015, p. 1).

Sendo assim, dando suporte para a compreensão da distribuição da moradia no espaço metropolitano de Belém. Por fim, Pinheiro *et al* (2016) é inserido para discutir a caracterização das moradias precárias em Belém, contribuindo para discussão e análise para o entendimento da inserção destas dentro do processo de urbanização regional policêntrica.

Os documentos necessários para o prosseguimento da pesquisa se definem-se aqui como dossiês de dados de quantidade de habitações e de moradores obtidos pela SEHAB e prefeituras municipais e agências distritais, bem como os registros de dados em livros como forma de autenticidade de comprovação para análises comprobatórias e declarações escritas por autoridades reconhecidas. Assim como dados disponibilizados por institutos como IBGE e órgãos públicos ou privados como universidades e escritórios.

**Quadro 3 - Documentos utilizados para pesquisa.**

Documentos utilizados	Órgão ou instituto
Dossiês sobre número de habitações e de moradores	SEHAB
Dossiês de compra e venda de lotes	Escritórios empresariais
Dados secundários sobre economia e serviços	IBGE cidades
Registro de dossiês de moradia dos anos 90	NAEA - UFPA
Levantamento documental de moradias da área estudada.	Pesquisa de campo <sup>6</sup>

<sup>6</sup> Há documentos de compra e venda de casas de moradores dos assentamentos estudados, mas não foi permitido o registro fotográfico.

Nesses termos, a procura documental para dar base aos acontecimentos históricos, tais como o número de moradores residentes na área de estudo, bem como a população total e índice de aglomerados subnormais assim como o número datado de moradias com características precárias no *lócus* da pesquisa e em seguida fazer uma análise quali-quantitativa acerca dos dados coletados; estes dando suporte para análise teórica e empírica, bem como referência para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, é de extrema importância o levantamento de dados, uma vez que esses dados indicam mudanças em aspectos sociais, espaciais, político, administrativo e econômico no decorrer dos anos em determinada área e/ou região. Por isso, essa etapa se torna importante para o desenvolvimento teórico-conceitual da pesquisa e da compreensão da produção da moradia no espaço metropolitano belenense.

Posterior a isso, se fez necessário o trabalho de campo exploratório e de observação como ferramenta significativa para o desenvolvimento da pesquisa, este com o objetivo de fazer o confronto entre o teórico e o empírico a partir de análise de dados obtidos em campo através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, observação e análise do comportamento socioespacial da área de estudo, obter novos elementos que possam ajudar a explicar os fenômenos urbanos na periferia distante de Belém. A partir dos dados obtidos, também auxiliar na elaboração de mapas destas áreas, para localizar os assentamentos estudados com o intuito de analisar a influência da urbanização em seu processo de expansão e dispersão das moradias precárias, ou seja, expor como as moradias estão inseridas no espaço periférico de Belém e suas relações na dinâmica do espaço atualmente.

Com isso houve a pesquisa de campo na comunidade Nova Esperança, onde se fez necessários três visitas, destacando os registros fotográficos, a realização das entrevistas e questionários semiestruturados com os moradores e levantamento histórico da área por meio dos próprios moradores e da comunidade vizinha, Canutama. Destaca-se um total de 10 entrevistados, dando embasamento suficiente para a análise do perfil dos moradores da comunidade. A visita à prefeitura de Benevides foi realizada quatro vezes e não houve nenhuma disponibilização de dados ou entrevistas.

No loteamento Fazendinha em Santa Bárbara foram realizados três pesquisas de campo no loteamento, sendo realizados registros fotográficos e entrevistas com 14 moradores para análise de suas realidades e da condição dos assentamentos. Ressalta-se que houve obtenção de dados no site da empresa que administra o loteamento e também em sites de vendas de casas. Com quatro visitas, a prefeitura municipal não disponibilizou dados e nem registros, muito embora apenas um assessor tenha se disponibilizado para falar, na condição de não gravação da entrevista.

A visita de campo no Portal da Ilha, em Mosqueiro foi realizada duas vezes sendo obtidos registros fotográficos e realização de entrevistas e questionários com 10 moradores, sendo uma vendedora dos lotes que disponibilizou dados necessários para a construção da análise do loteamento. Com duas visitas à SEHAB, houve a disponibilização de um dossiê de moradores de Mosqueiro, com duas visitas à agência distrital de Mosqueiro, não houve a disponibilização dados referentes aos espaços de moradia nem de moradores.

Ao todo foram realizados mais de 20 idas ao campo, sendo distribuídos nos assentamentos estudados, prefeituras, secretarias municipais, agências distritais, UFPA e escritório de vendas de lotes. Tais dados obtidos em campo tornaram-se suficientes para o embasamento dessa pesquisa.

### **1.3 Forma de análise dos dados e método da pesquisa**

A forma de análise dos dados desta pesquisa baseia-se principalmente no método dialético, pois os elementos obtidos durante a pesquisa de cunho social permitem a refutação de opiniões do senso comum, chegando a uma concepção dialética pautada em informações experimentais contraditórias que resultam em uma verdade específica (SPOSITO, 2004). Lefebvre (1991) aborda questões referentes ao materialismo histórico dialético, buscando compreensões para explicar o abstrato enquanto reflexão do método da pesquisa. Abordando questões do formal (lógico) ao conteúdo referente à *práxis*. Para explicar os fenômenos existentes a partir dos processos estudados nesta pesquisa, houve a necessidade de atribuir a forma de análise e do método a concepção dialética, uma vez que esta se entende como conhecimento humano é prático, é social e histórico (LEFEBVRE, 1991). A dialética busca a verdade através do diálogo, da lógica desenvolvida a partir dos estudos da tese, antítese e síntese do conhecimento prático (LEFEBVRE, 1991).

Conhecimentos esses que se associam aos fenômenos reproduzidos a partir da interação dos agentes produtores do espaço urbano concomitante provocam incisivas transformações nos espaços periféricos da cidade-região de Belém.

Para trabalhar a concepção da dialética Gamboa (2000) torna-se eficaz ao expor que a dialética torna-se uma tendência fundamental para as práticas de pesquisa, uma vez que esta permite “dimensionar sua importância como alternativa teórico-metodológica e sua perspectiva na fase atual” (p.93) dos processos que se justapõe e necessitam de meios teóricos conceituais para explica-los. Sendo assim, pode-se utiliza-lo para aplicação e fundamentação da prática dialética fazendo uma articulação lógica, voltadas para conhecimento técnico, teórico e epistemológico, adotando uma postura que inclui valores fundamentados em desvendar conflitos de interpretações e/ou conflitos das interpretações (GAMBOA, 2000). Por outro lado, Cheptulin (1982) utiliza ideias de Kant para apresentar que não são reflexo de aspectos de conexões da realidade objetiva, mas sim por representarem as formas do pensamento que levam a conceder o pensamento à consciência pela natureza, ou seja, “seu conteúdo é determinado não pela consciência, mas pela atividade objetiva, e se manifesta como reflexo das características das formas universais do ser” (CHEPTULIN, 1982, p. 10).

A compreensão acerca do método adotado para esta pesquisa baseia-se na concepção dialética, em razão de Sposito (2004) compartilhar a ideia de que eventualmente o método dialético depende da compreensão de categorias e de relações históricas de produção, ao qual determina o desenvolvimento da produção material. O autor diz que para Marx, a dialética atinge uma confrontação de teses e antíteses, e resultantes deste processo há um desenvolvimento melhor e mais amplo de determinada tese, tornando-a superior a anterior (SPOSITO, 2004). Dentre essas formulações do método há categorias que dão suporte para uma compreensão mais qualitativa para o seu entendimento. Essas categorias possuem uma natureza que essas são concepções gerais, e “não existem antes das coisas singulares, mas pelo contrário, resulta do conhecimento destas, assim com o reflexo das propriedades e das relações que lhes são próprias” (CHEPTULIN, 1982, p. 6).

Corroborando para essa ideia, Harvey (1973) diz que o método dialético “só pode ser bem compreendido através de sua prática” (HARVEY, 1973, p. 248), dando ênfase ao entendimento de que para alcançar uma teoria revolucionária na

geografia, é preciso seguir o caminho marxista, vinculado à prática social. Por meio de uma crítica profunda e dos conceitos analíticos existentes e impondo uma nova teoria que pode se manter na base da realidade empírica, em outras palavras, Harvey (1973) diz que o pensamento do método dialético é possível através de práticas sociais associadas a práticas revolucionárias.

Sobre os conceitos ligados as estruturas da dialética, Cheptulin também compartilha a concepção de Berkeley para dizer que “todos os conceitos são singulares, representam as ideias das coisas particulares que podemos perceber” (CHEPTULIN, 1982, p. 9), e ainda ressalta que ninguém percebeu ideias gerais como um todo, apenas particulares, e que a junção destas formam a ideia geral, assim sendo possível compreendê-la. Seguindo essa linha de pensamento, Lefebvre (1991) atribui a concepção de Marx para estabelecer um estudo lógico, são estes a *forma* vinculado ao valor de troca; *estrutura* ligado ao conjunto de equivalências; *funcionamento* como a troca, circulação de dinheiro e moeda; *conteúdo* relacionado ao trabalho social produtivo; e o *histórico* associado a divisão do trabalho e acumulação do capital.

Estes elementos, segundo o Lefebvre (1991), contribuem para o entendimento da aplicabilidade do método dialético enquanto contrariedades que se sobrepõem e que a dualidade entre estas podem resultar na explicação de determinada realidade, ação de grupos sociais etc.. Corroborando com esses elementos, Gamboa (2000) traz a questão da abordagem dialética e reconhece enquanto manifestação empírica, confirmando a “distinção entre fenômenos e essência que se inter-relacionam entre si formando uma lógica interna ou estrutura, embora para a dialética, essa formação tenha uma dinâmica gênese e história” (GAMBOA, 2000, p. 101). Afirmando assim, que a própria ciência é tida como produto da ação do homem, analisada a partir dos fenômenos, da história e da contínua evolução, servindo assim a produção científica para mediação entre o homem e a natureza.

Cheptulin (1982, p.18) afirma que a “imagem ideal não coincide imediatamente com os fenômenos com as quais se encontra a superfície das coisas”. Estas imagens apresentadas por este autor se desenvolvem a partir do resultado da atividade criadora do sujeito, sendo assim, a dialética evidencia que a interação desigual dos sujeitos se justapõe, e revelam-se assim, uma nova forma,

processo, estrutura e função concebida a partir desta dinâmica de interação dos fenômenos existentes no espaço, sejam eles abordados de forma singular ou a partir de concepções gerais. Com o decorrer do desenvolvimento do método dialético, Sposito (2004) afirma a existência de leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano as quais são fundamentais para o método dialético. São estes: (1) a Transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a unidade de interpenetração dos contrários; e (3) a negação da negação. Estes elementos que são essenciais à construção e articulação desta pesquisa.

Gamboa (2000) diz que na dialética todas as concepções são retomadas, visando sempre sua superação a partir de suas interações. Assim sendo, ele diz que o “homem é tido como ser social e histórico; embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é criador da realidade social e o transformador desses contextos” (GAMBOA, 2000, p. 103), corroborando com a concepção de Lefebvre. Por isso, os sujeitos e o *locus* da pesquisa apresentados anteriormente se inter-relacionam e produzem fenômenos substancialmente importantes para o desenvolvimento e compreensão da dinâmica do processo de urbanização regional policêntrica, vivenciada pela cidade-região de Belém.

Esta pesquisa necessita da articulação entre o homem e a natureza, buscando a compreensão mais ampla da realidade a qual os grupos sociais de moradias precárias evidenciem a dinâmica socioespacial a partir da relação com o processo de urbanização que a periferia da cidade-região de Belém vem se metamorfoseando a partir da lógica do capital. Sendo assim, pode-se utilizar da concepção de Lefebvre (1991) ao dizer que “não há produção sem contradição, sem conflito, a começar a relação social (o homem) com a natureza através do trabalho” (p.19), corroborando para intensificação da produção de novas moradias junto ao processo de expansão e dispersão da cidade-região.

Como abordado anteriormente, esta pesquisa necessita utilizar-se de conflitos existentes no espaço periférico da cidade-região de Belém, para então compreender o motivo de seus fenômenos, metodologicamente Gamboa (2000) compartilha que o método dialético aproveita-se de “interesse transformador resgatando dimensões históricas e suas possibilidades de mudanças” (p. 97). Com isso, a relação e interação de agentes desiguais produtores desses espaços, marcados por

momentos históricos diferentes possibilitam uma análise mais concisa dessa realidade, uma vez que o processo de urbanização regional policêntrica atinge, de maneira desigual, o espaço periférico de Belém enquanto cidade-região. A inter-relação entre esses agentes, conflitando a partir do método dialético, permite a compreensão e superação dos fenômenos apresentados nesta pesquisa a partir da interação de variáveis dos elementos.

Sendo assim, a análise dos dados e o método da pesquisa tornam-se elementos fundamentais, uma vez que no ato de confrontar opiniões, pontos de vista distintos, há uma oposição e contradição destes elementos, tais sobreposições levam a uma compreensão mais ampla e qualificada na análise dos dados, a fim de alcançar o objetivo proposto de modo mais eficaz (SPOSITO, 2004) para a compreensão como forma de análise de dados desta pesquisa

## SEÇÃO II

### 2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS MORADIAS PRECÁRIAS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O presente capítulo tem por objetivo desenvolver a discussão acerca do processo de urbanização sob a perspectiva da produção de moradias com características precárias, a partir da análise de elementos teóricos e conceituais que permitam compreender uma nova dinâmica urbana. Tal dinâmica que atinge, de maneira desigual, os municípios de um determinado espaço metropolitano, permitindo a compreensão das estruturas, do processo, das formas e as funções de cada agente e elementos condicionantes para consolidação da urbanização do espaço. Sendo assim, esse capítulo necessita de instrumentos teóricos e conceituais para embasar a análise das formas urbanas e suas transformações ao longo do tempo, de Belém, seu espaço metropolitano e do seu entorno.

Para que tal objetivo seja alcançado, essa pesquisa perpassará pela análise teórica do espaço e suas produções, com o intuito de dar base para o entendimento do processo de urbanização e do desenvolvimento da configuração da cidade-região; seguido da produção desigual das moradias, permitindo a compreensão das estruturas precárias presentes dentro de espaços de intensas transformações, em contraste também com outros tipos de moradia. Conseqüentemente, há a necessidade de debater o direito à cidade para os grupos que habitam essas moradias em áreas precárias, permitindo a construção do conhecimento acerca da luta pela justiça espacial.

Nessa perspectiva, esse capítulo se encarrega de instrumentalizar de modo teórico a discussão dos elementos que subsidiam as transformações no espaço urbano, voltados principalmente para os processos e a forma alcançada a partir desta interação. Feito isso, será feita a contextualização de Belém e todo seu espaço metropolitano sob a ideia da estrutura, processo, forma e função atribuídas para a sistematização de uma nova dinâmica urbana.

## 2.1 Espaço urbano e sua produção

Essa pesquisa tem nas ferramentas teórico-conceituais da Geografia os seus principais fundamentos, especialmente, quanto ao saber acerca dos fenômenos urbanos vivenciados pela sociedade atualmente. Sobre isto, Santos (2002) afirma que os sistemas de objetos e ações no espaço estão em constante mudança e são marcados por constituintes quantitativos e qualitativos, que, a posteriori, serão marcados por combinações de técnicas e forças produtivas, transformando as relações socioespaciais.

Segundo Santos (2002), no processo de produção espacial, o homem para que se tornasse homem social necessitou da sua centralização em relação à própria natureza, obtendo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Para o processo de produção do espaço e transformação deste em um espaço de urbanização ao longo dos anos, foi necessária a cooperação dos agentes sociais com resultados a partir de um objetivo estabelecido. Essa produção impôs ritmos e formas para as atividades dos homens e conseqüentemente criou novas formas e estruturas complexas de divisões sociais de produção do espaço, refletindo diretamente na produção e reprodução do espaço urbano, atingindo de maneira desigual os grupos sociais existentes nestes espaços.

Santos (2002, p. 205) ressalta que “na medida em que essa cooperação aumenta, uma porção maior de espaço, uma área cada vez maior se torna necessária para que o grupo realize sua atividade produtora”, sendo assim entende-se que na produção do espaço urbano é indispensável a cooperação dos agentes produtores, mesmo que desigual no espaço, para obtenção das transformações que subsidiem o desenvolvimento do processo de urbanização e conseqüentemente que estas relações se consolidem e sejam entendidas a partir do que Santos (2002) nomeou de estrutura, processo, função e forma.

Com isso, pode-se compreender, a partir de Santos (2014), que os espaços estão cada vez mais artificiais onde “os fixos estão cada vez mais fixados e os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2014, p.62). E no processo de urbanização do espaço, esses elementos tornam-se condicionantes significativos para a compreensão da dinâmica espacial da consolidação da cidade-região.

Santos (2013) também diz que o espaço possui capacidade de adaptar-se a uma nova era, possibilitando a adoção de componentes necessários para a qualificação destes mesmos espaços, uma vez que a junção da psicosfera e tecnosfera formam o meio técnico-científico, ambas associadas respectivamente ao “resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos” (SANTOS, 2013, p. 30) e da “crescente artificialização do meio ambiente” (SANTOS, 2013, p. 30), onde o natural tende a ser substituído por uma esfera técnica, seja na cidade e/ou no campo (SANTOS, 2013). Essa afirmativa enfatiza a ideia do processo da urbanização, sua qualificação cada vez mais densa, diversa e articulada, possibilita a criação de novos núcleos urbanos e corroborando a ideia de polinucleação regional (SOJA, 2013).

Portanto, esta pesquisa necessita do entendimento da contribuição dos fenômenos espaciais para explicar de modo mais conciso o processo de urbanização. Entende-se aqui a concepção de espaço a partir da ideia de Santos (2014), ao compartilhar que é:

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2014, p.63).

A partir desta premissa, pode-se inferir que os objetos estão distribuídos de formas desiguais no espaço, bem como os elementos fixos dentro de um espaço urbano, como casas, edifícios e comércios, e sob estes fixos, há o estabelecimento de relações, também desiguais, dos fluxos, que correspondem às ações de diferentes grupos sociais na produção e reprodução do espaço urbano.

Consequente à premissa de Santos (2014), se construirá a ideia de estrutura, processo, forma e função para poder condicionar a explicação mais eficaz dos elementos e fenômenos que estão distribuídos no espaço da cidade-região a partir do processo de urbanização regional policêntrica. Sendo as moradias com características precárias (fixos) condicionando elementos fundamentais para o entendimento das relações (fluxos) e produções desiguais do espaço periférico dando possibilidade ao desenvolvimento do processo de urbanização do espaço.

Sendo assim, estes conceitos permitem a interação entre os fenômenos existentes no espaço, por este motivo, entender a relação entre os fixos e os fluxos como elementos fundamentais para o processo de urbanização torna-se extremamente importante, uma vez que o próprio espaço necessita dessas interações para se consolidar. Por outro lado, a intensificação dessas interações no espaço urbano acarreta no processo contínuo de urbanização, marcado por uma série de interações entre os agentes produtores e para com os fixos existentes, transformando assim o espaço e o modo de vida de grupos sociais.

Para compreender o processo da urbanização, é preciso saber que este se apresenta enquanto processo, como um acúmulo de várias ações e acontecimentos existentes no espaço ao longo de vários anos, que levam em consideração os elementos fixos e também os fluxos. A existência da relação desigual entre grupos sociais sejam elas políticas, econômicas e culturais, produz transformações no próprio espaço, trazendo consequências para os aspectos físicos enquanto forma, e também relacionais da sociedade com esse fenômeno, ocasionando novas dinâmicas socioespaciais que evidenciam uma estrutura urbana complexa e desigual.

Para se compreender tal fenômeno faz-se necessário considerar o espaço urbano e seus agentes produtores, conforme Corrêa (1989), que demonstra que há uma série de agentes fornecendo condições para a produção e reprodução da dinâmica urbana. O autor afirma que as relações que marcam a urbanização da sociedade industrial, sobretudo no modo de vida, são resultados de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço, assim levando a influência do urbano para além das cidades. Isso porque o urbano está ligado à vida para além do concreto, resultando em uma relação abstrata que envolve serviços especializados, consumo, rede fluxos entre áreas urbanas, entre outros aspectos.

Nesse sentido, podemos ampliar o debate acerca do processo de urbanização, pois é importante desmistificar a ideia de que a urbanização é apenas a passagem do meio rural para o urbano, e assim construir um debate no sentido da compreensão de que é um processo de reconstrução espacial que redefine o tecido urbano e intensifica as relações de circulação de pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos (SPOSITO, 2010). Por essa razão, ela não pode ser

entendida apenas como uma concentração de pessoas em determinado espaço, no caso, a cidade. Na contemporaneidade, a ideia que se tem de produção do espaço urbano é algo que vai além da cidade, algo que remete a um conteúdo social e cultural vinculados ao desenvolvimento do meio técnico-científico, expressando uma realidade urbana complexa.

Sobre a produção do espaço ressaltam-se os agentes envolvidos nessa produção. Saber quais são esses agentes permite uma percepção mais eficaz dos elementos que condicionam as novas transformações no espaço urbano. Segundo Corrêa (1989, p. 12), tais agentes são: “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários, o Estado; e os grupos sociais excluídos”. Outro autor que também manifesta ideias acerca dos agentes que produzem o espaço urbano é Capel (1974) ao dizer que

[...] a cidade e o espaço em geral não pertencem aos seus habitantes e não se modelam segundo os seus interesses, mas sim segundo os interesses, por vezes contraditórios, de uma série de agentes. Em essência, esses agentes são: os proprietários dos meios de produção; os proprietários de terras; incorporadoras e construtoras e, por último, órgãos públicos, agentes e árbitros concomitantes do processo produtivo do espaço urbano (CAPEL, 1974, p. 19)<sup>7</sup>.

No estágio atual de organização das cidades, os agentes que as produzem de forma direta possuem um poder substancial de transformação, conseqüentemente, impactos socioespaciais progredirão na cidade, levando ao crescimento de novas áreas econômicas ao longo de toda a malha urbana, desenvolvendo, assim, novas áreas de moradia, seja para população pobre e/ou para população com um melhor poder aquisitivo. Sobre isso, Corrêa (1989) revela que para se aplicar as análises de cada um dos agentes, é válido ressaltar o tempo em que está sendo empregada a ação de cada um, ou seja, uma periodização do sistema atual das relações de produção dos espaços urbanos que influenciam na lógica de novas centralizações. Também podem ser compreendidas a partir do modo capitalista de produção que

---

<sup>7</sup>Texto original: “En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción, y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano”(CAPEL, 1974, p. 19).

acarretam nas desigualdades socioespaciais e negam o direito à cidade dos menos abastados. Com isso é entendido que:

No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta ou diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam e administram e produzem o espaço urbano (CORRÊA, 1989, p. 13).

Os proprietários dos meios de produção necessitam de espaços para consolidando-se cada vez mais nas novas formas urbanas a partir de uma lógica que seja favorável à acumulação do capital. Corrêa (1989, p. 13) diz que eles “necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas”. E para que essa ideia seja realizada, os proprietários dos meios de produção precisam de uma mão-de-obra que resida nas proximidades, para assim consolidar uma parte da engrenagem dos agentes produtores do espaço urbano. Mas a complexidade dessa dinâmica revela que a inserção dessas indústrias nos espaços urbanos reflete diretamente no preço da terra e, conseqüentemente, encarece o consumo nesses espaços. Todavia, para tais conflitos:

[...] a solução [...] se faz através de pressões junto ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infra-estrutura necessária às suas atividades e para a criação de facilidade com a construção de casas baratas para a força de trabalho (CORRÊA, 1989, p. 14).

Capel (1974), ao falar sobre os proprietários dos meios de produção, diz que eles possuem a necessidade do capital industrial, ou seja, precisam aumentar a taxa de exploração e da força de trabalho na área urbana fazendo com que esta área se valorize e assim a transforme, concomitante a esta exploração, há a intensificação da mão de obra, uma vez que os meios de produção são atrativos para população de classe operária havendo uma queda no valor do salário, devido à criação do exército de reserva da população que é atraída pelo mercado de trabalho e assim havendo a dispersão da área urbana.

Somando-se a este, temos os proprietários fundiários, que têm por objetivo “obter a maior renda fundiária de suas propriedades” (CORRÊA, 1989, p. 16) e, assim, neste processo de urbanização ou até mesmo do crescimento dos espaços urbanos, os proprietários fundiários buscam condições ideais para a transição da “conversão da terra rural em terra urbana” (CORRÊA, 1989, p. 16), pois, na medida

em que, os espaços necessitam se expandir, estes retêm as terras para então valorizá-las e venderem a um preço muito mais elevado.

Capel (1974) divide os proprietários fundiários em grandes e pequenos<sup>8</sup>, sendo assim, ele afirma que os grupos mais abastados têm obtido, ao longo dos anos, vários benefícios em relação à questão fundiária a partir do loteamento de suas propriedades em áreas periurbanas. Toda essa dinâmica envolve processos, algumas vezes ilegais, de apropriações destes terrenos, uma vez que estes proprietários historicamente se utilizam de leis (muitas vezes elaboradas por eles mesmos, por ocuparem cargos importantes) a fim de se beneficiar. Como afirma Capel (1974, p.28): “Esse processo tornou-se uma importante fonte de acumulação de capital, por meio dos ganhos de capitais obtidos com a terra. O crescimento e a expansão da cidade se tornaram um grande negócio”.

Esse processo só se consolida quando há uma demanda de terras advindas de um determinado grupo social, no entanto, é válido ressaltar que a valorização dessas terras só é eficaz quando há uma série de elementos que condicionam tal processo, entre eles está o sítio onde estão localizadas, se é próximo ou distante de áreas com complexa dinâmica comercial, se há serviços ofertados, entre outros que permitam a valorização de certas localidades no espaço urbano com mais ou menos *status*, ou seja, bairros mais elitizados ou periféricos com características precárias.

Capel (1974) argumenta que os proprietários fundiários direcionam o crescimento para áreas que são mais vantajosas, mesmo que elas possuam uma baixa infraestrutura, pois este problema pode ser sanado por meio da administração e revitalização destas áreas urbanas, desde que haja interesse destes proprietários, sendo em zonas com características elitizadas ou em áreas periféricas. O autor corrobora ao dizer que “os proprietários de terras frequentemente obtêm não apenas os ganhos de capital da conversão ilegal de terras rurais em urbanas, mas também outros benefícios do desempenho ou manutenção de certos serviços sob o regime de monopólio” (CAPEL, 1974, p. 32) de áreas em expansão e recebimento da dispersão da população advinda de outras regiões.

Os promotores imobiliários atuam de maneira significativa no processo de transformação da terra urbana em mercadoria, não dando a devida importância no seu valor de uso, mas sim no seu valor de troca. Para que tal ação se torne

---

<sup>8</sup>Capel (1974) aborda a questão dos proprietários fundiários com base na lógica do espaço urbano da Espanha a partir do século XIII até meados dos anos 60 do século XX.

completa, os mesmos necessitam criar condições eficazes que juntas tornem o processo de transformação do espaço urbano uma mercantilização proveniente da lógica capitalista, dentre elas, Corrêa (1989, p. 19 e 20) destaca: a) incorporação da promoção imobiliária, que se justifica na localização, no tamanho das unidades e na qualidade do prédio a ser construído; b) financiamento, que consiste na busca por recursos monetários necessários para o “investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel”; c) um estudo técnico realizado por economistas e arquitetos visando a viabilidade da obra; d) construção física do imóvel que se vincula às firmas especializadas e à mão-de-obra; e) comercialização, que consiste na “transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, junto aos corretores, planejadores de vendas e profissionais responsáveis pela operação”. Pode-se dizer que a conjuntura desses elementos consolida a ação dos agentes imobiliários nos espaços urbanos, mas para que isso seja possível é necessário que esses agentes vinculem seus interesses com a ação do Estado.

Partindo desta lógica, pode-se compreender o Estado como um dos agentes que produzem o espaço urbano de maneira significativa, o qual emprega um papel fundamental nessa conjuntura, pois ele se torna um intermediador das relações existentes na transformação do espaço urbano. Corrêa (1989, p. 24) revela que o próprio “Estado torna-se promotor imobiliário”, uma vez que age de forma direta e indireta na produção do espaço. Sendo assim, a implantação de serviços públicos oferecidos pelo Estado vincula-se à uma série de interesses alinhados com os outros agentes anteriormente citados. Contribuindo com Corrêa (1989), Capel (1974) afirma que:

O Estado é ao mesmo tempo um agente que contribui decisivamente para a produção do espaço urbano e é o árbitro dos conflitos e das contradições que surgiram entre os diferentes agentes. Ao mesmo tempo, realiza as ações necessárias à regulação do sistema em caso de existência de pressão popular por meio de movimentos de protesto de cunho urbano (CAPEL, 1974, p.51-52).<sup>9</sup>

Vinculado a esse processo, os instrumentos usados pelos agentes de produção permitem enxergar os meios utilizados para alcançar seus objetivos dentro

---

<sup>9</sup> Texto original: “El Estado es a la vez agente que contribuye de forma decisiva a la producción del espacio urbano, y Arbitro e11 los conflictos y contradicciones surgi'dos Entre los diferentes agentes. Al mismo tiempo realiza las acciones necesarias para la regulación del sistema en el caso de la existencia de una presión popular través de movimientos reivindicativos de carácter urbano” (CAPEL, 1974, p.51-52).

de uma lógica capitalista. Sobre esses instrumentos, Corrêa (1989, p. 25) revela que são:

- (a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- (b) regulamentação do uso do solo
- (c) controle e limitação dos preços de terra;
- (d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- (f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais complexa do espaço urbano;
- (g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;
- (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infraestrutura;
- (i) organização de mecanismos de crédito de habitação; e
- (j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material.

O conjunto de instrumentos apresentados possibilita ao Estado desempenhar função significativa na produção do espaço urbano, uma vez que a ele cabe legislar sobre posse e uso das terras urbanas e rurais. Pode-se entender o papel do estado enquanto agente fundamental na produção do espaço urbano, sendo que este age por meio da diluição de suas funções públicas em secretarias específicas para cada competência da área urbana articuladas entre si, ramificando suas atribuições e deveres na produção e desenvolvimento do espaço urbano. Com isso, o Estado possui o dever de atender às necessidades não alcançadas pela iniciativa privada, atingindo assim, grupos menos abastados que não possuem garantias de retorno imediato de lucro ao capital estatal (CAPEL, 1974).

Na questão habitacional ele cria programas sociais e com eles critérios que serão utilizados pelos demais agentes junto ao próprio Estado para selecionar e criar meios que “viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações” (CORRÊA, 1989, p. 26). Conseqüentemente, embora os grupos sociais sejam divididos de acordo com seu perfil econômico, étnico e social, compartilham um mesmo espaço urbano dentro de uma cidade, no entanto, devido à essa estrutura apresentada, esse mesmo espaço se torna fragmentado e articulado devido às relações sociais existentes no processo de produção no espaço urbano. Sobre isso, pode-se destacar, segundo Corrêa (1989), que:

[...] o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Assim, os diferenciais de imposto territorial e predial são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e dos

imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado (CORRÊA, 1989, p. 26).

Conseqüentemente, Capel (1974) contribui ao tratar sobre o Estado e a construção e/ou viabilização das moradias para grupos com menor poder aquisitivo “seja por meio de subsídios ou por meio de ações diretas, é realmente essencial” (p.54). E ainda afirma que o Estado não apenas intervém na construção de moradias, mas também na questão de decisões setoriais, pois a má articulação entre os próprios órgãos estatais gera problemas de planejamento. Logo uma articulação mais eficiente do Estado pode permitir o desenvolvimento de infraestruturas mais qualificadas, melhorando a precariedade na estrutura de moradia de grupos de baixo poder aquisitivo, sobretudo em espaços periféricos. Nesse sentido, a intervenção do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano atuaria de forma equitativa e articulada em áreas distantes e precárias, melhorando drasticamente suas estruturas e suas formas.

Em contrapartida, nomeado por Corrêa (1989), temos os grupos sociais excluídos diante dos quais a não ação do Estado resulta na elevação da produção de moradias com características precárias nas áreas periféricas da cidade que condicionam esses grupos a produtores do espaço, não pelo seu poder de articulação e de interesses junto ao Estado e aos demais agentes, mas sim por um fator substancial, o de habitar, que perpassa pela necessidade de sobrevivência dentro do espaço urbano frente à dinâmica desigual da urbanização.

Então, esses grupos por meio de suas ações moldam seus espaços, seja na construção de casas, associação de moradores, reivindicações que possam sanar serviços básicos que são (de forma precária) ou não são ofertados pelo Estado. Esse processo de construção da moradia para os grupos socialmente excluídos dá origem a ocupações, um tipo de assentamentos precários. Esse fenômeno carrega consigo uma carga cultural de valores e costumes moldados ao longo dos anos, que acaba por consolidar a (re) existência dessa classe enquanto agente produtora do espaço. Corrêa (1989) ressalta esse argumento quando diz que:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais

[...] provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 1989, p. 30).

Para seguir a discussão desta pesquisa, faz-se necessário analisar algumas críticas às nomenclaturas explanadas por Corrêa (1989). Neste sentido, Martins (1997) contribui ao dizer que não existe exclusão. A problemática desta ideia está em sua inclusão ou até mesmo re-inclusão. Martins (1997) expõe que “chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos, e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*” (p.26), esta se vincula a uma nova realidade, uma nova desigualdade produzida a partir de transformações econômicas. A palavra “exclusão”, segundo Martins (1997), indica dificuldade, incerteza e precariedade e é um complemento à ideia de Corrêa (1989), mesmo que haja divergência das concepções empregadas pela nomenclatura “exclusão”.

Uma das ideias abordadas por este autor revela que a exclusão no cenário brasileiro não está diretamente ligada ao modelo do capital privado, como correu em países desenvolvidos na Europa com o desmonte do Estado e crescimento no capital privado. Aqui houve, a partir da proposta de modernização econômica, um distanciamento de grupos sociais, aumentando ainda mais a desigualdade socioeconômica, uma vez que este Estado priorizou uma política clientelista, aumentando poderes oligárquicos, aos quais estes mesmos poderes se opõe, de maneira significativa, a inclusão social, deixando cada vez mais precária a inserção destes grupos sociais na dinâmica de tomada de ações para produção do espaço urbano de acordo com o modelo político econômico vigente na sociedade atual (MARTINS, 1997).

O autor ainda contribui ao fazer uma analogia entre inclusão e exclusão a partir da lógica capitalista ao dizer que:

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão *inclusão*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O Problema está justamente nessa inclusão (MARTINS, 1997, p. 32).

Portanto, é preciso saber que esta nomenclatura aborda relativa dicotomia quando empregada, por isso é necessário compreender a dialética de inclusão e exclusão a partir de um ponto de vista, seja ele político, social, econômico, moral etc., para esta ideia, Martins (1997) compartilha que

Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais pobre que nós já conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluída do ponto de vista econômico e excluída do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 1997, p. 34).

Então, mesmo as pessoas sendo incluídas economicamente, ainda há precariedade em sua inserção, levando-nos a crer que estas estejam excluídas do processo de produção espacial ao qual, segundo Corrêa (1989), são agentes produtoras do seu próprio espaço.

O segundo ponto a ser analisado é a crítica à ideia de favela, pois esta se associa a uma tipologia de assentamento precário, que também comporta as formas de loteamentos irregulares, cortiços, conjuntos habitacionais abandonados, loteamentos irregulares entre outros. Sendo assim, acrescenta-se que estes assentamentos precários vinculam-se a questões de irregularidade e também de infraestrutura, podendo coincidir com várias outras tipologias de moradia, que variam de acordo com a produção do espaço ao qual esteja inserida (CARDOSO, 2016). Sendo assim, entende-se que a ideia de “favelas ou similares, são denominações que correspondem a assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo, público ou privado, frequentemente com tipologia *desordenada* e com padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação” (CARDOSO, 2016, p.36).

Por isso, deve-se ter cuidado ao trabalhar os assentamentos precários, pois existem tipologias e terminologia diferentes para designar as moradias precárias, e não cair na armadilha de banalizar uma expressão em relação as demais.

Em seguida, após a explanação sobre os agentes produtores do espaço urbano, as concepções de metrópole e metropolização dão base para o entendimento do processo de urbanização regional policêntrica e a consolidação da formação da cidade-região. Haja vista que estes agentes compõem uma dinâmica que permite a intensificação e desenvolvimento do espaço urbano, adquirindo uma forma complexa que engloba todo o espaço metropolitano.

A cidade torna-se metrópole após alcançar uma determinada complexidade política, econômica e administrativa, que envolva circulação de pessoas, serviços e mercadorias, as quais permitem uma substancial importância em relação às demais cidades da região. A junção das ações desiguais e solidárias, porém articuladas, dos

agentes produtores da cidade, fazem com que haja o alcance ao *status* de metrópole, levando em consideração toda a importância e representatividade dentro de um cenário nacional, “a metrópole regional, que comanda a vida econômica e social de uma região e concentra todos os tipos de atividades econômicas que atuam neste espaço. Por isso, ocupa o mais alto nível hierárquico do sistema urbano de uma região” (REGIC, 2018).

Nesses termos, até um determinado momento, não se apresentava nada mais complexo que a metrópole, como sendo configurada com maior nível hierárquico urbano, por isso a dificuldade de se analisar algo que ultrapassasse os conceitos e definições do processo de metropolização. Entretanto, a partir dos anos de 1990, Soja (2008; 2013) analisa de modo mais conciso o desenvolvimento de formas-conteúdo que ultrapassam, até então, a morfologia e estrutura da metrópole.

Um espaço urbano complexo, dotado de um sistema de oferta de serviços cada vez mais qualificados, fluxos entre pessoas, objetos cada vez mais intensos e surgimento de novos subcentros econômicos em áreas afastadas do centro, configuram sistematicamente ao entendimento do processo de urbanização regional policêntrica, desenvolvendo e consolidando a formação de uma cidade-região.

## **2.2 O processo de urbanização regional policêntrica e a produção da cidade-região**

A concepção que se construiu acerca da metrópole surge a partir da etimologia da palavra que corresponde à cidade-mãe, a qual advém do grego que em partes significava *métra* (útero/mãe) + *polis* (cidade) e, conseqüentemente, remete à cidade que possui determinada importância, obtém um poder de influência sobre as outras, polarizando-as (SANTOS, 2010). Ao trazer a concepção de metrópole para a realidade brasileira e analisar os elementos que dão condições para sua formação, permite compreender de maneira mais eficaz as relações entre metrópole e seu espaço metropolitano, uma vez que a própria metrópole tinha um grande poder de influência sobre os municípios do seu entorno, deixando assim uma expressiva marca da hierarquia urbana vigente.

Ribeiro (2018) apresenta a ideia de que a metrópole enquanto área urbana principal está diretamente identificada como um espaço urbano com características únicas e com latente hierarquização entre os municípios envolvidos, cuja a aglomeração apresenta uma “concentração de poder econômico, social e cultural

que não é semelhante em todos os espaços” (RIBEIRO, 2018 p. 75). O autor ainda destaca que dentro desse espaço há níveis de integração diferentes entre os municípios inseridos nesses espaços, ao qual são diretamente correspondentes à sua dinâmica urbana, operando a partir dos seus indicadores citados anteriormente, determinando se sua relação é maior ou menor com a cidade principal.

Essa premissa servirá de base para o entendimento do que Ribeiro (2021) nomeou de espaço metropolitano e entorno metropolitano que será abordado na próxima seção.

A metrópole possui elementos que a condiciona enquanto detentora dos serviços mais especializados como saúde, educação, centros administrativos, comércio, *shopping centers*; bem como lugar de tomada decisões, sede administrativa de empresas de médio e grande porte, circulação entre pessoas advindas de outros municípios, maior quantidade de transporte e grande contingente populacional (LENCIONI, 2017). Nesse sentido, Mendes (2018) colabora ao dizer que a centralidade exercida pela metrópole dinamiza as atividades econômicas, uma vez que todos dirigem-se em direção ao centro para “realizar alguma atividade, um deslocamento provocado pelo comércio, dos serviços, pela indústria, pela agência bancária” (MENDES, 2018, p. 199).

Contudo, na medida em que a dinâmica da urbanização se desenvolveu mais amplamente ao ponto de alcançar um âmbito regional com características policêntrica, evidencia-se para os pesquisadores que a metrópole, tal como era conhecida e analisada, vem sendo cada vez mais superada, na medida em que a complexidade destes serviços e de pessoas se dissipa para os demais municípios, tornando-os mais diversos e complexos.

A dispersão do contingente populacional pelo espaço metropolitano subsidia uma análise que permite a compreensão de que esse desenvolvimento, ao se expandir horizontalmente de maneira desigual em toda malha urbana, cria aglomerados subnormais em áreas periféricas deste espaço. Isso apenas é possível porque o planejamento e ação do desenvolvimento urbano não acompanhou de maneira significativa o crescimento da complexidade da urbanização regional policêntrica (SOJA, 2013; RIBEIRO, 2021).

Esse processo torna-se ainda mais difícil de ser analisado por não obedecer a limites municipais administrativos, ou seja, este se dispersa na malha urbana a partir

da necessidade dos agentes produtores do espaço em transformar e qualificar espaços, intensificar serviços e instalar moradias. Aos poucos a área metropolitana se preenche de produções desiguais cada vez mais complexas e diversas, superando a ideia concentradora da metrópole polarizando cidades menores, e passa a reconhecer a existência de uma forma urbana mais complexa, a cidade-região.

No entanto, a posteriori, a concepção de metrópole já não atende totalmente às dinâmicas e processos que acontecem no espaço urbano, novas formas urbanas cada vez mais complexas necessitam da criação de uma série de novos conceitos que permitam compreender sua forma e seus processos dentro de uma dinâmica urbana. Nessa perspectiva, autores como Soja (2013) buscam elementos que consigam explicar tais ações entre os fixos e os fluxos existentes no espaço metropolitano. Ações evidenciadas no crescimento escalar de núcleos urbanos no entorno da metrópole e suas relações de intensificação de transportes, de informações, econômica, etc.

Esse crescimento demanda e produz uma transformação na forma urbana, e vincula-se a essa relação cada vez mais complexa diversa, ou seja, um crescimento horizontal, permitindo uma conurbação do espaço metropolitano, no qual novos conceitos terão capacidade de explicar tais realidades, deste modo, o que é trabalhado pelo autor, é análise da concepção de urbanização regional policêntrica enquanto processo e a cidade-região enquanto forma, alcançando explicações que contemplem realidade urbana a partir de sua diversificação e intensificação socioespacial, acarretando no desenvolvimento de novas nomenclaturas para as realidades urbanas.

Então, para este trabalho, será desenvolvida a ideia da urbanização regional policêntrica proposta por Soja (2013) e discutida por Ribeiro (2021), ao analisar a realidade da RMB e seu entorno metropolitano, dando origem ao que chamam de cidade-região, sendo assim, é proposto que

[...] a urbanização regional policêntrica, como qualificada por Soja (2013), tem como um de seus resultados a concepção de uma morfologia urbana transescalar, promovendo uma complexa convergência entre aquilo que se convencionou chamar de espaço intraurbano, ou simplesmente espaço urbano, e a região, dando origem e disseminando as cidades-região ou cidades regionais (RIBEIRO, 2021, p.5).

Então a urbanização regional policêntrica, tem como consequência a obtenção de resultados a partir da concepção de uma morfologia urbana transescalar, qualificando-se como uma complexa convergência entre espaço intraurbano, ou espaço urbano. Por sua vez, a região, qualifica-se ao originar e disseminar cidades-região ou cidades regionais (RIBEIRO, 2021). Dando base para essa ideia, Soja (2013) compartilha que:

As escalas urbana, metropolitana e regional subnacional parecem estar se amalgamando em muitas partes do mundo, resultando no surgimento do que alguns agora chamam de regiões de megacidades, megarregiões, regiões megalopolitanas, galáxias regionais ou mesmo regiões-Estado, imensas redes regionais de aglomerações (SOJA, 2013, p.157).

Esses limites urbanos espoliados do processo de metropolização acarretaram em uma nova morfologia transescalar. Tal forma, vinculada à dispersão da cidade, resultou em uma conurbação entre as cidades, com isso, a formação da cidade-região consolida-se a partir do momento em que ela ultrapassa os elementos fundantes da ideia de metropolização. Essa escala, ainda mais ampla, abrange uma administração mais concisa do modelo econômico proveniente da intensificação da rede urbana, afetando efetivamente o centralismo das metrópoles, gerando um policentrismo.

Esse momento de dispersão econômica, política, serviços complexos, de moradia etc.; pode ser marcado como um excedente do processo de metropolização, no qual as cidades do espaço metropolitano e do seu entorno adquirem semelhanças a metrópole, resultando em uma nova fase, a fase da urbanização regional policêntrica, e consolidando a cidade-região em um novo patamar de complexidade das relações socioespaciais.

Esse novo patamar de produção do espaço gera novas formas de uso do solo urbano e acarreta cotidianamente novas discontinuidades do processo de urbanização regional policêntrica, tornando-o uma malha urbana com profundas desigualdades socioespaciais, englobando tanto a metrópole quanto seu entorno metropolitano.

Soja (2013) constrói uma abordagem que engloba o desenvolvimento do processo de urbanização a partir de um alcance regional para explicar o impacto da transformação das cidades em uma nova configuração. Ainda mais complexa, esta configuração leva em consideração os aspectos político-econômicos ao passo que,

adere não só ao espaço metropolitano, vincula-se a ela toda uma região polarizada pela intensificação de seus fluxos, criando condições necessárias para o desenvolvimento de novos núcleos policêntricos. Soja (2013) alerta sobre os estudos de uma nova regionalização e sobre a mutação de conceitos para explicar essa nova realidade quando fala:

Estas novas abordagens regionais não são uma alternativa para um foco nas cidades mas constroem, em nossa compreensão do processo de urbanização e da metrópole moderna mutante, uma dimensão regional poderosa e mais explícita, a ponto de agora podermos falar de um processo de *urbanização regional* [...](p. 140-141).

Sobre isso, o debate acerca da realidade urbano-regional adquire, nesse contexto, diversos conceitos chaves que se completam, dentre os quais destacam-se para essa pesquisa as definições de *Cidade Dispersa*, no qual há uma intensa concentração de assentamentos próximo aos grandes centros urbanos, contribuindo significativamente para o crescimento da malha urbana e fortalecimento das relações políticas, econômicas, informação, serviços e transporte, transformando assim a área periurbanas, adquirindo assim uma morfologia mais complexa, mesmo que em sua morfologia difusa e também seletiva a qualifique como uma “desconcentração concentrada” (MONCLÚS; DEMATTEIS, 1998;, p. 11), onde Ribeiro (2021) contribui também que há o surgimento de um novo tipo de cidade, ao qual se incorpora com esses novos processos e marcam a contemporaneidade, uma vez que esta não anula a centralidade do núcleo metropolitano, ressaltando a dinâmica espacial econômica, política e cultural da ideia de periurbanização e suburbanização..

A *Pós-Metrópole*, qualificada como conceito chave apresentado por Soja (2008) traz a concepção de que há dentro do espaço metropolitano uma concentração e uma reconcentração as quais designa-se por relações que vão além do concreto, a *pós-metrópole* busca uma ressignificação das concepções da metropolização, um processo e uma forma mais complexa que tem sua transformação a partir da industrialização e da reindustrialização, que está vinculada aos fenômenos de dispersão da urbanização regional policêntrica (SOJA, 2008).

Sobre isso, Soja (2008) trabalha a ideia de que a representação emergente da metrópole pós-moderna está qualificada como um novo modo de vida, pautada

na diversificação de serviços, economia, bens, transportes etc. ao qual, vincula-se ao mesmo tempo, com continuidades profundas e imutáveis com o passado, seja no processo de industrialização, re-industrialização e revolução urbana<sup>10</sup>. Assim sendo, a Pós-metrópole:

[...] pode ser considerada como uma variação particular das questões relacionadas à reestruturação gerada pela crise e ao desenvolvimento geohistoricamente desigual, que moldaram (e remodelaram) os espaços urbanos desde as origens do capitalismo industrial e urbano (SOJA, 2008, p. 218)<sup>11</sup>.

Dando suporte à complexidade do se tem por conhecimento das estruturas e dinâmicas urbanas contemporâneas. Esses espaços remodelados a partir da lógica industrial urbana com a desconcentração concentrada torna-se propulsora para o entendimento da concepção da pós-metrópole.

Em seguida, têm-se os *arranjos urbano-regionais* organizados por Moura (2008; 2009) ao qual se entende como formas urbanas complexas, com características multidimensionais e também transescalares. Esses elementos contribuem significativamente para superação da forma física da malha urbana, ao passo que se incorporam a ela, cada vez mais, aglomerações urbanas mais extensas, aumentando ainda mais a diversificação e sua polarização em relação às demais. Esse fenômeno alcança sistematicamente um nível regional, afetando diretamente um território que ultrapassa marcas transescalares, contribuindo para o desenvolvimento de vários outros subnúcleos urbanos dentro de todo o espaço urbano. Os arranjos urbanos-regionais serão analisados posteriormente.

Essas definições caracterizam momentos e fenômenos que podem ser relacionados com elementos observados no processo de urbanização regional recente e de seu entorno. A descontinuidade provocada pela recente descentralização de serviços, transporte, tecnologia faz com que haja na Região Metropolitana e seu entorno uma desconcentração desses serviços e afins, e se dissipa por toda região a qual têm direta ou indiretamente relação com a metrópole.

<sup>10</sup> Soja (2008) trabalha a concepção do *posmetropolis* a partir da realidade vivida na Espanha para tratar a terceira revolução urbana ocorrida principalmente na cidade de Barcelona. No decorrer de seu livro, também é abordado as mudanças ocorridas em Los Angeles, nos Estados Unidos.

<sup>11</sup> Texto original: “la postmetrópolis puede ser considerada como una variación particular de las cuestiones vinculadas a la reestructuración generada por crisis y al desarrollo geohistóricamente desigual, que han esta do modelando (y remodelando) los espacios urbanos desde los orígenes del capitalismo industrial y urbano (SOJA, 2008, p. 218).

Esse fenômeno se encaixa na ideia de *Pós-Metrópole*, citada anteriormente, bem como de *cidade dispersa*, vinculada a criações de novos eixos de assentamentos urbanos na periferia distante.

Essas várias concepções referentes às formas urbanas ampliam o debate da complexidade contemporânea, permitindo uma análise mais concisa do espaço metropolitano e a nova lógica que integra os municípios do entorno metropolitano, bem como a metrópole não somente pelo processo de conurbação, mas sim da integração e intensificação das relações que constituem uma dinâmica espacial que muda o espaço e que age de maneira desigual em cada um dos agentes transformadores existentes nesta junção econômica, política e cultural que perpassam diversos grupos sociais. Esse sistema necessita de uma nova explicação para cada fenômeno, essa polinucleação permite novas análises espaciais as quais exprimem a materialização da valorização de novos espaços descontínuos existentes no espaço metropolitano.

Em consequência dessa complexidade, há combinações urbanas interligadas com características peculiares que alcançam um *status* regional, sendo estes dotados de multiplicidade de serviços mais qualificados. Em contrapartida, há a crescente aglomeração de diversos grupos sociais no entorno destes espaços, pois são atraídos pela oferta de serviços, mesmo que em sua maioria não atendam as qualificações exigidas por esses serviços cada vez mais diversos e complexos. A busca por melhores condições de vida tornando potencializam a dispersão desses grupos por todo o espaço metropolitano tornando-se extremamente heterogêneo e desigual.

Ainda que esses grupos ocupem de maneira desigual o espaço, é necessário compreender e analisar a dinâmica ao qual estão inseridos dentro da área metropolitana, reafirmando a construção de novas características da forma e dos processos do espaço urbano. Esse sistema exige uma releitura do espaço a partir de novas perspectivas teórico-conceituais presentes em toda malha urbana.

Por sua vez, os *Arranjos Urbanos-Regionais* (MOURA, 2008; 2009) vinculam-se à polinucleação da área metropolitana, pois pode ser caracterizada pela extrapolação do limite físico, deixando essa área mais complexa, mais flexível às escalas de subordinação existentes entre cidades. Em outras palavras, a área conurbada deixa de ser uma área limite entre municípios e passa a compor uma

única malha urbana, transcendendo para estabelecer uma região na qual os sistemas de mercado, relações de serviços, transporte, tecnologia etc. se tornem ainda mais complexas entre si, levando a uma nova estrutura, com novas formas e processos mais interligados, sistematizando funções político-econômicas desenvolvidas perante o processo metropolização, tornando essa área em uma cidade-regional. A autora afirma ainda que os arranjos urbanos-regionais:

[...] que cada vez mais a aglomeração está presente entre as configurações espaciais que comandam as relações econômico-culturais contemporâneas, dado que a proximidade valoriza as relações entre lugares e sujeitos, pelas possibilidades de trocas, criação, inovação, e por potencializar recursos e conquistar a inserção do território nos circuitos mais modernos da divisão social do trabalho. Mesmo assim, os efeitos positivos da proximidade não absorvem nesse processo a totalidade do território e dos sujeitos, reforçando a fragmentação, a desigualdade e a exclusão (MOURA, 2008, p. 199).

Seguinte a essa ideia, Moura (2008) compartilha que essa categoria espacial que vincula as aglomerações presentes no espaço e as relações entre os sujeitos adquirem uma relevância econômico-social, que atrai significativa infraestrutura de arcabouço científico-tecnológico permitindo a ascensão e consolidação das articulações em âmbito regional, tornando-se cada vez mais complexa.

É válido ressaltar também que esse fenômeno proposto pela autora traz consigo uma relevante caracterização deste processo, no qual fundamenta-se na “multiplicidade escalar” (MOURA, 2008, p. 200), que acarreta em atividades diversificadas em âmbito local, regional e internacional, visando a busca pelo desenvolvimento ao qual todo este processo necessita para se manter produtivo economicamente e politicamente.

Ainda abordando a ideia sobre suas articulações desiguais no espaço, os arranjos urbano-regionais são heterogêneos e, conseqüentemente, na medida em que há o desenvolvimento de nível em escala regional, esse processo concentra, também, elevados volumes de pessoas pobres, no qual segundo Moura (2008), afirma que há carência de infraestrutura e déficits habitacionais, levando a desempenhos econômicos tradicionais, mostrando assim a desigualdade do processo de urbanização regional e assumindo esta característica heterogênea dos arranjos urbanos-regionais. Esse fenômeno é analisado a partir dos diferentes níveis de integração de cada município que compõe esta malha urbana, evidenciando as

desigualdades existentes, sendo reflexo da produção desnivelada da sociedade inserida nesse espaço.

Nessa conjectura, entende-se que este fenômeno ultrapassa o limite físico das cidades, tornando as aglomerações urbanas mais extensas e mais difíceis de estabelecer um limite entre elas. Essa integração facilita a produção e circulação de serviços e informações, provocando uma amplificação do alcance urbano, tornando-se assim, em um espaço multidimensionalidade e uma transescalaridade (MOURA, 2008). Haja vista a intensificação dos fluxos, os fixos tornam-se cada vez mais especializados, contribuindo para significativas transformações socioespaciais, ou seja, na medida em que há qualificação de um espaço, este tende obter um alcance atrativo de serviços, pessoas, transportes, informação etc. em âmbito regional e até mesmo internacional.

Segundo Moura (2008), para que seja possível a configuração de arranjos urbanos-regionais, há a necessidade de se ter aglomeração, esta manifesta-se a partir da complexidade espacial provocada por suas transformações heterogêneas na metrópole e de todo seu espaço metropolitano. Com isso, a dinâmica produtiva feita com suporte substancial das ações desiguais dos agentes produtores do espaço urbano consolidam desigualdades em todo o espaço, no entanto, confirmam assim ainda mais o desenvolvimento de sua centralidade, se configurando enquanto “polarizador e que acentua as disparidades regionais, privilegiando territórios funcionais e rentáveis, em detrimento dos ineficientes ou pouco competitivos” (MOURA, 2008, p. 206).

A ideia compartilhada por Moura (2008) organiza elementos que somados com outros processos advindos da metropolização, configuram uma nova dinâmica espacial, uma reestruturação urbana provocada pela intensificação das relações de produção entre diversos grupos sociais e objetos cada vez mais complexos existentes no espaço, permitindo a construção sistemática da urbanização regional policêntrica, vinculando a forma urbana à uma cidade com características que abrangem toda uma região, seja ela física ou científica-informacional. Para a compreensão mais concisa, Soja (2013) aborda essa transição a partir da condição de desenvolvimento da *pós-metropolis*, a qual nomeou simploriamente de fenômeno urbano pós-moderno.

Somando-se a estes elementos, Soja (2008) diz que estes ocorreram a partir da

[...] mudança de décadas de reestruturação gerada por crises, para uma nova era de crises geradas pela reestruturação, ou seja, revoltas, motins e agitação que são uma resposta direta às novas condições pós-metropolitanas, ou àquilo que alguns chamam de urbanismo pós-moderno (SOJA, 2013, p.145).

Sendo assim, esta transição pós-metropolitana elaborada por Soja (2013) é agora trabalhada a partir de determinados elementos discursivos entrelaçadas da cidade contemporânea, essa transição é “mais especificamente como uma mudança profunda de um modo metropolitano de urbanização para algo que seria mais bem definido como urbanização regional” (p. 144). Essa denominação de nova regionalização reconhecida como *posmetropolis* trabalha a ideia do fim da metrópole moderna, e começa a consolidar pensamentos que dão suporte para a compreensão necessária de novas estruturas para as cidades com características regionais.

Soja (2013), ao compartilhar a sua concepção acerca da ascensão da urbanização regional, diz que:

À frente deste processo de urbanização regional vem se observando uma crescente convergência de densidades entre as áreas urbana e suburbana. Os acentuados gradientes de densidade metropolitana que se estendem para além dos velhos centros urbanos estão se achatando enquanto densidades mais altas alcançam os subúrbios espalhados onde a baixa densidade existia em outras épocas (SOJA, 2013, p.153).

A partir desta premissa faz-se necessário entender que áreas de subúrbios<sup>12</sup> estão em constante transformação, sobretudo a partir da reestruturação das cidades no seu processo de urbanização regional policêntrica, que afeta diretamente áreas periféricas. Essa descentralização acaba “abrangendo uma rede amplamente distribuída de aglomerações de variados tamanhos” (SOJA, 2013, p. 154), desenvolvendo uma densidade significativa em áreas periurbanas, uma vez que a urbanização na periferia carrega uma “heterogeneidade econômica e cultural crescente, um aumento de populações imigrantes e praticamente tudo que for

<sup>12</sup> Vale destacar que a realidade do subúrbio norte americano apresentada por Soja (2013) se difere do Brasil e da grande maioria dos países latinos, uma vez que a forma espacial urbana e a realidade em que foram desenvolvidas se divergem. A partir dessa premissa se entende que o “subúrbio” brasileiro está vinculado ao estigma do precário e pejorativo, a partir do seu processo histórico de urbanização em áreas periféricas distantes do centro. Portanto, mesmo que as áreas de subúrbio tenham passado por constantes transformações devido à urbanização regional policêntrica, a percepção de que são realidades diferentes devem ser levadas em consideração em seu processo de análise.

tradicionalmente associado às áreas centrais” (p.155). Com o tempo, tem-se desvanecido os limites entre essas áreas limítrofes das cidades periféricas, que a partir da conurbação enquanto processo integrador entre municípios, modificando-os em sua forma e em relações entre si, torna-se elemento característico da urbanização regional policêntrica na medida em que se molda em uma nova dinâmica espacial, a configuração da cidade-região.

Para desvendar a concepção de cidade-região, Magalhães (2008) trabalha em função de compreender a transformação da metrópole em um novo arranjo espacial. Sobre essa ideia, o autor diz que esse arranjo espacial<sup>13</sup> pode ser entendido como “uma área metropolitana mais concisa somada de seu entorno imediato, incluindo uma série de centralidades de pequeno e médio porte no alcance dos processos de metropolização” (MAGALHÃES, 2008, p, 9). Sendo assim, entende-se que na complexa transformação do espaço urbano por meio da urbanização regional, onde os espaços estão cada vez mais conurbados, também ocorre a intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, especialização de determinados espaços. Estes somados aos outros elementos, não obedecendo a limites administrativos, revelam uma dinâmica espacial sem fronteiras aparentes, permitindo, de maneira desigual, a formação da cidade-região. Segundo Magalhães (2008):

[...] a partir dos processos socioespaciais contemporâneos, e de novos sentidos da produção do espaço urbano, começa a se evidenciar esta nova unidade de análise socioespacial, em gestação a partir do processo de extensão do tecido urbano das grandes metrópoles industrializadas. Parte-se da hipótese de que a cidade-região é a forma urbana do processo de metropolização em seu estágio contemporâneo, que apresenta continuidades e rupturas com os processos anteriores [...] (MAGALHÃES, 2008, p. 9).

É preciso compreender que a forma espacial da cidade-região trabalhada por Magalhães (2008), não compete a uma área estendida da metrópole, esta manifesta expressivas centralidades em seu entorno metropolitano no qual, a partir desta dispersão, a metropolização, em escala regional, torna-se cada vez mais complexa, favorecendo assim o processo de integração deste tecido metropolitano. O Autor

<sup>13</sup> Segundo Magalhães (2008, p. 22), “o conceito de arranjo espacial consiste basicamente numa configuração espacial do ambiente construído, em termos de infraestrutura urbana, inclusive que é apropriada para as necessidades da acumulação em dado período, e que com o passar do tempo, se torna obsoleta e passa a construir um entrave [...], devendo ser reestruturada, reconfigurada e reconstruída para dar as bases mais eficientes para um novo contexto”.

ainda complementa ao dizer que “o tecido urbano espoliado que faz parte da metrópole e atingido novos espaços, mais *eficientes* para a atividade industrial. [...] trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano em que a metrópole fordista” (MAGALHÃES, 2008, p.10) como produto deste mesmo processo, acaba por reproduzir que determinados setores ainda que estejam se desenvolvendo, se mantenham dependentes do núcleo metropolitano. Por este motivo, estalam-se aos arredores em espaços em crescimento, mais precisamente em “áreas peri-metropolitanas” (MAGALHÃES, 2008, p. 10).

Em complemento L. Ribeiro (2018) ainda diz que

[...] os núcleos também concentram boa parte dos empregos, evidenciando que ainda existe uma relativa pressão sobre as áreas centrais em consonância à dispersão populacional para as periferias, tendendo à formação de tecidos urbanos cada vez mais espalhados (RIBEIRO, L., 2018, p. 76).

Com isso, há o reforço da ideia central defendida por Magalhães (2008), onde se destaca que esse processo de consolidação da cidade-região não significa, somente, uma área estendida da metrópole. E que a configuração do surgimento de novos núcleos urbanos que expressam determinadas centralidades, e possibilitam a ideia de expansão e dispersão do espaço urbano cada vez mais denso e desigual. Ressalta-se também que este fenômeno não diminui a importância da metrópole perante os demais municípios do espaço metropolitano e do seu entorno, evidenciando cada vez mais a consolidação de uma cidade-região baseada a partir da polinucleação urbana.

O autor trabalha ainda a ideia de que a cidade-região começa a se consolidar enquanto tal a partir do momento em que seu entorno metropolitano sofre com o processo de urbanização mais intenso, fazendo com que haja um fluxo maior no tecido urbano metropolitano.

Monte-Mór (1994) introduz a concepção de urbanização extensiva como base do entendimento deste processo, uma vez que esta concepção revela a disposição das condições gerais de produção, elementos esses que são subsídios para o desenvolvimento mais complexo que o espaço urbano permite realizar. Nesse sentido, entende-se que esta extensão torna-se descontínua e alcançando também, níveis regionais e internacionais das relações socioespaciais voltadas ao meio urbano.

Monte-Mór (1994) ao desenvolver acerca da extensão da urbanização e suas proporções no espaço, também evidencia as disparidades espaciais existentes com a articulação entre os fluxos e fixos existentes no meio urbano regionais. Sendo estes agentes centralizadores das articulações da urbanização, uma vez que a própria formação do tecido urbano complexo necessita da heterogeneidade social e espacial, a partir de condicionantes ofertados em espaços com alcances locais e globais.

O autor revela que a concepção de urbanização extensiva tem por base a ideia de zona urbana desenvolvida por Lefebvre (1972), ao dizer que a partir de suas implicações políticas, da produção e reprodução social e espacial, esta zona urbana refere-se ao

[...] estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, firmemente estabelecido dentro da cidade e controlando toda sua região de influência, provoca a ruptura da cidade (herdeira da "polis", da "civitas"), em duas partes relacionais: o core, o centro/núcleo urbano, resultante do processo de implosão do locus do poder, marca da antiga cidade; e o tecido urbano, a trama de relações sócio espaciais que se estende à região resultante da explosão da cidade preexistente (MONTE-MÓR, 1994, p. 170).

A partir desta concepção, pode-se dizer que zona urbana nada mais é que uma urbanização que está além da cidade industrial, embora a contemple em seu processo e forma. Esse fenômeno possibilita o alcance regional da urbanização, facilitando a diversificação e intensificação das relações de produção, acumulando cada vez mais condições necessárias para novas formas de reprodução do espaço urbano e recursos mais diversos para os agentes de produção espacial. Esse processo reafirma que a sociedade produz seu próprio espaço, e não apenas o organiza. Que ao produzir se qualifica como sujeito um coletivo, evidenciando a contradição que se estabelece com a apropriação do espaço pelo sujeito privado, elevando a categoria da urbanização a um nível extensivo de características excedentes cada vez mais complexas e de alcances regionais, na medida em que se estabelecem condições adequadas a sua produção e reprodução (LEFEBVRE, 1972; MONTE-MÓR, 1994).

Baseado nesta concepção, Monte-Mór (1994) contribui ao desenvolver a ideia da urbanização extensiva como espaços regionais possuem condições de se integrar em vários níveis escalares da malha urbana, esta marcada significativamente pela forte presença da sociedade capitalista de Estado ao passo

que conseguem se articular mais diversificadamente com centro e subcentros urbanos, e até mesmo em espaços periféricos, contribuindo para dispersão das relações socioespaciais em todo espaço urbano, tornando cada vez mais qualificada e desigual. Monte-Mór (1994) simplifica esta concepção ao desenvolver que:

A urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais - representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros [...] (MONTE-MÓR, 1994, p. 171).

De todo modo, a ideia de urbanização extensiva contribui para o entendimento de questões que remetem a forma e processos ao qual se vinculam a “transformação do meio natural ao meio construído” (MONTE-MÓR, 1994, p.177), partindo então para as diversas e até múltiplas formas da produção da extensão do tecido urbano. Cabendo então a análise sobre as condições de instalação desse novo tecido urbano como nova forma contígua dos centros e subcentros urbanos, contribuindo para configuração e dinamização regional policêntrica do espaço urbano, sendo estes com características precárias ou não.

Por esta concepção, têm-se a ideia das transformações espaciais provocadas a partir das interações entres estes agentes produtores espaciais dentro da lógica da urbanização extensiva. Esse processo permite que o desenvolvimento urbano seja transescalar e multidimensional, obedecendo a dialética de produção e integração do espaço metropolitano. Para contribuir com este pensamento, Magalhães (2008) compartilha que “os fluxos e as lógicas de produção e reprodução de espacialidades diversas e distantes das grandes cidades se espelham cada vez mais nos processos urbanos” (MAGALHÃES, 2008, p.11). Antes territórios isolados, essa lógica permite a integração do tecido metropolitano, por meio dos fluxos, sendo pautado nas condições tecnológicas e da intensificação do Meio Técnico-Científico-Informacional, apresentado por Santos (2014), no qual essa produção desigual do espaço também produz divisões territoriais do trabalho, sendo esses elementos condicionantes para a estruturação desse processo tal como eles se apresentam, de forma relativa e especializada em determinados espaços e frágeis em outros, criando dinâmicas

socioespaciais diversas e reproduzindo a lógica capitalista de produção sob o processo de estruturação da forma urbana da cidade-região.

Magalhães (2008) utiliza a ideia de Soja (2008), também, trabalhada nesta pesquisa, para dizer que os processos socioespaciais permitem a formação da pós-metrópole, no qual o prefixo “pós” entende-se como uma superação e também enfático intuito de abordar “concepções pós-estruturalistas, pós-fordistas e pós-keynesianas e suas implicações espaciais” (p.12).

Desse modo, a partir de Soja (2008), os autores que trabalham o meio urbano seguem na concepção de seis processos espaciais, dentre os quais são: a metrópole industrial pós-fordista; a *cosmopolise* a globalização do espaço da cidade; a *exopolise* a reestruturação urbana, vinculadas ao surgimento de novas configurações urbanas; a cidade fractal; o arquipélago carcerário e as *simcities* (SOJA, 2008, p.12) Esses novos processos de metropolização se devem ao fato de ter resquícios como produto da industrialização, uma vez que essas reestruturações (o “pós”, abordado pelo autor) tiveram como aliado fundamental a presença do Estado, no qual é pautado pelo keynesianismo como uma base feita através do provimento de consumos coletivos, e hoje, o autor trabalha que esta nova forma urbana está vinculada a partir da interação entre a indústria pós-fordista e do Estado neoliberal (SOJA, 2008).

A partir dessa abordagem, Soja (2008) complementa a concepção de cidade-região ao dizer que:

[...] não se aplica somente a um centro urbano singular de alta densidade, mas enfaticamente a um sistema regional e policêntrico mais amplo de assentamentos nodais que interagem uns com os outros, uma cidade-região. Esta regionalidade amplia a *escala* do espaço-cidade desde o princípio, e aponta para a necessidade de se enxergar até as primeiras cidades como aglomerações regionais [...] (SOJA, 2008, p. 16).

Representar a cidade como uma unidade social, política e econômica tem se tornado cada vez mais complexa, sobretudo devido à intensificação dos processos e das relações entre os fluxos e fixos existentes no urbano aos quais os núcleos policêntricos têm se desenvolvido e atingindo uma escala regional. As fronteiras da cidade estão se tornando mais heterogêneas e multifacetadas, confundido nossa habilidade de traçar linhas separando o que está dentro do que está fora da cidade (SOJA, 2008). Soja (2008) e Magalhães (2008) compartilham ainda que a cidade-

região obtém, a partir de sua densidade no núcleo urbano, uma dispersão para o seu entorno metropolitano, que ora fora controlado pela hierarquia entre centro e áreas periféricas, agora com uma nova dinâmica, desenvolvem-se condições para que se reestruture em uma só unidade urbana multifacetada, detentora uma grande circulação de pessoas, serviços qualificados, fluxo de transporte, tomada de decisões político-administrativas e integração entre o espaço urbano.

Soja (2013) ressalta que este processo de urbanização regional policêntrica está atrelado aos desdobramentos de transformações lentas existentes no espaço, pois o autor diz que a ideia da forma que o meio urbano tem tomado ainda não muito bem aceito dentro da literatura urbana. É preciso ser conciso em compreender todo o processo de urbanização, que tem avançado significativamente nos últimos anos, ainda se instala de modo bastante complexo, mas que supera a ideia da urbanização metropolita para a regional, onde este processo e também a forma não se prendem somente a metrópole. Esta nova regionalização permite a interação mais intensa, diversa e desigual entre cidades-região e cidades regionais, ao qual expressam relativa significância dentro de uma região. Então, é certo que este processo obteve transformações importantes, e Soja (2013) chama a atenção para atentar a análise da crescente necessidade de compreender novas estruturas e dinâmicas deste fenômeno, sobre esta situação ele revela que

Embora ainda em seus estágios primários, o processo de urbanização regional avançou o suficiente em algumas áreas metropolitanas para que as suas características definidoras fossem reconhecidas e analisadas, e para que os estudiosos urbanos começassem a entender que a era da metrópole moderna pode estar terminando, criando uma crescente necessidade de novas estruturas para a compreensão e estudo das cidades e geografias urbanas (SOJA, 2013, p.151).

Diante disso, concretiza-se a multiplicidade do processo de urbanização regional atrelada as mais diversas origens, tendo como foco de origem de seu processo a metrópole. Tal relevância permite explicar as diversas configurações no espaço, pautadas a partir da própria metrópole (RIBEIRO, 2021). A importância da metrópole dentro do processo de metropolização colaborou substancialmente para a consolidação dessa ideia, e talvez por esse motivo seja tão difícil analisar os novos processos e novas formas urbanas, pois estas ideias estão historicamente vinculadas ao processo de urbanização industrial e também de metropolização. Hoje os fixos, cada vez mais qualificados, são diferentes de outrora; os fluxos se dão de

maneira mais diversa, intensa e qualificada, dando subsídios para que se configurem novas relações socioespaciais no meio urbano. Todos esses elementos combinados caracterizam uma nova realidade urbana, cada vez mais complexa e com alcances em escalas cada vez maiores, chegando a um estágio de âmbito regional.

Compreende-se que esta nova roupagem do espaço urbano caracteriza uma nova fase contemporânea das relações entre os diversos grupos sociais entre o espaço onde habitam, se deslocam e trabalham, gerenciando novas configurações para o suporte do desenvolvimento da urbanização regional policêntrica, e também da dinâmica para a consolidação para cidade ser qualificada enquanto cidade-região. A ascensão da nova configuração regional é compreendida a partir de vários fatores espaciais, no entanto, Soja (2013) destaca a importância dessa transformação no subúrbio<sup>14</sup>, e quais os reflexos deste processo desigual os afetam. Sobre esta ideia o autor fomenta que:

À frente deste processo de urbanização regional vem se observando uma crescente convergência de densidades entre as áreas urbanas e suburbanas. À frente deste processo de urbanização regional vem se observando uma crescente convergência de densidades entre as áreas urbana e suburbana. Os acentuados gradientes de densidade metropolitana que se estendem para além dos velhos centros urbanos estão se achatando enquanto densidades mais altas alcançam os subúrbios [...] (SOJA, 2013, p. 153).

Por fim, entende-se que este processo configura uma nova forma urbana, e que com a crescente transformação ocasionada por este fenômeno, as áreas periurbanas sofrerão significativas mudanças, dentre as quais vale ressaltar o espaço das moradias existentes nessas áreas. A sistematização desse processo permite analisar as transformações desiguais e complexas que ocorrem nessas áreas, tornando-as, juntamente com os grupos sociais dessas áreas, agentes fundamentais para remodelagem do espaço na periferia e de áreas conurbadas, permitindo analisar as diversas tipologias de ocupação de assentamentos com características precárias dentro do contexto de consolidação da cidade-região.

---

<sup>14</sup> Soja (2013) trabalha a ideia de subúrbio nesse texto atrelado a dinâmica espacial da realidade dos Estados Unidos. Para esta pesquisa, a ideia de subúrbio vincula-se à outra configuração, uma realidade complexa da periferia brasileira, a ideia de suburbano enquanto área ou grupo com relativo atraso em comparação com alguns grupos sociais de núcleos centrais, e também da precariedade de infraestrutura desses espaços.

### **2.3 Produções do espaço e moradias precárias no contexto da cidade-região: ocupações e loteamentos.**

Para trabalhar a produção do espaço dos tipos de moradias, é necessário ressaltar a importância do papel que esta emprega na vida da sociedade. Como explica Volochko (2015, p.107), o “habitar talvez represente a forma mais imediata pela qual os homens se apropriam do espaço” e, nessa perspectiva, morar é extremamente necessário, pois eventualmente evidencia que não é possível viver sem ocupar o espaço (VOLOCHKO, 2015).

A partir desta premissa é possível reiterar que a manobra de produção desigual do espaço vinculada à produção de moradias é bem diversa, uma vez que em um espaço apresentam-se várias tipologias de assentamentos no sítio urbano (CARDOSO, 2016). Volochko (2015) compartilha a tese de que esta produção desigual se dá por meio da diferenciação de poder aquisitivo de determinadas camadas sociais, nessa perspectiva, o autor vincula esta diferenciação com o tipo de assentamento. Os assentamentos e loteamentos precários possuem características afins, dentre as quais podem se destacar a autoconstrução, seja na ocupação do terreno ou do lote comprado, há a irregular oferta de serviços públicos e privado, bem como da manutenção precária dos espaços onde se instalam as ocupações e os loteamentos. Volochko (2015) afirma esta produção de moradia se desenvolve de forma lenta, seja por motivo do poder aquisitivo ou porque essas moradias são construídas aos fins de semana ou em férias, pois é quando esses grupos possuem tempo para construção de suas moradias. Diferenciando-se de condomínios de alto padrão onde o processo de construção é caracterizado pela rapidez e boa infraestrutura.

Queiroz Filho (2015) colabora ao referir-se sobre os assentamentos precários, a partir da concepção da Política Nacional de Habitação (PNH), que são associados em sua característica como “inadequados ocupados por moradores de baixa renda” (FILHO, 2015, p.341). Dentre estes assentamentos, estão os “cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, além de conjuntos habitacionais degradados” (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341), e essas porções do território pousem diversas tipologias e caracterizações como também afirma Pinheiro *et al* (2016). Nessa perspectiva Queiroz Filho (2015) ainda revela que além de se instalarem em

áreas onde predominam populações de baixa renda, estes assentamentos têm em comum

A precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento (QUEIROZ FILHO, 2015, p. 341).

Esse padrão de moradia com características precárias, seja no tipo de assentamento, no tipo de material das casas, na infraestrutura ofertada nos locais de construção, está transformando o espaço periférico das cidades concomitantemente ao desenvolvimento regional da cidade-região. Esse processo culmina em uma verdadeira articulação desigual e diversa entre os agentes produtores do espaço, evidenciando ainda mais o mosaico da malha urbana vigente em várias cidades espalhadas pelo Brasil. Tal fenômeno contribui para entender o contexto de cada tipologia destes assentamentos e as influências do processo urbanização regional policêntrica a partir da consolidação e diversificação da cidade-região (VOLOCHKO, 2015; CARDOSO, 2016; SANTOS, 2017).

Esta caracterização necessita ser compreendida de maneira mais concisa, pois a partir da análise desta é possível estabelecer à compreensão das dinâmicas deste processo vinculada as tipologias destes diversos assentamentos da cidade-região. Os assentamentos precários recebem várias nomenclaturas e analisá-las é a maneira mais eficiente para perceber o papel que esta desempenha dentro do espaço urbano em transformação.

As áreas precárias recebem esta nomenclatura a partir do seu processo de ocupação ou de instalação com baixa infraestrutura. Cardoso (2016) revela que há elementos que permitem a produção dessas moradias, sendo estas pautadas pelo preço que varia a partir da localização, da topografia do espaço, e também de um conjunto de normas que regulam o uso e ocupação do solo, como leis e regras para suas inserções. O Autor ainda aborda que “a ausência do poder público na provisão da infraestrutura gera uma escassez de terra urbanizada, com consequências sobre o seu preço” (CARDOSO, 2016, p. 33), acarretando em uma crítica, no qual se estende pela não ação pública precariza estes espaços, e que só se voltam para estas áreas quando há uma valorização imobiliária como forma de utilização de recursos especulativos.

Sobre isso, Cardoso (2016) enfatiza que o grande problema da construção precária a partir da autoconstrução por parte de grupos menos abastados se deve não somente ao baixo poder aquisitivo, mas sim em grande parte à frágil oferta de moradia no Brasil como um todo. A partir desta premissa se infere que a oferta de moradia não acompanha o acelerado crescimento populacional e dispersão da moradia nas grandes e médias cidades. E como consequência, estes grupos acabam por se deslocar para localidades onde o preço da terra é bem mais baixo e assim praticam muitas das vezes a autoconstrução, caracterizando-se com uma estrutura precária.

Segundo Pinheiro (*et al*, 2016, p. 189), os assentamentos precários consistem em “áreas urbanas de ocupação juridicamente irregular, com deficiências de infraestruturas e serviços urbanos e população pobre”, que culmina em uma dinâmica espacial diferente extremamente desigual em relação com áreas onde se é direcionado transformações pautadas a partir de um planejamento urbano eficiente.

Dessa maneira, observa-se que as ocupações urbanas em sua plenitude evidenciam a necessidade de se ter uma habitação digna, elas podem ser classificadas em duas vertentes, que são elas: a legal, que consiste no acesso à terra urbana por meio da luta pela moradia, sendo que esse acesso é regularizado pelo município ou Estado, e com isso deve alcançar subsídios necessários para construção e produção dessa moradia, seja na questão da infraestrutura, serviços públicos como coleta de lixo, segurança, saúde, etc. E, por outro lado, temos a segunda forma de ocupação que consiste posse de uma terra de forma irregular, esta é pautada, a priori, da necessidade básica de habitar. Nesta, o Estado não proporciona mecanismos estruturais para construção ou regularização do título de posse a essa população, o que acaba por precarizar e marginalizar os envolvidos perante a sociedade (PINHEIRO *et al*, 2016).

Essas ocupações são muito presentes nos grandes centros urbanos, geralmente estão localizadas na periferia, onde o solo é mais barato. Sem a estrutura adequada, as construções dessas ocupações se tornam bem precárias, o que é revelado em inúmeras formas de ocupação da moradia no Brasil, como as favelas, no Rio de Janeiro, e as baixadas, em Belém. Vale mencionar para esta pesquisa o que seriam essas áreas de baixadas. Para Trindade Jr (1998, p.1), elas “correspondem ao nível de planícies de inundação constantemente alagadas ou

sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano”, que por sua vez da população de baixa renda se instala e utilizam esses espaços de maneira desordenada e precária, essas últimas geralmente em áreas periodicamente alagadas que caracterizam e evidenciam algumas das realidades desses assentamentos precários.

Essas ocupações tendem a surgir a partir do momento em que populações de baixa renda não possuem uma renda suficiente para adquirir uma habitação em áreas bem localizadas, que, por sua vez, as força a se deslocar para áreas mais distantes dos grandes centros urbanos ou se tratando de Belém, há as baixadas que não necessariamente estão longe do centro urbano, onde o preço da terra é mais baixo. Mas, deve-se levar em consideração que essas ocupações são fruto de um processo de urbanização, que, por sua vez, evidencia o resultado de inúmeras relações socioespaciais e históricos presentes na vida urbana contemporânea, pois:

[...] crescente urbanização aliada à falta de investimentos necessários, trouxe, porém, juntamente com o crescimento das cidades, a ampliação dos assentamentos habitacionais precários. Todo esse processo resultou em mudanças na estrutura urbana das cidades e em transformações no modo de morar da população, pois essas pessoas, chegando à metrópole, muitas vezes se inseriam de forma precária e mal remunerada nas atividades produtivas e, na maioria das vezes, resolviam os problemas de moradia através da autoconstrução, ou seja, habitações, em geral, informais, precárias e autoconstruídas em etapas que compõem as favelas e os loteamentos irregulares ou passavam a habitar cortiços (MONTEIRO e VERAS, 2017, p. 5).

Observa-se que a carência de infraestrutura nesses locais é elevada, devido à autoconstrução, o difícil acesso aos serviços públicos, ou mesmo à precária oferta de serviços e bens públicos. Devido à desvalorização dessas localidades, as mesmas não despertam interesses imediatos dos grandes agentes que pensam a cidade. Esses espaços “são caracterizados como espaços de segregação, pobreza, isolamento e forte desigualdade socioespacial” (PINHEIRO *et al*, 2016), que está diretamente ligada ao grau de instrução, situação de emprego e renda domiciliar (PINHEIRO *et al*, 2016).

A partir da classificação dos aglomerados subnormais<sup>15</sup> e do estudo das Regiões de Influência das Cidades 2018 (IBGE, 2020), os assentamentos precários,

---

<sup>15</sup> “Aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE, 2010). Disponível em:

a partir de certos parâmetros que são essenciais para sua compreensão, sobre eles vale ressaltar alguns elementos, que são:

[...] como em setores subnormais, é recorrente *posse instável do solo ocupado*; assentamentos precários em geral se caracterizam por ocupação juridicamente irregular de terra (urbana ou rural) ou, excepcionalmente, por situação juridicamente regular, mas exposta à instabilidade em geral – seja mediante o mercado de terras, seja pelo conflito com as demais atividades ou com ações do Estado. A situação de irregularidade em geral (urbanística e, sobretudo, fundiária), no caso, seria um fator relevante de definição, embora não exclusivo (PINHEIRO *et al*, 2016, p. 197).

E ocupar por ocupar sem quaisquer condições adequadas faz com que haja uma precariedade estrutural nesse modelo de habitação, uma vez que as formas de ocupação de determinada área irregular acarretarão em problemas de infraestrutura, de saúde, de segurança, transporte e demais serviços ofertados pelo poder público, sendo estes submetidos a um isolamento e carência destes serviços.

A maioria desses assentamentos precários é construída em áreas as quais a topografia do terreno não proporciona uma forma de habitação adequada para condições de vida e bem-estar dessa população, uma vez que a precariedade da forma de ocupação, somadas à ineficiência de políticas públicas voltadas para essas áreas, marcam a dinâmica da realidade da periferia, sobretudo de áreas de difícil acesso com características precárias.

A ocupação dessas áreas possui finalidades e entendê-las nos proporciona analisar parte dos motivos que levaram a sua construção, que, em geral, consiste no fato da busca de melhores condições de vida, uma vez que nos grandes centros urbanos que se tem acesso a uma demanda maior do trabalho (mesmo que informal), atendimento de saúde mais especializada e oferta de bens e serviços mais qualificados. Embora essa população não possa usufruir esses serviços (públicos ou privados) em sua plenitude, ao menos há sua busca o que acarreta numa grande concentração de pessoas nas grandes cidades, sobretudo em áreas onde não se tem um controle incisivo das autoconstruções, permitindo aglomerações com precárias infraestruturas em determinadas áreas.

Ainda nesta discussão, há nomeação da ocupação por loteamento ao qual consiste na apropriação da terra por meio de políticas habitacionais vinculadas à luta

pela moradia de lideranças comunitárias e também de associações de bairro (PINHEIRO *et al*, 2016), que resultam do loteamento de determinada área para inserção da população de baixa renda produzirem suas moradias. Ainda que precária, há a divisão de moradias por lotes dentre as quais designa características de autoconstrução, frágil inserção de serviços públicos, população de baixa renda e presença de associação de moradores que constantemente buscam reivindicações em prol de melhorias dos loteamentos irregulares e/ou precários (PINHEIRO *et al*, 2016; SILVA e TOURINHO, 2015).

Na segunda metade do século passado, houve um crescimento exponencial das grandes cidades que culminou em rápido crescimento urbano, um processo de urbanização acelerada (SANTOS, 1993), isso traz consigo um inchaço populacional e reconfigura e reorganiza o espaço. Nota-se que nas periferias de várias cidades do Brasil há inúmeras formas de organização, como já apresentadas aqui, há ascensão dos assentamentos precários e suas diversas tipologias. Pode-se dizer que os loteamentos, dentro desta configuração, abarcam um suposto estágio superior dos demais assentamentos, uma vez que este é posto como uma organização, ainda que frágil, dos espaços precários, pois esta forma supera a ideia de ocupação “espontânea” e se obtém dela uma organização espacial, mesmo com profundas precariedades estruturais (PINHEIRO, *et al*, 2016).

Para compreender a inserção deste tipo de forma espacial, Ribeiro (2011) compartilha sobre os impactos destas moradias na metrópole usando como exemplo São Paulo, e diz que a:

[...] estruturação e expansão da organização social do território metropolitano, e formava-se também uma nova classe média com grande poder social e cultural; a cidade traduzia as demandas e necessidades decorrentes do modelo cultural desta classe modernizante. Ao mesmo tempo crescia o contingente de pobres urbanos, que também evidenciava a demanda por moradia. Em São Paulo, por exemplo, com o fim do transporte coletivo por bondes, a predominância do ônibus e a ampliação do sistema viário viabilizaram a abertura dos loteamentos populares na periferia metropolitana, oferecendo o modal de transporte adequado a uma expansão dispersa e de baixa qualidade (RIBEIRO *et al*, 2011).

Nesse contexto, a ideia de desigualdade se torna mais intensa dentro do espaço, e assim a moradia no processo de desenvolvimento da urbanização se estruturou com algumas características, como: “a) especulação imobiliária, b) política habitacional (BNH); c) precarização habitacional pelo crescimento das favelas

[assentamentos precários]; d) loteamentos ilegais e informais e autoconstrução periférica, os quais contribuíram para uma organização socioterritorial [...]” (RIBEIRO *et al*, 2011) bastante evidente no espaço periférico da cidade-região.

Para compreender a caracterização da dinâmica dos conjuntos habitacionais dentro do contexto de consolidação da cidade-região, é necessário fazer um resgate sobre como se configura este tipo de moradia a partir da produção e distribuição desigual de assentamentos no espaço urbano. Então estes surgem na perspectiva de produzir habitação para população de baixa renda, esse tipo de moradia demanda de uma parcela considerável da população que por meio de políticas públicas tentam conseguir um espaço de moradia na cidade.

A problemática da habitação revela um drama contemporâneo, pois esta questão evidencia muitos contrastes socioespaciais, uma vez que a definição da construção dos conjuntos habitacionais é o Estado por meio de políticas habitacionais, no qual se insere a este debate a frágil consulta dessa população que acaba ficando a mercê das diretrizes instaladas pelo programa, sendo pressionada a residir em áreas mais distantes do centro, visto que a construção desse tipo de habitação demanda um estudo da área e também do custo do solo, se é valorizado ou não, próximo ou distante dos grandes centros urbanos, que influencia diretamente no preço (MONTEIRO e VERAS, 2017). Esta premissa acaba sendo um elemento promissor para entender a moradia em áreas cada vez mais distantes do centro, e também como um dos fragmentos da construção da malha urbana da cidade-região enquanto extensa área de alcance das relações espaciais, realçando a moradia como elemento crucial do processo de urbanização regional policêntrica.

De acordo com Monteiro e Veras (2017) a ideia de que:

[...] o estudo acerca das questões habitacionais se insere em um contexto contemporâneo e relevante para a compreensão dos elementos fundamentais para a produção e reprodução do espaço geográfico. Sendo assim, a problemática habitacional pode ser considerado um dos principais problemas sociais urbanos [...] (MONTEIRO e VERAS, 2017, p. 2).

Problemas sociais urbanos estes que causam inconformidades com tais realidades e se tornam estopim para a fortificação de ideais que constroem a produção de resistência dos demais grupos sociais em busca do direito a cidade. A forma habitação é crucial para entender determinada realidade, e partir desta análise se permite transformar o meio, e nessa perspectiva são criadas leis e projetos para

que possam diminuir, mesmo que minimamente, a desigualdade habitacional no Brasil, configurando uma complexa, diversa e contraditória rede de tipologias habitacionais no espaço urbano.

As políticas públicas deram condições para a criação do projeto dos conjuntos habitacionais em todo Brasil tendo por objetivo uma inclusão socioespacial dos grupos menos abastados ou simplesmente como parte de uma estratégia de mercantilização do solo. Uma vez que é mais rentável para alguns dos agentes que pensam a cidade, construir casas em solos com preço baixo e vendê-los a certo valor, dinamizando a configuração da especulação imobiliária dentre a realidade dos conjuntos habitacionais, mas também como caminho para a superação do *deficit* habitacional dos grandes centros urbanos de seus entornos.

As políticas públicas de habitação que buscam dar condições de infraestrutura melhores para a população de baixa renda, por esse motivo os programas habitacionais no Brasil passaram por inúmeras remodelagens até chegar ao modelo ao modelo atual. É importante salientar que as mudanças destes programas possuem certames e normativas as quais precisam se adequar para que seja efetivado, e a partir desta reconfiguração há mudanças da inserção da população com menor poder aquisitivo e com condições necessárias para adquirir tais imóveis.

É certo que a adoção de políticas públicas de moradia favorece os agentes imobiliários e a pareceria setor público e privado torna-se cada vez mais visível e, em consequência, traz à tona a contraditória premissa onde o setor privado intensifica as desigualdades já existentes no espaço, uma vez que este prioriza reações com grupos que possuem condições de utilizar serviços e produtos deste setor, tornando frágil o acesso para grupos menos abastados; e o Estado enquanto agente mediador expande sua relação com este setor, optando por relações vantajosas que beneficiem o próprio estado e a esfera privada, justificando-se em produções de moradias para grupos com baixo poder aquisitivo.

Em outras palavras, o capital privado evidencia-se enquanto um agente excludente e desigual, mas que a figura do Estado manifesta-se enquanto mediador e financiador, deste modo corroborando para sanar minimamente os *déficits* estruturais, por meio de políticas públicas, a desigualdade socioespacial existente no meio urbano. Mas que por outro lado age como reprodutor da manutenção do capital

privado por meio de financiamento e criando condições para tal agente se integre e domine o espaço urbano em seu processo de produção.

Em suma, os programas de habitação, embora apresentem algumas falhas em seu processo de efetivação e incorporar demasiadamente grupos menos abastados, dificultando seu acesso ao programa, é inegável que essa política habitacional não tenha trazido significativas transformações da tipologia habitacional no Brasil. Para entender o processo de construção desses programas e sua inserção, é necessário entender que:

Foram criados, em âmbito federal, inúmeros programas e projetos de habitação e implantados em diversas cidades brasileiras, através da construção de vários conjuntos habitacionais. No entanto, os problemas relacionados à falta de moradia ainda não foram totalmente solucionados. Haja vista, que a cidade capitalista é excludente, com cenários totalmente diferentes, com classes antagônicas e a habitação insere-se neste contexto com desigualdades essas manifestas em diferentes formas, principalmente, na forma de habitar o espaço urbano (MONTEIRO e VERAS, 2017, p. 2).

O resultado das desigualdades socioespaciais forma um aglomerado de várias habitações no espaço, que varia pelo valor e uso do solo, localização, oferta de serviços, transporte, renda familiar etc.. E é a partir destas políticas públicas de habitação que esses grupos fragilmente incluídos e economicamente excluídos terão sua inserção na sociedade. No entanto, mesmo com essa inserção no espaço urbano contando com a ajuda de programas como o Banco Nacional de Habitação (BNH) que viabilizavam o atendimento de famílias com baixa renda, proporcionou benefícios, o que não significou que grande parte da população recebesse tal política, sobretudo porque os critérios utilizados por programas habitacionais dificultavam a inserção de grupos economicamente desfavorecidos. As inúmeras críticas devido a sua insuficiência no atendimento para as demandas de construção de conjuntos habitacionais, localizados nas periferias dos grandes centros urbanos entre 1964 a 1986 resultaram em grandes reviravoltas políticas de programas habitacionais (SILVA e TOURINHO, 2015).

Posteriormente, surgiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, que tem por objetivo o financiamento de habitação popular (SILVA e TOURINHO, 2015), que empregava uma série de novos critérios para obtenção da moradia digna e legalizada. Embora seja um novo programa para obtenção de moradia da população de baixa renda, as críticas se estendem desde a época do BNH, que consistiam nas localizações da construção dessas habitações em áreas

distantes dos grandes centros urbanos, uma vez que o preço do solo se torna mais barato à medida que se distancia. Com isso, a população mais pobre fica sujeita remanejamentos cada vez mais distantes, sendo este fenômeno cada vez mais presente, convertendo-se mais uma vez como elemento condicionante para expansão e dispersão que caracteriza a cidade-região.

Silva e Tourinho (2015) compartilham a ideia de que a habitação é indispensável para vida, no entanto ela perpassa hoje um novo significado no uso do solo, uma forma de mercantiliza-lo e conseqüentemente dificulta a inserção da população de baixa renda em sua totalidade para desfrutar dos bens e serviços, nessa perspectiva, estes grupos se refugiam em sua autoconstrução com característica de infraestrutura precárias em vários aspectos, produzindo assim o espaço a partir de sua necessidade, configurando a diversidade da tipologia de moradias que variam entre o terreno de inserção, capacidade de compra de um bem e estabilidade no trabalho (CARDOSO, 2016; PINHEIRO *et al*, 2016).

Esse é um dos motivos pelos quais há crítica aos programas de habitação, visto que o solo urbano hoje, na lógica capitalista, é visto como mercadoria. Começam então a se tornar estável a figura dos agentes imobiliários, pois na “ausência” do poder público, o setor privado emerge como grande agente que produz e concebe a cidade, e o Estado começa ganhar o papel de facilitador da inserção desse capital por meio de políticas que crie condições para o crescimento da especulação imobiliária num novo contexto de mercantilização do espaço e uso do solo urbano. Essa dinâmica percebida em grandes metrópoles evidencia ainda mais o mosaico urbano desigual em várias cidades, onde de um lado do muro se tem um condomínio de alto padrão e do outros assentamentos extremamente precários com graves problemas de infraestrutura, sanitário, de serviços, saneamento entre outros. O desenvolvimento da cidade-região torna-se um conglomerado gigantesco de desigualdades no âmbito da moradia, esta é a realidade de diversas cidades, e a perspectiva que se pode criar é a diminuição significativa destas desigualdades, e estas se darão a partir da luta pelo direito a cidade e estimulação de superação das injustiças espaciais presentes no na cidade-região.

## 2.4 O direito à cidade e a justiça espacial na periferia distante da cidade-região

Para tratar desta temática, Ferreira (2012) aborda o direito à cidade a partir do âmbito jurídico, ao qual permite uma melhor análise sobre esta questão e como isso trabalha esse direito como primordial para vida em sociedade. Para tal, baseia-se em lei, no qual prevê que no Estatuto da Cidade há incorporação democrática da cidade para todos os grupos sociais, e nessa perspectiva assume-se como uma:

Diretriz geral da política urbana, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (FERREIRA, 2012, p. 1).

Pensando em uma proposta democrática do direito à cidade, é necessário pensar e analisar os meios para alcançar este propósito. Sendo assim, pauta-se em questão a ideia de justiça social, que visa a reduzir as desigualdades sociais existentes para garantir os direitos fundamentais em sua plenitude (FERREIRA, 2012). Esta concepção permite mudanças sociais aos que mais necessitam, oferecendo assim uma vida mais digna perante a toda sociedade, acarretando em uma “inclusão social e econômica das classes menos favorecidas” (FERREIRA, 2012, p. 2).

A construção do direito à cidade é pautada em uma coexistência desigual dos diversos grupos sociais, produzindo a cada dia transformações socioespaciais que beneficiam alguns em detrimento de outros. A partir do aumento desigual destas relações há a necessidade de sobreviver, e assim surgem às reivindicações que se tornam lutas, e por consequência das lutas surgem os direitos (FERREIRA, 2012).

Entrando no debate acerca do pensamento geográfico, resgata-se que diante da urbanização regional policêntrica, o papel empregado pelas instituições públicas e privadas, pelos diversos grupos sociais voltados para luta da justiça espacial e o direito a cidade para toda população inserida na cidade-região de Belém competem a compreensão e contextualização da (in)justiça espacial elaborada por Soja (2013), a qual requer a consciência da existência das desigualdades e dos recursos provenientes da urbanização dentro da cidade. Para isso ele diz que:

Agora em cidades, contextualizar a (in)justiça espacial requer essencialmente localizá-la em condições específicas da vida urbana e lutas coletivas para alcançar um acesso mais equitativo de todos os residentes aos benefícios sociais que a cidade oferece. Entretanto, [...] a condição urbana e a justiça/injustiça que se associa a ele não se limita a uma escala territorial específica. A vida urbana nidifica em diferentes contextos

geográficos, acima e abaixo do espaço administrativo da própria cidade. (SOJA, 2013, p.66)<sup>16</sup>.

Soja (2013) também expõe que a justiça espacial não pode se limitar apenas à luta pelos espaços públicos, ela deve se concentrar também na luta pela justiça e pelo direito à cidade. Quando destacou que “a luta pelo direito à cidade, [se resume em parte] com o objetivo de uma distribuição justa e equitativa dos recursos urbanos” (SOJA, 2013, p. 126).

Nessa perspectiva, a proposta democrática é necessária, pois as cidades não oferecem condições mínimas equitativas para todas as camadas sociais, sendo uma grande parcela da sociedade privada de seus direitos mais básicos. As características particulares de cada grupo sejam eles culturais, étnicos, de gênero ou de costumes, acabam por construir uma narrativa de resistência que culmina em movimentos urbanos bastante fragmentados, ao passo de se tornarem incapazes de transformar a realidade urbana (FERREIRA, 2012). Essa desigualdade culmina em áreas extremamente precárias e com baixa infraestrutura, frágeis serviços públicos ofertados para populações residentes em localidades de difícil acesso.

A precarização das moradias nas periferias distantes da cidade-região de Belém está vinculada a um processo engrenado em uma estrutura de produção espacial ditado pelo poder público/privado. Entretanto, a luta pela justiça espacial e pelo direito à cidade pode ser usada como uma forma de transgredir o sistema e alcançar uma igualdade de acesso aos recursos espoliados do processo de urbanização regional policêntrica, podendo acarretar na diminuição acentuada da precarização das moradias nas periferias distante da cidade-região de Belém.

As transformações socioespaciais que englobam essas periferias urbanas distantes permitem a abordagem significativa para compreender as implicações do processo urbanização regional policêntrica ao desenvolvimento e consolidação da cidade-região de Belém. Parte da população residente em áreas que envolvam este processo, sobretudo de baixa renda, estão diretamente inseridos como agentes produtores do espaço precário, ainda que produza o espaço urbano de acordo com

---

<sup>16</sup> Texto original: “ahora en ciudades, contextualizar la (in)justicia espacial requiere esencialmentelocalizarla en las condiciones específicas de la vida urbana yen las luchas colectivas para alcanzar un acceso más equitativo de todos los residentes a los recursos sociales y a las ventajas que proporciona la ciudad. Sin embargo, como se ha subrayado en la introducción, la condición urbana y la justicia/injusticia que se asocia con ella no se limitana una escala territorial concreta. La vida urbana anida dentro de contextos geográficos diferentes, por encima y por debajo del espacio administrativo de la propia ciudad” (SOJA, 2013, p. 66).

suas necessidades, como Corrêa (1989) os denomina de agentes socialmente excluídos.

Esses grupos estão diariamente a mercê de conflitos socioespaciais provenientes das desigualdades existentes no meio urbano, e dentre fenômenos estão algumas características latentes das injustiças espaciais como forma de dominação de grupos dominantes sobre os grupos socialmente excluídos. Essas ações diárias provocam uma necessidade de representatividade e participação política desses mesmos grupos sociais para se desconstruir da dominação social coercitiva, desigual e cultural existente no espaço urbano.

Soja (2013) contextualiza os elementos e os fenômenos que contribuem para a injustiça espacial existente e, também, para sua conscientização, visando superá-las e contribuir para uma ação social mais efetiva e crescer aos grupos sociais afetados uma lucidez acerca da justiça espacial. Esse autor explica alguns destes elementos persistentes da dominação social ao dizer que:

[...] a impotência se concentra especificamente na perda, em certo sentido, do poder político, da participação, da representação e da capacidade de se expressar, com base na classe, raça, sexo ou qualquer outro atributo humano. O imperialismo cultural é uma forma de dominação pela qual um grupo ou cultura se subordina e torna outro quase invisível, perdendo suas diferenças distintas em crenças e comportamentos; é uma ideia semelhante à da dominação colonial. A violência refere-se a práticas sociais e institucionais que toleram ou mesmo incitam atos violentos como partes aceitáveis da vida cotidiana, aumentando os níveis de risco para determinados grupos e indivíduos. Esses aspectos opressores, que se sobrepõem, expandem o conceito de justiça a inúmeras formas mais específicas de expressão, avaliação e ação social (SOJA, 2013, p.121)<sup>17</sup>.

Soja, (2013) reitera a ideia de uma justiça espacial proposta por Harvey, trabalha essa concepção como uma “busca por uma distribuição justa dos recursos sociais e alcançados com justiça” (SOJA, 2013, p.124). Essa premissa permite um trabalho como processos de produção que alcance várias esferas sociais, sejam mercados urbanos e imobiliários, governo e/ou no planejamento urbano, distribuição dos grupos sociais de baixa renda no espaço urbano etc..

---

<sup>17</sup> Texto original: “La impotencia se centra concretamente en la pérdida, en cierto sentido, de poder político, de participación, representación y capacidad para expresarse, con base en la clase, la raza, el sexo o en cualquier otro atributo humano. El imperialismo cultural es una forma de dominación por la cual un grupo o cultura subordina y convierte en casi invisible a otro, que pierde sus diferencias distintivas relativas a creencias y comportamientos; se trata de una idea semejante a la de dominación colonial. La violencia se refiere a las prácticas sociales e institucionales que toleran o incluso incitan a los actos violentos como partes aceptables de la vida diaria, aumentando los niveles de riesgo para ciertos grupos e individuos. Estos aspectos opresivos, que se solapan, amplían el concepto de justicia a numerosas formas más específicas de expresión, evaluación y acción social” (SOJA, 2013, p.121).

Por fim, a ideia trabalhada acerca da justiça espacial almeja uma revolução no meio urbano, no qual os agentes envolvidos em sua produção tenham iguais condições de acesso, e também, direito sobre a cidade-região. Esses elementos apenas serão alcançados se houver uma desvinculação das práticas coloniais que perpassam pela produção do espaço, que são frutos de interações desiguais ao longo do tempo, pautada na divisão social em classes.

As transformações espaciais que ocorrem na periferia distante de Belém podem apresentar uma nova realidade para os diversos grupos sociais, não apenas englobando elementos urbanos com características econômicas e políticas de interesse já existente, mas sim a concretude de um direito destes grupos de modo a usufruir a plenitude da justiça espacial. Assim sendo, estes caminhos que condicionam a superação da produção e reprodução de moradias com características precárias dentro do espaço urbano tornar-se-ão cada vez mais evidentes face ao processo de produção do espaço urbano, acarretando em significativas mudanças sob a perspectiva da urbanização regional policêntrica, consolidando demasiadamente a diminuição das desigualdades socioespaciais existentes na cidade-região de Belém.

## SEÇÃO III

### 3. A CIDADE-REGIÃO DE BELÉM E A DINÂMICA DAS PERIFERIAS DISTANTES

Este capítulo objetiva compreender a formação da cidade-região de Belém a partir da dinâmica de produção espacial desigual e da produção dos assentamentos precários em periferias distantes. Para isso, será feito um levantamento histórico a respeito do processo de urbanização de Belém a fim de explicar sua expansão e dispersão dentro da região.

Posterior a essa análise, há a inserção dos Municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará, bem como o distrito de Mosqueiro enquanto componentes do espaço metropolitano e seu entorno, formando componentes essenciais da cidade-região de Belém. Por consequência deste processo, há a necessidade de se entender a dinâmica presente na periferia distante enquanto um espaço de receptor de novas moradias a partir da expansão e dispersão de Belém. Uma vez que há uma reestruturação desigual do espaço urbano, o que culmina no processo de remanejamento de grupos de menor poder aquisitivo de áreas centrais para localidades cada vez mais distantes, servindo como base para uma lógica urbana cada vez mais complexa.

As periferias distantes tornam-se então um objeto de estudo substancialmente importante para compreender a dinâmica de criação de novos núcleos urbanos em áreas distantes e suas relações desiguais no espaço. Em sua maioria, esses espaços apresentam-se de maneira desigual e precária, carente de infraestrutura e de serviços, aumentando o espraiamento de espaços precários para áreas distantes (MENDES, 2018; 2020).

Por esse motivo, faz-se necessário compreender a dinâmica atual da cidade-região de Belém a partir da análise da urbanização regional policêntrica, direcionando a discussão para a condição das moradias precárias em periferias distantes.

Esse capítulo será dividido em três partes, onde os processos metodológicos permitem trabalhar primeiramente sobre o processo de produção do espaço de Belém, percorrendo acerca das transformações históricas da cidade, seu

desenvolvimento ao estágio de metrópole, bem como sua construção a partir da urbanização regional policêntrica dando forma à cidade-região. Em seguida, trabalhar a caracterização desta cidade a fim de compreender sua configuração como tal perante a dinâmica em espaços distantes do centro. E por último, apresentar os espaços distantes que serão trabalhados, sendo estes Benevides, Santa Bárbara do para e de Mosqueiro, como áreas fundamentais para o desenvolvimento de espaços de moradias que recebem influência deste processo de urbanização regional policêntrica ao qual Belém atualmente apresenta.

### **3.1 O processo de produção do espaço de Belém: de cidade primaz à metrópole e à cidade-região**

O município de Belém, fundado em 1616, configura-se hoje como uma das metrópoles regionais do Brasil, a qual possui uma influência na parte oriental da Amazônia, no norte do país, possuindo oficialmente 71 bairros e 8 distritos administrativos<sup>18</sup>. Belém também possui suas particularidades, mas não difere das dinâmicas de transformações socioespaciais que ocorrem em muitas cidades do Brasil, onde há um intenso processo de mudanças no espaço, como expansão e dispersão urbana, intensificação de transportes, oferta de serviços e bens de consumo modernos, mudanças nos costumes (agora associados ao meio urbano) entre outros. Santos (2017) classifica essas mudanças a partir de elementos como intensificação da produção de assentamentos habitacionais; subordinação de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos destinados a esses grupos de fora do núcleo metropolitano; aumento do volume de fluxo intermunicipal; e difusão de grandes objetos técnicos que são condição, produto e meio da reestruturação do espaço metropolitano.

Para que se chegasse nesse momento, Ribeiro (2021) relembra que deste sua criação, Belém cumpria um papel regional, o de defesa e da entrada do espaço amazônico, assumindo sua condição estratégica no norte do país. Em seguida, Santos (2017) destaca um contexto ao dizer que Belém passa por alguns momentos históricos importantes para o processo de metropolização chegasse ao estágio

---

<sup>18</sup>Segundo a Lei nº 7.682 de 05 de Janeiro de 1994: Dispõe sobre a regionalização do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos distritos administrativos e dá outras providências.

atual, dentre eles, destaca o crescimento urbano da cidade amazônica e seus poderes econômicos, e relembra tais momentos ao dizer que:

A trajetória de crescimento urbano da cidade acompanhou do século XVII até a primeira metade do século XX as necessidades regionais, ainda pouco presentes de um espaço urbano complexo. Desse modo, essa periodização, de forma alguma, deve ser vista como uma cadeia evolutiva do espaço urbano belenense, visto que em determinados momentos da história, também acompanhando a maior dinâmica econômica regional, Belém ascendeu na rede urbana regional e nacional, como exemplo mais recente, durante o período da economia da borracha (1890 – 1920). Mas, com o encerramento dos ciclos econômicos episódicos, a cidade voltava a seu perfil padrão de uma malha urbana ainda bastante limitada.

Assim, somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, agora marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o significativo avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores [...] (SANTOS, 2017, p. 101).

Trindade Jr. (1998, p. 100) apresenta alguns elementos que possibilitaram estudar a modernização da cidade de Belém no período do “Boom da Borracha” (1890-1920), o qual se destaca o demasiado crescimento populacional, investimentos em infraestrutura (mesmo que ainda frágil), crescimento funcional do comércio, aumento da segregação socioespacial entre outros. Em consequência desse período, Belém alcançou *status* de importante de relevância Regional perante os demais municípios.

Partindo desta ideia, Ribeiro (2021) compartilha que houve uma reconfiguração urbana na região amazônica, tendo como cidades polarizadoras Belém e Manaus, dando margem aos movimentos iniciais de dispersão, uma vez que estejam fortemente ligados aos sistemas de aviação, criação de novos núcleos e também do sistema econômico na forma dendrítica como meio de importar e exportar mercadoria, sendo mecanismo para adentrar e ligar a rede urbana amazônica. Esses movimentos acabaram por intensificar as relações de Belém com outras vilas e cidades da região.

Ressalta-se, nesse período, durante a primeira metade do século XIX, o processo de dispersão urbana que se formou com a elite local possuindo residências de veraneio aos arredores de Belém, sendo utilizados aos finais de semana voltados ao lazer e descanso, cuja configuração não remete aos movimentos pendulares. Pois essa dinâmica consolidou, nessa época, a forma de espaços descontínuos nessa região para além da primeira légua patrimonial (cinturão institucional), como

Mosqueiro, Vila Pinheiro (Icoaraci) entre outros (TRINDADE JR, 1998; RIBEIRO, 2021).

Contudo, de 1920 a 1960 houve uma forte estagnação econômica na Amazônia, visto que passado o período áureo da borracha, a região não obteve condições econômicas suficientes capazes de suprir a alta demanda de circulação de serviços e de mercadorias ocasionadas pelo ciclo da borracha. Em consequência desse fenômeno, nesse período de 1950 até meados dos anos de 1970, Belém enquanto cidade principal recebeu um grande aumento populacional de pessoas advindas de toda região em busca de empregos e melhores condições de vida, a fim de suprir o *déficit* econômico da região em consequência da extração do látex (TRINDADE JR., 1998; SANTOS, 2017; RIBEIRO, 2021).

Trindade Jr. (1998) e Santos (2017) nos revelam que Belém passa por intensas transformações a partir da década de 1970, pautadas principalmente em uma (re)estruturação resultante do processo de expansão da cidade, vinculadas ao processo de dispersão populacional e expansão da cidade frente à primeira léguas patrimonial. Essas transformações trazem consigo uma necessidade desses grupos, agora habitando áreas mais distantes do centro, terem um espaço de moradia digna, infraestrutura, oferta de serviços e planejamento político-administrativo e econômico voltadas para essas áreas, uma vez que Belém até então era confinada e suas políticas eram direcionadas, a priori, para o centro de Belém (TRINDADE JR., 1998).

Em contrapartida, Belém não conseguiu acompanhar de forma eficiente o grande contingente populacional vindo de outras regiões, o que acarretou na produção de áreas precárias e sem infraestrutura adequada, gerando grandes mazelas socioespaciais que até hoje são bastante expressivas em todo o espaço metropolitano.

Em meados de 1960, Belém se encontrava confinada pelo cinturão institucional bloqueando uma expansão horizontal contínua, constituindo-se uma cidade densa e concentrada. Mesmo com o alto contingente de pessoas chegando à cidade e com o crescimento da busca por moradia, o cinturão se manteve firme a partir de políticas voltadas para o núcleo urbano, ocasionando assim a valorização de terrenos no centro de Belém e dificultando sua superação.

A partir da década de 1960, Belém sofre um grande crescimento demográfico e urbano, em decorrência dos grandes fluxos migratórios,

principalmente do interior e do Estado do Maranhão. Sua população passou de 359.988 habitantes na década de 1960 para cerca de 1.393.399 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), ou seja, a cidade cresceu 287%, se tornando uma metrópole regional do Brasil. E esse fenômeno resultou na expansão da malha urbana em direção da então Avenida Augusto Montenegro e a rodovia BR- 316, as quais se constituíram os principais vetores de expansão urbana de Belém (figura 1).

Somente nos anos de 1970 houve a superação do cinturão institucional, dando possibilidade para o processo de expansão e dispersão de Belém. Esse processo permitiu significativas transformações espaciais na periferia, quando começa o processo de criação e ocupação dos bairros mais distantes do centro, produzindo espaços descontínuos, precários e com frágil inclusão nas políticas de infraestrutura no espaço belenense (TRINDADE JR., 1998).

A figura 1 revela o processo de expansão de Belém que inicialmente ocorreu como: cidade confinada e depois passou a ocorrer em direção a periferia distante.

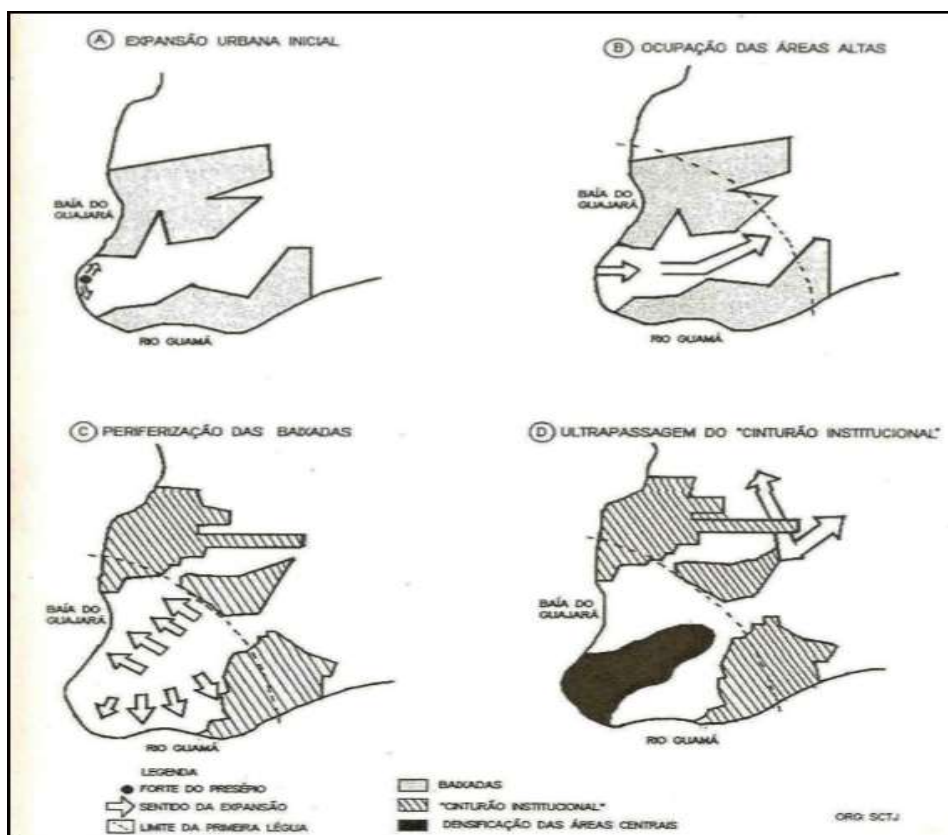


Figura 1 - Expansão urbana de Belém.  
Fonte: TRINDADE Jr., 1998.

A figura 1 retrata as fases do processo de expansão de Belém, que perpassa desde a expansão inicial, ocupação de áreas altas, periferização das baixadas até a ultrapassagem do cinturão institucional, que é referente à primeira légua patrimonial (TRINDADE JR., 1998). Sendo assim, na quarta imagem da figura 1 pode-se observar que já há dois eixos de expansão da cidade fora do núcleo central.

Na década de 1970, houve a criação e institucionalização de regiões metropolitanas, dentre elas destaca-se a região metropolitana de Belém (RMB) com os municípios de Belém e Ananindeua<sup>19</sup>, configurando o processo de metropolização da cidade de Belém, consolidando sua importância regional e também sua influência política, econômica e administrativa na Amazônia oriental. Esse crescimento apresenta uma nova fase da urbanização, ao passo de evidenciar cada vez mais a intensificação dos serviços e de mercadorias, de movimentos pendulares entre os demais municípios da RMB com o núcleo central de Belém, aumento das desigualdades socioespaciais, uma vez que na periferia onde se tem a maior parte do crescimento urbano, e também maior precariedade nos serviços e de infraestrutura uma vez que os serviços públicos eram majoritariamente direcionados ao núcleo urbano belenense.

Mendes (2018) embasa esta ideia ao compartilhar que a cidade confinada possibilitou uma estruturação que associa toda dinâmica de serviços e atividades comerciais, bem como centros de consumo em uma área extremamente concentrada dentro da primeira légua patrimonial. Em consequência desta concentração, a área até então que começa a se dispersar e expandir não possui tal relevância como o núcleo belenense, tornando-o cada vez mais estendido e precário. Ao trabalhar sua superação a partir da lógica econômica, o autor diz que,

Para sair da cidade confinada, primeiro os espaços comerciais tiveram que ser alocados em uma forma de espraiamento para os bairros de São Brás, Marco, Pedreira e Telégrafo, nas décadas de 1980 e 1990. [...] houve a recuperação de várias áreas alagadiças nesses espaços e, com isso, ocorreu à melhoria e a possibilidade de assentar serviços bancários, órgãos públicos, supermercados, além de uma infraestrutura de atividades comerciais e de serviços (MENDES, 2018, p. 201).

Por conseguinte, a ideia abordada anteriormente permite dizer que em Belém, o processo de metropolização começa a se intensificar, também, a partir da segunda metade século XX, quando a cidade começa a receber pessoas advindas de outras

---

<sup>19</sup>Posteriormente integrariam RMB os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará em 1995, de Santa Izabel do Pará em 2009 e Castanhal de 2011 (SANTOS, 2017).

regiões, grandes empresas, serviços e bens que contribuem para o crescimento exponencial da malha urbana belenense (TRINDADE JR., 1998; SANTOS, 2017). Neste contexto, Belém não possuía uma estrutura adequada para suportar o grande contingente populacional, e conseqüentemente, houve um inchaço na periferia em decorrência do massivo deslocamento de vários grupos para os limites da cidade (áreas de expansão), onde a infraestruturas eram precárias e o preço do solo bem mais baixo.

Com o elevado índice de crescimento da cidade, Belém apresenta destaque significativo diante das demais cidades da região, e como consequência obtendo *status* de metrópole devido sua importância. A dinâmica apresentada até então faz com que Belém polarize as demais cidades do seu entorno, fazendo com que os outros municípios seguissem o padrão da dinâmica urbana da metrópole, mesmo que minimamente, tal processo configurou-se como um processo de metropolização, onde cidades médias e pequenas assumam um papel mais significativo a partir do processo de urbanização (TRINDADE JR., 1998; LENCIONI, 2017).

Nesta perspectiva, essas transformações espaciais proporcionam pensar em uma reconfiguração relacional entre as cidades do espaço metropolitano e também em mudanças físicas significativas, essa mudança na forma e da estrutura Lencioni (2017) nomeou de metamorfose<sup>20</sup> urbana.

Mesmo que o planejamento urbano não tenha acompanhado o processo de expansão urbana e crescimento da cidade de maneira adequada houve significativas ações que de certa forma contribuíram para a ligação, mesmo que precárias, de áreas mais afastadas com o centro de Belém (CARDOSO, 2006), uma vez que as políticas habitacionais elaboradas a partir da década de 1970 foram direcionadas para áreas de periferias distantes e atendem significativa parte da população de baixa renda que residia nessas áreas. Sobre isso, Cardoso enfatiza ao dizer que:

Durante a ditadura militar, ocorreu uma mudança significativa nessa situação, com a chegada de investimento federal à cidade (obras de saneamento e financiamento de habitação), o que um marco importante, apesar da dissociação entre políticas. Grandes investimentos foram feitos em obras de saneamento que permitiram a transposição de obstáculos entre áreas já consolidadas, criando ligações previstas desde o plano de

---

<sup>20</sup> Segundo Lencioni (2017), a metamorfose implica em profundas alterações de forma, estrutura e natureza advindas da metropolização do espaço em um processo socioespacial que transforma profundamente o território.

alinhamento proposto para Belém no final do século XIX, enquanto os investimentos de habitação eram pensados para fora de primeira légua e em quantidade suficientes para literalmente desenharem a expansão da cidade [...]” (CARDOSO *et al*, 2006, p. 149).

Na medida em que Belém desconcentra, de modo mais assíduo os serviços, transportes, circulação de pessoas e mercadorias, e estes elementos passam a se dissipar e se expandir rumo ao eixo da Avenida Augusto Montenegro e da rodovia BR-316, marcando a segunda légua patrimonial (TRINDADE JR, 1998). Abrem-se então novas possibilidades de transformações espaciais, sociais políticas, econômicas e administrativas agora em uma Belém mais expandida, começando a dar indícios de sua dispersão para áreas mais distantes.

A partir dos anos 1970 as transformações que permitem aos grandes agentes produtores do espaço, que por anos se concentravam em Belém, expandir seus negócios e suas demais ações vinculadas ao espaço e os grupos sociais neles inseridos, dando suporte para uma expansão da cidade, intensificando suas relações cada vez mais complexas.

As mudanças ocorridas em meados dos anos de 1990 são cada vez mais perceptíveis ao longo da Avenida Augusto Montenegro, seguindo o eixo de expansão do distrito de Icoaraci e, mais recentemente, ao longo da rodovia BR-316, embora nessa mesma época houvesse um massivo volume de ocupações precárias nas periferias distantes de Belém, ainda assim evidenciando mais notadamente que os espaços antes verdadeiramente negligenciados, hoje tornam-se cada vez mais explorados, bem como atrativos ao capital privado, ligados por corporações condomínios particulares de médio e alto padrão, e também da busca por moradia pelos grupos sociais de menor poder aquisitivo que são privados de obter moradia nos grandes centros, satisfazendo assim uma sua necessidade básica de habitar em um espaço, mesmo que este seja precário (TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2014; MONTEIRO e VERAS, 2015; SANTOS, 2017).

A partir destes processos dentro do espaço metropolitano de Belém, hoje não se é explicado somente pelo quantitativo referente a concentração populacional nessas áreas, mas sim da complexidade no qual estes espaços alcançaram no decorrer dos anos, seja por meio das suas interações com os espaços dispersos, o tornando também cada vez mais complexos (MENDES, 2019).

A partir dessa perspectiva, há o desenvolvimento de formas urbanas que superam a dispersão inicial da população entre Belém, Ananindeua e Marituba, alcançando espaços mais distantes como Benevides e Santa Bárbara. Nesse sentido, consideram-se para essa pesquisa espaços distantes do centro de Belém a partir dos municípios de Ananindeua e Marituba, onde se teve um processo de desenvolvimento urbano tardio, ainda que hoje seus espaços se encontrem mais conurbados com Belém, mas a distância considerável aliado ao tempo que demora para se chegar ao centro de Belém torna-se um critério para os classificar assim.

A cidade dispersa evidencia vários padrões de vida que acusam o tempo de construção, a forma de construção e as relações espaciais entre os diversos grupos que habitam na periferia. A dispersão concentrada tendo como referência o núcleo urbano de Belém reafirma a sua centralidade em toda cidade região. Nesse sentido, os novos núcleos surgem seguindo padrões de referência de um núcleo com maior poder de centralização, a exemplo de Belém e Castanhal, onde dentro do processo de metropolização exerciam suas influências em municípios satélites, e agora com novas formas urbanas cumprem papel de centralidades e espaços de referências de serviços especializados e diversos, mesmo com o crescimento contínuo de novos subcentros em potencial, a exemplo de Benevides, Barcarena, Santa Bárbara e Santa Izabel. (TRINDADE JR., 1998; RIBEIRO, 2018; MENDES, 2020).

Em seguida há o quadro 3 que identifica e caracteriza a formação do espaço metropolitano de Belém, como facilitador para compreensão da periodização das fases urbanas de Belém.

**Quadro 4 - Histórico da formação espacial de Belém.**

Ano	Fase	Características
1616	Fundação de Belém.	Aspecto de vila, relações portuárias e com área do núcleo inicial de Belém. Forte interação a partir da ligação com os rios com as demais vilas.
1751	Sede da província do Grão-Pará e Maranhão.	Características da formação de uma cidade e importante alcance regional perante as demais.
1985-1920	Período da borracha.	Crescimento econômico, urbanização e desenvolvimento da infraestrutura de Belém sem precedentes. <i>Status</i> de uma das cidades mais importantes do Brasil.
1930-1960		Inchaço urbano, institucionalização da primeira

	Estagnação econômica.	légua patrimonial,
<b>1970</b>	Institucionalização da região Metropolitana.	Crescimento urbano acelerado, desenvolvimento do processo de metropolização, superação da primeira légua patrimonial.
<b>1980-1990</b>	Início da expansão urbana para periferia distante.	Crescimento populacional, ocupações em assentamentos precários na periferia distante, inserção dos condomínios fechados e de conjuntos habitacionais. Início do processo de conurbação.
<b>2000-2021</b>	Formação da cidade-região de Belém.	Expansão e dispersão de Belém, aparecimento de novos núcleos urbanos, intensificação de serviços, transportes e informações; conurbação mais acentuada e relações socioespaciais com alcances regionais.

Fonte: TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2014; 2018; SANTOS, 2017; SANTOS, 2018; RIBEIRO, 2021

O Fenômeno multiescalar carrega consigo elementos condicionantes capazes de acumular significativas transformações espaciais em um âmbito não mais local, mas em regional, polarizando cada vez mais espaços distantes como parte de um todo ao qual tem a forma de uma cidade-regional. Essa dispersão ocasiona mudanças ao qual tem se mostrado como alterações em um padrão estabelecido, ao qual vem se modificando década após década. Com isso a “expansão da fronteira urbana na Amazônica corresponde à alteração brusca da dinâmica territorial da região, no último quartel do século XX” (COSTA, 2021, p. 26). Esse período marcou a intensificação da sua conectividade e apresentou um ciclo de urbanização sem precedentes concomitante ao fortalecimento dos conflitos sociais em torno da posse fundiária e da exploração dos recursos naturais da região (COSTA, 2021).

Monte-Mór (1994; 2006) expressa a caracterização desse processo de urbanização extensiva no Brasil como uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e de cidadania” (MONTE-MÓR, 2006, p. 16).

Como consequência desse processo, paralelamente, têm-se o desenvolvimento das dinâmicas da periferia distante ao qual se apresentam como uma consequência de ações socioespaciais desiguais, acumuladas por vários anos e acarretando em profundas disparidades sociais, econômicas, políticas, costumes etc..

Esse fenômeno denota da ação multiescalar dos indivíduos presentes no espaço metropolitano belenense, uma vez que as interações exercidas como meio de desenvolvimento, aumentaram as relações socioespaciais de modo que permitisse a ascensão de Belém na condição de cidade-região. Mendes (2020) desenvolve a ideia de que os processos iniciais dessas transformações espaciais ocorreram a partir do crescimento populacional de Ananindeua e Marituba, no qual se atrela um relativo crescimento periférico associados à construção de conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas na área de expansão da cidade de Belém.

Esse tipo de urbanização, como já explicado anteriormente, apresenta um fenômeno único no qual se resume em não prender-se a limites administrativos exercidos pelo poder dos municípios integrantes dessa área. Com isso, vale ressaltar a importância de analisar as características de cada espaço envolvido na construção e desenvolvimento da cidade-região, uma vez que esta forma atual apresenta interações cada vez mais intensas e também desiguais, fomentando a necessidade se reconhecer os espaços desiguais para que seja possível reaver o uso destes mesmos espaços como meios de construção para consolidação futura de uma justiça espacial, voltada a atender a população cuja urbanização regional policêntrica atinja-os de modo mais frágil.

Portanto, Belém apresenta hoje, de maneira mais latente, uma estruturação mais complexa que se estende na para estudos voltados a compreender o processo de urbanização regional policêntrica, pois o espaço metropolitano torna-se cada vez mais denso, descontínuo e com uma desconcentração concentrada, multifacetada e multiescalar, estas como consequência de relações mais intensas, seja com meios de transporte, serviços, comunicação, informação e mercadorias (SOJA, 2013; RIBEIRO, 2021). Concomitante, há a materialização da forma da cidade-região de Belém em movimentos iniciais afim de se (re)estruturar e alcançar uma consolidação enquanto cidade de expressão regional de modo cada vez mais qualificada.

### **3.2 Características do processo de urbanização regional policêntrica de Belém e a configuração da cidade-região**

A transição de uma fase urbana para outra requer uma compreensão sutil ou mais densa, de modo a entender todos os elementos que condicionaram tais

transformações. Para tal, faz-se necessário compreender as características destes processos para poder analisar a dinâmica e a configuração atual de Belém enquanto cidade-região.

Soja (2008), ao trazer a ideia de urbanização regional policêntrica, permite compreender que a construção da cidade-região perpassa pelo desenvolvimento e intensificação de serviços e transporte, tornando-os mais diversos, abrangendo não somente a metrópole, mas todo o espaço metropolitano ao seu entorno possibilitando que a cidade consiga ter influência significativa em âmbito regional, ou seja, nessa nova fase urbana a importância do crescimento regional policêntrico é a de superação teórica, também metodológica da ideia de metropolização, uma vez que a conceituação consegue suprir as necessidades complexas que a dinâmica urbana atual apresenta.

Entende-se que Belém passa da condição urbana de metrópole para configuração de uma cidade-região, e um dos pontos a serem destacados dessa passagem é a que Ribeiro (2021) nomeou, ao expressar que, sob consequência do processo de dispersão e expansão de conjuntos habitacionais, bem como os loteamentos e ocupações irregulares de seu entorno, a partir dos anos de 1980/90 permitiram novos contornos ao espaço urbano periférico distante, dando indícios de uma nova dinâmica urbana com características precárias em espaços cada vez mais distantes.

No entanto, o autor revela que hoje a análise feita nesse período já não sustenta mais ao explicar tal realidade por meio do processo de metropolização, pois há elementos mais amplos e multifacetados que acabam por integrar relações com outros municípios do espaço urbano, não como uma hierarquização apresentada no processo de metropolização, mas de relações pautadas no desenvolvimento de novos núcleos urbanos, deixando o espaço urbano polinucleados, espraiando as relações socioespaciais vinculadas ao setor de serviços e comércios como redes de atacado e varejista, bancos, transportes, hospitais, *shoppings centers*, entre outros; todos expressando de modo mais qualificado e denso, mas sem que o núcleo principal perca sua importância perante as demais (Monteiro; Veras, 2015; Ribeiro, 2021).

É válido ressaltar que em Belém, mesmo que haja o processo de qualificação e intensificação desses setores, a desigualdade socioespacial tem se

mostrado cada vez mais latente, pois a velocidade com que isso ocorreu em Belém e seu entorno evidenciou o crescimento de espaços precários, sobretudo por não haver uma infraestrutura adequada para tamanhas transformações no espaço. Desde a superação do cinturão institucional em 1970 (TRINDADE JR., 1998) até os dias atuais os eixos de expansão de Belém (Avenida Augusto Montenegro e BR-316) têm se apresentado cada vez mais qualificado e integrado com o núcleo de Belém, embora isso não represente melhorias, pois cada vez mais as vias de circulação dessas áreas estão gradativamente mais caóticos, densidade populacional em constante crescimento, surgimento de condomínios fechados de médio e alto padrão, aparecimento de prédios verticalizados (MENDES, 2014; 2020), acarretando de modo substancial, a dispersão da população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes e/ou precárias, como encosta de rios e canais.

Ademais Trindade Jr. e Santos (2010) apresentam um quadro acerca da estrutura metropolitana de Belém, ao qual dá suporte para o entendimento deste processo urbano e seus vetores partindo de suas caracterizações, sub-divisões e seus processos em curso até então.

**Quadro 5 - Estrutura espacial de Belém.**

Setores Principais	Sub-Divisões	Caracterização Principal	Municípios	Principais Processos em Curso
Primeira Léguas (Área central metropolitana)	Núcleo Histórico	Bairros antigos com funções comerciais, portuárias, de serviços e residencial.	Belém	Gentrificação do consumo e de frequência.
	Bairros Pericentrais	Bairros antigos ou recentes predominantemente residenciais de classes médias e altas.	Belém	Verticalização e autosegregação.
	Baixadas	Bairros residenciais recentes de classes populares e com infraestrutura precária.	Belém	Substituição de padrões de habitação e de conteúdos sócio-espaciais.
Área de Transição	Áreas Institucionais	Áreas destinadas a instituições públicas civis e militares.	Belém	Inércia.
	Áreas Residenciais	Bairros residenciais recentes de classes média-baixa e baixa.	Belém	Substituição de conteúdos socioespaciais
Áreas de Expansão	Vetor 1 ([Avenida] Augusto	Setores industriais ou residenciais recentes e predominantemente	Belém	Segregação imposta

	Montenegro)	populares.		
	Vetor 2 (Rodovia BR-316)	Setores industriais ou residenciais recentes e predominantemente populares.	Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara, Benevides.	Segregação imposta.

Fonte: TRINDADE JR. e SANTOS (2010).

O quadro apresenta uma síntese sobre áreas de Belém que passam por mudanças, e que cada uma possui uma característica advinda de momentos históricos em espaços diferentes, onde existam sub-divisões e processos que as qualificam como principais características de uma determinada área, possibilitando uma análise sobre espaços, sejam no núcleo de Belém, área de transição ou área de expansão e dispersão para áreas cada vez mais distantes.

A figura 2 apresenta os dois eixos de expansão de Belém, reforçando o que foi analisado anteriormente, no qual se encontra como um pilar da estrutura para compreender a forma urbana que irá se apresentar posteriormente a este processo dispersão para a periferia distante de Belém seguindo ambos os vetores.

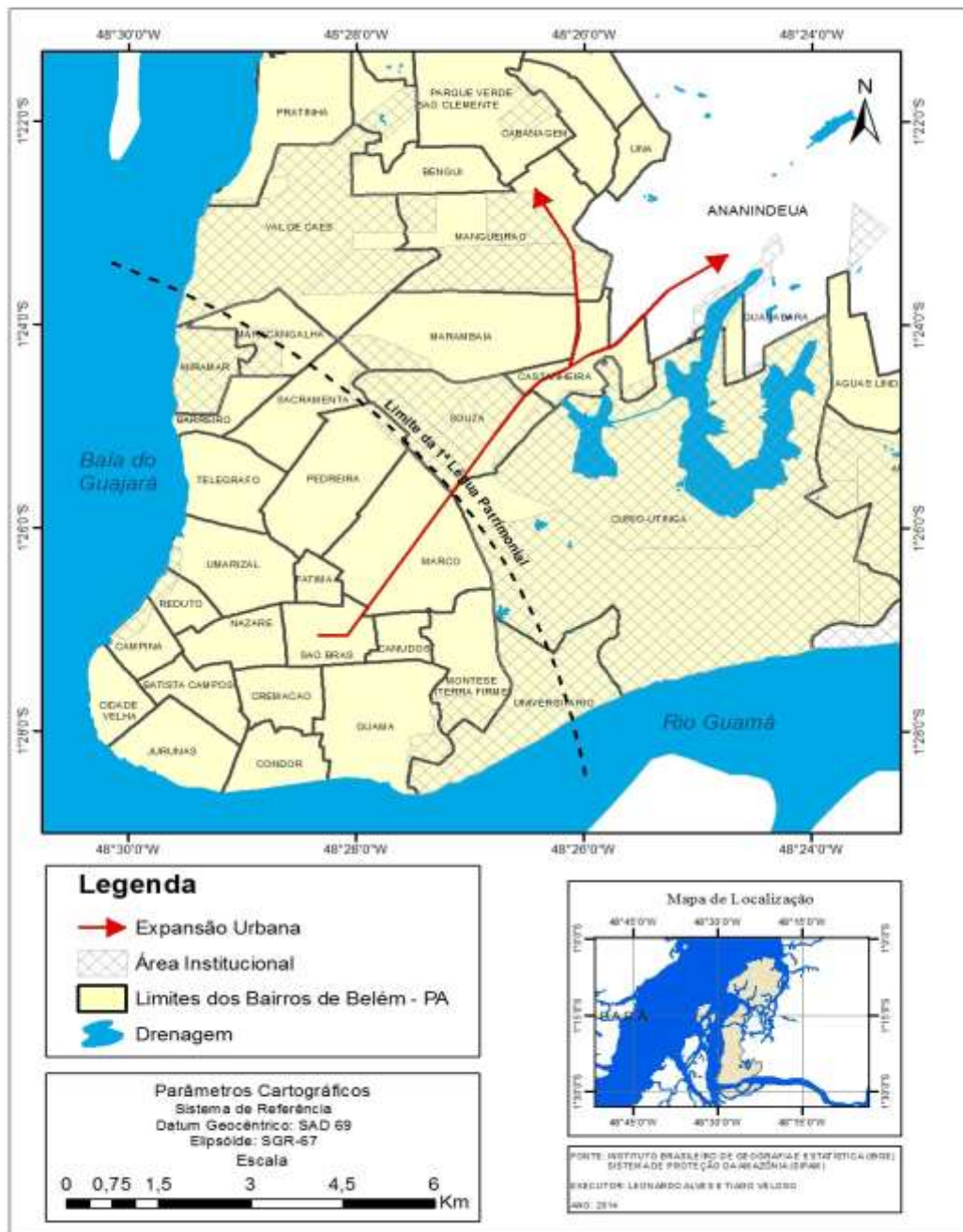


Figura 2 - Área de expansão urbana de Belém.  
 Fonte: Santos, 2017.

A estruturação da cidade-região tendo como base a análise do processo de dispersão e expansão urbana que engloba a arrojada conurbação entre Belém, Ananindeua e Marituba. Estes desenvolvem a ideia de desconcentração da metrópole e início do espraiamento de moradia, serviços mercadorias para os demais municípios da região e de seu entorno o qual Ribeiro (2018; 2021) os

apresenta em dois grupos para compreender a totalidade da cidade-região de Belém, são estes

o espaço metropolitano, englobando Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, e o entorno metropolitano, abrangendo Barcarena, Santo Antônio do Tauá, Vigia, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. O primeiro, mais denso, concentrado, complexo e com maior expressão do meio técnico-científico-informacional, e o segundo, também complexo, porém, em comparação ao primeiro, menos denso, concentrado e com menor participação do novo meio geográfico associado à globalização (RIBEIRO, 2021, p. 10).

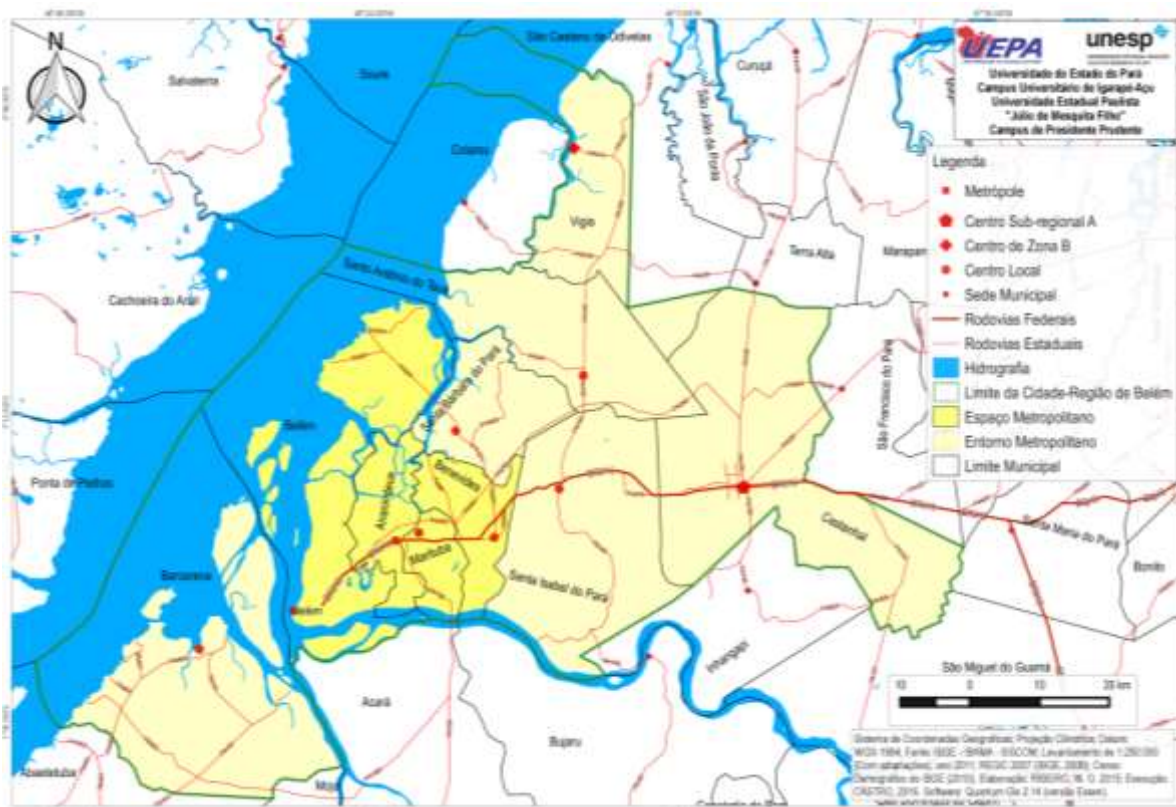
Esta delimitação apresenta por Ribeiro (2018) analisa os subespaços da cidade-região no qual se vincula a ideia de que ambas as denominações (espaço metropolitano e entorno metropolitano) são perspectivas pautadas em diferenciações de áreas cujo objetivo é compreender as interações espaciais exercidas por estes municípios como forma de expressão de suas inter-relações densas com articulações desiguais em todo o espaço da cidade-região. Portanto, levando em consideração a qualificação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações dessa região.

Ribeiro (2021) apresenta a proposta de analisar o espaço belenense a partir de uma lógica na qual as relações cada vez mais densas e articuladas fazem-se presente no processo de expansão e dispersão no núcleo metropolitano de Belém para áreas cada vez mais distantes. O fenômeno permite um processo mais amplo e multifacetado das relações socioespaciais no qual resulta no surgimento de novos núcleos secundários em áreas distantes do centro, sistematizando a forma de uma cidade-região, para isso o autor relata que

[...] os novos fatores, ou atuais contornos de elementos preexistentes, segundo a análise aqui desenvolvida, não são mais passíveis de análise pela via da metropolização do espaço, já que resulta de processo mais amplo e multifacetado, a urbanização regional policêntrica e a materialização da forma urbana de cidade região [...] (RIBEIRO, 2021, p.10).

Adiante, a Figura 3 apresenta a forma da cidade-região de Belém distribuída no espaço. Onde há nitidamente a conciliação entre o espaço metropolitano e o seu entorno, uma vez que o próprio espaço metropolitano está expresso de modo mais concentrado e próximo ao núcleo de Belém, no qual há uma interação mais intensa entre os agentes deste espaço; sejam nos serviços, mercadorias, pessoas etc.. Por outro lado, entende-se o entorno metropolitano as áreas mais distantes do núcleo da

cidade-região, mas que ainda assim, apresentam significativas interações com o centro de Belém e demais municípios, de modo a se qualificar como município de expressão de caráter regional.



**Figura 3 - Cidade-Região de Belém.**  
**Fonte: RIBEIRO, 2021.**

Ao associar as figuras até então apresentadas, é possível verificar nitidamente o processo de expansão e dispersão de Belém, o qual perpassa pelo núcleo inicial de Belém, fortemente concentrada dentro primeira légua patrimonial, posteriormente há o processo de superação, dando margem para a institucionalização da segunda légua patrimonial, se estendendo até o Município de Ananindeua. Vale ressaltar que nesse período, como crescimento acelerado da malha urbana, os eixos de expansão belenense mostraram-se cada vez mais consolidados, são eles: a rodovia BR-316 e da Avenida Augusto Montenegro (TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2014; 2018).

Por consequência do rápido crescimento da malha urbana, o processo de urbanização atingiu determinadas áreas de maneira desigual e precária. Sobre isso Ribeiro (2018; 2021) e Mendes (2018; 2021) destacam o crescimento significativo de

assentamentos precários em áreas distantes do centro, no qual se tem tido cada vez mais influência do processo de expansão e dispersão de Belém.

A priori as transformações espaciais ocorridas em áreas distantes evidenciam um novo processo, tal qual expressa em sua essência, à intensificação das relações socioespaciais. E por esse motivo, Ribeiro (2021) busca explicar diversas tipologias e conceitos do meio urbano para atrela-los á realidade na qual tem se consolidado da cidade-região de Belém. Conseqüentemente, a discussão estende-se para os novos espaços precários distantes, onde encontram-se a população de baixo poder aquisitivo e carente de diversos serviços, sejam eles públicos ou privados.

A seguir observa-se a tabela 3, onde é possível verificar o aumento contínuo da a composição populacional da região metropolitana de Belém, destaque para os municípios *locus* desta pesquisa.

**Tabela 1 - Composição populacional da região metropolitana de Belém (1970 – 2021).**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2021</b>
<b>Belém</b>	642.514	949.545	1.244.689	1.280.614	1.393.399	1.506.420
<b>Ananindeua</b>	23.137	66.988	88.151	393.569	471.980	540.410
<b>Marituba</b>	-----	-----	----- <sup>21</sup>	74.429	108.246	135.812
<b>Benevides</b>	14.565	22.669	68.465	35.546	51.651	64.780
<b>Santa Bárbara do Pará</b>	-----	----- <sup>22</sup>	11.449	11.378	17.141	21.811
<b>Santa Izabel do Pará</b>	6.505	24.309	33.329	43.227	59.466	72.856
<b>Castanhal</b>	38.397	66.865	102.071	134.496	173.149	205.667
<b>TOTAL</b>	665.651	1.016.533	1.412.745	1.795.536	2.101.883	2.547.756

<sup>21</sup>1 – Não há dados desse Município, visto que ele passa a existir apenas em 1995, desmembrado do Município de Benevides;

<sup>22</sup> 2 – “Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Bárbara do Pará, pela lei estadual no 5.693, de 13.12.1991, desmembrado de Benevides” (MENDES, 2018, p. 125).

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e estimativa populacional de 2021). Adaptado a partir de Mendes (2018).

Nota-se que embora a tabela aponte uma diminuição populacional de Benevides do ano de 1991 até 2000, isso se deve ao fato do desmembramento de Marituba e Santa Bárbara do Pará. Ainda assim, o crescimento do quantitativo de pessoas desses três municípios em um período de 30 anos é significativo, atrelando à esses espaços distantes do núcleo central uma área de expansão e dispersão da população.

Observa-se que em um período de 30 anos, o município de Benevides obteve um aumento expressivo de mais de 90% da sua composição populacional, onde de 11.449 de pessoas, passa a ter a partir da estimativa de 2021, uma população de 21.811 pessoas.

Concomitante, o município de Benevides em um período de 20 anos obteve um aumento de 45,12% do seu quantitativo populacional, passando de 35.546 para 64.780 pessoas. Por outro lado, por ter sido parte de Benevides, o município de Marituba entra nessa análise, ao obter um aumento de 45,19% no seu quantitativo populacional, passando de 74.429 para 135.812 pessoas entre 2000 à 2021, reafirmando mais uma vez a importância dessa área distante para o processo de dispersão e expansão de Belém. É válido ressaltar também que em 1991, o município de Benevides, ainda com Marituba sendo seu distrito, tinham uma população de 68.465, e a estimativa de 2021, ao juntar os dois municípios atualmente, teriam aproximadamente 200.592 pessoas, ou seja, um aumento expressivo de 65,86% em um período de 30 anos.

Lembrando que para o processo de urbanização regional policêntrica, os limites municipais existentes da região metropolitana não se configuram conforme contornos estabelecidos administrativamente, este aumento expressivo da população nessas áreas se dão, principalmente, a partir da necessidade de habitar um espaço, sobretudo de grupos sociais de baixa renda. Uma vez que estes, ao não conseguirem espaços de habitação no núcleo central de Belém, buscam espaços ao qual tenham condições mínimas de morada, acarretando na dispersão massiva de assentamentos precários nas periferias distantes, ocasionando um crescimento exponencial dessas áreas.

O quadro 3 traz os municípios da cidade-região distribuídos a partir da prerrogativa do espaço metropolitano e de seu entorno, servindo de análise de suas interações a partir de tal, servindo de alicerce para o entendimento da divisão da cidade-região, segundo o produto interno bruto dos municípios membros de 2000 e 2017.

**Tabela 2 - Municípios da cidade-região de Belém (indústria/serviços/PIB) no ano de 2000 e 2017.**

Municípios		Valor adicionado bruto da INDÚSTRIA (x 1000) R\$		Valor adicionado bruto dos SERVIÇOS (x 1000) R\$		PIB a preços correntes (x 1000) R\$	
		2000	2017	2000	2017	2000	2017
Espaço Metropolitano	Belém	912.775,00	3.658.234,03	4.692.473,00	17.155.769,27	6.464.402,00	30.238.483,96
	Ananindeua	185.404,00	1.099.382,07	648.637,00	3.482.314,38	962.542,00	6.979.135,03
	Marituba	19.731,00	148.231,81	74.351,00	907.907,43	101.310,00	1.787.967,21
	Benevides	7.871,00	409.696,87	39.064,00	501.371,19	53.787,00	1.393.884,54
Entorno Metropolitano	Barcarena	1.007.833,00	2.001.463,17	307.697,00	1.122.268,62	1.491.809,00	4.815.194,14
	Santa Bárbara do Pará	4.553,00	34.459,51	10.802,00	37.883,68	20.160,00	165.802,04
	Santa Izabel do Pará	7.199,00	80.693,55	49.544,00	242.925,48	70.148,00	718.727,37
	Santo Antônio do Tauá	3.824,00	30.583,08	19.429,00	65.797,65	31.103,00	343.978,54
	Vigia	3.892,00	16.177,63	35.510,00	101.954,07	48.778,00	373.285,56
	Castanhal	62.059,00	588.918,46	230.323,00	1.782.470,51	333.011,00	3.757.158,78

Fonte: IBGE (2010). Produzido por Ribeiro (2021).

Conforme a tabela apresentada percebe-se que em um primeiro momento, o valor adicionado bruto da indústria teve um aumento significativo em um período de quase 20 anos, destacando no espaço metropolitano a contribuição e crescimento de Benevides, no qual tinha o valor de R\$ 7.871,00 em 2000, passando a ter contribuição de R\$ 409.696,87 no ano de 2017. Além de obter uma ampliação significativa no valor adicionado dos serviços, passando de R\$ 39.064,00 para R\$ 501.371,19, arrematando a premissa da intensificação de serviços como parte de elementos que promovem o desenvolvimento do espaço urbano e a criação de novos núcleos. Somando-se a esses, o PIB a preços correntes bateu a marca de R\$ 1.393.884,54, onde nos anos 2000 se tinha singelos 53.787,00 comparado aos dias atuais.

Para o entorno metropolitano, Santa Bárbara do Pará conforme a tabela a cima, mostra o valor adicionado bruto da indústria, no qual o município apresentara nos anos 2000 o valor de R\$ 4.553,00, e no ano de 2017 há o acréscimo para R\$ 34.459,51. Em relação a contribuição do aumento de serviços, o município passa de R\$ 10.802,00 para R\$ 37.882,68, mais que triplicando o valor dos serviços em um curto período de 17 anos. E como consequência, há também o aumento do PIB a preços correntes que passa de R\$20.160,00 para 165.803,04 qualificando aos poucos espaços cada vez mais distantes, reafirmando o crescimento de novos núcleos secundários que tornam-se atrativos para serviços, para a indústria, transportes, ou seja, intensificação e qualificação dos fixos e dos fluxos.

É válido ressaltar que mesmo com este aumento expressivo para o município em relação aos anos anteriores, estes indicadores mostram-se bem menores que os municípios do espaço metropolitano, por possuírem uma ligação maior com o centro de Belém, por este motivo os municípios do entorno metropolitano, com exceção de Castanhal, apresentam valores menores, ainda que possuam relações fortes o suficiente para se integrar à cidade-região de Belém.

No quadro 8, apresentam-se dados dos domicílios particulares ocupados e sua situação dentro dos municípios da cidade-região de Belém, tendo como destaque os municípios estudados nesta pesquisa.

**Tabela 3 - Domicílios particulares ocupados, por situação do domicílio e localização da área, segundo os municípios da cidade-região de Belém.**

Municípios da cidade-região	Domicílios particulares ocupados							Total
	Situação do Domicílio em área urbana		Situação do Domicílio em área rural					
	Cidade ou Vila		Área rural (exceto aglomerado)	Aglomerado em área rural				
	Área Urbanizada	Área não Urbanizada		De extensão urbana	Povoado	Núcleo	Outros aglomerados	
<b>Ananindeua</b>	123.973	1.642	307	-----	-----	-----	-----	125.922
<b>Barcarena</b>	8.870	-----	4.817	578	8.108	573	1.950	24.896
Belém	<b>364.677</b>	<b>1.253</b>	<b>1.299</b>	-----	<b>1.948</b>	-----	-----	<b>369.177</b>
Benevides	<b>6.901</b>	<b>668</b>	<b>1.837</b>	<b>863</b>	<b>3.425</b>	-----	-----	<b>13.694</b>
<b>Castanhal</b>	40.506	-----	3.693	229	911	-----	192	45.531
<b>Marituba</b>	26.114	982	206	111	-----	-----	-----	27.413
Santa Bárbara do Pará	<b>1.393</b>	-----	<b>1.167</b>	-----	<b>1.798</b>	-----	<b>133</b>	<b>4.471</b>
<b>Santa Izabel do Pará</b>	11.677	-----	3.178	-----	463	-----	-----	15.308
<b>Santo Antônio do Tauá</b>	4.042	-----	2.084	-----	854	-----	-----	6.908
<b>Vigia</b>	7.830	-----	2.610	-----	1.373	-----	-----	11.813

Observa-se que dos municípios destacados Belém e Benevides dentro do espaço metropolitano, possuem a situação de domicílios particulares ocupados majoritariamente em área urbanizada, e em área rural, possui dados pouco expressivos. Em contra partida, Santa Bárbara do Pará, enquanto entorno metropolitano, ainda apresenta a sua situação de domicílios particulares ocupados maiores em áreas rurais do que em áreas urbanizadas. É importante ressaltar que esse fenômeno é um processo de transformação espacial que demanda tempo para que dispersão e expansão para determinadas áreas torne-se mais efetiva, sobretudo por Santa Bárbara possuir localização em uma área de expansão da cidade, distante do centro de Belém, o qual apresenta grande potencial de transformação ao molde mais consolidado da cidade-região, intensificando as relações cada vez mais as relações entre esses espaços. Sendo o entorno metropolitano, espaço para criação de novos núcleos urbanos, reafirmando a tese da urbanização regional policêntrica.

### **3.3 A condição das periferias distantes no âmbito da cidade-região de Belém**

O presente tópico analisará as condições das periferias distantes da cidade-região de Belém em que se encontram os municípios que formam o arco de expansão e dispersão do processo de urbanização regional policêntrica. A partir dessa informação têm-se a análise do distrito de Mosqueiro e o município Benevides que compõe o espaço metropolitano e o município de Santa Bárbara que compõe o entorno metropolitano (figura 4); estes fazem parte da cidade-região de Belém e que apresentam sistemáticas mudanças espaciais no qual se faz necessário compreender como tais transformações dinamizam as periferias distantes sob a perspectiva da moradia em assentamentos precários.

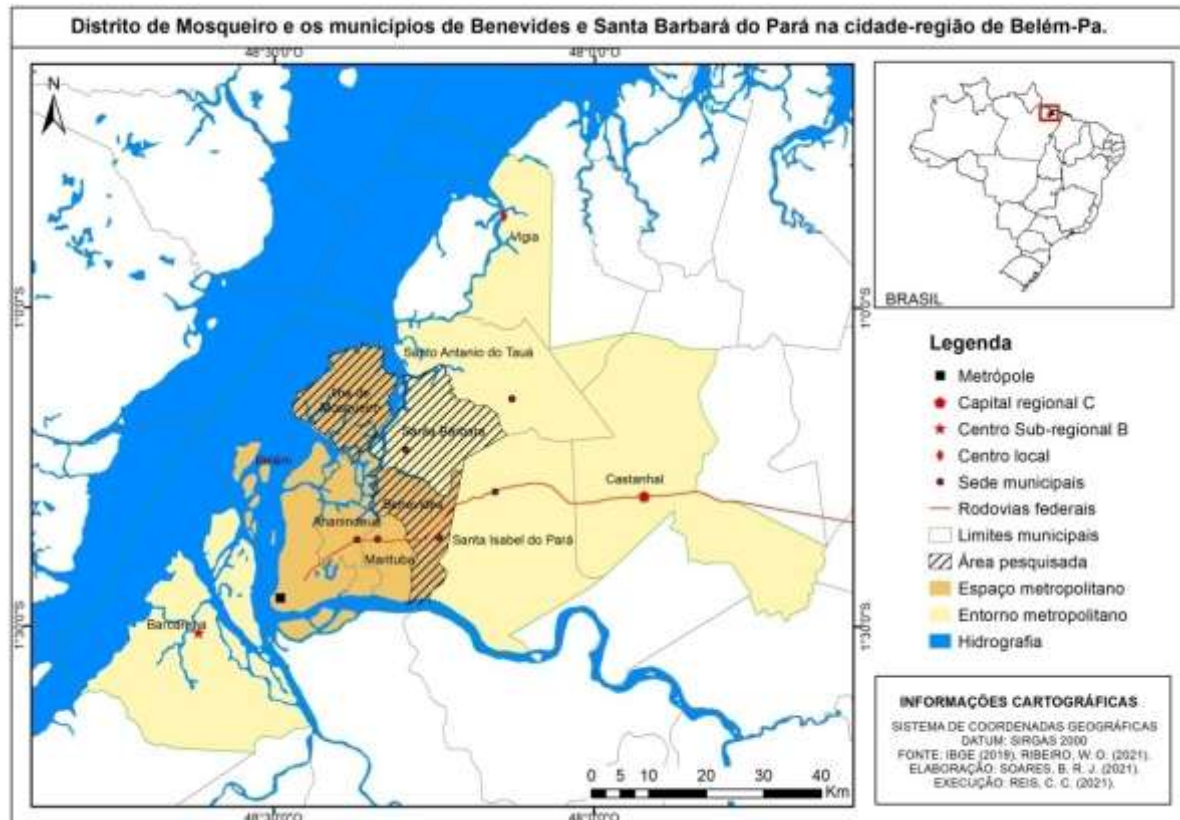
Ressaltam-se algumas mudanças na hierarquia urbana a partir de dados da REGIC (2018), onde na cidade-região de Belém, Castanhal eleva-se da categoria de centro sub-regional A<sup>23</sup> para capital regional C<sup>24</sup>, e Barcarena parte de centro local<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> “Cidades possuem atividades de gestão menos complexas [...], com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes” (IBGE, 2020, p. 13).

<sup>24</sup> “São os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles: [...] Apresentam contingente populacional próximo entre si, variando de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018. Todas se relacionam diretamente a Metrôpoles” (IBGE, 2020, p. 13).

para centro sub-regional B. Esses dados permitem compreender a importância que o processo de urbanização regional tem perante o espaço ao qual possui influência, vinculando-se este desenvolvimento à intensificação dos serviços, dos transportes, das informações, e qualificação de determinados serviços.



**Figura 4 - Área de pesquisa: distrito de Mosqueiro e os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará.**

Fonte: SOARES, 2021. Produzido a partir de Ribeiro (2021).

Seguindo esta lógica, Ribeiro (2021) chama atenção para a compreensão de que os movimentos de assentamentos precários, sejam loteamentos irregulares ou precários e ocupações e não tenham sumido ou perdido força, embora até os anos de 1990 tenham demonstrado uma relevância mais expressiva no processo de expansão das moradias no espaço metropolitano e do seu entorno. Hoje, esses movimentos em periferias distantes apresentam-se em tipologias de assentamentos

<sup>25</sup> “O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4 037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades [...]. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes)” (IBGE, 2020, p. 15).

cada vez mais diversos, somando antigos residenciais de baixa renda, conjuntos habitacionais, loteamentos e também de ocupações aos novos empreendimentos imobiliários como condomínios de alto padrão, sejam verticais ou horizontais. Essa gama diversa de tipologias habitacionais forma a atual dinâmica de espaços de expansão e dispersão da cidade-região de Belém, configurando o objeto espacial desta pesquisa a fim compreender sua condição perante o processo de urbanização regional policêntrica.

**Quadro 6 - Tipologias Habitacionais dos assentamentos precários.**

Identificação	Caracterização
<b>Loteamento</b>	Consiste na apropriação da terra por meio de políticas habitacionais vinculadas à luta pela moradia de lideranças comunitárias e também de associações de bairro, que resultam do loteamento de determinada área para inserção da população de baixa renda produzirem suas próprias moradias. Ou pela divisão de terras com o intuito de vendê-las ou aluga-las para grupos de menor poder aquisitivo sem manutenção devida, tornando-a precária.
<b>Ocupação</b>	Ocupação juridicamente irregular, com deficiências de infraestruturas e serviços urbanos com população pobre, marcada principalmente pela necessidade de habitar em espaços de maneira desordenada e precária.

Fonte: Volochko (2015); Filho (2015); Silva e Tourinho (2015); Cardoso (2016), Pinheiro *et al* (2016).

A partir desse quadro, entende-se a caracterização das tipologias habitacionais como um modo de especificar cada elemento que as condiciona enquanto tal tipologia, fazendo com que sua identificação possibilite uma análise mais coerente com as realidades das moradias escolhidas para desenvolvimento dessa pesquisa.

### **3.3.1 Benevides**

O município de Benevides, conforme exposto por Mendes (2018) era uma colônia agrícola da estrada de ferro Belém-Bragança, e foi fundada em 1878, o qual se localizava acerca de trinta e três quilômetros da capital paraense. Segundo o autor, a “colônia se desenvolveu bastante com a presença da ferrovia, uma vez que os primeiros quilômetros a ficarem prontos foram os 29 que justamente se ancoravam em Benevides” (MENDES, 2018, p. 107).

Benevides possuía vários engenhos onde foi fundada, e essa estrutura fundiária tornou-se base de produção colonial com forte presença de mão de obra negra escravizada (MENDES, 2018). Pós 1888, com a “libertação dos escravos”, muitos residentes concentrados nessas áreas foram empregados, dando subsídios para o desenvolvimento de Benevides.

No ano de 1943, com a criação do município de Ananindeua, Benevides então se desvinculou de Belém e passou a fazer parte deste novo município. Entretanto, como destaca Mendes (2018, p. 108), “ao distrito de Ananindeua, foi emancipada somente no ano de 1961, com a promulgação da Lei nº 2.460”, deixando de ser vila e tornando-se município. Vale ressaltar que até então, Benevides possuía como distritos Benfica e Santa Bárbara que também surgiram como engenhos agrícolas realizadas por nordestinos e estrangeiros, uma vez que era ponto de destino de migrantes (MENDES, 2018).

A configuração espacial de Benevides foi “formada a partir do antigo engenho Aracy e Benfica (desmembrados do município de Ananindeua) e parte do distrito-sede de Santa Izabel do Pará” (SOUZA, 2018, p. 10). Com isso o município de Benevides começa a apresentar elementos considerados característicos do espaço urbano, deixando de ter somente traços do espaço agrário (SOUZA, 2018).

Souza (2018) ainda destaca que para aumentar a dinâmica comercial urbana de Benevides voltada para o seu desenvolvimento, agora com *status* de município, houve um processo de transformação espacial em sua funcionalidade, onde houve a retirada de uma parte da sede municipal e convertida em centro comercial com o intuito de movimentar a economia, e com isso desenvolver o município. Sobre isso, o autor destaca que

Por volta de 1975, o então prefeito de Benevides, Claudionor Begot, cria a área comercial de Benevides. Tal prefeito desapropriou uma grande área na sede municipal e a transformou em centro comercial. Os lotes foram doados àquelas pessoas que tivessem interesse em construir comércios em Benevides. O referido gestor público municipal realizou uma propaganda veiculada em Belém, informando sobre a doação de terrenos em Benevides para o referido fim. Logo vieram vários empresários com interesses em iniciar seus negócios. Claudionor Begot concedeu, na época, uma isenção de impostos de cinco anos aos interessados (SOUZA, 2018, p. 10-11).

Sobre o projeto de desenvolvimento do município, Souza (2018) ainda ressalta sobre a continuidade do trabalho iniciado por Claudionor Begot em

configurar e expandir Benevides a partir da criação de novos bairros para o incentivo ao povoamento da cidade, com finalidade de afirmar este espaço como área urbana.

A prefeitura Municipal de Benevides, no processo de estruturação dessa área, “efetivou um controle fundiário do ponto de vista legal, em que a aquisição dos lotes, pelos moradores, ocorreu mediante doação. A partir da década de 1970, diversas ruas foram abertas no município, proporcionando uma fluidez no acesso a tais lotes” (SOUZA, 2018, p. 12). Com isso, a estrutura urbana de Benevides configurou-se a partir da criação de ruas largas e bem definidas com base de seu epicentro estrutural na sede Municipal e o centro comercial, tornando sua expansão inicialmente pensada e articulada de maneira legal, tendo como foco ser área atrativa para a recepção de novos moradores advindos de outros municípios.

Com o tempo, Benevides se apresentou cada vez mais ocupada, embora até os anos de “1980 a expansão urbana de Belém pouco havia impactado em Benevides” (MENDES, 2018, p. 110). Contudo há de se entender que na década seguinte, em 1990, houve um grande processo de expansão da pobreza no Brasil como um todo, esse fenômeno acarretou na busca por espaços mais baratos, cada vez distantes dos núcleos urbanos e conseqüentemente precários e carentes de infraestrutura fragilmente integrados ao centro (SANTOS, 1993; MENDES, 2018). Nesse período houve um grande processo de periferização da moradia, no qual consistia em demasiadas ocupações e, conseqüentemente, proliferação de assentamentos precários dos grandes centros urbanos, sobretudo nas periferias (MENDES, 2014; 2018).

Em Belém e no seu espaço metropolitano, houve o que se chamou de “indústria das invasões” no período dos anos de 1980 e 1990, que consistia no ato de ocupar determinada área e vendê-las em seguida, tornando-se assim um negócio imobiliário para determinados grupos que se aproveitaram da situação recorrente na época, e também de líderes comunitários que possuíam vínculo com algum político ou candidato, seja para vereador, prefeito ou governador. Ou seja, esse movimento de ocupação era recorrente em épocas eleitorais (ALVES, 1997).

Vale ressaltar que Alves (1997) traz à tona a questão dos diversos conjuntos habitacionais inacabados que foram ocupados na década de 1990, requalificando a ideia acerca dos conjuntos habitacionais abandonados, que por algum motivo tiveram seus espaços ocupados a partir da necessidade de determinados grupos

sociais. A autora evidencia ainda que as políticas governamentais nessas áreas não levaram em consideração as consequências para a população, como por exemplo, a desarticulação do nível de organização socioespacial com o restante do município, qualificando a premissa de grupos precariamente incluídos no espaço urbano.

A localização de Benevides situa-se estrategicamente no novo arco de dispersão da moradia, transformando o espaço significativamente nos últimos anos, sobretudo após os anos 1990 (MENDES, 2018). Ribeiro (2021) traz à tona a discussão ao qual o município de Benevides assume um papel, dentro da cidade-região de Belém, de espaço receptor da expansão da cidade, cuja sua relação tem se tonado cada vez mais intensa à medida que as articulações tornam-se mais intrínsecas, por tanto, mais concisas do que se tinham em fases anteriores de uma urbanização mais simples, agora mais densa e complexa da cidade-região.

A partir dessas articulações, se têm dados acerca dos aspectos econômicos, que de certo modo, contribuem para a análise do município de Benevides.

**Quadro 7 - Trabalho e rendimento de Benevides.**

Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2019)	2,0 salários mínimos
<b>Pessoal ocupado<sup>26</sup> (2019)</b>	10.530 pessoas
<b>População ocupada<sup>27</sup></b>	16,8%
<b>Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salários mínimos (2010)</b>	42,5%

Fonte: IBGE, 2022.

No município de Benevides, em um universo de mais de 64 mil pessoas, a renda média mensal em 2019 era de até 2 salários mínimos. Onde a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total indicava 16,8% (IBGE, 2022), ou seja, os dados apontam que grande parte da população sobrevive com uma baixa

<sup>26</sup> “Uma pessoa é dita ocupada na metodologia usada pelo IBGE quando ela exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana [...]. Ou seja, são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias)”(IBGE, 2022).

<sup>27</sup> “Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo; a oferta efetiva de trabalho numa economia. Para o cálculo da PEA são consideradas as seguintes categorias: População ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias)” (IBGE, 2022).

renda, evidenciando que este espaço possui características de uma área precária e carente de mecanismos que façam com que este valor aumente. Observe no quadro a seguir a comparação do rendimento de trabalho em relação à proporção do salário médio mensal de Benevides com demais municípios do Estado e do Brasil.

**Quadro 8 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais de Benevides.**

Salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2019 – 2,0 salários mínimos		
	Posição	Total de municípios
<b>País</b>	2030º	5.570
<b>Estado</b>	45º	144
<b>Região geográfica imediata</b>	5º	15

Fonte: IBGE, 2022.

A seguir se tem um quadro que mostra o valor adicionado bruto a preços correntes em atividades econômicas de modo mais detalhado que o quadro 5, pois apresenta o setor da agropecuária bem como anos diferentes, ao passo de evidenciar o crescimento do retorno econômico ao longo dos últimos 20 anos.

**Quadro 9 - Valor adicionado bruto a preços correntes em atividades econômicas de Benevides.**

Valor adicionado bruto a preços correntes (x 100) R\$ em atividades econômicas								
Agropecuária			Indústria			Serviços		
2000	2010	2019	2000	2010	2019	2000	2010	2019
<b>4.697,00</b>	8.932,00	3.674,95	7.871,00	278.644,00	413.686,39	39.064,00	206.534,00	586.109,14

Fonte: IBGE, 2022.

O quadro 12 traz em números o que já havia sido apresentado, todavia, mostra que dentre os setores destacados, o retorno econômico dos serviços é muito superior aos demais, seguindo o padrão intensificação das áreas de expansão e dispersão de Belém, a qualificando enquanto espaço da cidade-região. Esse fator

associa-se diretamente com a proporção da circulação de pessoas, pois gera demanda para emprego, buscas por esses serviços e também, de certo modo, atrativo para a inserção da moradia nessa área.

A ideia é que quando houver a dispersão dos diversos tipos de moradias no espaço metropolitano belenense, sejam por ocupações, loteamentos, conjuntos habitacionais ou até condomínios fechados; estes culminam em um espaço urbano cada vez mais diversificado, a partir de interações desiguais e articuladas, contribuindo para a formação da moradia em áreas distantes como vetores característicos da urbanização regional policêntrica apresentada até o presente momento (SANTOS, 2014; MENDES, 2018). Sendo assim, Benevides possui uma área suscetível a transformações socioespaciais por estar localizada no arco da urbanização regional policêntrica, que não se prende a limites municipais e possui o poder de alcançar espaços que tem potencial para tornarem-se meios para criação de novos núcleos secundários da cidade-região (RIBEIRO, 2021).

Portanto, o município de Benevides possui papel fundamental na nova fase de urbanização que o espaço e o entorno metropolitano alcançaram, no entanto, o processo de estruturação dessas áreas é bastante precário, dificultando assim sua inserção de modo mais efetivo, ressaltando a ideia de espaços desiguais e articulados. Com o passar dos anos, ainda que haja melhoria em determinadas áreas do município, esta se apresenta de maneira lenta, no qual a maioria dos espaços distantes do centro de Belém possui reduzida ou até mesmo nenhuma infraestrutura que sane as necessidades dos grupos agora residentes deste município (PINHEIRO *et al*, 2016).

Mendes (2018) ressalta que esse aumento no quantitativo de pessoas que se instalam na periferia e que ficam sujeita às precariedades, concomitantemente dificultam ainda mais o processo de reestruturação, uma vez que o aumento exponencial da construção de assentamentos precários supera a política de desenvolvimento e urbanização necessária para esse espaço.

Com isso, Benevides obtém para si, assim como os demais municípios dessa região, a dicotomia entre o novo advindo da urbanização regional policêntrica, como transportes, serviços, moradias, infraestruturas (ainda que acanhadas), também o aumento sistemático das desigualdades de acessos a esses mesmo serviços, pois ainda que se tenha um condomínio de alto padrão e ao lado uma

ocupação precária, praticamente instalados no mesmo espaço, não usufruirão de maneira equitativa este mesmo espaço, tornando-se assim mais desigual.

Assim, ao se discutir a expansão urbana de Belém é necessária analisar os problemas presentes neste espaço, como ressalta Ferreira (2010), ao dizer que a inadequação do planejamento urbano e por parte de grupos que não tinham onde morar, sobretudo na área central de Belém, apresenta-se em uma jornada de busca por seus direitos de habitar de maneira digna, consistindo muitas das vezes na ocupação ilegal de áreas periféricas, seja por meio de ocupações, ou até mesmo de loteamentos e conjuntos habitacionais abandonados.

Nesse sentido, a autora discorre que a urbanização deste espaço, se torna extremamente desigual, assim, dividindo em cidade legal e ilegal, a primeira estabelecida a partir do atendimento dos “anseios da classe de alta renda, por meio das diversas instâncias do Estado, que disponibilizam investimentos e serviços urbanos” (FERREIRA, 2010, p. 20) como construção de determinadas áreas específicas e construção de condomínios fechados de médio e alto padrão; a segunda pauta-se como um dos elementos essenciais para pesquisa, ao qual designa-se às margens da cidade formal, esta dotada de precariedades, ausência e ineficiência de serviços básicos, ou seja, a inclusão precária de grupos de menor poder aquisitivo no processo de urbanização (MARTINS, 1997; FERREIRA, 2010).

### **3.3.2 Distrito de Mosqueiro**

É partindo desta perspectiva que Helena Ferreira (2010) justifica sua análise acerca das transformações do espaço no distrito de Mosqueiro, e ressalta, também, a importância do planejamento urbano para atender a demanda das consequências do processo de expansão e dispersão das moradias de Belém. Ao trabalhar esse distrito, a autora diz que:

A Ilha do Mosqueiro que dá o nome ao Distrito Administrativo, é a maior e a mais importante do conjunto de ilhas que compõem o distrito, sendo usada como um local de descanso e lazer, constituindo-se numa importante opção para o veraneio da população residente na área continental de Belém e em outros municípios, principalmente durante as férias escolares de julho e feriados prolongados. Suas praias de água doce são o maior atrativo do local, além da relativa proximidade com o centro de Belém (FERREIRA, 2010, p.21).

Mosqueiro enquanto espaço de habitação possui referências desde a primeira metade do século XVII, segundo Ferreira (2010). Mas que eram pouco datados, pois não possuíam uma relação direta com Belém, onde começou a se ter dados em documentos oficiais a partir de 1680. A autora compartilha que a etimologia da palavra Mosqueiro

[...] é o resultado de um processo de linguagem, que se iniciou com os termos “moqueio”, “mosqueio”, “musqueira”, “musqueia”, chegando, por fim, a Mosqueiro. Esta expressão - moqueio possui, ainda hoje, um significado bastante relevante para a região amazônica, sendo uma das formas mais usadas para a preparação de alimentos onde não há recursos para a conservação (FERREIRA, 2010, p. 67).

A ilha de Mosqueiro é localizada “ao norte pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, a oeste pela Baía de Santo Antônio, ao sul pela Baía do Sol e a leste pelo Furo das Marinhas, que separa a ilha do continente” (FERREIRA, 2012, p. 78). Possui uma distância de 70 km de Belém, uma orla com 17 km de extensão, contendo 21 praias de água doce advindas de águas fluviais destaca Ferreira (2012).

O distrito de Mosqueiro historicamente apresenta uma forte relação com a comercialização de peixes e de uma área atrativa ao turismo, e também de casas de veraneio e descanso da elite belenense. A configuração espacial de Mosqueiro tornou-se mais consistente quando houve a inauguração da ponte Sebastião R. de Oliveira, no ano de 1976, permitindo a ligação entre a ilha por meio da PA-391, ligando distrito ao continente, uma vez que até então só se chegava em mosqueiro por meio da navegação de embarcações (FERREIRA, 2010; FERREIRA, 2012).

O distrito de Mosqueiro apresenta tem apresentado uma dinâmica habitacional caracterizada pela conversão das residências sazonais em residências permanentes, havendo uma significativa participação do governo, seja por meio da aprovação de empreendimentos habitacionais de mercado, quanto pelo expressivo crescimento de assentamentos no referido distrito, dentre os quais destaca-se loteamentos, ocupações com características precárias em infraestruturas e acesso de serviços (REBELLO; LIMA, 2019).

Em relação a dinâmica que se instalou na no distrito após a inauguração da ponte, permitindo a população belenense acesso à ilha. Por consequência desses fenômeno, a ilha essa área não recebia somente a elite da época, e passou a ser destino da população de menor poder aquisitivo. A autora destaca também o “início

de um processo de ocupação caracterizado pela especulação imobiliária e pelo uso inadequado do solo devido à relação antrópica com o meio ambiente e que foi se configurando de forma desordenada” (FERREIRA, 2010, p. 70), colaborando sistematicamente para o uso indevido do solo sem preocupações, e principalmente ocupações com precárias infraestruturas em áreas que até então eram inabitadas ou pouco habitadas, no qual não se estruturou para receber esse quantitativo de pessoas em busca de espaços mais baratos para morarem, obtendo expressivo aumento de habitações em áreas periurbanas em determinadas localidades de Mosqueiro, (FERREIRA, 2012; REBELLO e LIMA, 2019), confirmando a ideia de Ribeiro (2021) de que o distrito passou de um espaço de grupos mais abastados de Belém para a intensificação da frequência de grupos de baixa renda, marcando conflitos ligados a luta de classes refletindo no plano territorial de Mosqueiro.

Sobre isso, a autora refirma a ideia de espaços precários ao dizer que o crescimento populacional apresentado em “Mosqueiro pouco tem a ver com o que se espera de desenvolvimento humano, visto que há poucas melhorias nos diversos sistemas que compõem um espaço urbano, como saneamento, transporte, saúde, educação” (FERREIRA, 2010, p. 70), reforçando a ideia mesmo com a expansão de dispersão de uma área urbana, não há garantia de qualificação do espaço, pois a medida em que a mancha urbana se espraia na região, a ineficácia de planejamento colabora para disseminação massiva de assentamentos precários em áreas distantes, assumindo uma característica comum no Brasil nos anos de 1980 e 1990, a periferização e sistematização da precariedade da moradia (FERREIRA, 2010; MENDES, 2018). Esse reforço contribui para o entendimento da realidade da ilha de Mosqueiro, onde o crescimento de ocupações ganhou bastante força.

Subitamente, a ineficiência de planejamento urbano voltado para essa área contribuiu significativamente para o processo de ocupações irregulares, e por consequência destas ações, a autora explana que houve um crescimento da degradação ambiental em Mosqueiro. No qual se obtém um quantitativo expressivo de construção de residências na ilha sem qualquer cautela para com o ambiente e da população nativa já residente de Mosqueiro (FERREIRA, 2010).

A expansão e dispersão ocasionada pelo crescente número de pessoas presente no espaço urbano devem-se também ao fato da procura por melhores condições de vida, embora não haja espaço, ou pelo menos condições para grupos

menos abastados de sobreviverem nos principais centros de Belém, acarretando na procura por espaços distantes, como Mosqueiro. Sendo assim, essas áreas apresentam crescimentos exponenciais cada vez mais latentes, se comparados com anos anteriores (FERREIRA, 2010; MENDES, 2018).

Ainda como reforço para essa ideia, os dados apresentados por Ferreira (2010) revelam que o distrito de Mosqueiro durante os anos de 1991 e 2000 são alcançados pelo “processo de periferização” (p.62), mesmo estando localizado distante do centro de Belém onde

o crescimento percentual foi de 52,1%, passando de 18.343 para 27.896 pessoas. No entanto, deve-se destacar que durante o período intercensitário de 1980 a 1991, o incremento demográfico na ilha foi de 26,9%, considerando que a população era constituída de 14.460 pessoas. Assim, entre 1980-2000, Mosqueiro cresceu 80,4% em termos demográficos, o que ocasionou grande espalhamento da mancha urbana (FERREIRA, 2010, p.63).

Esse processo contribuiu significativamente para o espraiamento da malha urbana e da dispersão da moradia nesta região, como uma consequência da superação da primeira légua patrimonial de Belém, e expansão sentindo Augusto Montenegro e BR-316. Consolidando aos poucos a importância de Mosqueiro vinculada à uma projeção de área de moradia dentro da forma da cidade-região que tem se construindo desde que começou a mostrar dados importantes acerca de sua relação com o centro de Belém e principalmente por ser foco de uma área dotada de espaços visados por grupos de baixa renda, programas habitacionais e também de condomínios fechados, confirmando ainda mais sua inserção na dinâmica da urbanização regional policêntrica que Belém apresenta de modo mais conciso a cada ano (FERREIRA, 2010; RIBEIRO, 2021).

Como já citado, a organização de Mosqueiro baseia-se atualmente como área voltada principalmente para veraneio, que possui uma sazonalidade em sua dinâmica, sendo estas uma segunda residência para as pessoas de origem principalmente belenense. Nesses termos, essa organização começa na orla, onde se concentram a população de maior poder aquisitivo, e que ostentam casas de alvenaria com boa qualidade de infraestrutura, centralizando serviços e pessoas. Em contraste, em áreas de expansão da ilha, há a presença demasiada de ocupações com características precárias, no qual se têm a sistêmica falta de serviços básicos,

sendo estes o saneamento básico, coleta de lixo, iluminação pública entre outros (FERREIRA, 2010).

Ao tratar desta dinâmica espacial da ilha, Ferreira (2010) aborda que segregação socioespacial acumulada de forma desigual durante anos, permitiu a sistêmica influência do Estado enquanto agente mediador do espaço em prol de grupos seletos, beneficiando a área de maior concentração de Mosqueiro, reafirmando a inclusão precária de grupos de menor poder aquisitivo. Sendo assim, o poder municipal ajudou a configurar a interação desigual entre determinados grupos da ilha. A autora ainda diz que o poder local volta-se muito para questões ditas turísticas para grupos que buscam lazer em épocas sazonais, porém, a população nativa, principalmente de baixa renda, carece de serviços e assistência, reafirmando a ideia de espaços precários como consequência de uma estrutura desigualmente configurada e articulada em benefício da elite, atribuindo determinados espaços a funções desiguais e precariamente incluídos (MARTINS, 1997; FERREIRA, 2010; MENDES, 2018).

**Tabela 4 - Distrito de Mosqueiro/Belém. Ocupações e seus respectivos bairros. 2008.**

	Ocupação	Bairro de localização		Ocupação	Bairro de localização
01	Pantanal	Vila	17	Pução	Carananduba
02	Cajueirinho	Maracajá	18	Curvão	Carananduba
03	Poeirão	Praia Grande	29	Bairro Novo	Carananduba
04	Fazenda Clube	Praia Grande	20	Lote do Mendes	Carananduba
05	Jardim Rosália	Chapéu Virado	21	Estrela da Manhã	Carananduba
06	Prainha	Prainha	22	Coréia	Carananduba
07	Murubira	Murubira	23	Taba (Mártires de Abril)	Carananduba
08	ASCB	Natal do Murubira	24	Caruara	Caruara
09	Consciência	Porto Arthur	25	Vale do Paraíso	Paraíso
10	Variante	Murubira	26	Associação dos Produtores Rurais da Ocupação Arlinda Gomes do Vale (APROAR)	Sucurijuquara
11	Vasco da Gama	Murubira			
12	Ariramba (Coragem)	Ariramba	27	Ipixuna	Baía do Sol
13	Terra Alta	Bonfim/São Francisco	28	São Geraldo	Baía do Sol
14	Igaracoco	São Francisco	29	Parque Severino	Baía do Sol
15	Cajueiro (Vila Sapó)	Carananduba	30	Dorothy I	PA-391
16	Vila de pescadores	Carananduba	31	Dorothy II	Rod. BL-13

Fonte: FERREIRA, 2012 (adaptado).

Observa-se que a tabela apresenta uma quantidade considerável de ocupações por bairro no distrito de Mosqueiro, tendo como destaque o bairro de

Carananduba, localizado em uma área que abrange também a orla, ao noroeste da ilha. Por obter 9 ocupações ainda no ano de 2008, acrescenta-se o potencial da localidade em receber essa tipologia habitacional, a ocupação, levando em consideração que se passara quase 14 anos desde apresentação desses dados, Mosqueiro passou por significativas mudanças em seu espaço de habitação, sustentando a consolidação enquanto espaço metropolitano.

O processo de dispersão das moradias fomenta a criação de novos espaços, como por exemplo, a construção de novos empreendimentos como o viver Mosqueiro do PMCMV que atualmente está com suas obras paradas. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB, 2021) 1.301 pessoas foram pré-selecionadas para serem contempladas, com a moradia. No entanto foi explicado que ainda que haja esse quantitativo de contemplações, esta não consegue suprir a demanda da busca por moradia no distrito de Mosqueiro, pois o crescimento da população e da construção de ocupações se tornou cada vez mais latente e expressivo nos últimos anos, onde os recursos e planejamento não acompanham tal crescimento, reafirmando a importância desta área para o crescimento da cidade-região de Belém, e ainda mais sobre a necessidade do planejamento de modo a englobar o direito a moradia para todos os novos grupos que têm-se instalado no distrito, seja por meio de ocupações, loteamentos ou programas habitacionais (SEHAB, 2021; RIBEIRO, 2021).

### **3.3.3 Santa Bárbara do Pará**

Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Bárbara do Pará, pela lei estadual nº 5693, de 1 de Dezembro de 1991, desmembrado de Benevides. Sede no atual distrito de Santa Bárbara do Pará<sup>28</sup> (SANTA BÁRBARA,

---

<sup>28</sup>“Distrito criado com a denominação de Araci, pelo decreto-lei estadual nº 2972, de 31/03/1938, subordinado ao município de Santa Isabel. Pelo decreto-lei estadual nº 3131, de 31-10-1938, o distrito de Araci passou a denominar-se Engenho de Araci. Sob o mesmo decreto acima citado transfere o distrito do município de Santa Isabel para o de Belém.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Engenho Araci figura no município de Belém. Pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30-12-1943 desmembra do município de Belém os distritos Ananindeua, Benfica e Engenho Arari, para constituir o novo município de Ananindeua. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o distrito de Engenho de Araci figura no município de Ananindeua. Pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, o distrito de Engenho Araci passou a denominar-se Santa Bárbara. Sob o mesmo decreto o distrito passou a pertencer ao novo município de Benevides. Em divisão territorial datada de 31/12/1963, o distrito já denominado Santa Bárbara figura no município de Benevides Disponível em: [História - Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará | Gestão 2021-2024 \(santabarbara.pa.gov.br\)](https://www.santabarbara.pa.gov.br/historia).

2021). Configurando-se como um município até então novo administrativamente, mas que possui potencial substancial para composição de espaço de transformação espacial a partir da urbanização que a região de Belém passa.

Ainda que próximo do distrito de Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará, segundo Mendes (2018) é o município que possui a menor população dentro da RMB, e como já exposto aqui, esta vincula-se ao entorno metropolitano da cidade-região de Belém, uma vez que mesmo não apresentando forte relação com Belém como os municípios do espaço metropolitano. Mesmo assim, possui relevância suficiente para compor a cidade-região, a partir de seu papel dentro deste espaço, como também, de sua localização perante o processo de urbanização regional policêntrica com criação de novos subcentros urbanos regionais, e da expansão e dispersão de moradias precárias em periferias distantes.

O histórico de Santa Bárbara permite dizer que este município não tinha muita ligação com a estrada de ferro de Belém-Bragança, pois situava-se ao longo da estrada em direção à Mosqueiro. Era um distrito do município de Benevides, e se emancipou nos anos de 1991, quando foi determinada a Lei nº 5.963, de 13 de dezembro (MENDES, 2018). O autor ainda destaca que o município teve sua emancipação quando a rodovia PA-243, que dá acesso a Ilha de Mosqueiro, foi asfaltada, aumentando significativamente o fluxo de circulação de pessoas nesta referida via. Vale ressaltar que embora o município em si possua uma instalação recente, sua ocupação é bastante antiga, pois possui relativa proximidade com Belém, com a Baía do Guajará e diversos rios e furos presentes nessa área, no qual era fomento para grupos tradicionais se instalarem e sobreviverem (FERREIRA, 2010; MENDES, 2018).

Em relação ao histórico de Santa Bárbara, o autor revela que este nome foi dado a partir da descendência de uma mulher negra que foi escravizada chamada Luciana Maria Gomes da Silva, onde herdou terras de seu antigo dono, estabelecendo nessa área, juntamente com seus filhos, o aumento expressivo do povoado (MENDES, 2018). Em seguida o autor desfez as consequências do crescimento de Santa Bárbara e como ela se encontra hoje em dia ao dizer que

Os efeitos do crescimento da população de Santa Bárbara fizeram com que, em 1920, o povoado fosse dividido em três adensamentos: o de

---

Traquateua, o de Candeu e o de Santa Rosa, locais onde mais tarde foram instaladas as primeiras escolas da cidade. Ressalta-se que o crescimento pouco expressivo do município fez com que Santa Bárbara ficasse até a década de 1990 vinculada a outros municípios. Primeiro a Belém, depois a Ananindeua e, por último, como já mencionado, a Benevides.

Com a abertura da PA-243, a cidade passou a ser destino das populações pobres que estavam sendo expulsas do núcleo metropolitano. Aqueles que possuíam um vínculo maior com o espaço agrário assentaram-se no núcleo populacional que se formava (MENDES, 2018, p. 111).

Não obstante, até os dias de hoje, o município de Santa Bárbara possui um papel fundamental no processo de expansão e dispersão de Belém, visto que este espaço cumpre historicamente uma função de receptora de populações com baixo poder aquisitivo, fortemente vinculadas ao processo de invasão-sucessão<sup>29</sup> ocorridas em áreas centrais de Belém, e que ganhou mais expressão após a superação da primeira e segunda léguas patrimoniais. Santa Bárbara do Pará, estabelece uma relação relevante dentro do processo de ocupação do espaço, a priori, por sua baixa infraestrutura, difícil acesso de serviços, acaba tornando-se “atrativa” para os grupos precariamente incluídos, construindo assim, desde a década de 1990 até os dias atuais, um espaço de dispersão de moradias precárias da cidade-região de Belém. (MARTINS, 1997; MENDES, 2018; RIBEIRO, 2021).

Mendes (2018, p. 112) compartilha que entre os anos de 1991 até 2008 houve o surgimento de dez assentamentos com características precárias no Município de Santa Bárbara do Pará. O Autor também reafirma a ideia de que o município possui uma vasta área em extensão, propícia para o recebimento de grupos advindos a partir da expansão e dispersão de Belém, sejam estes em forma de ocupações, loteamentos, conjuntos habitacionais ou até mesmo condomínios fechados de alto padrão.

Assim como Benevides, Santa Bárbara apresenta mudanças decorrentes do processo de urbanização no arco de expansão e dispersão de Belém, mesmo que carentes de infraestrutura, o desenvolvimento gradual destes espaços os possibilitaram se enquadrar no espaço e entorno metropolitano de Belém, mas não só forma, mas também no processo de estrutura ao qual os permite cumprir funções

---

<sup>29</sup> A invasão-sucessão está fortemente associada à questão residencial, ainda que possa afetar outras atividades sendo elas comerciais, industriais e até prestação de serviços. Este processo pode ocorrer quando se verifica que no espaço urbano há bairros ou determinadas localidades que são habitadas durante um certo período de tempo por um determinado grupo social, e depois de algum tempo são “invadidos” por grupo social, seja com poder aquisitivo inferior ou superior ao primeiro que habitou a área (TORREÃO SÁ, 2004).

que até então dificultosamente desempenhavam. Por tanto, o município de Santa Bárbara, apresenta gradativa inserção de sua funcionalidade na cidade-região, pois sua vasta extensão e sua distância do centro de Belém, a qualifica minimamente como espaço receptor de moradias em periferias distantes, ainda que frágil em termos de infraestrutura, mas que possui potencial de transformar o meio socioespacial, uma vez que seja possível se reestruturar para receber a desconcentração de Belém e criação de novos subcentros em áreas distantes, sobretudo no tange a qualificação de um espaço extenso como Santa Bárbara do Pará.

Ribeiro (2021, p. 16) destaca, também, que Santa Bárbara do Pará “possui a particularidade de ser dotado de duas áreas, apesar de próximas, com concentração de atividades de comércio e serviços, o centro principal e Pau D’arco”. Reafirmando a premissa de que os novos núcleos urbanos cumprem papéis distintos dentro entorno metropolitano, evidenciando a complexidade existente mesmo na cidade-região. Ribeiro (2021) trabalha as diferentes dinâmicas entre o espaço metropolitano e seu entorno, cujas atribuições exercidas, a partir de suas funcionalidades na cidade-região remetem à articulações diferentes e também complexas ao dizer que

se no espaço metropolitano a condição de subcentro dos espaços centrais anteriormente citados é bastante evidente, o mesmo não se pode dizer do entorno metropolitano, cuja articulação com Belém ainda é melhor interpretada pela via interurbana que pela perspectiva intraurbana, o que remete a uma das complexidades inerentes à cidade-região, a articulação e, ao mesmo tempo, certa indefinição da escala (RIBEIRO, 2021, p. 16).

O Município de Santa Bárbara do Pará, ainda que faça parte do entorno metropolitano, possui um grande potencial em sua (re) estrutura, devido sua vasta extensão e localização, ao qual possibilita atribuir-se em uma perspectiva de funções mais qualificadas dentro da cidade-região. No entanto, necessita que o processo de urbanização regional policêntrica englobe-a de modo mais articulado, onde a relação não se estreite principalmente como área de dispersão e expansão de moradia, mas de serviços, transporte e informações. Desde modo, qualificando cada vez mais os novos subcentros urbanos manifestados nessa região de expansão.

Ao complementar, Mendes (2018) faz destaque acerca da organização socioespacial desse município, cuja sua dinâmica econômica a partir da expansão

urbana advinda de todo esse processo pauta-se em uma área com fortes características de uma cidade dormitório, onde parte da população se desloca para exercer atividades econômicas em outras cidades do espaço.

O autor ainda destaca que as crescentes transformações ocorridas a partir da expansão de Belém pouco afetam esse município, visto sua inserção do ponto de vista da oferta de serviços, número de agências bancárias, comércios, entre outros. Mais uma vez, ressalta-se a importância da compreensão aqui trabalhada a partir de Ribeiro (2021) onde Santa Bárbara do Pará está inserido na cidade-região como sendo parte do entorno metropolitano, vinculado, principalmente, a partir de sua potencialidade perante a distribuição da expansão e dispersão da cidade-região Belém, bem como área que abriga um grande contingente de mão de obra que se dispersa por toda cidade-região como fora destacado anteriormente por Mendes (2018).

## SEÇÃO IV

### 4. AS MORADIAS PRECÁRIAS NAS PERIFERIAS DISTANTES DA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM

Esta seção tem por objetivo apresentar os assentamentos com características precárias na periferia distante da cidade-região de Belém, sendo sustentado a partir da divisão entre as tipologias habitacionais escolhidas para a pesquisa, dentre as quais se destacam o loteamento e a ocupação. Essas tipologias foram escolhidas dentro do arco de expansão da cidade-região de Belém, sobretudo no *lócus* da pesquisa, onde estão inseridos os municípios de Benevides e Santa Bárbara e o distrito de Mosqueiro.

A partir dessa escolha, será analisada sua condição de precariedade frente à urbanização regional policêntrica e seus efeitos nos espaços distantes, dando atenção para sua inclusão precária dentro das transformações espaciais ocorridas na periferia distante. Em seguida, será discutido o papel do direito à cidade para os grupos residentes dessas áreas, bem como a importância e funcionalidade da justiça espacial como meio de superação da condição de precariedade da periferia distante.

Essa perspectiva denota a veracidade encontrada na realidade desses assentamentos, onde se reproduzem condições precárias de subsistência de grupos de baixo poder aquisitivo. Essa realidade expressa a forma mais perversa da urbanização sob o controle de políticas hegemônicas de grandes agentes produtores do espaço urbano, uma vez que são condicionadas através de produção e reprodução sistemática de estruturas que historicamente beneficiam grupos elitizados da sociedade, havendo assim uma desigual apropriação do espaço urbano.

Por meio da expansão e dispersão da cidade-região de Belém configuram-se esses grupos majoritariamente de baixo poder aquisitivo e sobrevivendo de modo precário em assentamentos em periferias distantes.

#### **4.1 Conhecendo os assentamentos com características precárias na periferia distante**

Para o prosseguimento da pesquisa três localidades foram escolhidas a partir de critérios específicos, os quais se enquadram no aparato analítico da pesquisa até a presente seção, quais sejam: a) o tempo de ocupação desses assentamentos; b) localidade e forma de ocupação/apropriação; c) condição em que se encontram os assentamentos na periferia distantes, seja em termos estruturais ou na oferta de serviços nessas localidades e; d) o fluxo de pessoas e transporte nas proximidades dos assentamentos. Ressalta-se que uma das prerrogativas é a condição legal da moradia no processo de uso do espaço por grupos de menor poder aquisitivo.

As localidades escolhidas estão distribuídas nos municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará, e no distrito de Mosqueiro em Belém, seguindo a premissa da urbanização regional policêntrica e a produção de moradias precárias em áreas cada vez mais distantes. A pesquisa de campo almeja contemplar as ideias propostas teoricamente durante o prosseguimento da pesquisa, assim como para o embasamento dos dados apresentados anteriormente.

Destaca-se a proximidade com as principais vias dos municípios e do distrito, evidenciando que, embora a urbanização traga significativas transformações e desenvolvimento para determinada localidade, é nítida a desigual articulação entre espaços tão próximos, uma vez que a configuração de uma cidade-região, como apresentada por Soja (2008) e complementada por Ribeiro (2021), remete a uma nova configuração urbana, agora mais arrojada, mais densa e articulada, transformando a estrutura e suas funções no espaço periférico. Ou seja, mesmo acompanhando esse processo de intensas transformações, espaços com relativa proximidade a essas mudanças permanecem na condição de precariedade.

Nesse sentido, Mendes (2018) colabora para o entendimento dessa articulação desigual ao explicar a ideia de que Belém, em seu processo de expansão e dispersão, se deu e se dá até os dias atuais de maneira precária, embora alguns espaços apresentem mudanças acentuadas como, por exemplo, a construção de um condomínio fechado de médio e alto padrão e bairros planejados. Configurando assim a ideia de espaços elitizados e de enclaves fortificados, bem como vários empreendimentos expressados na construção *shoppings centers* e abertura de empresas/indústrias ao longo das principais vias.

Esse processo contribui para a proliferação mais concisa de formas urbanas diversificadas em áreas distantes, todavia, se expressam majoritariamente espaços precários e de baixa infraestrutura usados por grupos de baixo poder aquisitivo. Por outro lado, ainda que seja cada vez mais forte a presença de grupos mais abastados em áreas distantes, devido ao processo de urbanização, autosegregação, especulação imobiliária etc., a forma urbana precária ainda é o principal vetor que se apresenta na periferia distante.

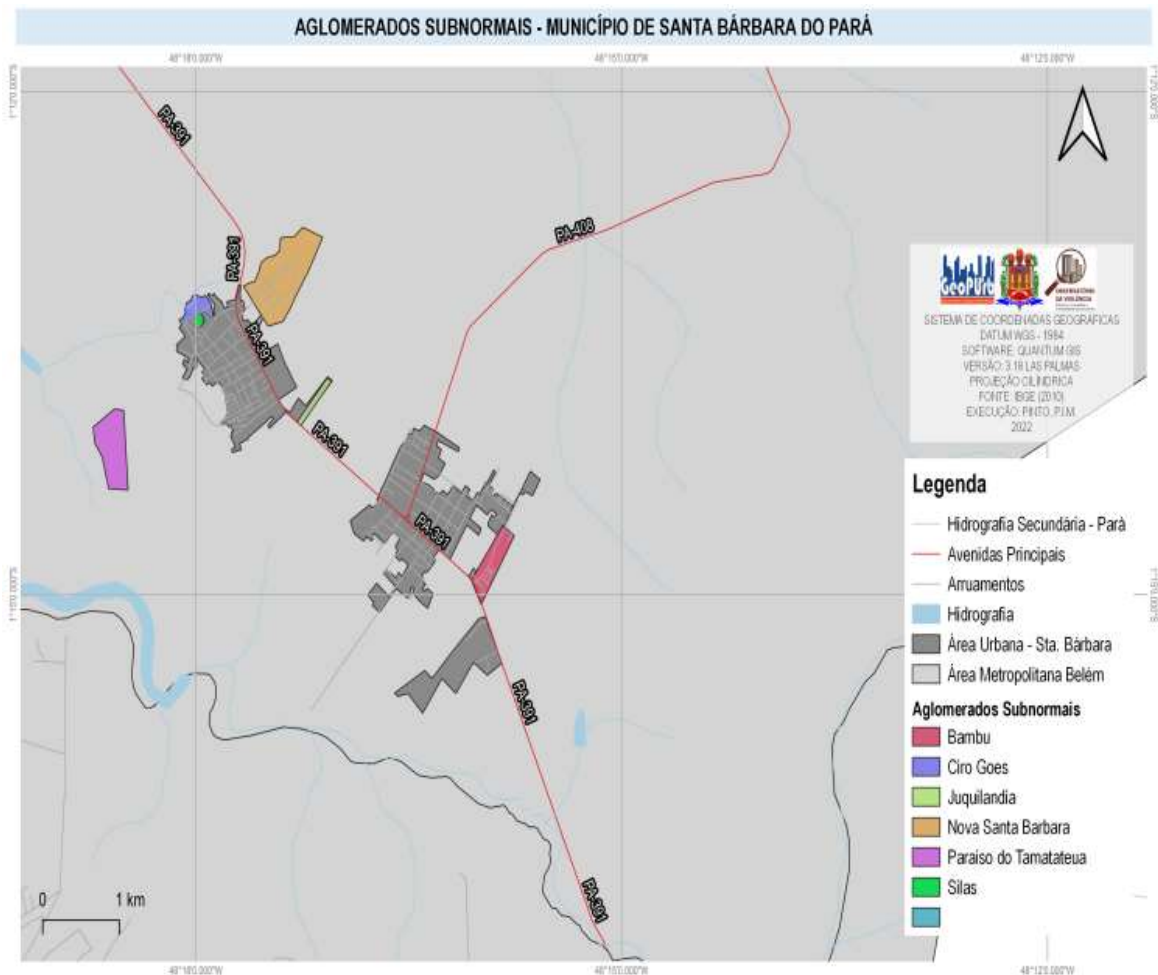
Essa contradição apresentada a partir das estruturas e das formas advindas da urbanização regional policêntrica da cidade-região de Belém, possibilitam condições que contribuem para a instalação de diversas funções provenientes dos processos desiguais inseridas no espaço de expansão e dispersão. Dentre as quais na medida em que surgem novos empreendimentos em áreas que até então não possuíam fixos qualificados e estruturados para receber a circulação de serviços e de pessoas, que a nova forma urbana impõe no espaço. A partir desse processo, apresentam-se como vetor de transformações espaciais, uma vez que permitem a chegada de grupos que necessitam de empregos e de espaços para morar, se assentando, geralmente, nos arredores de áreas onde esses novos empreendimentos se instalam.

Associando essa articulação aos dados obtidos em campo, é permitido produzir uma ideia de que de fato, a realidade vivenciada pela população desses espaços coincide com a tese dos principais autores abordados nessa pesquisa, obviamente respeitando a realidade de cada indivíduo e comunidade.

A figura 5 apresenta a localização dos aglomerados subnormais nos municípios e distritos pesquisados, como critério de escolha dos assentamentos a serem analisados uma vez que atendem por situação juridicamente regular, mas exposta à instabilidade em geral, seja pela condição precária dos espaços e dos serviços ofertados ou pela instabilidade de sua posse do assentamento (IBGE, 2020) ou pela condição em que está inserida no espaço periférico (CARDOSO, 2006).

A partir dessa premissa e da caracterização dos aglomerados produzida pelo IBGE, é possível observar novos espaços dentro da dinâmica periférica da cidade-região de Belém. Nesse quesito se tem as escolhas dos assentamentos em condição de precariedade contemplando os novos arranjos urbanos provenientes do

processo de urbanização regional policêntrica, corroborando para o surgimento de novos subcentros urbanos, agora dentro do novo arco de expansão.



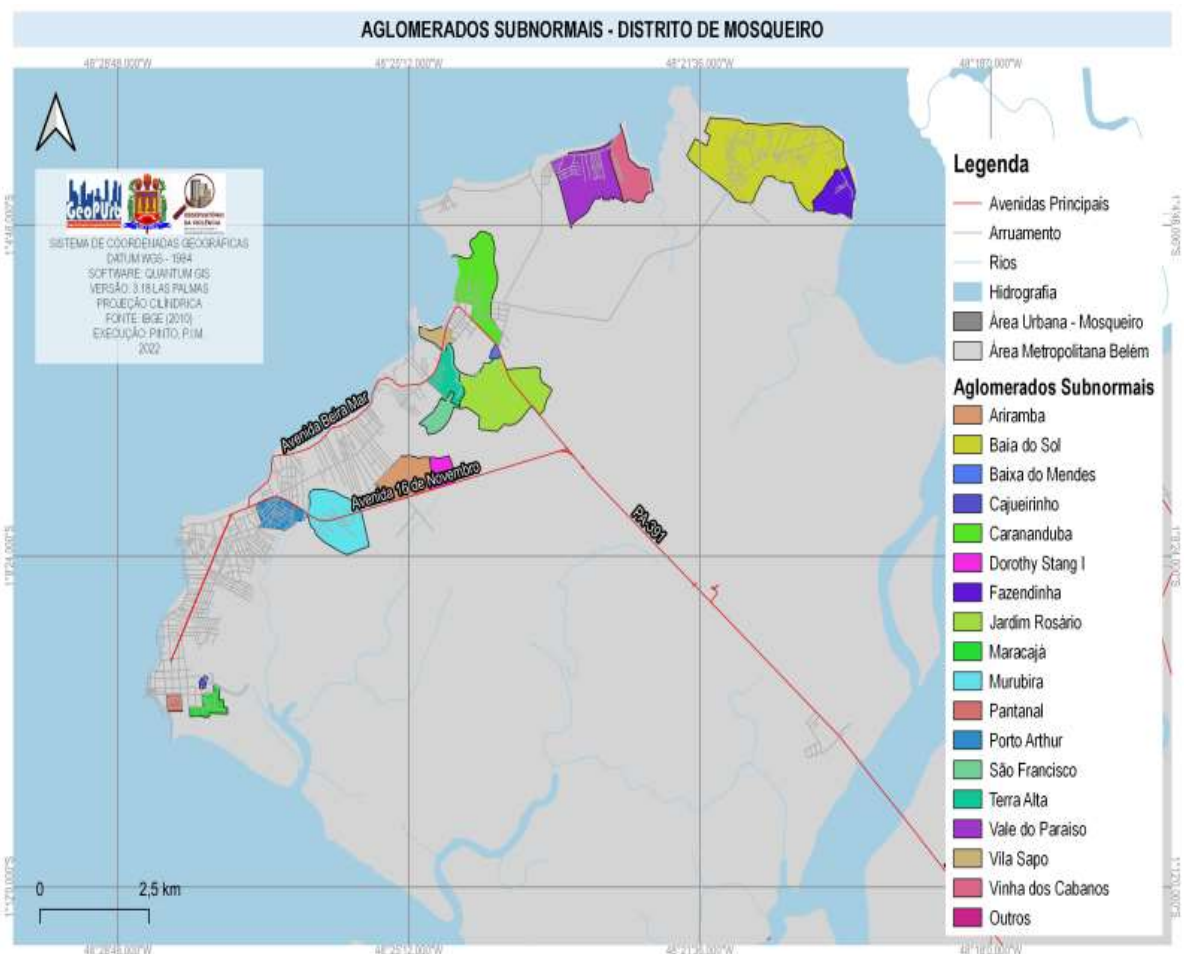
**Figura 5 – Aglomerados subnormais do município de Santa Bárbara do Pará.**  
**Fonte: Grupo de pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb), 2022.**

Assim como expressa na figura 5, os glomerados subnormais se mostram de modo mais conciso nos arredores das principais vias de Santa Bárbara. Destaca-se os dois núcleos econômicos de Santa Bárbara e seu quantitativo de moradias em situação precária, nesses termos, a formação desses subcentros torna-se atração de novas moradias com mais intensidade, ainda que de modo precário. Pois ainda torne-se efetivamente uma área receptora de novas moraidas, a ideia exposta por Pinheiro (*et al*, 2016) ao dizer que tais assentamentos fazem parte de uma tipologia habitacional em que a precariedade, associada a ausência efetiva de serviços públicos, baixo nível de escolaridade, baixa infraestrutura das casas e de seus arredores configuram parte substancial dos novos arranjos urbanos, proveniente da

produção de espaços precários enquanto espólios de relações socioespaciais desiguais.

Tais glomerados como uma forma de assentamento precário evidencia a estrutura que vem se configurando nos municípios que fazem parte da cidade-região, pois mesmo na área urbana destacada se tem a presença de espaços precários no qual serão analisados nessa pesquisa, dando destaque para o loteamento Fazendinha. O alto quantitativo de aglomerados subnormais expõem a realidade periférica do município de Santa Bárbara que necessita de uma análise para busca da superação das injustiças espaciais.

A figura 6 permite enxergar a mancha dos aglomerados subnormais presente no Distrito de Mosqueiro, evidenciando que há espaços em que o arco de expansão da cidade-região possua condições de se materializar e se efetivar ao criar condições para o surgimento de novos núcleos urbanos, proveniente da polinucleação de Belém.



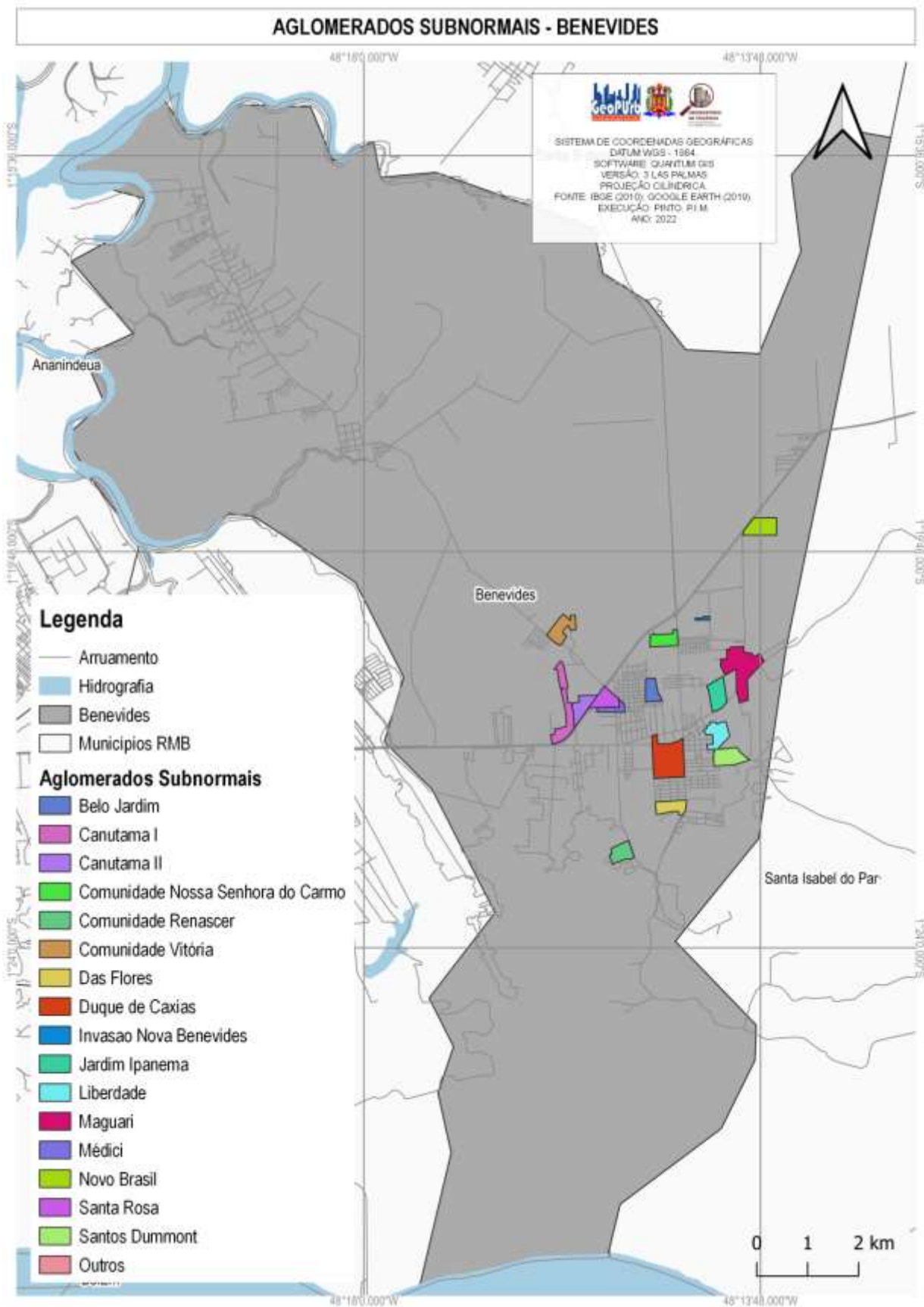
**Figura 6 – Aglomerados subnormais no distrito de Mosqueiro.**  
**Fonte: Grupo de pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb), 2022..**

A figura 6 expõe as aglomerados subnormais existentes no distrito de Mosqueiro, no qual mais uma vez se fazem presentes no entorno de vias principais, evidenciando a importância de transportes públicos de qualidade ligados a circulação de grupos que necessitam desse meio. Ressalta-se também a sua latente presença em áreas com potenciais de crescimento e dispersão do distrito, como é o caso do empreendimento PMCMV como o residencial Viver Mosqueiro, localizado no PA - 391, no qual está próxima a entrada da ilha, mas distante do centro, a Vila.

Por isso se tem a premissa que novos espaços de habitação tenham um potencial de surgimento em áreas distantes, propostos a partir da necessidade de moradia de determinados grupos sociais, principalmente de baixo poder aquisitivo, estruturando e formando novos espaços em condições precárias, fomentando o processo de criação de novos núcleos urbanos secundários.

Em Benevides, os aglomerados subnormais estão inseridos de modo mais a partir da principal via do município, BR-316. Assim como Mendes (2018) trouxe o histórico do município, também é possível notar que a partir da expansão e dispersão precária da metrópole, Benevides assume função de área de transição entre um espaço em que já se percebe uma integração mais densa do ponto de vista da circulação de serviços e mercadorias, com Marituba e Ananindeua, ao leste; e junto a Santa Bárbara, ao norte, cumprindo função de espaços em potencial de recebimento de serviços, pessoas, transporte, mercadorias e moradias, a partir da polinucleação da cidade-região, cumprindo papel fundamental no novo arco de expansão e dispersão de Belém.

A figura 7 permite compreender onde se encontram as principais moradias com características precárias proveniente da observação dos aglomerados subnormais no município de Benevides. Tais moradias espalhadas a partir do centro do município evidenciam o processo analisado nessa pesquisa, no qual referem-se a expansão e dispersão a partir de uma polinucleação.

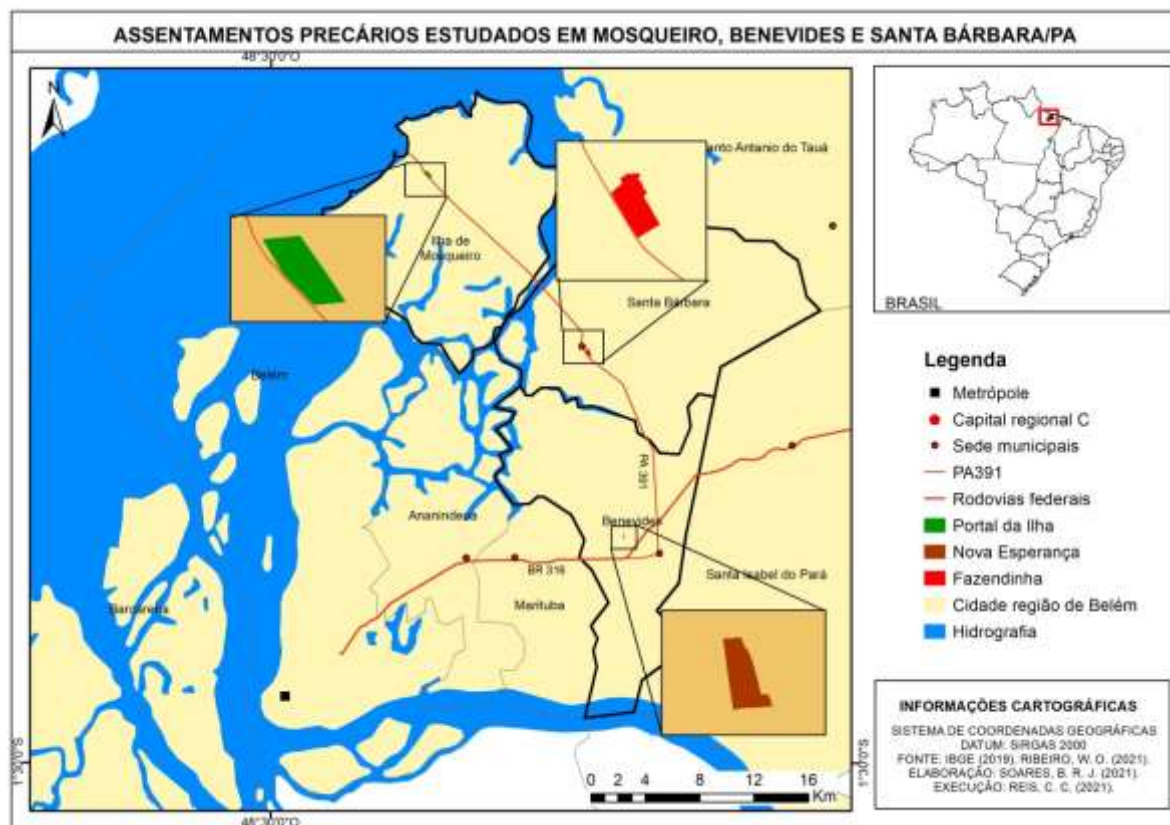


**Figura 7 - Aglomerados subnormais no município de Benevides.**  
**Fonte: Grupo de pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb), 2022.**

A figura 7 referente aos aglomerados subnormais de Benevides confirmam a expansão e dispersão de espaços precários na cidade-região de Belém. A massiva presença de tal tipologia confirma não somente o perfil de habitações existentes nessa área, mas do processo de consolidação da conurbação e a integração com Belém, no qual o município de Ananindeua está fortemente integrado e que Marituba tem passado nos últimos anos. Nesses termos, Benevides ocupa função primordial no processo de estruturação de novos subcentros urbanos dentro da concepção de urbanização regional policêntrica, pois exerce, de maneira estratégica, a interação e funcionalidade de moradias provenientes da expansão e dispersão da cidade-região de Belém enquanto espaço em potencial de desenvolvimento.

Nesse sentido, foram escolhidos a ocupação Nova Esperança em Benevides, o loteamento Fazendinha em Santa Bárbara do Pará e o loteamento Portal da Ilha em Mosqueiro para enfim analisar e compreender a condição desses assentamentos frente as transformações da urbanização regional policêntrica. Essa análise favorece o entendimento ao partir da forma e das estruturas em que esses assentamentos estão instalados dentro do arco de expansão e dispersão da cidade-região de Belém.

A figura 8 apresenta a localização dos assentamentos em condição de precariedade, sendo respeitada a premissa do tempo de surgimento de tal localidade, a forma de apropriação do espaço e sua condição atual. Tais assentamentos espalhados dentro da cidade-região de Belém, divididos entre espaço e o entorno metropolitano, configuram tipologias habitacionais desenvolvidas ao longo da pesquisa, onde se enquadram como meios de produção e reprodução diária da forma urbana periférica belenense.



**Figura 8 - Localização dos assentamentos precários na cidade-região de Belém.**  
 Fonte: SOARES, 2022.

Essas novas áreas de assentamento permitem que sejam analisadas as condições de seu crescimento, ligado a dispersão e expansão de Belém. Como já apresentado, a periferia distante tem passado por transformações e essas evidenciam o crescimento urbano em áreas cada vez mais distantes, mas o questionamento a ser feito para o melhor entendimento dessa realidade perpassa pela ideia trazida por Santos (2009) no qual esse crescimento urbano não reflete o desenvolvimento desse espaço.

A partir dessa perspectiva observa-se que os espaços precários, ligados à pobreza e à falta de infraestrutura estão cada vez mais presentes devido ao elevado índice de crescimento urbano. Belém não difere da realidade de outras cidades do Brasil, bem como de cidades da América Latina, onde se tem um exponencial crescimento dos grandes centros urbanos, mas que não se configuram como espaços desenvolvidos, na verdade estão mais associados ao crescimento urbano precário e desordenado.

Santos (2009, p. 30) elucida esse pensamento ao dizer que “o crescimento seria o simples aumento das quantidades globais. O desenvolvimento seria acompanhado

pela transformação das estruturas sociais e mentais”, ou seja, dentro dessa ideia e com base em dados obtidos em campo, é possível analisar a condição das áreas na cidade-região de Belém, partindo da ideia de que ainda que haja o movimento de urbanização em áreas cada vez mais distantes, e que sim, traga consigo elementos que permitam significativas transformações espaciais em um caráter de desenvolvimento, como, por exemplo, construção de *shoppings centers*, agências bancárias, supermercados, condomínio de médio e alto padrão etc. Esse desenvolvimento apresenta um menor expoente que o acelerado crescimento de espaços precários que continuamente se expandem e se dispersam ao longo da cidade-região de Belém.

Os espaços precários que serão analisados a seguir mostram realidades distintas, mas que se complementam a partir do seu histórico de necessidade de habitação proveniente do rápido crescimento urbano nos últimos anos. Contudo, a principal ligação entre esses assentamentos é a condição em que se encontram e por esse motivo foram escolhidos.

A ideia de escolher as tipologias distintas de moradia, ocupações e loteamentos, perpassa pela sistematização da condição precária das moradias na periferia em que expressam, de modo mais preciso, a realidade distante na cidade-região de Belém. Muito embora tenham estruturas próprias, essas não fogem da realidade na qual estão inseridas, onde estão vinculadas fortemente a precárias condições, seja pela quase inexistente infraestrutura mínima de moradia ou pela escassez de serviços públicos ofertados a essas localidades.

O estigma partilhado não somente por pessoas externas a esses assentamentos, mas também dos grupos sociais inseridos nesses espaços reforça a ideia de que sempre há a necessidade de superação não só dos estereótipos acerca da pobreza, mas sob a forma de como os assentamentos se instalam em lugares insalubres, sem condições mínimas de infraestrutura. Por esse motivo, há a generalização de falas sobre superação da pobreza, mas sem efetivamente concretizar meios que possibilitem tais feitos.

Ou seja, é preciso que haja a criação de meios eficientes para que grupos de menor poder aquisitivo e de menor grau de escolaridade possam reaver o seu direito a cidade na tentativa de superar sua condição de precariedade, não somente com programas impostos, mas com o objetivo de sobrepujar a qualidade de vida desses

grupos a partir de inserções equitativas a sociedade, incluindo-os economicamente, socialmente e politicamente. A partir do uso tal como deveria ser do direito à cidade, superar a condição de precariedade, ou pelo menos dar os primeiros passos em busca da justiça espacial em sua plenitude.

A lúcida articulação é necessária para tal feito, pois nenhum ser está sozinho no espaço, sendo assim não consegue transformar as estruturas hegemônicas vigentes partindo de uma luta particular, mas sim com a junção do coletivo, pois a condição dos assentamentos espalhados em toda periferia, embora tenham suas particularidades, essas são ligadas pelo elo da forma em que se instalaram em espaços distantes provenientes da urbanização regional policêntrica.

Ainda que esses grupos façam sua parte, a ação do Estado e do setor privado é extremamente relevante, uma vez que esses agentes hegemônicos são principais produtores do espaço urbano, e contribuem significativamente na tomada de decisões das transformações espaciais urbanas.

Por esse motivo, é preciso conhecer os espaços precários para então entender qual é a melhor maneira, a partir de suas realidades, de superar a condição de precariedade fortemente presente nas estruturas desses assentamentos. Tal meio poder ser efetivado partindo da premissa de que possa haver uma interação menos desigual e mais articulada entre os agentes produtores do espaço e, claro, dos grupos precariamente incluídos. Como maiores expoentes de suas realidades, os grupos sociais de menor poder aquisitivo ao serem inseridos na tomada de decisões como agentes modeladores do espaço, possam influenciar a dinâmica instalada entre os espaços e os grupos inseridos neles.

Soja (2014) teoriza a busca pela justiça espacial vinculada a superação de dogmas enraizados em relações de dominação, seja por parte de grupos elitizados ou por quem detêm e/ou centraliza o poder. Essa justificativa se alonga à discussão decolonial como meios de desvincular de praticas de produção e reprodução espacial urbana horizontal, de cima para baixo.

A teoria em si busca enumerar e caracterizar elementos que possuam condições de superar realidades de subalternidade por parte de grupos precariamente incluídos na produção da cidade. Nessas condições, o vetor de análise atravessa práticas de dominação social antiga e desbanca estigmas instalados na sociedade

por grupos que, historicamente, dominam e se beneficiam desse meio de reprodução socioespacial associado ao meio urbano.

Portanto, no entendimento desse movimento há a necessidade de estabelecer meios que proporcionem condições equitativas da população residente em assentamentos precários de compreenderem sua situação, e a partir desse entendimento, buscarem meios de superação de sua frágil inserção política e econômica no espaço urbano. Tal tentativa requer uma análise qualitativa desses espaços precários, englobando elementos que podem facilitar suas transformações.

Os três assentamentos escolhidos para análise dessa pesquisa estão fortemente vinculados a premissas estudadas anteriormente. A condição que os une torna-se meio para sustentar sua análise, bem como elementos que possam articular a superação de tal realidade e sustentar a ideia de justiça espacial frente ao processo intenso de transformações socioespaciais sob a influência da urbanização regional policêntrica e da configuração da cidade-região de Belém.

#### **4.2 Ocupação Comunidade Nova Esperança: precariedade, direito à cidade e justiça espacial**

A comunidade Nova Esperança, localizada no município de Benevides, é uma ocupação recente que possui aproximadamente 8 anos de existência. Para compreender melhor a realidade dessa comunidade é preciso analisar o contexto em que ela surgiu frente ao processo de crescimento urbano, bem como a necessidade de moradia de determinados grupos habitantes do município.

Essa comunidade situa-se a aproximadamente 1,4 km de distância da BR-316, para chegar ao loteamento é preciso passar por Canutama, outra comunidade que deu origem a Nova Esperança. Segundo os moradores mais antigos, Canutama surgiu em meados da década de 1990 as margens da BR-316, e a partir dessa relação a comunidade foi crescendo. Tendo por base os trabalhos de campo feitos nas comunidades, se tem a compreensão de que Canutama se divide em três partes, sendo Canutama I e II, áreas mais antigas e próximas à rodovia BR-316 (figura 7.1); e a área mais recente, que começou a surgir há cerca de 10 a 15 anos, nas extremidades da comunidade cada vez mais distante da rodovia, está localizado

aproximadamente 1 km adentro (figura 7.3). Destaca-se a fala do entrevistado 2 ao falar da área recente de Canutama:

Moro aqui (Canutama) há aproximadamente uns 10/15 anos. Essa parte aqui não existia, o povo vem se chegando e 'vai' construindo suas casas, entende? Quando eu vim 'pra' cá, só existia aquela parte lá do início (aponta o entrevistador para a direção de Canutama I). (ENTREVISTADO 2 DE CANUTAMA, 2022).



**Figura 9 – Principais vias de Canutama e entrada da comunidade Nova Esperança.**  
 Fonte: pesquisa de campo, 2022.

Na análise da figura 9, na medida em que se adentra na comunidade, são perceptíveis as mudanças nas estruturas das casas que vão se apresentando de modo mais simples, bem como a diminuição da infraestrutura como pavimentação das ruas, por exemplo, também há a presença cada vez mais nítida de árvores, aumentando a percepção de uma área tipicamente interiorana e com frágil interação com o centro de Benevides, mesmo havendo necessidade de serviços e manutenção por parte do poder público.

Ainda que faça parte da cidade-região e que possua forte relação com Belém, em termos de circulação de pessoas e mercadorias e trocas de serviços, alguns espaços de Benevides como os apresentados nas fotografias da figura 9, trazem à

tona a articulação desigual dos espaços trabalhada por Santos (2014), e essa dinâmica contribui para a compreensão para além do teórico, e que a partir da visita ao campo se obtém a percepção da realidade diária de grupos que fazem parte do processo de transformação urbana, mas que ainda possuem uma precária inclusão no espaço urbano (MARTINS, 1997).

No prosseguimento da pesquisa, ao final de Canutama, se tem a entrada da comunidade Nova Esperança (Figura 9.4), que possibilita entender a inserção dessa nova comunidade que se mostra como um anexo a partir do crescimento de Canutama, uma vez somente se tem acesso à Nova Esperança através de Canutama, observe que nessa imagem há uma placa no poste indicando a entrada da comunidade.

Segundo as informações cedidas pelos moradores, a comunidade Nova Esperança teve sua origem a partir de uma ocupação dos terrenos nessa área, porém o dono faleceu e um pastor comprou o terreno e em seguida dividiu em lotes e os vendeu a partir de negociações junto a prefeitura para os grupos que estavam se assentando.

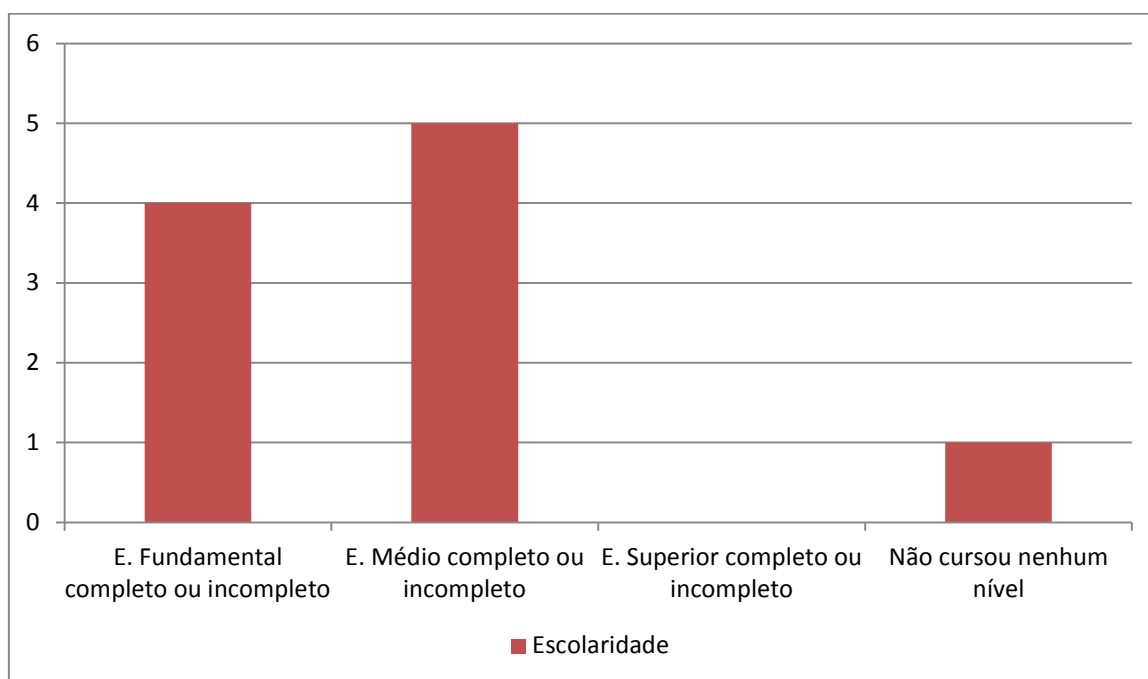
Inicialmente seria mais uma área que seria incorporada ao crescimento de Canutama, mas que obteve o nome de Nova Esperança devido ao processo de compra e venda dessa localidade, fazendo-se assim uma nova comunidade.

Uma das moradoras entrevistadas, que diz tomar a frente dos movimentos para melhorar a comunidade, relata que o pastor tinha uma pequena parte, mas que ele vendeu uma área maior do que seu terreno, uma vez que não há fiscalização de compra e venda dessas áreas. E que só recebeu esse nome para se diferenciar do restante de Canutama. Em contrapartida, o atual dono do terreno compartilhou que toda a área vendida foi negociada junto à prefeitura e reconhecida em cartório, muito embora os moradores não tenham acesso a essas informações.

Para conhecer essa comunidade, é preciso salientar alguns dados obtidos em campo, com a finalidade de conhecer melhor o *locus* pesquisado. Sobre isso se tem dentro de Nova Esperança um universo de aproximadamente 30 casas construídas ou em construção, divididas entre alvenaria, madeira e barro, com duas ruas principais e duas secundárias que as interligam. Destaca-se também que há um grande quantitativo de terrenos sem construção, claramente apresentados em lotes estrategicamente divididos de acordo com alguma intenção sobre a ideia da

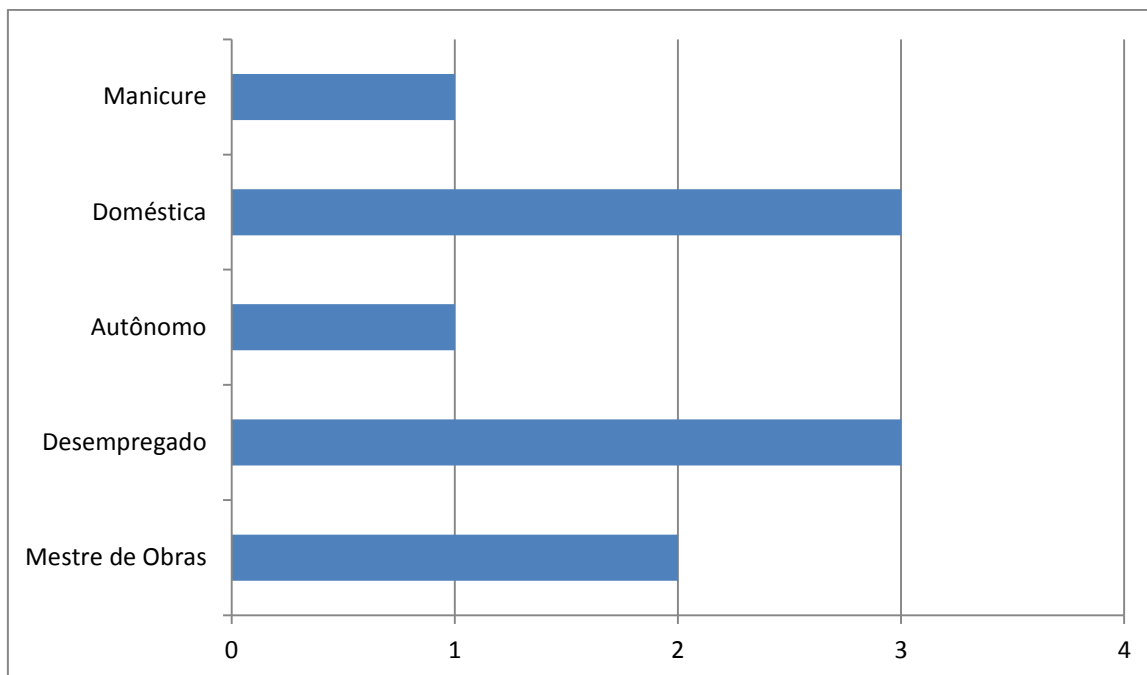
especulação imobiliária, mesmo que toda comunidade apresente-se em condição precária.

Foram entrevistadas 10 pessoas, sendo considerado o suficiente para compreender a realidade da comunidade. Os dados que evidenciam o público entrevistado podem ser vistos no gráfico 1.



**Gráfico 1 – Nova Esperança - Grau de escolaridade dos entrevistados. 2022.**

Os dados apontam uma realidade em que nenhuma pessoa dessa localidade, que tenha sido entrevistada ou que conheça alguém da própria comunidade que tenha cursado o ensino superior, ressaltando que a condição de assentamentos em estado de precariedade possui relação forte com grupos de menor poder aquisitivo e de baixo nível de escolaridade como ressaltou Pinheiro (*et al*, 2016). Entra em destaque que há pessoas que nunca tiveram contato com qualquer nível escolar.



**Gráfico 2 – Nova Esperança – Profissões exercidas. 2022.**

A partir do gráfico 2 se pode analisar que 30 % encontram-se desempregados e que as profissões expostas pelos próprios entrevistados não demandam de uma mão de obra considerada qualificada ou que exija maior capacitação. Essa realidade remonta o que também foi abordado por Cardoso (2016) e Pinheiro (*et al*, 2016) no qual grupos com baixo nível de escolaridade e com mão de obra, geralmente, de baixa qualificação tendem ser característicos em áreas onde forte presença de assentamentos na condição de precariedade.

Observe as figuras 10 e 11, onde se tem o retrato da realidade da comunidade e a condição que se encontra.



**Figura 10 – Rua de acesso à comunidade Nova Esperança.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2022.**

A figura 10 é um complemento da figura 9.4, onde se apresenta a única forma de acesso à comunidade. No lado direito da imagem é possível observar duas casas uma com muro e outra com cercas. Pinheiro (*et al*, 2016) e Cardoso (2016) trabalham na perspectiva de caracterização dessas moradias onde a somatória dos elementos que compõe o espaço periférico analisado, permitem compreender que essa comunidade possui exarcebada relação com a condição precária conceituada por esses autores .





**Figura 11 - Comunidade Nova Esperança.**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.**

A casa da figura 11.1 foi a única que durante a entrevista disse possuir água encanada, pois os demais moradores alegaram que utilizam água do poço, também expôs que sua residência é alugada, o que se diferenciou das demais. Ao observar a figura 11, é possível perceber a baixa infraestrutura apresentada por essa localidade e que mesmo que nessa residência se tenha água encanada e energia elétrica (há um transformador de energia na figura), a condição dessa residência expressa a realidade vivida em periferias distantes.

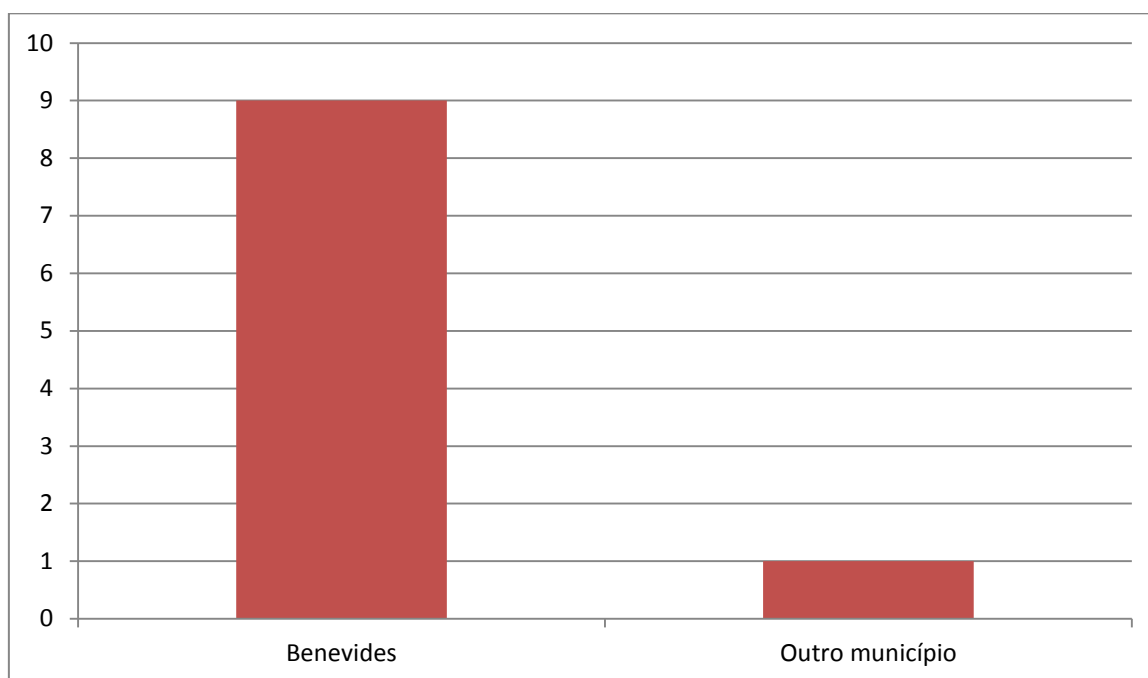
A entrevistada afirmou ainda que não possui relação alguma Belém, apenas com a comunidade em que vive e, às vezes, no centro de Benevides, reafirmando a ideia das relações desiguais expressas no processo de urbanização regional policêntrica de espaços descontínuos.

Nas fotografias expostas pela figura 11 é possível notar a forte presença de vegetação tomando conta das ruas, porém que há existência de postes de energia, mesmo que a qualidade e manutenção seja comprometida devido a falta assistência a esses grupos.

Ao analisar a figura 11, se extrai o recorte estrutural de autoconstrução, meio muito característico em áreas periféricas na condição de precariedade, reafirmando o objeto de estudo escolhido para essa pesquisa. Ao passo que a influência da urbanização em determinadas áreas sejam de intensas transformações e intensificações de elementos que contribuam para o desenvolvimento estrutural e econômico, mas que ainda assim, é extremamente frágil e precário em algumas localidades.

Por ser um assentamento recente, nas entrevistas foram perguntados para os moradores onde eles moravam antes de viverem na ocupação e, 90% dos entrevistados já moravam em Benevides, mais precisamente em Canutama,

comunidade que dá acesso à Nova Esperança, ou seja, uma área bem próxima. Observe-se o gráfico 3.



**Gráfico 3 – Nova Esperança - Entrevistados provenientes de Benevides ou de outra localidade. 2022.**

Fonte: Pesquisa de campo.

A única pessoa que morava em outra localidade antes de morar em Nova Esperança era uma aposentada que se deslocou do bairro da Cremação, em Belém, para o município de Marituba e depois Benevides. Esse gráfico evidencia que essa comunidade possui forte relação local, no qual dificilmente recebeu famílias advindas de áreas distantes, todavia ressalta-se o crescimento urbano local, onde se teve a necessidade da construção de novas residências para assentar o crescimento populacional do município.

Em relação à condição legal de moradia da ocupação Nova Esperança, o quadro a seguir expõe como estão instalados nessa localidade.

**Quadro 10 - Condição da residência em Nova Esperança - 2022.**

<b>Própria e quitada com documentação</b>	0
<b>Própria e quitada sem documentação</b>	8
<b>Moradia alugada</b>	1
<b>Própria e pagando</b>	1

**TOTAL: 10 (NÚMERO DE ENTREVISTADOS)**

Observa-se que os moradores, ainda que possuam comprovante de pagamento, não possuem suas casas juridicamente regularizadas, mesmo havendo um processo de venda a partir do loteamento após a ocupação. Essa situação reforça ainda mais a condição precária, não somente na infraestrutura, mas no acesso aos amparos legais que possam permitir a legalização dos assentamentos a pesar de fato possuírem proprietários.

Outra questão a ser levantada é que nenhuma casa foi comprada pronta, em todos os casos o terreno foi comprado<sup>30</sup> e em seguida iniciado o processo de autoconstrução.

Mesmo com todos os estigmas impostos para essas áreas e também sobre as pessoas as habitam, todas as pessoas entrevistadas responderam que é um lugar bom de morar, levando em consideração a segurança, a tranquilidade que foge do caos urbano do centro de Belém e por haver famílias próximas.

Quando perguntados para os moradores se essa área possui alagamentos ao chover nove disseram que não e apenas um disse que sim. Os moradores relataram que quando chove alaga, mas muito rapidamente o terreno seca, cerca de 10 minutos. Por isso uma das entrevistadas disse que não alaga, por causa do tempo em que rapidamente seca. No entanto, a maior reclamação é referente a formação de bastantes áreas com lamas, que inclusive inviabilizaram algumas visitas de campo devido ao difícil acesso, os moradores relataram que em épocas de muita chuva é um transtorno transitar pela comunidade, e muitos optam por não sair de casa, somente em casos de extrema necessidade. Um dos moradores disse que antes de ser uma comunidade, essa área era uma horta e por isso seca rápido, pelo fato da terra ser fofa e ter boa absorção de água.

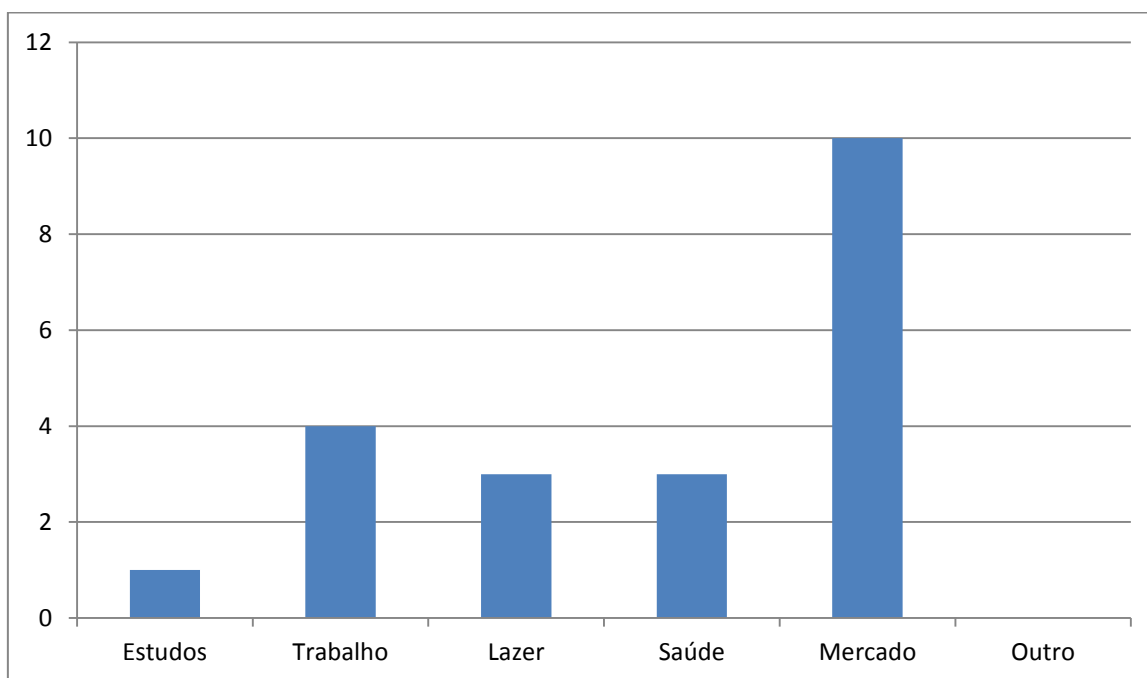
O que se percebe é que esse processo de intensificação de fluxos demanda de mão de obra para efetivar a instalação desses serviços, sejam de modo mais qualificado ou não. Porém, essa mesma transformação possui alcances limitados ou selecionados, pois ainda que as pessoas que residam nessas localidades tenham que se deslocar para efetivar a sua contribuição no processo econômico a partir da

---

<sup>30</sup> Mesmo aqueles que ocuparam o terreno, mais tarde negociaram a compra do lote.

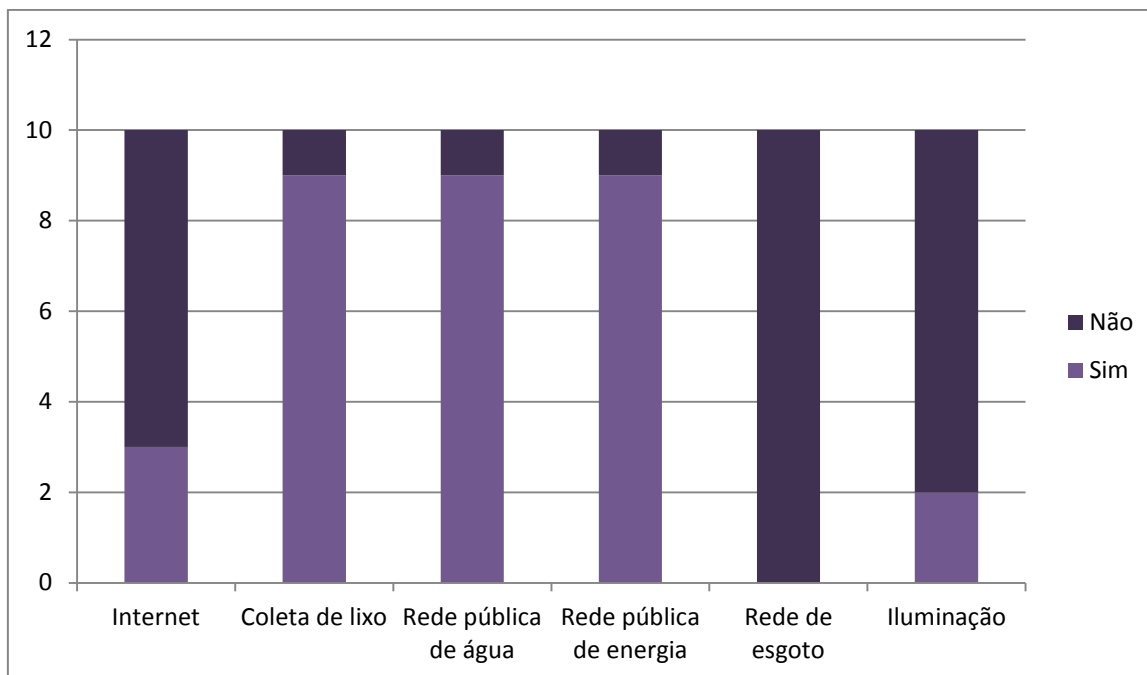
sua mão de obra, não há um retorno mais efeito para a área em que possuam suas residências, reproduzindo o desenvolvimento em espaços desiguais.

Em Nova esperança, a partir das entrevistas foi possível extrair dos moradores o motivo que os fazem se deslocarem até o centro de Benevides, e no gráfico 4 fica nítido que a oferta de mercados é escassa na comunidade e que esse é o principal motivo para se deslocarem. É válido trazer em questão que a maioria das entrevistadas são mulheres, sendo três domésticas, duas desempregadas, uma manicure e uma aposentada, ou seja, a necessidade de se deslocar para o centro é maior na questão do mercado do que o trabalho. Das sete mulheres entrevistadas, cinco disseram que o marido estava trabalhando enquanto elas cuidavam do lar. Observe o gráfico 4 que aponta a necessidade que fazem os moradores se deslocarem até o centro.



**Gráfico 4 – Nova Esperança - Necessidade de deslocamento até o centro de Benevides - 2022.**  
Fonte: pesquisa de campo.

Ainda em relação aos serviços, os moradores listaram os que atendem sua comunidade, mesmo que precariamente. Veja o gráfico 5.



**Gráfico 5 – Nova Esperança - Serviços disponíveis na comunidade - 2022.**

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo as informações do gráfico exposto, 9 moradores entrevistados disseram que a água é proveniente do poço artesiano, apenas uma entrevistada disse que água é encanada da COSANPA (primeira casa da comunidade que foi dita anteriormente).

Os moradores tem acesso à internet, mas não possuem *wi-fi*, utilizam a internet do celular quando precisam, logo, se entende que há sinal de internet na comunidade, condições de obtê-la se enquadra em outra questão. Segundo as imagens apresentadas é possível notar que há iluminação pública, mas segundo os moradores até em certa parte da comunidade, ou seja, os postes de energia não contemplam toda comunidade. Os próprios moradores que puxam energia clandestina dos postes mais distantes, caso contrário ficariam no escuro absoluto (observar figura 12.1).

Um morador da última rua da comunidade alegou que nenhum dos serviços relacionados no gráfico são ofertados, inclusive a energia que é puxada pelos próprios moradores, a água é do poço e a coleta seletiva do lixo passa apenas em uma das ruas e os moradores dessa rua têm que levar seu lixo até o ponto da coleta, evidenciando uma realidade de frágil e precária oferta de serviços ofertados pelo poder público. Também se destaca que a precária condição das ruas dificulta o acesso até algumas áreas da comunidade, seja por excesso de vegetação ou do

grande quantitativo de lamas formadas em toda comunidade Nova Esperança. Essa condição realça a análise proposta por essa pesquisa, no qual a precária infraestrutura e ausência de manutenção tornam-se agravantes da reprodução de espaços precários.



**Figura 12 – Via secundária da Comunidade Nova Esperança.**  
**Fonte: pesquisa de Campo, 2022.**

As figuras 12.2 e 12.3 revelam a precária infraestrutura da comunidade, principalmente na última rua. Como citado anteriormente, o morador da figura 12.3 expôs que nessa rua não há oferta de serviços como na primeira, dando destaque para energia elétrica e coleta de lixo. Veja o trecho da entrevista.

Essa casa aqui eu comprei tem pouco tempo entende? Só que antes eu morava aqui em Canutama mesmo [...] cresci aqui. Agora que eu comprei, 'tô' construindo minha casa aqui na Nova Esperança. [...] Aqui a gente pega água do vizinho aqui frente no posso dele, a gente que mora aqui se junta mesmo, sabe? [...] se o senhor ver, têm uns portes que vão até ali no início da rua, mas não vem até aqui. Aqui só tem energia porque a gente puxa mesmo. Já o lixo não entra aqui na rua, só lá na primeira, quando é dia de coleta a gente leva até lá pra poder se levado. (ENTREVISTADO 10 de NOVA ESPERANÇA, 2022).

Ainda que a comunidade se apresente como um espaço precário, é possível notar que dentro de uma realidade precária, há a possibilidade de uma área possuir uma condição mais miserável, conseguindo receber bem menos serviços e infraestruturas do que o restante da comunidade.

Essa realidade nos mostra que esses assentamentos, de fato, não possuem nenhuma infraestrutura sanitária básica que deveriam ser oferecidas para toda população.

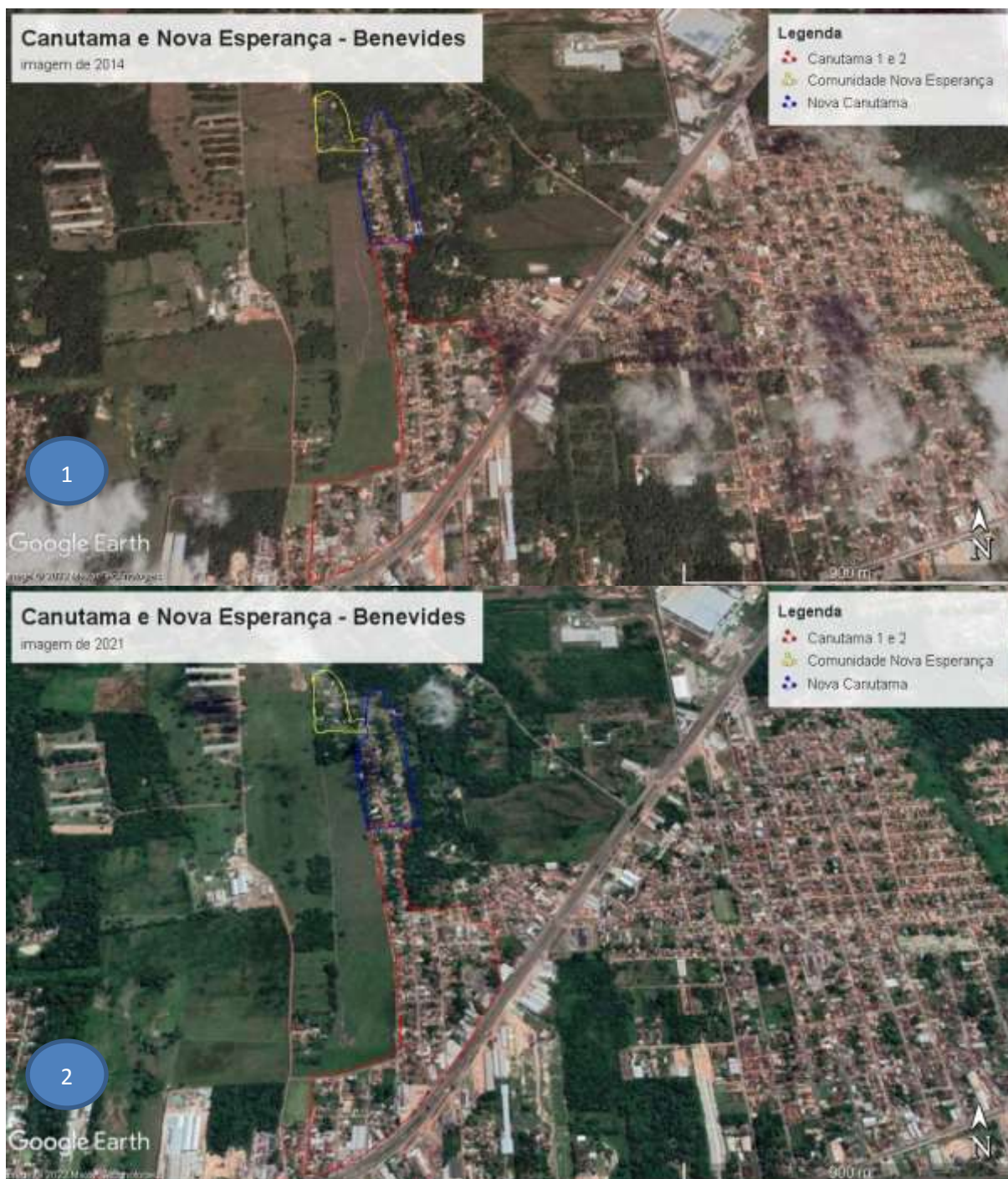
A precariedade encontrada nessa comunidade expõe a negação do direito a cidade para esses grupos, pois ainda que algumas famílias compreendam a sua condição e busquem melhorias em suas vidas ou em suas habitações, por meio de lutas e reivindicações, há, porém, famílias que não enxergam a precariedade de seus espaços e os tratam com naturalidade, não fazendo questão ou não esboçando tentativas de supera-lo. Destaca-se a fala da entrevistada 8 de Canutama ao ser questionada sobre a infraestrutura e condição da comunidade:

Eu acho que aqui é bom de morar, não tem perigo, entende? Mas é assim como eu disse, aqui é assim mesmo, nós viemos *pra cá* e a gente sabia como era, mas era o que a gente podia pagar. Dificilmente isso aqui vai mudar pra gente (fez referência para toda comunidade), eu queria que mudasse, mas sempre é a mesma coisa, entra prefeito e sai prefeito e é isso [...]. Tem uma vizinha aí (apontou para casa da entrevistada 4) que até vai atrás das coisas, mas é um trabalho que desgasta [...] (ENTREVISTADA 8 DE NOVA ESPERANÇA, 2022).

Essa fala retrata o desgaste dos moradores na tentativa de superação da condição de precariedade, no qual muitos fazem sacrifícios o suficiente para o seu sustento e acabam por deixar em segundo plano as reivindicações do direito do gozo dos recursos que deveriam ser oferecidos pela cidade. Observa-se que esse processo excludente e desigual cria no imaginário popular a ideia de perpetuação da pobreza. Dizeres comuns provenientes do sistema desigual e perverso do sistema capitalista, sobretudo no que tange a condição de infraestruturas e serviços que deveriam ser oferecidos para esses grupos tal como são oferecidos para grupos mais abastados e que residam em áreas com melhores infraestruturas.

Sendo assim, uma das questões centrais para a escolha dessa localidade se fez por meio do tempo de uso no qual se analisa a realidade evidenciada por esses grupos. A partir dessa leitura se extrai o entendimento das formas e estruturas existentes em áreas de expansão e dispersão das moradias precárias sob o espaço

do município de Benevides. A figura 13 revela com maior precisão as mudanças ocorridas em um período recente nesses espaços.



**Figura 13 - Localização de Canutama e Nova Esperança em 2014 e 2021. 2022.**  
**Fonte: Google Earth.**

A figura 13 permite analisar que em um período de menos de 10 anos mudanças no espaço periférico são latentes, e nos auxiliam compreender que espaços cuja influência da urbanização regional policêntrica perpassa e se enquadram cada vez mais na lógica urbana vigente na realidade periférica de Belém. Tais grupos acham

meios para se inserir no espaço, através da necessidade de habitação, e esse processo se configura como mais um procedimento que produz e reproduz a formação moradias precárias na periferia.

Como observado na figura 13, na medida em que se afasta das principais vias, nesse caso da BR-316, os assentamentos vão aparecendo, pois o valor da terra torna-se mais barata proporcionalmente ao distanciamento dos centros urbanos. O surgimento é evidenciado de acordo com a ordem da figura com Canutama 1 e 2, Nova Canutama e a comunidade Nova Esperança.



**Figura 14 - Comunidade Nova Esperança 2013 e 2021. 2022.**  
**Fonte: Google Earth.**

A Figura 14 revela que em um período de 8 anos o espaço foi modificado para receber a essas moradias. Ainda que se encontrem na condição de precariedade, é preciso analisar que é um espaço de habitação relativamente recente e surgiu sem qualquer infraestrutura mínima, e os assentamentos são produzidos a partir da autoconstrução. Ou seja, sua construção está proporcionalmente vinculada ao poder econômico dos moradores, uma vez que a grande parte dos moradores se configura como baixa renda e com nível de escolaridade baixo, o poder de estruturar sua moradia diminui significativamente, ficando sob o amparo do poder público ineficiente para essas famílias, seja pelo difícil acesso a comunidade ou pela negligencia.

A comunidade Nova Esperança é apenas mais uma ocupação precária existente na periferia da cidade-região, a realidade dos assentamentos no seu surgimento e na sua configuração não fogem dessa realidade. Na verdade, grande parte do processo de expansão e dispersão de Belém se deram e se dão dessa forma, onde grupos com inexpressivas inclusões político-sociais transformam o espaço obedecendo a lógica imposta por grupos hegemônicos que cumprem papel incluir e “excluir” a produção do espaço no processo de urbanização. Essa dinâmica construída processualmente reflete a realidade da Nova Esperança onde a presença da precariedade está tão entrelaçada no cotidiano desses grupos que mal conseguem enxergar em tal condição e, principalmente, prover meios para superar seu estado.

Esse estado de reprodução de sua condição está associada a sistematização do imaginário meritocrático, onde o esforço é a principal via de superação da pobreza, tirando a responsabilidade do Estado, enquanto mediador e provedor de recursos no espaço, da obrigação da diminuição entre as camadas sociais criadas a partir de políticas excludentes do ponto de vista políticos e administrativos para produção do espaço urbano.

A partir das figuras 13 e 14 se pode pensar sobre as perspectivas futuras de transformações espaciais periféricas, pois quando não há meios prerrogativos que façam manejo para criar condições estruturais de recuperação, bem como de subsídios para melhorar a infraestrutura desses espaços, a ideia que novos bolsões de espaços precários continuem a surgir sob a alta demanda de habitação de grupos de menor poder aquisitivo ser significativamente maior que a implementação do programas habitacionais que venham a contemplar apenas uma parcela desses grupos (SILVA e TOURINHO, 2015; PINHEIRO *et al*, 2016).

A busca pelo direito a cidade remete não somente aos direitos não exercidos por esses grupos, mas a ausência de representação destes na tomada de decisões nas implementações de programas habitacionais, esse afastamento coercitivo acelera a desigualdade política entre as camadas sociais e reproduz ainda mais as injustiças espaciais dentro da cidade-região.

Ainda que haja uma busca mínima para inseri-los na tomada de decisões, tais programas são elaborados e instalados sem o consentimento e conhecimento da realidade desses grupos, essa lógica configura a ideia de inclusão precária proposta

por Martins (1997), onde os agentes produtores do espaço necessitam desses grupos para movimentação da economia e do consumo, tornados incluídos do ponto de vista econômico, no entanto, são excluídos das tomadas de decisões e são direcionados para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, dificultando aos poucos, ou pelo menos diminuindo, sua inserção política enquanto líderes comunitários e representantes dessas comunidades.

No caso de Nova Esperança, a distância do centro é um desses elementos, assim como a dificuldade de se chegar e sair do assentamento, seja pela precária infraestrutura das ruas ou pela ineficiência do transporte público. Ainda que a polinucleação urbana seja uma nova forma urbana que em teoria auxilie na descentralização econômica, as tomadas de decisões ainda continuam centralizadas, então, é preciso averiguar meios que possibilitem, a partir da utilização da urbanização regional policêntrica, a interação mais diversificada e mais intensificada de grupos de menor poder aquisitivo, superando as dificuldades de vários assentamentos espalhados em toda cidade-região, como a Comunidade Nova Esperança em Benevides.

#### **4.3 Loteamento Fazendinha: precariedade, direito à cidade e justiça espacial**

O loteamento Fazendinha, localizado no município de Santa Bárbara do Pará, no bairro Centro é um loteamento recente que possui aproximadamente 10 anos de existência, possui *status* de um bairro planejado. Para compreender melhor a realidade dessa localidade é preciso analisar o contexto em que ela surgiu frente ao processo de crescimento urbano, bem como a necessidade de moradia de determinados grupos habitantes do município.

Esse loteamento situa-se em frente à Prefeitura de Santa Bárbara do Pará, na rodovia Augusto Meira Filho, principal via do município e que também dá acesso ao distrito de Mosqueiro (figura 15). O entendimento desse loteamento dentro da análise espacial da pesquisa configura-se como peça fundamental para compreender o processo de inserção de novas moradias dentro do novo arco de expansão e dispersão de Belém, tendo como base a configuração da cidade-região de Belém proposta por Ribeiro (2021).



**Figura 15 - Loteamento Fazendinha em Santa Bárbara do Pará. 2022**  
**Fonte: pesquisa de campo.**

Segundo os moradores, a Fazendinha surgiu de uma fazenda que foi vendida para um grupo de empresários que posteriormente a loteou, e então construíram casas padronizadas e as venderam ou alugaram. A Fazendinha está dividida entre I, II e III, contudo, essa divisão serve apenas para situar as casas, uma vez que se percebem as casas mais antigas e as recentes seguindo quase o mesmo padrão de construção. É evidente que, após a realização da compra da casa, os moradores as modificam de acordo com suas necessidades.

O loteamento pertence ao grupo Fazendinha Empreendimentos Imobiliários Eireli<sup>31</sup> desde setembro de 2014, cujo principal objetivo é a compra e venda de imóveis próprios, feito pela construtora C3 imóveis. Os moradores disseram que o grupo que administra a Fazendinha não negocia o lote sem a construção, ou seja, não efetua a venda apenas do terreno, somente o imóvel completo e padronizado.

Mendes (2020) descreve a Fazendinha e as condições para o seu acesso, ao dizer que:

[...] na cidade de Santa Bárbara do Pará ainda são registrados poucos empreendimentos, mas devido os espaços rurais e naturais já reservados à expansão urbana, esse número tende a aumentar. Por hora, identificou-se o bairro planejado Fazendinha, empreendimento de casas, situado no bairro Centro, à margem da rodovia Augusto Meira Filho, principal via da cidade. Uma promoção imobiliária que situa-se na faixa 02 do PMCMV e conta com uma espécie de “autofinanciamento”, no qual a pessoa interessada em

<sup>31</sup> Disponível em <https://www.diariocidade.com/pa/santa-barbara-do-para/guia/fazendinha-empreendimentos-imobiliarios-eireli-21069412000158/>. Visita ao site: 06/06/2022.

adquirir o imóvel, assume o compromisso de crédito com a própria empresa construtora, após pagar uma “entrada” de até R\$ 5.000,00. Uma evidente demonstração da produção de formas rentistas por pequenos empreendedores imobiliários (MENDES, 2020, p.169-170).

A figura 16 o loteamento Fazendinha enquanto bairro planejado, proveniente de uma perspectiva do capital privado onde se almeja o lucro e o concentração de riqueza, contudo essa política imobiliária necessita se inserir na ideia do fetiche da mercadoria e de bem estar social.



**Figura 16 - Panfleto comercial do bairro planejado Fazendinha.  
Fonte: Mendes (2018).**

Segundo o site MGF imóveis<sup>32</sup>, que anuncia a venda das casas, o loteamento é descrito como:

Residencial Fazendinha, localizado no centro da cidade de Santa Bárbara na estrada de quem vai para praia de mosqueiro, temos casas de 2 e 3/4 com vaga de garagem, terreno com 10 x 20, sala, cozinha, suíte ou sem suíte.

A melhor opção para você que quer morar ou passar seu veraneio com tranquilidade perto da natureza, com lago natural a disposição, e rodeado por muita tranquilidade e paz. não perca tempo venhas adquirir a sua casa.(MGF IMÓVEIS, 2022).

<sup>32</sup> Disponível em: <https://pa.mgfimoveis.com.br/venda-pa-santa-barbara-do-para-casas-em-bairro-planejado-fazendinha-40464501>. Visita ao site: 01/06/2022.

Observa-se que a proposta pelo grupo é a idealização de um bairro planejado, muito embora esse objetivo não tenha se completado porque ainda que essa área seja uma área privada, no qual houve o processo de loteamento e vendeu. Essa se encontra em estado precário, com uma área aberta e totalmente dependente do serviço público para manutenção de sua estrutura.

Segundo as informações obtidas na Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará (PMSBP), a Fazendinha, mesmo sendo um empreendimento privado, o município oferece regularmente serviços para manutenção do conjunto. Os funcionários da prefeitura disseram que quando há solicitação de serviços e afins, eles não medem esforços para fazê-lo, ainda que tenham admitido que haja uma demanda muito grande de serviço no município e com pouco recursos dificulta uma oferta de serviços de maneira mais regular.

A ideia dos moradores da Fazendinha de não haver oferta regular de serviço na área de suas moradias por se tratar de um “condomínio fechado” ainda que seja plausível dada as circunstâncias da realidade vivida pelos moradores, não se justifica por si só, mas traz a tona a questão acerca da manutenção que deveria ser feita com maior regularidade. Portanto, o não oferecimento de serviços regulares para esta área está mais associada à falta de recursos e disponibilidade da prefeitura, muito embora o loteamento Fazendinha possa ser boicotado por parte do setor de serviço público, o deixando por último na lista de serviço, uma vez que o grupo que administra o terreno possui responsabilidades como a área do loteamento e com os moradores do grupo dono do terreno, embora ele esteja em frente à prefeitura.

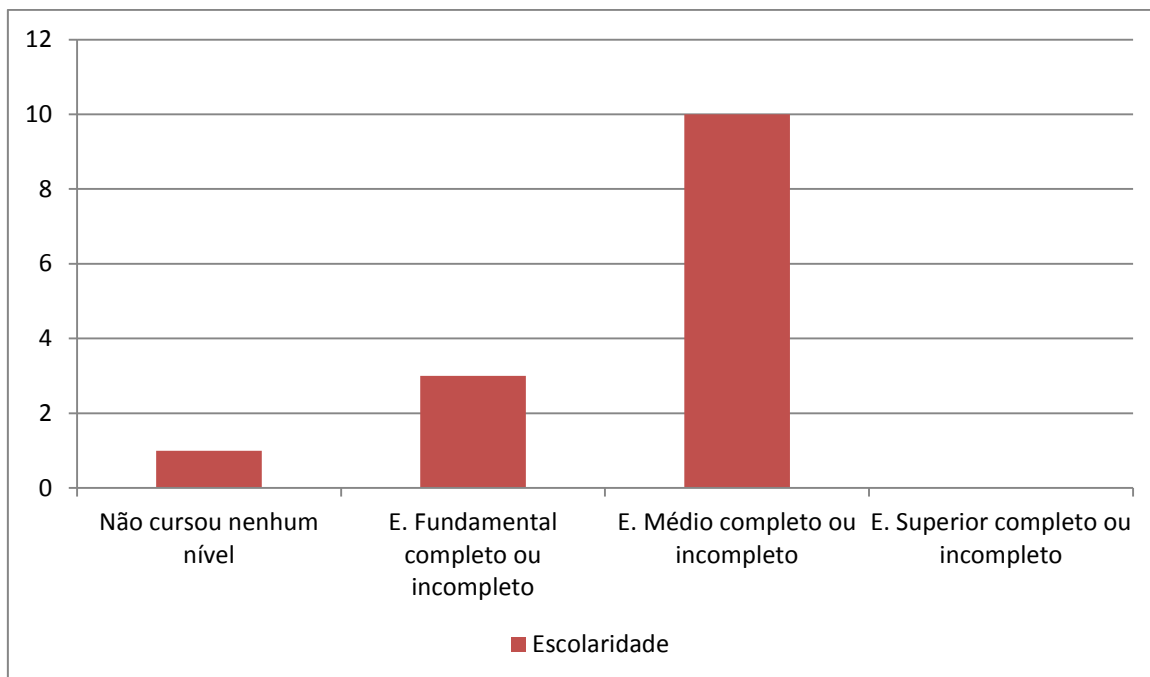
A Fazendinha não pode ser considerada um condomínio fechado, pois não há cercas ou muros no limite do loteamento, é nitidamente uma área aberta. Em razão desse embate, é perceptível a ausência do poder público na localidade, e por esse motivo considera-se para essa pesquisa uma área precária devido às condições em que se encontra a Fazendinha. As figuras 17.1, 17.2 e 17.3 evidenciam a estrutura do loteamento, bem como a padronização das casas da Fazendinha e a situação em que se encontram área de habitação.



**Figura 17 – Loteamento e Balneário Fazendinha. 2022.**  
**Fonte: Pesquisa de campo e restaurante Guru.**

Destaca-se que o empreendimento possui um balneário de caráter privado localizado na extremidade do terreno da fazendinha, tendo seu acesso pela própria Rodovia Augusto Meira Filho, denominado de Restaurante Fazendinha, no qual os próprios moradores utilizam como área de lazer. É considerado um ponto turístico de Santa Bárbara, atraindo pessoas de outros municípios para fins de lazer, seja com a prática de “pesque e solte” ou para tomar banho aos fins de semana. Muito embora, poucos moradores entrevistados costumam ir ao balneário, ainda que seja próximo.

O gráfico 6 permite compreender o que foi proposto por Pinheiro (*et al*, 2016) no qual implica na análise de um dos elementos que configuram os assentamentos precários, o nível de escolaridade. Ou seja, o baixo nível de escolaridade associa-se a mão de obra pouco qualificada, resultando no frágil retorno econômico para esses grupos sociais, que por sua vez, tendem a se mobilizar para áreas periféricas onde o preço da terra é mais barato, se sujeitando em áreas insalubres e com precária infraestrutura.



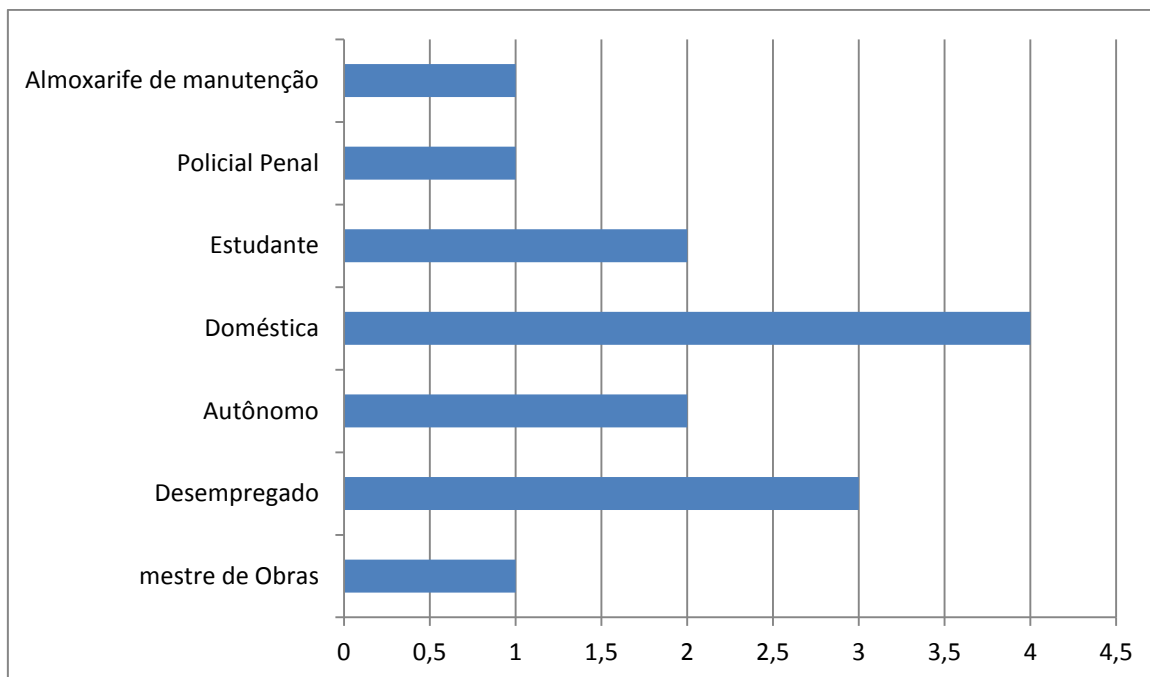
**Gráfico 6 – Fazendinha - Nível de escolaridade. 2022.**

Fonte: pesquisa de campo.

Assim como na comunidade Nova Esperança em Benevides, os dados apontam que o Loteamento Fazendinha em Santa Bárbara não possui nenhuma pessoa que tenha sido entrevistada tenha cursado o ensino superior, mostrando mais uma vez que a condição desses assentamentos em estado de precariedade possui estreita relação com grupos de menor poder aquisitivo e de baixo nível de escolaridade.

Ressalta-se que 71,4% dos entrevistados eram compostos por mulheres e 28,6% por homens, se assemelhando com a realidade da Nova Esperança, em Benevides. A explicação para esse fenômeno está vinculada, em partes, ao padrão de vida desses grupos, onde ainda é muito forte a dinâmica no qual o marido sai para trabalhar durante o dia e a esposa fica em casa cuidando dos afazeres domésticos. Obviamente isso não é uma regra para todas as entrevistadas, muito embora ajude a compreender a realidade estudada.

O gráfico 7 expõe a variedade das profissões exercidas dentro do loteamento, implicando no auxílio da análise em que se necessita reconhecer elementos que se somam a condição de precariedade dentro de um universo de possibilidades que influenciam nas formas e estruturas das moradias periféricas.



**Gráfico 7 - Fazendinha - Profissões exercidas - 2022.**

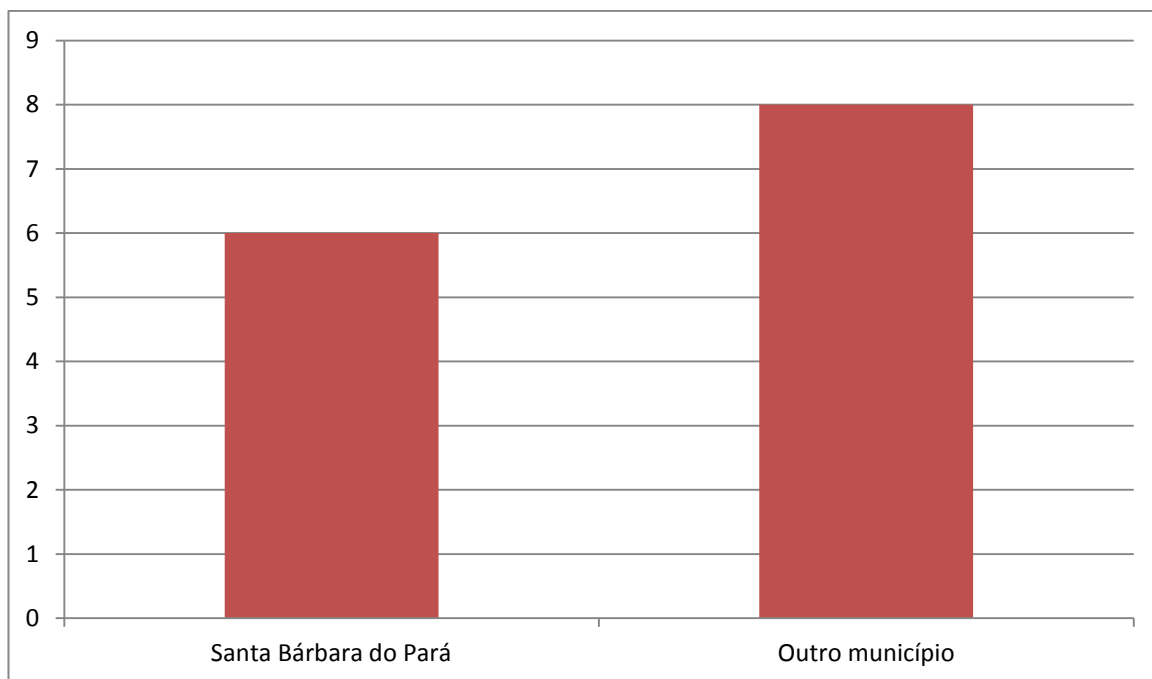
Fonte: pesquisa de campo.

Dentro do gráfico 7 se pode analisar que 21,4% encontram-se desempregados e que as profissões expostas pelos próprios entrevistados não demandam de uma mão de obra considerada qualificada ou que exija maior capacitação, com exceção do policial penal que exige preparo e que seja concursado. O gráfico expressa maior variedade de profissões em relação ao gráfico 3 de Nova Esperança, contudo evidencia que a falta de emprego ocupa um elevado índice negativo dentro do loteamento, ficando atrás somente da profissão de doméstica com 28,5%, ou seja, grande parte população residente dessa área encontra-se desempregada, sendo sustentada por outra pessoa da família.

A realidade mostra que a pouca qualificação desses grupos, vinculado à falta de ofertas de empregos no município contribui ainda mais para a precarização da moradia em que estão inseridos, pois nesse sentido não há indício de manutenção da moradia. Como ressaltado anteriormente, essa dinâmica não foge da realidade de assentamentos precários, pois essa se enquadra como um elemento que evidencia a condição de precariedade, uma vez que está fortemente associada ao baixo nível de escolaridade e conseqüentemente mão de obra desqualificada (CARDOSO, 2016; PINHEIRO *et al*, 2016).

Por ser um assentamento recente, se fez necessário para a pesquisa entender a partir das entrevistas onde os moradores viviam antes do loteamento Fazendinha

sob a premissa dispersão da cidade-região, e 42,8% % dos entrevistados já residiam em Santa Bárbara do Pará, contra 57,14% de moradores que vieram de outros municípios. Logo, como já exposto na seção anterior, o município de Santa Bárbara possui um grande potencial de recebimento de pessoas advindas de outras áreas, seja pela sua localização dentro do entorno metropolitano quanto pela sua vasta extensão territorial. Observe o gráfico 8.



**Gráfico 8 – Fazendinha - Pessoas provenientes de Santa Bárbara ou de outros municípios - 2022.**

**Fonte: pesquisa de campo.**

O gráfico 8 colabora na análise da movimentação que ocorre dentro da cidade-região, pois a partir desses dados é possível identificar a origem desses movimentos, dentre os quais estão: Belém, Ananindeua, Marituba, Vigia, Barcarena, Castanhal, Abaetetuba e Mocajuba. Ou seja, o crescimento populacional de Santa Bárbara está associado, também, a intensificação dos fluxos de pessoas principalmente dentro do espaço metropolitano e do seu entorno.

Durante as entrevistas, foi ressaltado pelos moradores que os principais motivos de irem morar no município se devem ao valor do terreno e pela tranquilidade que eles têm. A principal reclamação estava associada à falta de emprego que o município oferece, onde se tem apenas a prefeitura e uma serraria na cidade, outros recorrem ao trabalho autônomo, muito embora, grande parcela dos

moradores tenha que se deslocar para demais municípios para exercer seus trabalhos.

Tanto prova que esses fluxos de pessoas têm crescido, é o tempo em que essas famílias residem no loteamento. Isso é um reflexo do processo de urbanização regional policêntrica que permite o crescimento e dispersão das moradias ao longo da cidade-região, e isso ficam evidentes no quadro.

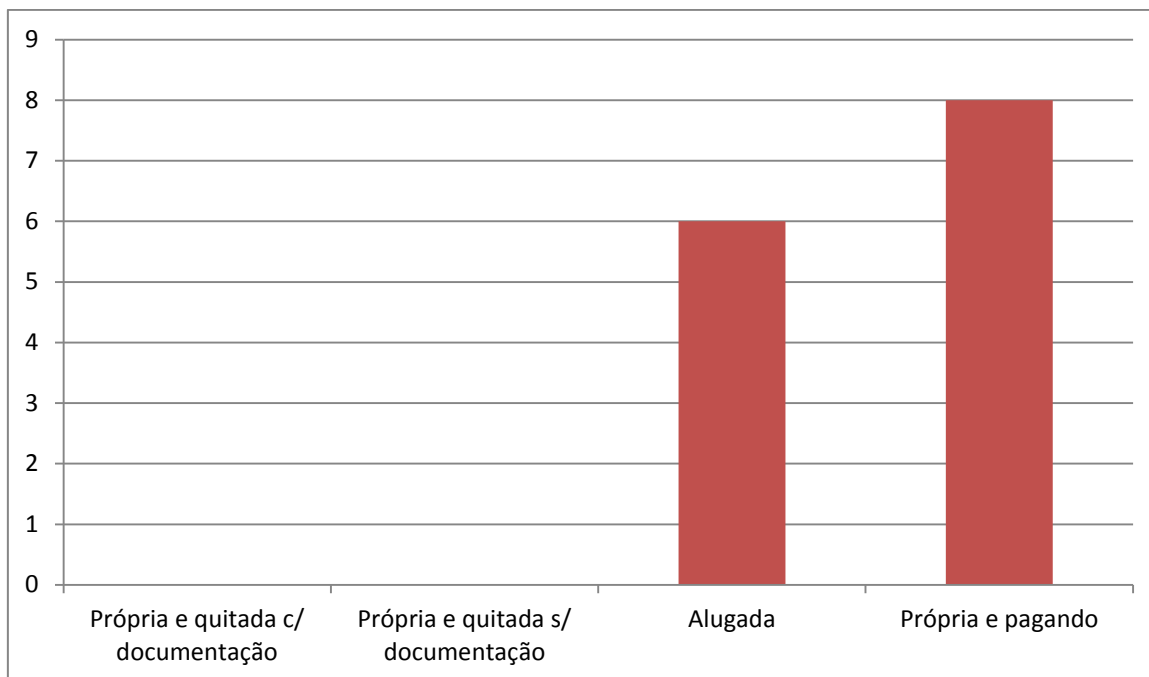
**Quadro 11 - Tempo de moradia no loteamento - 2022.**

<b>1 a 5 anos</b>	<b>11</b>
<b>5 a 10 anos</b>	<b>3</b>
<b>10a 20 anos</b>	<b>0</b>
<b>20 a 40 anos</b>	<b>0</b>
<b>40 a 40 anos</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL: 14 (NUMERO DE ENTREVISTADOS)</b>	

Percebe-se que o quadro indica que o tempo de moradia não ultrapassa os 10 anos, e segundo os moradores o loteamento possui cerca desse tempo de existência, de 8 a 10 anos.

Em relação à condição legal de moradia do loteamento Fazendinha, o gráfico 9 expõe como estão instalados nessa localidade e o que implica suas formas de apropriação desse espaço.

Tal apropriação permite a analogia entre o valor do produto, nesse caso o loteamento, e o poder de compra do público alvo, geralmente grupos menos abastados localizados em áreas distantes dos grandes centros urbanos. A forma de obtenção do terreno a partir da análise do gráfico deixa evidente tal relação, onde Não se observam casas quitadas, apenas as que ainda estão sendo pagas a partir do financiamento.



**Gráfico 9 – Fazendinha - Condição da residência - 2022.**

**Fonte: pesquisa de campo.**

Como apresentado anteriormente, o loteamento fazendinha possui uma padronização das residências, muito embora alguns moradores mais antigos já tenham as modificadas. A partir de dados das entrevistas se tem uma realidade que explica sua recente chegada ao município, bem como o seu papel dentro da dinâmica da urbanização.

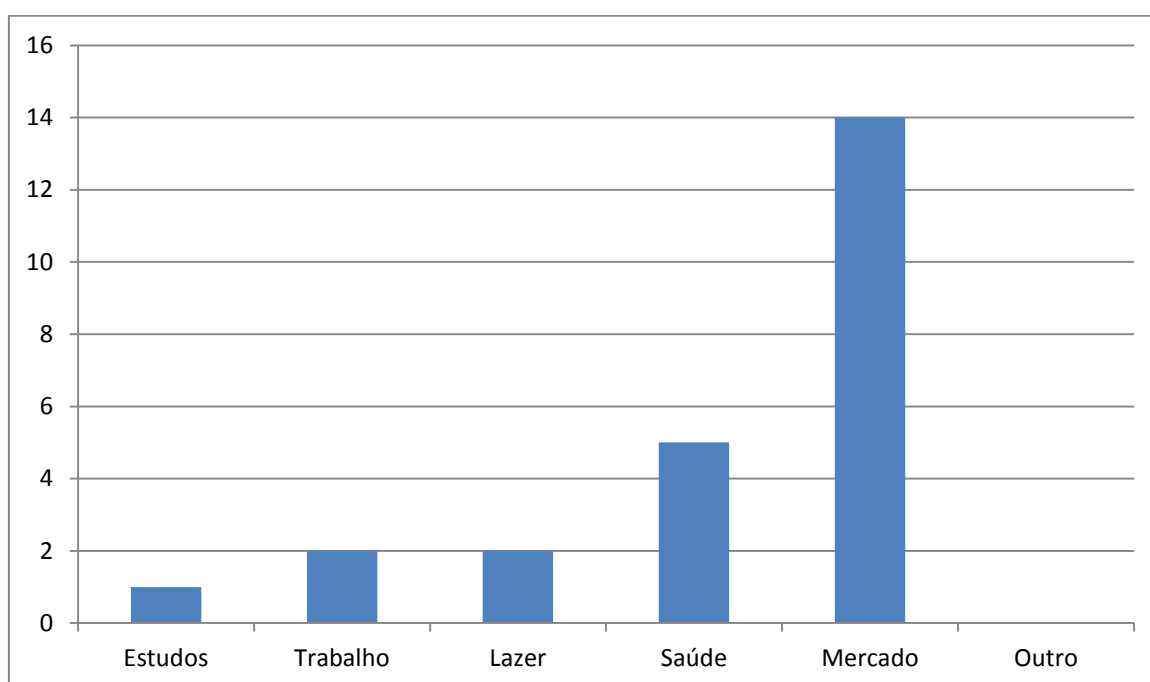
Dos moradores entrevistados, 42,8% vivem de aluguel e 57,1% estão na condição de própria e pagando. Ressalta-se que nenhum morador possui a casa quitada ou com documentação. Dentro do loteamento Fazendinha, não há autoconstrução, todas as casas possuem um padrão no qual o grupo empresarial as vende. O que há é modificação das casas depois de comprada. Segundo o site MGF imóveis, hoje o valor da casa a pronta entrega tem uma média de noventa e cinco mil reais (R\$95.000,00).

Ou seja, para um assentamento recente é plausível que parte da população ainda não tenha quitado a casa, uma vez que esse grupo de moradores não possui grande poder aquisitivo, mas que aos poucos vão quitando a casa própria. A ideia de novos espaços de moradia, ainda que aumentem expressivamente a malha urbana, possuem aspectos que demoram para se efetivar de fato. A formação de novos assentamentos e o processo de regularização é algo que requer tempo, mesmo que o crescimento desordenado de moradias seja acelerado como exposto

por Silvas e Tourinho (2015). O loteamento em sim já cumpre função de regularização em seu processo de aquisição, e os meios para se quitar podem variar de acordo a necessidade do comprador e do vendedor.

Em relação à parcela dos moradores que pagam de aluguel para residirem na casa, o relato principal da escolha por esse loteamento é por causa da localização em frente à prefeitura, perto do centro e das vias principais, também, pela beleza da padronização das casas do loteamento. A ambientalização no assentamento por meio de moradias temporárias cumpre função de atrair novos moradores, mesmo que sejam rotativos.

Pelo loteamento esta localizado próximo ao centro de Santa Bárbara, os moradores gastam pouco tempo se deslocando para o centro, cerca de 5 a 10 minutos a pé ou de bicicleta. O Gráfico a seguir mostra os motivos que fazem os moradores irem até o centro.

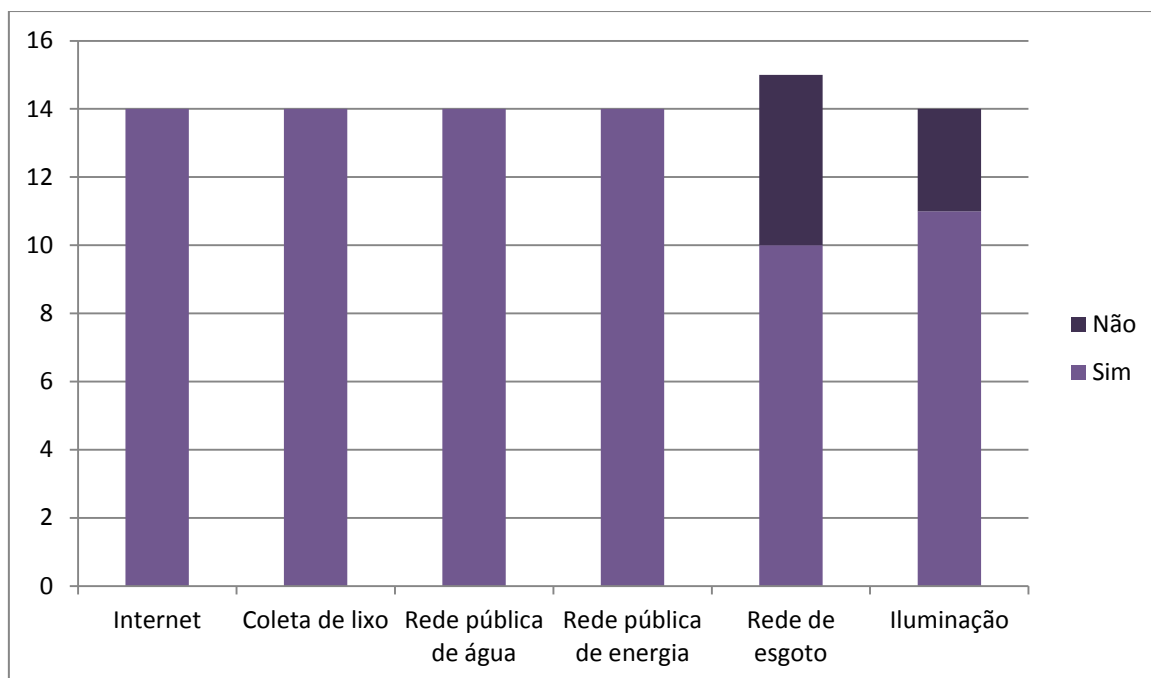


**Gráfico 10 – Fazendinha - Necessidade de deslocamento ao centro - 2022.**  
**Fonte: pesquisa de campo.**

Isso mostra a realidade no qual a maior parte da população se desloca para o centro em busca das trocas comerciais, o mercado. Isso reflete também a pouca procura pelo trabalho, uma vez que os entrevistados estavam divididos entre trabalhar fora do município, domésticas e desempregados, em sua maioria. Ou seja, a principal relação com o centro está relacionado a prática do mercado.

O gráfico 10 permite analisar que os sujeitos entrevistados possuem perfil do essencial para o desenvolvimento da pesquisa, corroborando para contemplar a percepção da sobre a relação entre os municípios em seu processo de diversificação de serviços e das estruturas, aumentando a potencialidade da conurbação entre os municípios que compõem a cidade-região, contribuindo para polinucleação e surgimento de novos espaços de moradia (LENCIONI, 2017; RIBEIRO, 2021)

Com relação aos serviços, os moradores listaram os que atendem sua comunidade, mesmo que precariamente e com baixa regularidade. Veja o gráfico 11.



**Gráfico 11 – Fazendinha - Serviços disponíveis no loteamento - 2022.**  
Fonte: pesquisa de campo.

Todos os moradores entrevistados disseram possuir acesso à internet, também disseram que há coleta de lixo, porém ela costuma a ser regular, e hoje em dia a coleta não tem um dia fixo para passar, no qual as vezes gera um grande acúmulo de lixo. Também possuem água, pois a casa pronta possui caixa d'água, em relação a energia, todas as casas possuem, embora a iluminação pública deixe a desejar, uma vez que nem todos os postes possuem energia e dificilmente há manutenção da iluminação pública, ou seja, os postes de energia não contemplam toda fazendinha. O que também chamou a atenção foi a falta de uma rede de esgoto completa, embora haja a presença de bueiros para o escoamento pluvial, com a falta

de manutenção e limpeza, esse encontram-se entupidos, gerando alagamentos durante as chuvas.

A figura 18 evidencia essa realidade precária no que tange a falta de manutenção dos serviços públicos no loteamento Fazendinha. Objetivando analisar o *mix* da padronização oferecida pela empresa dona do terreno, assim como as transformações feitas pelos moradores. Contudo, o que mais chama atenção são as precárias condições das ruas, tornando algumas intrafegáveis, seja pelo mato, pelas poças de águas ou por lamas formadas por causa da chuva, havendo a necessidade de transitar por outra para se chegar ao destino, em contrapartida os moradores, não possuem escolha ao passar por essas para poder chegar em suas casas.



**Figura 18 - Entrada da Fazendinha e vias secundárias - 2022.**  
Fonte: Pesquisa de campo.

A precarização do espaço está fortemente associada à falta de manutenção das ruas, postes, das matas, precária oferta de serviços públicos, assim com a infraestrutura no qual as moradias estão inseridas. Ainda que as casas possuam padronização, em contra partida as ruas não possuem, pois as imagens revelam que existem 4 tipos de infraestrutura das ruas e são elas as pavimentadas, concretadas, em blocos e de terra, ou seja, um amontoado mecanismos feitos na tentativa de

sanar alguns déficits estruturais. Aliando esses elementos a falta de manutenção e precária oferta de serviços, temos um espaço com características precárias em Santa Bárbara do Pará.

Os moradores que disseram ter alagamentos relataram que quando chove alaga devido aos bueiros estarem entupidos, e em algumas áreas seca rápido e outras ficam com um lamaçal, pois há ruas sem pavimentação, com pavimentação, com blocos e com concretos já citados anteriormente.

Em contra partida, há as pessoas que relataram não haver alagamentos, isso se deve pelo fato de residirem em uma área um pouco mais elevada que o restante dos moradores, e também dos bueiros não estarem totalmente entupidos. O loteamento Fazendinha que se localiza em frente à prefeitura municipal possui uma dinâmica fácil de compreender em relação aos moradores que relatam os alagamentos. Na medida em que se fasta rodovia Augusto Meira Filho adentrando no loteamento, o número de queixas sobre alagamentos aumenta, e para as pessoas que moram nas ruas que possuem pavimentação, concretos ou blocos, essas reclamações diminuem drasticamente, muito embora exista.

Em relação aos serviços encontrados no loteamento é inexistente, a maioria são encontrados no centro de Santa Bárbara ou em bairros/outro conjunto que é próximo, como por exemplo, Pau D'arco. Dentro da fazendinha só há algumas mercearias, onde o próprio morador vende itens pequenos em sua casa.

Os meios de transporte que fazem a ligação do município com os demais municípios da cidade-região são principalmente os ônibus e as vans. 100% dos moradores entrevistados relataram que o tempo de espera dos meios de transporte para ir trabalhar ou outra atividade é demorada demais, também possui uma pequena frota para atender toda população de Santa Bárbara, uma vez que ela tem crescimento bastante nos últimos anos. Expuseram que e as condições dos ônibus são extremamente precárias e que todo dia é possível enxergar um ônibus com problemas ao longo da rodovia Augusto Meira Filho, ou que simplesmente os veículos estão caindo aos pedaços.

Algumas pessoas entrevistadas compartilharam a rotina de aguardar um ônibus, e aqui se destaca a fala do entrevistado 7 de Fazendinha, ao dizer que o seguinte:

Todo dia quando eu preciso ir trabalhar, tenho que ir para parada antes das cinco (05:00), pois nesse horário já não consigo entrar no ônibus de 'tão'

cheio que fica. Então além demorar quase uma (1) hora 'pra' passar um ônibus, ainda vai cheio, isso se não dar 'prego' na estrada. É difícil assim, porque entra prefeito e sai prefeito não fazem nada, nós que temos que ir atrás. Se não fizermos por onde, a gente fica a deriva.  
[...] Então, colega, é assim, emprego não tem aqui, só 'pra' fora. A gente dorme aqui, vive aqui, mas trabalho é só fora de Santa Bárbara [...] (ENTREVISTADO 7 DE FAZENDINHA, 2022).

Muitos moradores possuem falas semelhantes, mas que por falta de recursos destinados a esses setores, acabam ficando a mercês desses problemas que assolam grande parte das periferias distantes da cidade-região de Belém.

Alguns entrevistados afirmaram que Belém possui mais recursos, e quando Santa Bárbara não consegue suprir essa demanda, esses moradores deslocam-se para a capital em busca de serviços mais especializados ou mais eficientes, como por exemplo, serviços médicos, resolução de questões jurídicas, assistências de aparelhos eletrônicos quando têm, espaços de lazer como *shoppings centers* etc.. Contudo, destaca-se que as maiorias das pessoas que disseram ser dependentes estão se referindo a oferta de empregos, pois Santa Bárbara não oferece emprego o suficiente para suprir a necessidade da população que tem crescido bastante, ou seja, são dependentes da oferta de empregos oferecidos por outros municípios que não seja o de Santa Bárbara.

Esses elementos, condizentes aos meios de transportes aliados a infraestrutura onde estão localizados seus assentamentos qualificam esses espaços sob a perspectiva de condições precárias. Como exposto na seção III, essa é uma realidade das periferias distantes não somente de Belém, mas de uma dinâmica urbana instalada no Brasil, que está fortemente associada ao modelo de urbanização acelerada que a sociedade passou no século passado.

Ainda que haja espaços que tenham se tornado cada vez mais elitizados seja no centro ou na periferia, a urbanização regional policêntrica da cidade-região de Belém se dá por vias precárias, uma vez que os vínculos que as integram e fazem interagir entre si de modo desigual no espaço são fruto da necessidade de grupos sociais de menor poder aquisitivo habitar o espaço, mesmo que seja distante, mas que ainda assim consigam minimamente sobreviver sob as leis de grupos hegemônicos produtores do espaço urbano.

As precárias inclusões destes grupos realçam cada vez mais a necessidade de superar tais condições, e hoje em dia, a partir do acesso diversificado de mídias sociais e a facilidade de circulação de informações, esses grupos têm um alcance

mais latente perante a sociedade. Uma voz, que antes era calada por peio negligências e modelos políticos impostos, hoje é cada vez mais evidente, ganhando força dias após dias na tentativa de equiparar às forças e superar a condição precária, almejando o direito a cidade de modo mais equitativo para grupos precariamente incluídos..

Nessa perspectiva, na figura 19 é possível analisar as transformações espaciais ocorridas em Santa Bárbara, com mais precisão no loteamento Fazendinha. Notoriamente se tem uma área consolidada em Santa Bárbara e outra em processo de desenvolvimento, ambas sendo cortadas pela rodovia Augusto Meira Filho, principal via do Município. Como já exposto, uma das condições para a escolha do assentamento é o tempo de inserção enquanto espaço de habitação, nesse quesito a Fazendinha por ter 8 anos de existência cumpre esse papel.





**Figura 19 - Loteamento Fazendinha em 2013, 2014 e 2021. 2022.**  
**Fonte Google Earth.**

Na figura 19, a formação dos assentamentos em lote é perceptível a partir de 2014, crescendo assim por diante até os dias atuais. Embora esse loteamento não tenha surgido enquanto reivindicação de luta por parte dos moradores, esse surge a partir da iniciativa privada, cumprindo um papel de assentar populações com baixo poder aquisitivo por meio de programas de financiamento. Esse bairro planejado é um esboço das diversas tipologias habitacionais existentes na cidade-região no qual mesmo surgindo do capital privado e seguindo padrões de infraestrutura na construção das casas, a condição em que se encontram não difere da realidade periférica no qual se tem uma latente demonstração de *déficits* estruturais e

ausência de serviços públicos ou falta de regularidade nas prestações de seus serviços.

Como exposta na figura 19, o loteamento fazendinha apresenta-se como um mosaico de assentamentos em construção, casas modificadas a partir da necessidade ou estética do proprietário, sendo dividida em Fazendinha 1, 2 e 3. O Principal vetor da condição precária da moradia está no conjunto estrutural no qual o loteamento se encontra, pois ainda que haja uma conexão entre a empresa responsável pela venda das casas em lote e dos grupos que as compram, a ausência do poder público dificulta a estruturação desses espaços, os deixando na condição da realidade da periferia da cidade-região de Belém.

Portanto, é preciso uma articulação mais intrínseca entre os diversos agentes produtores do espaço, seja o Estado como mediador, a empresa privada enquanto especuladora imobiliária ou os grupos precariamente incluídos colocados na condição exposta nas figuras anteriores.

Segundo Soja (2014), a ideia de justiça é teorizada sob a perspectiva de um sentido jurídico, voltada para premissa de um julgamento justo perante as leis em que estão amparados. Essa percepção, alinhada ao entendimento sobre o espaço trazido por Santos (2014) configura uma abordagem que deve se levar em consideração não somente o pressuposto de direitos e deveres dos diversos grupos sociais existente no espaço, mas a aproximação com a realidade e necessidade de cada indivíduo.

A coalização entre os indivíduos comunitários de baixo poder aquisitivo, ligados a movimentos de trabalhadores e lideranças locais nos quais a partir de uma negociação com o poder público, haja reconhecimento do das injustiças espaciais e que a partir dessa associação, visem sua superação. Nesses termos Soja (2014) indica o Pacto de Benefícios Comunitários (CBAs), como meio para consolidar a coalização entres os agentes produtores do espaço precariamente incluídos e assim supera-los (MARTINS, 1997; SOJA, 2014).

Sobre isso Soja<sup>33</sup> (2014) destaca que:

---

<sup>33</sup> Texto original: “A pesar de que la idea básica de un CBA es relativamente sencilla, se podría decir que la propagación de su implementación representa una innovación radical en el plan de desarrollo económico local, en la gestión participativa, en el movimiento obrero y en la lucha por los derechos residenciales a la ciudad. Un CBA es un documento legal vinculante negociado por una coalición obrero-comunitaria determinada y un promotor, que está apoyado en el plano financiero de manera habitual, aunque no necesariamente, por la administración local o por la agencia de desarrollo urbano. A cambio de subvenciones públicas, mayores facilidades en el ordenamiento territorial y otros

Embora a ideia básica de uma ACB seja relativamente simples, poderia dizer-se que a a difusão da sua aplicação poderia ser considerada como representando uma inovação radical na economia local inovação radical no planeamento do desenvolvimento econômico local, na gestão participativa, no movimento laboral e na luta pelos direitos residenciais da cidade. Uma ACB é um documento juridicamente vinculativo negociado por uma dada coligação trabalhador-comunidade e um promotor, que é apoiado pelo desenvolvedor, que é normalmente, mas não necessariamente, apoiado financeiramente pelo governo local, mas não necessariamente pela administração local ou pela agência de desenvolvimento urbano. Em troca de subsídios públicos, maiores facilidades no zoneamento e outros regulamentos locais, e com a vantagem adicional de lidar com uma coligação comunitária formalmente definida e reconhecida pelo governo, o promotor negocia um acordo para fornecer uma série de benefícios que tipicamente incluem empregos de qualidade, contratação local, habitação a preços acessíveis, mitigação do impacto ambiental, e vários serviços comunitários (SOJA, 2014, p. 239).

Essa coligação permite um melhor modelo de desenvolvimento que atinja de modo mais equitativo os grupos envolvidos, facilitando os benefícios e recursos existentes na cidade. Ou seja, identificando as injustiças e as neutralizando a partir de métodos de justiça espacial partindo da realidade dos grupos precariamente incluídos.

Nos termos geográficos entre a concepção da intensificação dos fixos e dos fluxos para explicar a expansão e dispersão da cidade, influenciando no surgimentos de novos núcleos urbanos como formação de uma cidade-região, agora ligados ao processo de criação de novas moradias, mostram-se extremamente necessárias para se adaptar a realidade periférica de Belém. Influenciando na reconfiguração das estruturas, dos processos, das formas e funções, para assim consolidar uma cidade-região mais equitativa.

Tal dinâmica entre os sistemas de objetos e de ações, agora mais intenso e diversificado, é regido por um sistema jurídico, ou pelo menos há a tentativa de tal alinhamento, que por sua vez orquestram transformações espaciais a partir dos interesses dos indivíduos produtores do espaço urbano. Essa contradição expõe das diversas injustiças espaciais sofridas por grupos historicamente oprimidos, seja por sua precária inclusão social ou pela sua exclusão na tomada de decisão acerca da produção e reprodução da cidade no âmbito da lei.

Por tanto, o loteamento Fazendinha cumpre papel importante enquanto vetor com potencial de transformação espacial associado às novas moradias da periferia

---

reglamentos locales y con la ventaja añadida de tratar con una coalición comunitaria definida formalmente y reconocida por el Gobierno, el promotor negocia un acuerdo para proporcionar una serie de beneficios que normalmente incluyen trabajos de calidad, contratación local, viviendas asequibles, mitigación del impacto ambiental y distintos servicios a la comunidad” (SOJA, 2014).

distante, e com alto teor de atração de serviços diversificados proveniente de outras áreas da cidade-região. A carência jurídica que contemple toda sociedade no qual almeje a superação das injustiças espaciais para os diversos grupos nela existente reproduz um padrão de dominação de cima para baixo das camadas econômicas sociais.

As transformações espaciais alinhadas à expansão e à dispersão da cidade necessitam efetivamente da aplicação jurídica para acompanhar a acelerado processo de urbanização regional policêntrica, tal alternativa possibilita, não somente um melhor planejamento urbano, mas da contínua manutenção das estruturas e das formas, não os deixando na condição precária, sejam no âmbito social ou no espacial.

#### **4.4 Loteamento Residencial Portal da Ilha: precariedade, direito à cidade e justiça espacial**

O loteamento Residencial Portal da Ilha localiza-se no Distrito de Mosqueiro, em Belém, as margens da Rodovia Engenheiro Augusto Meira Filho, a PA-391. Está localizado no bairro de Carananduba e possui aproximadamente 13 anos de existência. O loteamento surgiu com a perspectiva de venda apenas de lotes, o que se diferencia do loteamento Fazendinha em Santa Bárbara que só efetuava vendas de casas prontas e padronizadas em seus lotes.

Consiste em uma boa localização, próximo às principais vias no início do distrito de Mosqueiro. Esse loteamento cumpre o papel de habitação relativamente recente como condição para análise dessa pesquisa, se tornando importante para a consolidação de habitações em áreas distantes do centro de Belém, com enormes potenciais de transformações espaciais futuras associadas ao meio urbano da cidade-região. Observe a entrada do residencial na figura 20.



**Figura 20- Residencial Portal da Ilha em Mosqueiro. 2022.**  
**Fonte: Pesquisa de campo.**

Segundo informações obtidas em campo, o terreno pertence à família Begot, que comprou o terreno há cerca de 15 anos e em seguida começou a lotear e vender. Essa dinâmica reforça a ideia abordada nas seções III e IV, nas quais o agente imobiliário enquanto produtor do espaço é apresentado como mais preocupado com o valor de troca do que do valor de uso desse solo. Uma vez que a partir da análise do terreno é evidente a condição de precariedade do residencial, nos informando que o capital privado está mais vinculado ao retorno que essas terras têm a oferecer do que propriamente o benefício de seu uso, seja pelos grupos sociais que obtêm os lotes ou pelo próprio agente imobiliário.

As entrevistadas do escritório de vendas dos lotes disponibilizaram um panfleto de vendas no qual se observa a metragem dos lotes de 12x25m e os preços que são a partir de R\$20.000,00 (vinte mil reais) com entradas a partir de R\$1.002,42, podendo ser parcelado de 26x com o valor de R\$529,09. Observa a figura 21.

Residencial  
**PORTAL DA ILHA**  
*Prazer em morar bem*

**Entre a praia e a cidade, fique com os dois**

**APROVEITE!**

**Lotes Urbanizados de 12x25m**  
A partir de **R\$ 20.049,82**  
Entrada de **R\$ 1.002,49**  
**+ 36 X de R\$ 529,09**

Preços a partir de 01/12/2015 até 30/11/2016.

Reserve o melhor pra sua família,  
compre um terreno e construa sua  
casa no Residencial Portal da Ilha.

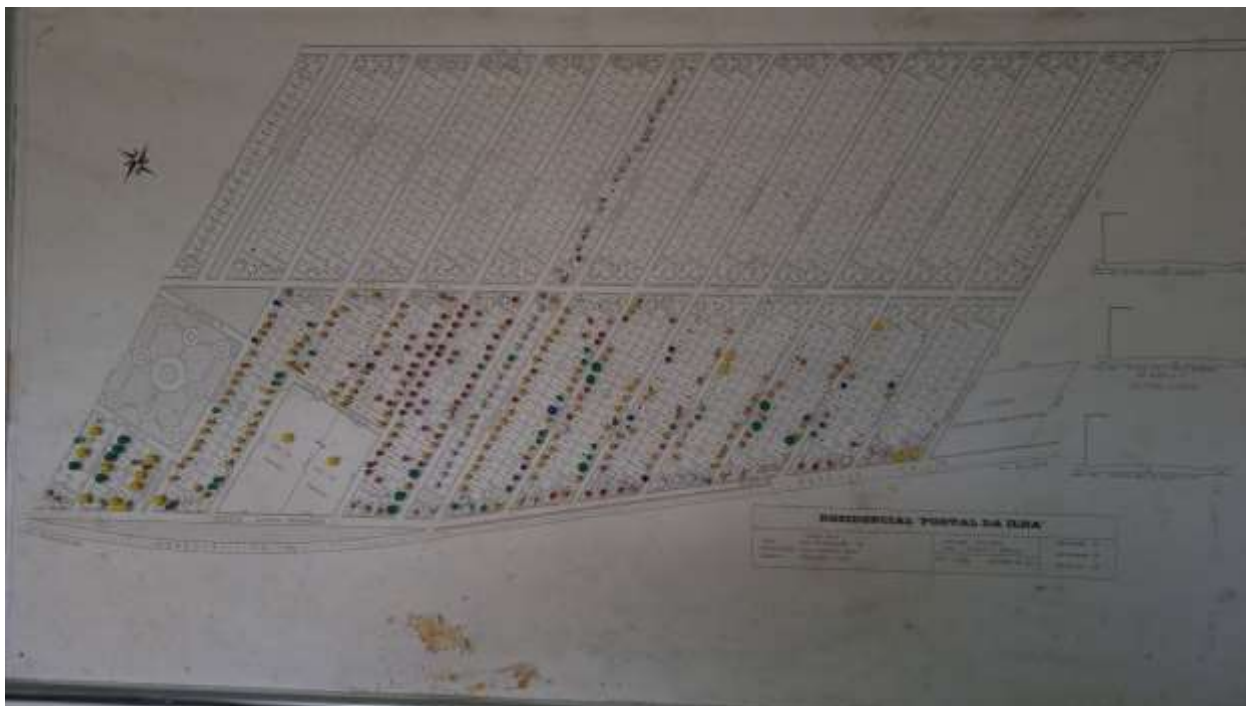
ANA  
99808-7048

**(91) 3772-3909 / 98833-3552 / 98856-9196**  
Rod. Augusto Meira Filho, Caranandiba Prox. ao Portal de Mosqueiro

Figura 21 - Panfleto de vendas dos lotes do Portal da Ilha em Mosqueiro. 2022.  
Fonte: pesquisa de Campo.

O esquema de lotes vendidos e a venda estão disponíveis no escritório Portal da Ilha localizado no próprio empreendimento. Serve como forma de controle para as vendas, bem como planejamentos futuros.

Tal organização evidencia as perspectivas futuras, tanto para a iniciativa privada, quanto para os grupos que necessitaram de áreas de habitação seguindo o eixo de expansão e dispersão da cidade enquanto agentes produtores do espaço precariamente incluídos. Veja a figura 22.



**Figura 22 - Mapa de lotes do Portal da Ilha. 2022.**  
**Fonte: Escritório Portal da Ilha.**

Observa-se que o residencial Portal da Ilha possui um sistema de loteamento bem organizado, o que facilita o planejamento para possíveis modificações, articulações e melhoramento da oferta de serviços, sejam eles públicos ou privados. É evidente que em 13 anos de existência, parte considerável dos lotes já foi vendida, muito embora seja preciso salientar que o mapa representa a área total do terreno da família Begot, porém o processo de loteamento das terras não contempla todo terreno ainda. A parte oeste, onde se tem um número grande de lotes vendidos é a área que hoje está à venda ou em uso no residencial. A parte leste, onde não há marcação de nenhum lote vendido ainda não passou pelo processo de loteamento, é um terreno vazio que apenas faz parte do empreendimento.

Ainda na pesquisa de campo foi possível notar que essa parte está passando por um processo de terraplanagem, e que segundo afirmações da entrevistada 10 que trabalha no escritório, vai passar pelo processo de divisão em lotes de acordo a figura 22 para em seguida ser posto à venda. A localização deste residencial dividido em lotes situa-se em uma área com boa localização, configurando-se como um assentamento com exponencial crescimento, como o Viver Mosqueiro que está localizado a poucos metros do residencial Portal da Ilha. Também pelo fato de haver terrenos em processo de loteamento e ao seu redor estar uma área com potencial para o recebimento de pessoas e construção de novas tipologias de moradias dentro

do processo de urbanização e com a criação de novos núcleos urbano associado a intensificação de fixos e fluxos.

O loteamento em questão ainda que esteja passando por essas mudanças, ainda sem encontra em condições precárias, onde o uso do solo é precário e não há manifestação de lideranças populares nem iniciativas para retomada de melhorias do residencial.

Ao analisar a figura 23, é possível compreender pequenos elementos que, ao serem somados, constroem a realidade da periferia distante de Belém, onde se presenciam a inexpressiva manutenção dos espaços, seja por intermédio do poder público ou privado. Ainda que os loteamentos possuam ligação com a vertente da especulação imobiliária proveniente da ação privada, essa associa-se ao valor de troca, ou seja, o lucro que esse loteamento pode gerar, não se importando efetivamente com seu uso.

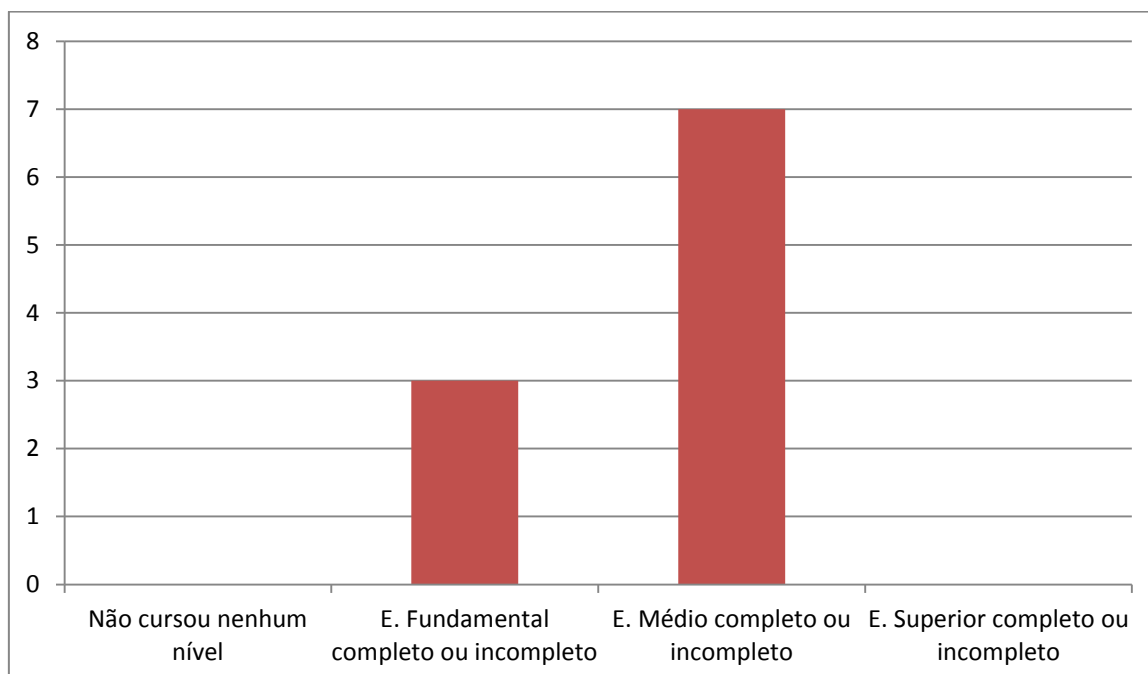


**Figura 23- Residencial Portal da Ilha em Mosqueiro. 2022.**  
**Fonte: Pesquisa de campo.**

O loteamento possui uma nítida divisão em lotes proveniente do empreendimento privado, muito embora como observado na figura 23, há forte presença de vegetação sem roçagem, evidenciando a falta de manutenção da área.

A figura 23.1 mostra a entrada do residencial, expondo a condição da caixa d'água e a condição das ruas e dos terrenos a venda dentro do loteamento. A figura 23.3 apresenta um canteiro/praca com política de paisagismo separando a Rodovia Augusto Meira Filho do residencial, evidenciado o *marketing* imobiliário desenvolvido para chamar a atenção de compradores com o *status* de bem estar social. A figura 23.4 expõe um lote sendo revendido ou trocado pelo proprietário, expondo mais uma vez a análise da falta de manutenção da área no qual o proprietário, seja a empresa dona do residencial ou quem comprou da empresa, está buscando benefício do valor de troca dessa área, não necessariamente dando atenção ao que será feito no lote, ou seja, seu uso.

Em seguida, 10 pessoas associadas ao loteamento foram entrevistadas com o objetivo de caracterizar o residencial e sua condição perante o processo aqui estudado como urbanização regional policêntrica. Assim como os demais assentamentos expostos nessa pesquisa os gráficos se fazem importantes para analisar a aproximação e os elementos que se assemelham e dão condições para a precariedade na periferia distante, a partir dessa perspectiva, observe o gráfico 12.

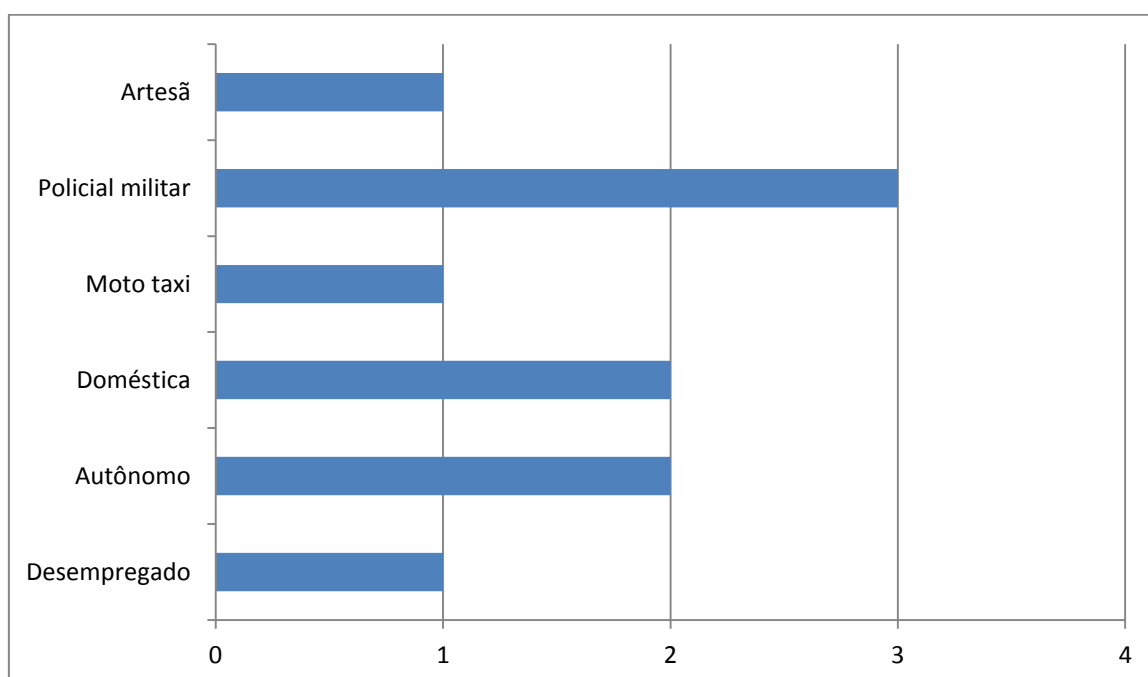


**Gráfico 12 – Portal da Ilha - Grau de escolaridade - 2022.**  
**Fonte: pesquisa de campo.**

Como nas demais localidades estudadas anteriormente, a realidade do residencial portal da Ilha em que nenhuma pessoa entrevistada dessa localidade,

tenha cursado o ensino superior, evidencia a condição de assentamentos em estado de precariedade associado mais uma vez, também, ao nível de escolaridade da sua população, não se tornando um condicionante, mas um forte elemento que compõe espaços em estado precário.

O gráfico 13 expressa a variedade das profissões exercidas pelos entrevistados do loteamento Portal da Ilha, no qual culmina em uma análise acerca da realidade de espaços que cumprem o papel primaz para o processo de crescimento e consolidação de uma cidade-região. Pois, ainda que sejam profissões que não exijam um alto nível de escolaridade, essas cumprem funções determinantes dentro da atual configuração do espaço metropolitano, principalmente no que se refere a oferta de serviços e circulação de pessoas entre os municípios da cidade-região



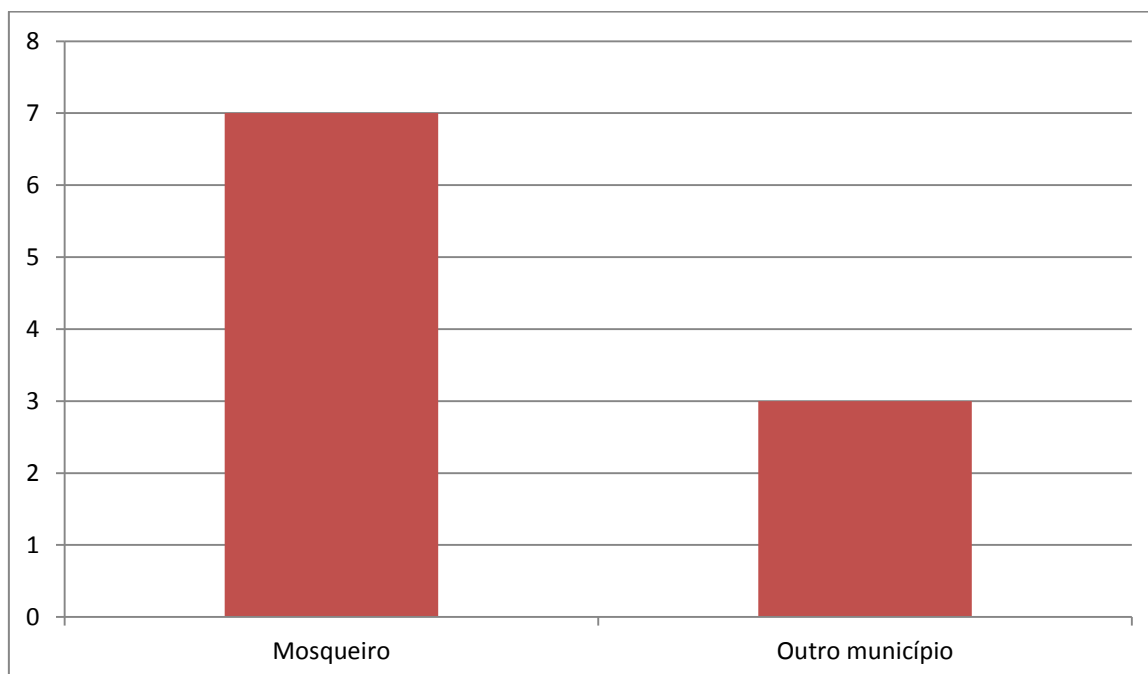
**Gráfico 13 – Portal da Ilha - Profissões exercidas - 2022.**  
**Fonte: pesquisa de campo.**

Por meio do gráfico 13, é possível analisar as profissões dos entrevistados, no qual não há indícios que tais profissões exijam mão de obra qualificada, com exceção dos policiais militares, pois ainda que não necessitem ter curso superior, é preciso realizar a prova do concurso público para exercer a profissão. Os demais entrevistados possuem profissões semelhantes aos moradores das localidades de

Benevides e Santa Bárbara do Pará. Ou seja, pode-se considerar que uma característica dos assentamentos precários, além do grau de escolaridade, que também está associada ao baixo nível técnico de algumas profissões, são elementos em potencial para se compreender espaços precários, onde tais grupos estão assentados devido suas necessidades e condições de consumir esses espaços mais distantes.

O tipo de profissão, geralmente com baixa qualificação, e o grau de escolaridade ajuda a analisar que as casas periféricas são construídas sob a autoconstrução, onde Cardoso (2016) compartilhou que devido à renda desses grupos, o processo de construção das casas demoram anos para serem finalizadas, e geralmente sem o aval de especialistas. Nesses termos, associa-se aspectos da escolaridade e profissão à renda que possa a vir adquirir, que por sua vez implica no solo que esse indivíduo pode pagar e as condições em que necessidade de habitar o faz aceitar.

Em relação aos espaços de habitação, os moradores entrevistados expuseram seu local de moradia antes de ir ao residencial Portal da Ilha, expresso no gráfico 14.



**Gráfico 14 – Portal da Ilha - Entrevistados proveniente de Mosqueiro ou de outras localidades - 2022.**

Fonte: Pesquisa de campo.

Por estar localizado em um distrito, a dinâmica de habitação se torna única, por esse motivo se fez necessário buscar de onde moradores vieram antes do loteamento residencial Portal da ilha, sob a premissa dispersão da cidade-região, e 70% dos entrevistados disseram já serem residentes de Mosqueiro, contra 30% de moradores que vieram de outros municípios. Dos 70% que disseram morar em Belém, 30% morou no centro de Belém outros 40% dentro da própria ilha de Mosqueiro, onde são provenientes do próprio bairro de Carananduba e Baía do sol. Dos 30% que disseram morar em outros municípios são provenientes de Ananindeua e Marituba, dentro do espaço metropolitano, reforçando a ideia da intensificação das relações entre os municípios que compõe a cidade-região de Belém.

O quadro 12 expressa o tempo em que os moradores residem no loteamento, bem como a caracterização do espaço enquanto área de habitação recente de acordo com os critérios da pesquisa. Configurando-se assim condicionante fundamental para a análise da cidade-região.

**Quadro 12 - Tempo em que reside no loteamento Portal da Ilha - 2022.**

<b>1 a 5 anos</b>	<b>5</b>
<b>5 a 10 anos</b>	<b>4</b>
<b>10 a 20 anos</b>	<b>1</b>
<b>20 a 40 anos</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL: 10 (NUMERO DE ENTREVISTADOS)</b>	

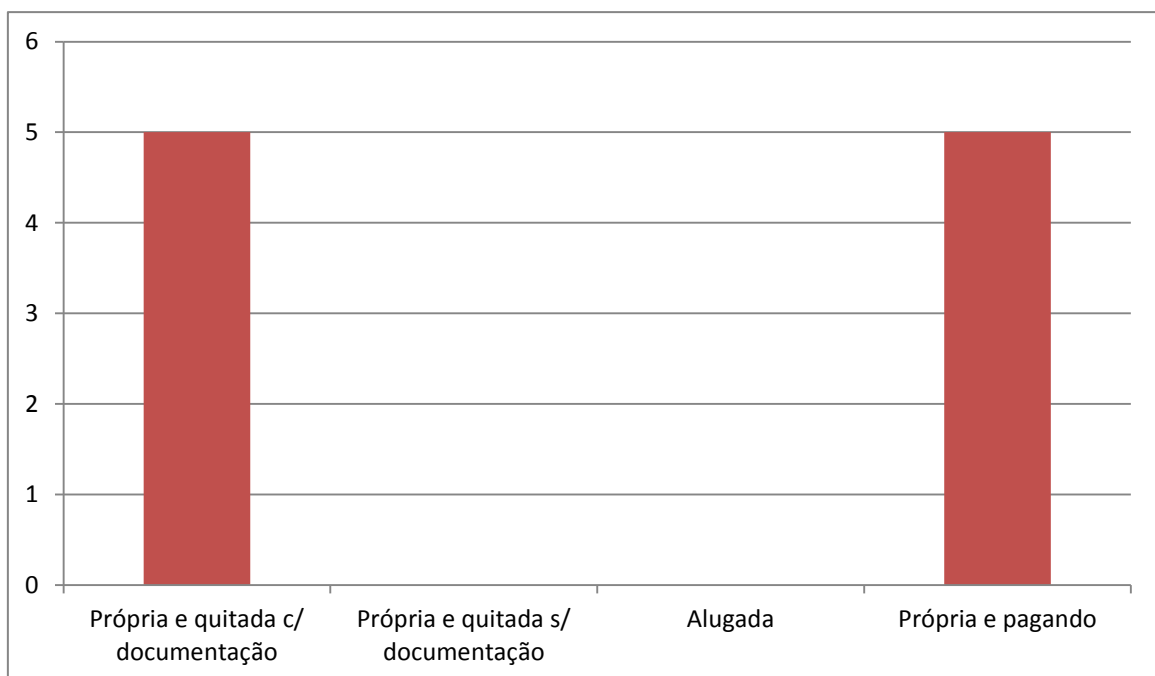
Como previsto nos procedimentos metodológicos, o tempo de uso do assentamento era critério para escolha da localidade. Um dos elementos que evidenciam essa premissa é o tempo em que os moradores estão no Portal da Ilha. Onde 50% dos entrevistados estão entre 1 a 5 anos no residencial, e apenas 10% está entre 10 a 20 anos. Nesses 10%, está a entrevistada 7, a moradora mais antiga do loteamento, tendo 13 anos de residência na localidade. A entrevistada funcionária pública aposentada, onde compartilha as mudanças ocorridas na área ao dizer que:

Eu vim morar aqui quando me aposentei isso lá em 2009. Era funcionária pública, trabalha em Ananindeua. Quando cheguei aqui ainda estavam fazendo as primeiras divisões dos lotes, não tinha nenhuma casa [...] a minha foi a primeira, e estou aqui desde então. Aqui é bom pra morar, porque é tranquilo.

Aqui eles não vendem casas, a pessoa chega e só compra o lote mesmo, sabe? Tem gente que compra e depois vende, tem gente que só compra e não faz nada e tem gente que vem morar aqui. O senhor pode ver que aqui ó [apontou para frente da sua casa] tem uns terrenos vazios porque compram e deixam aí, não tem coragem de fazer uma roçagem, é por isso que aqui está cheio de mato. [...] depender da prefeitura não dá, agente tem que se virar [...] (ENTREVISTADA 7 DO PORTAL DA ILHA, 2022.)

A fala da entrevistada 7 traz consigo as transformações espaciais ocorridas no processo de loteamento do terreno, ressaltando o tempo de ocupação do assentamento e a falta de manutenção da área, resultando na proliferação de mato alto, deixando a paisagem diferente do que se compartilha os empreendimentos comerciais particulares, trazendo mais para o lado de terrenos abandonados e sem previsão de manutenção, os qualificando como espaço em condições precárias, seja por tais manutenções ou pela oferta de serviços do setor público e/ou privado.

O gráfico 15 traz a forma de posse do loteamento, onde há uma nítida divisão moradores que já encontram seu loteamento quitado mas sem documentação, e própria e pagando. Não há registro de alugéis, uma vez que diferente do loteamento Fazendinha, esse não são casas prontas, apenas o lote, o que dificulta tal prática econômica e também de moradia.



**Gráfico 15 – Portal da Ilha - Condição da residência - 2022.**  
**Fonte: Pesquisa de campo.**

O gráfico 15 mostra a situação das residências, onde há uma evidente divisão entre a casa própria com documentação e ainda pagando. Diferente das outras duas comunidades, não há aluguéis de casas, uma vez que se tem apenas lotes, e as casas existentes possuem moradores fixos. O que se tem presente é o processo de revenda dos lotes adquiridos.

Os lotes oferecidos à venda pelo o escritório do Portal da Ilha gira em torno de R\$20.000,00 (vinte e mil reais) a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de acordo com a proximidade da via principal, e os lotes revendidos estão em torno de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Destaca-se que onde se tem a presença de casas a venda, o valor varia de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) a R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). As casas em revenda variam de acordo com o proprietário e principalmente do que já foi construído no terreno.

A figura 24 tem como intuito retratar as condições nas quais os lotes se encontram, bem como a realidade das ruas, a ausência de redes de esgoto e a inexpressiva existência de postes de luz nas ruas. A figura 24.1 retrata as poças de água que se formam no meio da rua, mesmo não tendo chovido no dia anterior, deixando-a praticamente intrafegável. Adiante se tem a figura 24.2, onde se localiza o escritório de vendas dos lotes, mesmo sendo simples, essa dinâmica de vendas traz a concepção dos produtores do espaço urbano, sobretudo da questão dos proprietários de terras em áreas com potencial de inserção ao meio urbano.





**Figura 24 - Residencial Portal da Ilha. 2022.**  
**Fonte: pesquisa de campo.**

A figura 24.3 e 24.4 retrata a condição precária tanto do residencial quanto o loteamento das casas em seu processo de autoconstrução por parte de grupos com menor poder aquisitivo. Por essa razão e luta pelo direito a cidade se torna cada vez mais relevante, uma vez que as injustiças espaciais estão fortemente enraizadas dentro do processo de produção e reprodução das moradias, seja na periferia distante de Belém ou dentro do núcleo principal da cidade.

A figura 25 expressa a típica realidade dos espaços periféricos, com a frágil inserção da presença de serviços públicos de qualidade e escassez de manutenção dos loteamentos.

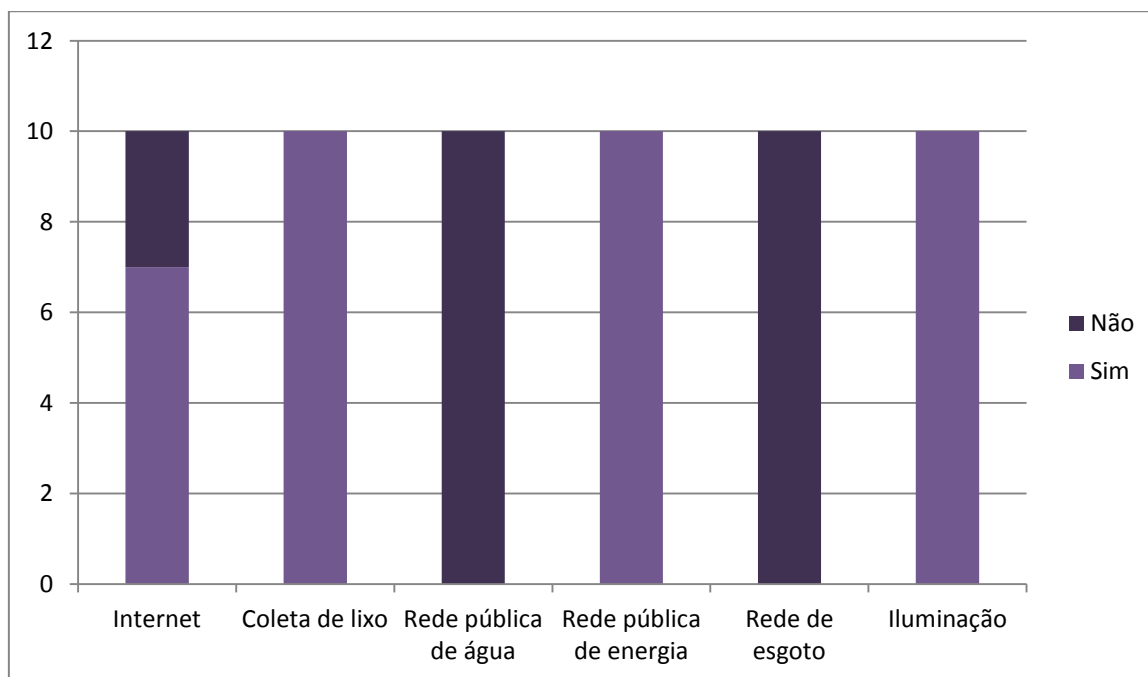


**Figura 25 – Portal da Ilha - Final da principal via do loteamento. 2022.**  
**Fonte: pesquisa de campo.**

A figura 25 é o retrato da realidade dos assentamentos em áreas distantes do centro de Belém. A latente condição precária do loteamento reforça a ideia central de compreender a situação das moradias dentro do processo de urbanização regional policêntrica, uma vez que esses espaços, ainda que recentes, são instrumentos que passam cotidianamente por transformações espaciais, alterando diariamente as estruturas, criando condições para que os processos espaciais fomentem novas formas urbanas, agora associadas a bolsões espaciais de pobreza, e finalmente, assumindo funções caracterizadas pela precariedade na produção e reprodução do espaço urbano.

Dentro dessa dinâmica de novos arranjos urbanos, atentar para tal condição e buscar a efetividade da superação das injustiças espaciais possibilitam meios que contribuam para o gozo da plenitude do direito aos recursos da cidade, não somente por grupos que possuam condições de pagar por tal espaço, mas também para os menos abastados, aqueles que diariamente produzem esse mesmo espaço a partir da sua necessidade. Para que seja possível o gozo de tal condição, é preciso atentar o que já atende o residencial e os *déficits* de serviços e recursos que os moradores ainda não usufruem, ou pelo menos não utilizam como deveriam.

O gráfico 16 traz a questão dos serviços ofertados no residencial, compartilhando a carência em certos setores de serviços que compõe o quadro das necessidades básicas da população.



**Gráfico 16 – Portal da Ilha -Serviços disponíveis - 2022.**

**Fonte: pesquisa de campo.**

A coleta de lixo ocorre regularmente, porém o carro do lixo não entra no residencial, ele passa apenas na Rodovia Augusto Meira Filho, logo os próprios moradores levam seus lixos para via em que ocorre a coleta. Ressalta-se também que todos os moradores alegaram que o acesso à água é proveniente de poços artesianos. E a partir do gráfico 16, se observa a carência da rede de esgoto e da rede pública de água, serviços básicos que não são ofertados para os grupos que residem nesse assentamento.

Como já exposto, a rede de iluminação pública ainda que exista, se mantém sem a manutenção regular. Na própria pesquisa de campo foi possível observar que os postes de energia não estão distribuídos uniformemente, ou seja, há ruas que não tem ou simplesmente estão com distanciamentos irregulares, deixando o residencial com aspecto escurecido durante as noites.

Localizado no bairro de Carananduba, o deslocamento dos moradores do loteamento possui uma média de 15 a 25 minutos até o centro, nesse caso a vila, se for de moto ou carro, e até 30 minutos de ônibus ou van, não levando em consideração o tempo de espera dos veículos de transporte público. Os moradores que utilizam esse meio reclamaram da demora excessiva, das condições dos veículos e principalmente da quantidade da frota que não suporta o contingente de pessoas que dependem do transporte público.

Essa realidade não difere em quase nenhum aspecto das demais comunidades dos demais municípios dessa pesquisa. Um juízo de realidade paira na periferia no que tange aos meios de transporte público e das condições em que esses assentamentos são produzidos e reproduzidos diariamente. Tal dinâmica enquanto componente da cidade-região reafirma que desde a expansão e dispersão inicial de Belém, se deu e se dá até os dias atuais de modo precário e miserável, seja na periferia imediata ao centro ou na distante, uma vez que esse processo instrumentaliza as estruturas e formas das novas tipologias habitacionais no novo arco de expansão e dispersão de Belém (TRINDADE JR 1998; MENDES, 2019; RIBEIRO, 2021).

Alguns entrevistados afirmaram que Belém, se referindo ao centro, possui mais recursos especializados, e mesmo fazendo parte do município, a alta demanda não consegue suprir as necessidades desses grupos, pois os serviços mais simples

são ofertados em Carananduba ou na Vila, e de maior complexidade no centro de Belém. Os moradores que disseram ser dependentes deslocam-se para a capital em busca de serviços mais especializados ou mais eficientes. Ou simplesmente por trabalho, a exemplo de um policial militar entrevistado.

O policial militar, entrevistado 2 do Portal da Ilha, compartilhou sua experiência enquanto morador do loteamento ao dizer que:

A minha vinda 'pra' cá é mais por consequência do trabalho, porque depois que entrei na polícia dei entrada na compra desse terreno. [...] A entrada estava barata (parcelamento do lote) e onde eu morava próximo a vila, era ruim deu me deslocar até o centro (de Belém). Esse residencial aqui, além de ser tranquilo e não ter muito perigo, é próximo da saída e Mosqueiro, então é melhor para mim que tenho que sair cedo para o serviço (ENTREVISTADO 2 DO PORTAL DA ILHA, 2022).

Esse discurso está associado a intensificação dos deslocamentos por causa do trabalho dentro da cidade-região. O preço do solo é mais barato em áreas distantes, mas o serviço exige que haja tal deslocamento, muito embora o movimento inverso tenha se tornado mais frequente entre os municípios que compõe a cidade-região. Assim como foi analisado na seção 3, Belém enquanto epicentro inicial de todo esse processo de transformação urbana não obtém para si o núcleo das relações socioespaciais. Agora, na verdade, o processo de polinucleação reafirma os novos arranjos urbanos que desenvolvem áreas distantes, não tirando a importância do centro de Belém, mas dissipando e dispersão da intensificação das relações econômicas, sócias, de transportes, serviços e políticos.

A figura 26 traz a percepção das mudanças históricas ocorridas nesse espaço, como critério da escolha do *locus* da pesquisa. A primeira figura aborda em 2006 o processo inicial do loteamento, muito embora as primeiras casas a serem construídas datam a partir de 2009, segundo o escritório de vendas do residencial. É importante ressaltar que não somente o Portal da Ilha ainda não existia até recentemente, mas muitas moradias ao redor do loteamento. Isso é um reflexo do processo de expansão e dispersão dentro da cidade-região. A busca por moradias é algo intrínseco dentro do processo de urbanização, e a segunda figura aborda a atualidade do loteamento, onde se há um elevado quantitativo de casas e lotes espalhados na área estudada.



**Figura 26- Loteamento Portal da Ilha 2006 e 2021. Fonte: pesquisa de campo, 2022.**

Assim como a construção mais efetiva dos lotes, outras áreas ao redor se destacam enquanto potencial de recebimento de novas moradias. A linha vermelha em ambas as figuras indicam a área total do lote, a linha amarela na figura de 2021 remete ao que já foi construído ou pelo menos as demarcações em lotes. Na segunda figura 26.2, é possível analisar que nem metade do lote total já foi efetivamente construído, atribuindo para si, a especulação imobiliária e o potencial

de recebimento pessoas advindas da própria Ilha de Mosqueiro e/ou outras regiões dentro da cidade-região.

Por estar em uma via principal, fica em evidência e mais articulado o potencial de atração para novos moradores para o loteamento. Salienta-se que novos tracejados de novas vias secundárias ao redor do empreendimento com aspectos precários vão surgindo e que futuramente darão novas formas urbanas, diversificando cada vez mais as estruturas e funções socioespaciais desenvolvidas na cidade-região de Belém.

Nesse sentido, a condição espacial urbana assume papel importante para o reconhecimento das injustiças espaciais e a forma de como interagem com os diversos grupos sociais, vinculados à luta coletiva em prol do usufruto dos recursos oferecidos pela cidade a partir das novas formas urbanas e suas articulações com a sociedade. Sobre isso Soja<sup>34</sup> (2014) semeia a ideia da busca pela justiça espacial com o intuito ter acesso ao direito a cidade de modo mais equitativo, adaptando-se a realidade da diversidade socioespacial existente na cidade-região ao dizer que:

O contexto e a condição urbana têm aqui uma importância especial. Considerando que a maioria da população vive agora nas cidades, contextualizar a (in)justiça espacial requer essencialmente localizá-lo nas condições específicas da vida urbana e nas lutas coletivas para alcançar um acesso mais equitativo para todos residentes aos recursos e benefícios sociais que proporciona a cidade. No entanto, [...] a condição urbana e a justiça/injustiça a ela associada não se limitam em uma escala territorial específica.[...] (SOJA, 2014, p. 65-66).

Nesses termos, a justiça espacial requer uma condição que não se limite a uma escala territorial específica, mas que possa ser associada à realidade em que os grupos localizados nesses espaços específicos tenham o gozo do direito a cidade de modo mais equitativo. Essa premissa evidencia que a superação, essencialmente, se pauta a partir da realidade e especificidade de cada indivíduo partindo do pressuposto da luta coletiva no qual esses grupos buscam melhores condições de vida, sobretudo acerca do acesso a determinados recursos e amparos de leis os beneficie tal como deveria ser.

---

<sup>34</sup> Texto original: El contexto y la condición urbanos tienen aquí una importancia particular. Teniendo en cuenta que la mayor parte de la población vive ahora en ciudades, contextualizar la (in)justicia espacial requiere esencialmente localizarla en las condiciones específicas de la vida urbana y en las luchas colectivas para alcanzar un acceso más equitativo de todos los residentes a los recursos sociales y a las ventajas que proporciona la ciudad. Sin embargo, [...] la condición urbana y la justicia/injusticia que se asocia con ella no se limitan a una escala territorial concreta (SOJA, 2014, p. 65-66).

Soja (2014) compartilha que um dos elementos que beneficiam a busca pela justiça espacial e que podem ser adaptados a realidade da cidade-região de Belém é a criação de uma aliança nacional em prol do direito à cidade. Essa premissa promove uma união entre os grupos envolvidos sob a supervisão judicial ou comunitária, com o apoio de líderes religiosos e de trabalhadores em geral, formando uma verdadeira coalizção com o objetivo de superar as injustiças espaciais formuladas pelos agentes hegemônicos produtores do espaço urbano.

O massivo efeito de tal coalizção em busca do direito a cidade direcionou a luta de grupos menos abastados para outro patar, com alcances regionais e nacionais. Soja (2014) explana a ideia de que o objetivo estratégico da luta coletiva para superar a condição precária por meio da justiça espacial em suas diversas escalas altera a dinâmica espacial existente, podendo transformar as estruturas, os processos, as formas e as funções em benefícios não somente de grupos com historicamente beneficiados com a atual produção do espaço, mas de grupos historicamente oprimidos por tal reprodução predatória do espaço, preocupado com o valor de troca do espaço e não pelo seu uso.

O movimento contra hegemônico organiza meios coletivos da redução das injustiças espaciais. Assim como delimitado e analisado por Ribeiro (2021) a cidade-região de Belém se expande e se dispersa de modo mais acelerado, dinâmico e diverso, onde a contradição se torna cada vez mais latente. Quando Mendes (2018; 2019) expõe que o crescimento de Belém se dá de modo precário, se infere que a o quantitativo exacerbado de novas formas de moradia em áreas distante do centro tendem a seguir a norma imposta por agentes que historicamente detêm e monopolizam as tomadas de decisões do urbano.

Por esse motivo, o principal veículo de transformação socioespacial como meio para superar as injustiças espaciais tanto no âmbito jurídico, quanto social, se faz necessário a uma coalizção de todos os grupos precarizantes incluídos na produção do espaço. Essa premissa pauta-se principalmente porque a maioria esmagadora de grupos sociais que residem na periferia é de baixo poder aquisitivo, logo necessitam ter o apoio para conquistar tal transformação.

Partindo da ideia de Santos (2014) nenhum indivíduo está sozinho no espaço, e a interação desigual, mas também solidária entre os mesmos consolida e condiciona transformações socioespaciais. Tal dinâmica eleva e diversifica os

sistemas de ações e objetos no espaço. Por tanto, os sujeitos que compõem o espaço precário, a partir do apoio jurídico de modo coerente, podem efetivar uma coalizão em prol do usufruto do direito a cidade de modo mais equitativo, sendo conquistado em um processo contínuo dias após dia.

Os assentamentos analisados nessa seção possuem estreitas relações nos termos de suas condições de precariedade, a ausência não somente do poder público, mas de uma imagem de liderança que resgate e provoque a coalizão dos indivíduos da periferia distante de Belém com o objetivo de diminuir e talvez superar as injustiças espaciais existentes no processo de urbanização regional policêntrica.

Por tanto, a condição precária dos assentamentos nas periferias distantes de Belém são partes de um processo histórico de desigualdade socioespacial, sobretudo pela frágil inserção de grupos de menos abastados nas tomadas de decisões na produção do espaço urbano, muito embora cumpram papéis fundamentais em suas diversas reproduções espaciais diariamente. A comunidade Nova Esperança em Benevides, o loteamento Fazendinha em Santa Bárbara do Pará e o loteamento Portal da Ilha em Mosqueiro, cumprem papel fundamental no desenvolvimento de novos arranjos urbanos, pois seu processo de desenvolvimento urbano competem na produção de novos núcleos urbanos, corroborando para formação de uma cidade-região mais concisa, mais diversificada e intensa, seja nos meios de transporte ou da necessidade de serviços cada vez mais complexos. A superação das injustiças espaciais existentes em todo espaço urbano se torna expoente máximo para consolidação de novas estruturas, processos, formas e funções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa almejou analisar a forma como as moradias precárias em periferias distantes na cidade-região de Belém se inserem no processo de urbanização regional policêntrica, na tentativa de compreender os fatores que implicam na produção de (in)justiças espaciais.

Essa premissa pautou-se desde o processo histórico de expansão e dispersão do núcleo inicial de Belém, contribuindo para a formação das diversas formas e estruturas de moradias existentes no espaço urbano central e periférico, no qual as novas formas urbanas se desenvolvessem ao ponto de contribuir a composição e reestruturação das relações tornando os fixo e fluxos mais diversos estruturados, obtendo alcances urbano regionais.

Dentro dessa ideia, foram estabelecidos critérios de análises para compreender a dinâmica da região metropolitana Belém a partir da perspectiva da metropolização, onde há uma latente hierarquização entre as cidades que compunham tal dinâmica espacial. Possuindo essa ideia como base em Soja (2008; 2013) propôs que o conceito de metropolização já não conseguia explicar as atuais transformações espaciais, devido à diversificação da complexidade de interações desiguais e solidárias entre o espaço urbano, provocando uma exponencial crescimento urbano, agora com alcances regionais, distribuídos nas formas de novos núcleos urbanos, não diminuindo a importância do núcleo central, mas dissipando suas influências.

Tal prerrogativa tornou-se o suficiente para analisar o espraiamento dos serviços, das indústrias, fluxo de pessoas etc.. Esse meio requalificou o entendimento acerca das estruturas, processos, formas e funções atribuídas aos produtores do espaço urbano. O estabelecimento de uma conexão entre esses conceitos configurou um novo entendimento da metrópole belenense, agora com *status* de cidade-região, uma vez que seu raio de influência se tornou maior, as relações entre os municípios mais intensos, qualificados e diversificados possibilitou a criação de novos subcentros urbanos.

Esse novo arranjo urbano de Belém implica na expansão e dispersão de pessoas por todo o espaço da cidade-região, conseqüentemente havendo expressivas mudanças no espaço de moradia da população em áreas mais

distantes, agora com potencial de melhores acessos a serviços, meios de transportes, ou seja, intensificação de fixos e de fluxos em áreas mais distantes do centro principal.

Tal premissa possibilitou identificar os agentes e as estratégias inseridos no processo de produção de moradias precárias em áreas distantes da cidade-região sob a influência de uma urbanização com expressiva demanda regional, contribuindo para o surgimento de novos núcleos urbanos e conseqüentemente com diversos tipos de moradias nos arredores, sob a prerrogativa da necessidade de habitação. Os agentes inseridos na produção do espaço evidenciam a configuração desigual que as cidades apresentam, assim como expostos por Corrêa (1989), os agentes produtores do espaço contribuem para a funcionalidade, mesmo que desigual, do meio urbano. Muito embora, na produção do espaço periférico, os grupos precariamente incluídos (MARTINS, 1997), tomam forma exponencial não só da paisagem precária das realidades de áreas distantes do centro, mas na contínua reprodução de espaços em condições precárias perpetuadas a partir de suas necessidades de habitar, aliado as negligências de políticas públicas que os atendam partindo de suas próprias realidades, com vertentes equitativas e não com políticas verticalizadas de cima para baixo.

As estratégias adotadas por esses agentes contribuem para a manutenção reprodução desigual do espaço onde, na maioria das vezes, os agentes hegemônicos do espaço urbano estão demasiadamente alinhados ao valor de troca que o espaço possa retornar, no qual muitas das vezes afetam grande parcela da população, não os contemplando em ações que partam de suas realidades. Nesses termos o valor de uso da terra é sucateado à segundo plano, diminuindo consideravelmente seu potencial de articulação em caráter regional e funcional, o condicionando à estratégias de espaços dominados pelo poder do capital privado e da não ação efetiva da figura do Estado, onde as estratégias de reprodução espacial não atinge como deveria os grupos menos favorecidos, contribuindo para produção de novos espaços precários.

As diversas tipologias de moradias precárias presentes em periferias distantes na cidade-região de Belém e o entendimento de suas particularidades junto ao processo de urbanização, permitiu compreender que a realidade das áreas enquanto conseqüência de processos e estruturas desiguais na reprodução das

idades apresentam negação constante do direito à cidade para grupos precariamente incluídos, onde há para além da luta do direito a cidade, a busca por uma justiça espacial que evidencia a manutenção desigual de modalidades de moradias precárias fortemente presentes na periferia distante de Belém. O processo de autoconstrução, e lento processo de finalização de suas casas, esses grupos sociais provocam o surgimento de diversas tipologias habitacionais que estão vinculadas a necessidade e a condição que se permitiu estruturar o espaço tal como ele se apresenta hoje, proveniente da acumulação desigual do espaço em áreas caracterizadas como precárias.

Ainda que haja programas simplórios de inserção desses grupos sociais, seja em políticas habitacionais, política e economia, essas ainda são de maneira extremamente frágil refletindo na não contemplação de toda uma massa de pessoas que necessitam diariamente de serviços especializados, estruturas adequadas. Tal ralação de proporção se mostra desigual e com o tempo a distância entre o desigual e o equitativo se torna praticamente irreversível em uma sociedade moldada, articulada e reproduzida por meio de ideais capitalistas de produção econômica, refletindo diretamente da produção do meio urbano.

No processo de identificação dos fatores que aproximam as ocupações e os loteamentos da condição de precariedade estão associadas políticas habitacionais que não possuem estrutura para receber as mudanças provenientes da urbanização regional policêntrica ou simplesmente de manutenção de espaços que estão localizados em áreas em que a expansão e dispersão da cidade-região de Belém estejam se moldando, seja pela intensificação e diversificação dos fixos e dos fluxos, ou simplesmente pela necessidade básica de habitação de grupos precariamente incluídos.

Sobre isso, é necessário compreender a complexidade da realidade periférica que difere demasiadamente da realidade do centro da cidade-região, uma vez que são grupos que exercem em sua maioria trabalhos diferentes, possuem níveis de escolaridade distintos e poder de consumo relativamente baixo. Tais elementos proporcionam fatores que historicamente são usados por grupos hegemônicos para produzir e reproduzir diariamente a condição precária de grupos que residem em áreas distantes, pois a distância também é considerado um elemento que dificulta a interação de determinados grupos periféricos de participar

efetivamente na tomada de decisão da produção da cidade, bem como reivindicar o seu direito a cidade e o gozo da distribuição equitativa dos recursos que o espaço urbano proporciona.

Ou seja, há uma série de elementos que contribuem para aproximação das moradias periféricas na condição de precariedade, sendo notável a ausência de oferta de serviços básicos e de sua manutenção periódica, contribuindo para o seu abandono e degradação gradual. Mesmo com moradores realizando a manutenção de algumas vias, praças etc.; a falta de regularidade inviabiliza o custeio da manutenção constante, deteriorando continuamente o espaço periférico ao ponto de se enquadrarem na condição precária.

Ainda que se compreendam os fatores que aproximam tal condição, é importante atentar para os meios em potencial que possam proporcionar a superação da condição precária em prol justiça espacial, sobretudo pela vertente jurídica como meio de sustentar a luta coletiva de grupos menos favorecidos e historicamente oprimidos. Assim como se ressalta a importância das lideranças de grupos precariamente inseridos nas tomadas de decisões da cidade, essa se dá por meio de metas estabelecidas e fortemente vinculadas as necessidades e realidades de grupos que vivem na condição precária dentro da periferia da cidade-região de Belém.

As comunidades estudadas carregam em sua essência a realidade que não se difere de muitas periferias das cidades do Brasil. Nesse quesito, a ausência de infraestrutura adequada, aliada a não ação do poder público se torna fator decisivo na manutenção e perpetuação de espaços cada vez mais precários. Pinheiro (*et al*, 2016) e Cardoso (2016) caracterizam as tipologias dos assentamentos precários existentes em Belém no qual Mendes (2018) ressalta que o crescimento de tais assentamentos estendidos do núcleo central de Belém se configuram de modo precário até os dias de hoje, ou seja o processo de expansão e dispersão ainda se apresentam com pouca ou nenhuma infraestrutura adequada.

Ao analisar o espaço em que se entende como cidade-região, Ribeiro (2021) caracteriza com precisão a relação dos municípios envolvidos com centro de Belém, onde se tem o espaço metropolitano e o entorno metropolitano, e essa pesquisa se utilizou de tais critérios para analisar o processo de urbanização regional como

processo que influencia a dinâmica de produção de assentamentos precários no novo arco de expansão de Belém.

Nesses termos, se designou analisar algumas tipologias habitacionais, ocupações e loteamentos, como parte da realidade do espaço periférico. Onde a Comunidade Nova Esperança, em Benevides; Fazendinha, em Santa Bárbara do Pará e; Portal da Ilha, em Mosqueiro tornaram-se vetor que expressa a realidade da condição em que os novos assentamentos se encontram.

Os critérios adotados para a escolha desses assentamentos consolidaram a análise, proporcionando a resposta do questionamento foi estabelecido nessa pesquisa onde se objetivava compreender a influência da urbanização em moradias distantes do centro de Belém e quais fatores os aproximada de tais condições.

As comunidades analisadas nessa pesquisa carregam consigo elementos que as unem, a condição precária. Essa premissa não se afirma essencialmente no modo de ocupação, mas simplesmente, pela falta de manutenção dos espaços onde os assentamentos se encontram, a ausência de serviços públicos ou pelo menos a sua regularidade. Isso se aliado ao crescimento desordenado de novos espaços de moradia permitem a manutenção de novos assentamentos efetivados na condição de precariedade.

A ocupação Nova Esperança e os loteamentos Fazendinha e Portal da Ilha apresentam características em comum, pois ainda que em seu processo de criação tenham surgido de modos diferentes, a análise permitiu compreender que tais assentamentos fazem parte de uma realidade em que fica nítida a formação de novos arranjos urbanos, sendo consequência de um processo de expansão e dispersão de uma cidade-região com altas perspectivas de crescimento urbano. O Arco de expansão urbana evidencia a realidade e a tentativa de consolidação de uma cidade regional, ainda que nos termos precários, fruto de um processo desigual de produção do espaço.

Diante dos 3 assentamentos estudados, os moradores divergiram ao se perceber enquanto ambientado em um espaço na condição precária. Dos 34 moradores entrevistados, quando perguntados sobre enxergarem sua situação dentro dos assentamentos, 24 responderam que se enxergam tal situação, 10 disseram não estar nessa condição. Ou seja, 70,5% possuem maior percepção da realidade em que os espaços periféricos se encontram, relacionando seu ambiente

de moradia como parte de uma estrutura espacial periférica, e que é preciso buscar meios para superar tal condição, e 29,4% expuseram não estar em um espaço com características precárias, muito embora tenham firmado queixas no que diz respeito a falta de serviços públicos, manutenção nos serviços de transportes e infraestrutura das ruas.

Esses dados obtidos através da pesquisa de campo permitem compreender que os sujeitos estudados ainda que saibam da sua condição, não obtêm sucesso na luta pelo direito a cidade, muito embora alguns nem façam questão da reivindicação de seus direitos. Ressalta-se ainda que a dificuldade de superação de tais condições se torna extremamente complicada quando indivíduos que estão diariamente nesses espaços não os enxergam como tal. Essa perspectiva dificulta ainda mais elaborar meios de superação das injustiças espaciais.

O quadro 13 expõe de modo mais acessível a construção dos elementos que permitiram compreender a aplicação da reprodução diária das injustiças espaciais na cidade-região de Belém. Tal quadro contribui para análise crítica sob os aspectos que condicionam a precariedade dos assentamentos como consequência da produção desigual do espaço, resultando assim em injustiças espaciais.

**Quadro 13 – Elementos das injustiças espaciais na cidade-região de Belém**

<p><b>Localidade do assentamento</b></p>	<p><b>Aliado não somente a condição da moradia, mas, sobretudo, ao difícil acesso a essa localidade, provocando assim um desnível na regularidade e facilidade da oferta de serviços públicos e/ou privados em relação a outras áreas da cidade.</b></p>
<p><b>Não retorno econômico ao seu local de moradia</b></p>	<p>Em síntese, o trabalhador periférico desloca-se para outras localidades para exercer seu ofício (outro município, por exemplo). Contudo, o retorno e o reflexo do que é produzido se mantêm onde se produziu, havendo assim um desenvolvimento econômico nessa área, por outro lado, o trabalhador periférico retorna com o valor somente com que foi oferecido com sua</p>

	<p>força de trabalho. Nesses termos, o pouco retorno econômico é direcionado para a estruturação de sua moradia, geralmente de autoconstrução, e ao redor de seu assentamento a precariedade com a baixa infraestrutura evidencia a injustiça espacial entre a localidade onde há produção econômica e a localidade onde reside quem a produziu, geralmente em espaços distintos e desiguais.</p>
<p><b>Negação do direito à cidade</b></p>	<p>A não ação do setor público em cumprir os deveres previstos em lei se caracteriza como produção de injustiças espaciais. Essas ações são evidenciadas na frágil e precária estruturação de áreas periféricas, a irregular oferta de serviços como limpeza das ruas e coleta de lixo, manutenção dos postes de energia periodicamente, inexistência de um plano de saneamento básico para áreas da periferia distante.</p>
<p><b>Ineficácia de políticas habitacionais</b></p>	<p>Configura-se injustiça espacial a não ação do Estado em produzir meios que beneficiem grupos de menor poder aquisitivo em seu processo de aquisição de moradias. O Estado enquanto financiador do mercado imobiliário, ao direcionar sua relação com o capital privado na produção de residenciais, condomínios fechados de médio e alto padrão, reafirma a desigual ação estatal para com as diversas camadas sociais. Pois, ainda que haja políticas de inclusão de moradias, essas historicamente se mostram ineficazes dadas a proporções da demanda por parte de grupos que necessitam da tal habitação.</p>
	<p>Nos termos legais, em teoria, toda e</p>

<p><b>Não cumprimento da lei e o estatuto da cidade</b></p>	<p>qualquer pessoa tem direito a moradia digna, contudo a contradição entre o direito a moradia de modo legal e obter condições econômicas para tê-la perpassa por viés jurídicos, bem como a especulação imobiliária proveniente do viés capitalista de produção. Tal dicotomia permeia e reproduz injustiças espaciais, uma vez que grupos precariamente incluídos na produção urbana da cidade não possuem condições de consumir espaços valorizados por políticas imobiliárias.</p>
---	---

O quadro 13 permite expor que não basta somente pontuar quais elementos permitem a reprodução de injustiças espaciais, mas compreender que assim como há agentes que aproximam os grupos precariamente incluídos em tal condição, são esses os vetores que necessitam de uma mudança não apenas no cumprimento de leis, mas na forma com que são colocados na função de agentes hegemônicos de produção espacial, contribuindo assim para uma reestruturação socioespacial que contemple significativamente para o usufruto dos benefícios que a cidade oferece de modo mais equitativo.

Como consequência dessa reprodução, há a estruturação de moradias com características precárias que continuamente refletem tais políticas habitacionais ineficazes, bem como o seguimento legal de diretrizes constitucionais que implicam no direito a cidade e a moradia. Por esse motivo, é válido analisar a função social que diversas tipologias habitacionais periféricas exercem na produção do processo de urbanização.

Nesse quesito, entretanto, compreender os papéis das moradias precárias e da (in)justiça espacial em periferias distantes se tornou um vetor crucial para estabelecer meios que as condicionam e que possibilitam meios de superação. No âmbito do processo de urbanização regional policêntrica de Belém esse vínculo está extremamente entrelaçado, pois, como analisado na seção 3, as moradias precárias sempre se fizeram presentes em Belém, desde seu surgimento até seu processo de crescimento até os dias atuais. Contudo, nunca na história houve mecanismos que

possibilitem a superação da condição de precariedade, pois o surgimento de novos núcleos urbanos reafirmam relações comerciais, de serviços, de fluxo de pessoas e de mercadorias nunca vista na história.

Aliando tais condições provenientes do processo de urbanização regional possibilitam enxergar com maior precisão as demandas sociais de grupos menos favorecidos, criando meios que não somente enxerguem as injustiças espaciais e a negação do direito a cidade, mas buscar efetivamente superá-las por meio de lutas coletivas respaldadas por ordens jurídicas e sociais, de pessoas que conhecem a realidade de espaços precários. Assim como abordado na seção 4, uma coalização entre lideranças não somente comunitárias, mas jurídicas, religiosas e administrativas que cumpram com efetividade a busca de superação das injustiças espaciais existentes na cidade-região de Belém.

Por fim, é necessário que se compreenda as transformações espaciais atuais e, que a partir dos novos arranjos urbanos se tire um expoente que crie meios de reivindicações coletivas de superação da condição de precariedade por meio do uso equitativo do solo urbano e dos recursos que a cidade oferece para todos os grupos sociais. Tal prerrogativa se torna importante porque Belém sempre apresentou espaços precários, mas que agora, com novos espaços em potencial para o recebimento de diversas tipologias de assentamentos, se faça presente políticas de planejamento que atendam a alta demanda da população, criando e desenvolvendo espaços em que a intensificação dos fixos e dos fluxos seja benéfica para todos os grupos sociais. Esse desafio torna-se efetivamente obrigação para nova forma urbana, onde se efetiva o processo de urbanização regional policêntrica com a consolidação e diversificação da cidade-região de Belém.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Joana Valente Santana. **Belém**: a capital das invasões (dissertação de mestrado). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) – UFPA, Belém, 1997.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. ISBN: 978-85-7982-055-7. Rio de Janeiro, 2011, p.116. Disponível na SciELO Books.
- CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de geografía*, [enlínia] Vol. 8, Núm. 1, 1974, p. 19-56.
- CARDOSO, A. C.; LIMA, J. J. F.; SENA, L. F. A. ; SANTOS, R. B.N.; CRUZ, S. H. R.A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos cadernos NAEA** – v. 101, n um, Belém, 2006, p. 143-183.
- CARDOSO, A. L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, M.P.; K.RAUSE, C.;LIMA,V. C. N. (editores). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília. **IPEA**, 2016.
- COSTA, L. M. G.; SANTOS, R. B. **Metropolização, urbanização regional e periferação**: como pensar a Belém metrópole. In–*Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém*. RIBEIRO, W. O; BRASIL, A. P. M. S.; COSTA, F. E. V. (Orgs.). EDUEPA, Belém, 2020.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1982.
- CORRÊA, R. L.**O espaço urbano**. São Paulo, ática, 1989.
- DEMATTEIS, G. **Suburbanización y periurbanización**: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, J. (Ed.).*La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*, 1998.
- FERREIRA, H. L. D. **Expansão urbana e periferação em áreas de interesse turístico**: o caso da Ilha de Mosqueiro (Belém-Pará) (Dissertação de Mestrado). Universidade da Amazônia, Belém, 2010.
- FERREIRA, S. B. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro**: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA) (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- FERREIRA, V. C. S. Cidade e democracia: o espaço urbano, os direitos fundamentais e um novo conceito de cidadania. **Âmbito jurídico** - revista 103, 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-103/cidade-e-democracia-o-espaco-urbano-os-direitos-fundamentais-e-um-novo-conceito-de-cidadania/>.
- FILHO, A. P. Q. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, 2015.

GAMBOA, S. **A dialética na pesquisa em educação**: elementos de contexto (91-116). FAZENDA, I. (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo, 2000.

HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. *Johns Hopkins University Press*, 1973.

IBGE, Censo 2010. Guia do censo, glossário. Disponível em:

[https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html#:~:text=Aglomerado%20subnormal%20\(favelas%20e%20similares,carentes%2C%20em%20sua%20maioria%2C%20de](https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html#:~:text=Aglomerado%20subnormal%20(favelas%20e%20similares,carentes%2C%20em%20sua%20maioria%2C%20de). Acesso em: 25 de Julho de 2022.

\_\_\_\_\_, Cidades [online]. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 de Outubro de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia científica**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2003.

LEFEBVRE, H. **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza. 1972.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal lógica dialética**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1991.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Consequência Editora, Rio de Janeiro, 2017.

MAGALHÃES, F. N. C. A cidade-região: na direção de um novo arranjo metropolitano? **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais** V.10, n. 2/ Novembro, 2008.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, 1997.

MENDES, L. A. S. **Espaços elitizados de moradia e consumo**: A reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém (Dissertação de mestrado). UFP/PPGEO. Belém, 2014.

\_\_\_\_\_, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida**: Aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Fluminense. Niterói – RJ, 2018.

\_\_\_\_\_, L. A. S. A geografia-histórica da região metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades**. v. 14, n. 1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

\_\_\_\_\_, L. A. S. **As formas urbanas da região metropolitana de Belém**. In– *Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém*. RIBEIRO, W. O.; BRASIL, A. P. M. S.; COSTA, F. E. V. (Orgs.). EDUEPA, Belém, 2020.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. **A questão habitacional no Brasil**. Universidade Federal do Ceará, 2017.

MONTE-MÓR, L. R. M. **Urbanização extensiva e lógica de povoamento ambiental**. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SEILVEIRA, M. L. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

\_\_\_\_\_. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, 2006, p. 09-18.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista paranaense de desenvolvimento**. n.115, Curitiba, 2008, p.199-210.

\_\_\_\_\_, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

PINHEIRO, A. C. L.; PONTE, J. P. X.; VALENTE, A. M.; LIMA, A. M.; PINHEIRO, P. Q. F. Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, M. P.; K.RAUSE, C. LIMA, V. C. N. (editores). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília. **IPEA**, 2016.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REBELLO, Y. A. P.; LIMA, J. J.F.; LIMA, A. P. C. Políticas de habitação e urbanização periurbana na Amazônia: o caso do assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro, Belém, Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, V.21, N.1, 2019, p.98-116.

REGIC. **Pesquisa Regiões de Influência das Cidades informações de deslocamentos para comércio**. Notas Técnicas, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, L. C.Q.; SILVA, É. T.; RODRIGUES, J. M. Metrôpoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista paranaense de desenvolvimento**.n.120, Curitiba, 2011, p.177-207.

RIBEIRO, W.O. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico**. v. 12, n. 1Goiânia, 2018, p. 132-154.

\_\_\_\_\_, W.O. Belém: urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, 2021.

SANTA BÁRBARA DO PARÁ, Prefeitura municipal de. Disponível em: História - Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará | Gestão 2021-2024 (santabarbara.pa.gov.br).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_, M. **pobreza urbana**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. Edusp - 5º Ed. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp. São Paulo, 2014.

SANTOS, T. V. **Fronteiras de papel: Uma análise da perspectiva metropolitana em planos diretores da Região Metropolitana de Belém.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

\_\_\_\_\_, T. V. **Metropolização regional e suburbanização condominial: aspectos da dinâmica da dispersão urbana na Região Metropolitana de Belém.** Boletim Campineiro de Geografia. v. 7, n. 1. ed. IFPA, 2017.

SANTOS, F. V. **O "paraíso na terra" ou o Estado do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII.** Arquivo nacional e a História Luso-Brasileira, 2018.

SEHAB, **Secretaria Municipal de Habitação de Belém.** Belém, 2021.

SILVA, M.; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos MetrÓpole.** v. 17, n. 34, São Paulo, 2015, pp. 401-417.

SOJA, E. W. **Postmetropolis.** Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Editorial traficantes de sueños, 2008.

\_\_\_\_\_, E. W. Para além de *postmetropolis*. **Revista UFMG**, v. 20, n.1, Belo Horizonte, 2013, p.136-167.

\_\_\_\_\_, E. W. **En busca de la justiça espacial.** TIRANT HUMANIDADES EDITA: TIRANT HUMANIDADES C/ Artes Gráficas, 14 - 46010 – Valencia, 2014.

SOUZA, Luciano Andrade de. A Estrada de Ferro de Bragança e a produção do espaço na Amazônia: reflexões acerca do Município de Benevides (PA). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.** Jan./jun. 2018. Belém, v. 05, n. 01, p.123 – 136.

SPOSITO, M. E. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** Edditora UNESP. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **B. Capitalismo e urbanização.** Contexto. São Paulo, 2010.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia.** IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais. Minas Gerais, 2002.

VOLOCHKO, D. **Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano.** (p. 105-127). CARLOS, A. F. A. (org.). *Crise Urbana.* Contexto. São Paulo, 2015.

TORREÃO SÁ, T. R. B.; TORREÃO SÁ, M. Os processos espaciais presentes no espaço urbano de Jequié- Bahia. **Estudos Geográficos.** Rio Claro. 2004. Disponível em: [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm).

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos precários em Belém e a reestruturação metropolitana.** Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S. C; SANTOS, T. V. Para além da cidade: entre fragmentações e permeabilidades, os desafios do planejamento e da gestão urbana no espaço metropolitano de Belém. **Ateliê Geográfico**. Goiânia- GO, 2010.

**ANEXOS**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG/UEPA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) à participar da pesquisa intitulada:

“ \_\_\_\_\_ ”,  
 \_\_\_\_\_”, de autoria do pesquisador:  
 “ \_\_\_\_\_ ”, aluno do Mestrado  
 em Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

Nesta pesquisa o propósito é levantar informações  
 sobre: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

Sua colaboração na pesquisa será informar o que sabe a respeito das perguntas elaboradas,  
 bem como de emitir opinião sobre a iniciativa do projeto. Suas respostas são importantes,  
 pois poderão servir para:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

Belém, ..... de .....de

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do pesquisador

Eu, \_\_\_\_\_ aceito  
 participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido  
 (a).

\_\_\_\_\_  
 Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG/UEPA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### OCUPAÇÃO NOVA ESPERANÇA/ LOTEAMENTO FAZENDINHA E PORTAL DA ILHA

N<sup>a</sup> do entrevistado: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão:

1. Há quanto tempo você mora na ocupação/ loteamento?

\_\_\_\_\_

2. Já morou em outro lugar antes de vir para essa ocupação, se sim, qual?

\_\_\_\_\_

3. Como surgiu a ocupação e quando?

\_\_\_\_\_

4. Você acha que essa localidade é boa para morar?



11. Você considera o transporte público eficiente? Por que?

Sim ( ) Não ( )

12. Com qual frequência os ônibus costumam circular?

---

13. Você se sente seguro morando aqui?

---

---

14. Você acredita existir preconceito por morar aqui?

---

---

15. Você se sente excluído/excluído do restante de Benevides/ Santa Bárbara/Mosqueiro?

---

---

16. Como você se sente em relação a Belém como um todo? Como você vê Benevides/ Santa Bárbara/Mosqueiro no âmbito de Belém?

---

---

17. Você enxerga sua área de moradia como um espaço precário?

---

---

18. Nos últimos anos você percebeu que esses problemas aumentaram? Se sim quais?

---

---

19. O que você acha que falta para melhoria do bairro?

- 1-  Coleta de lixo
- 2-  Iluminação das ruas;
- 3-  Saneamento básico;
- 4-  Pavimentação das ruas
- 5-  Postos de saúde;
- 6-  Creches, escolas e bibliotecas;
- 7-  Praças;

- 8-  Estação de tratamento de água e esgoto;
- 9-  Segurança pública;
- 10-  Existência de supermercados;
- 11-  Serviços bancários;



**Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo  
66113-200 – Belém-PA**